



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



MÁRCIA APARECIDA RODRIGUES MATEUS

**ENTRE LÍNGUA, CULTURA E ACESSIBILIDADE: Modos de
Subjetivação de Sujeitos Surdos e de Sujeitos Ouvintes/Profissionais da
Saúde**

**TRÊS LAGOAS/MS
2025**



MÁRCIA APARECIDA RODRIGUES MATEUS

**ENTRE LÍNGUA, CULTURA E ACESSIBILIDADE: Modos de
Subjetivação de Sujeitos Surdos e de Sujeitos Ouvintes/Profissionais da
Saúde**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Claudete Cameschi de Souza

**TRÊS LAGOAS/MS
2025**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ENTRE LÍNGUA, CULTURA E ACESSIBILIDADE: Modos de Subjetivação de Sujeitos Surdos e de Sujeitos Ouvintes/Profissionais da Saúde

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Claudete Cameschi de Souza

Três Lagoas, 11 de dezembro de 2025

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL) - Presidente e Orientadora

Prof.^a Dr.^a Claudete Cameschi de Souza
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL) - Coorientadora

Prof.^a Dr.^a Silvelena Dias Cosmo
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL) - Titular Interno

Prof. Dr. Marcelo Rocha Barros Gonçalves
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/ CPCX) - Titular Interno

Prof.^a Dr.^a. Ruth Maria Rodrigues Garé
Curso de Especialização em D. H. e Grupos Vulneráveis no Sistema Prisional da UFRGS
GPEFE – Grupo de Pesquisa: Estudos foucaultianos e Educação - Titular Externo

Prof.^a Dr.^a Neuma Chaveiro
Federal de Goiás (UFG) - Titular Externo

Prof.^a Dr.^a Icléia Caires Moreira
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL) - Suplente Interno

Prof.^a Dr.^a. Márcia Aparecida Amador Máscia
Universidade de São Francisco (USF) - Suplente Externo

**TRÊS LAGOAS - MS
Dezembro/2025**

*Dedico essa tese aos sujeitos surdos que
compartilharam suas experiências e vozes, que
enriqueceram imensamente esta pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca o fim de uma jornada que não teria sido possível sem a generosidade e o apoio de muitos.

Em primeiro lugar agradeço a Deus e à Virgem Maria, por estarem presentes em cada passo desta caminhada, sustentando-me na fé, coragem e força nos momentos de dúvida e cansaço. Foi na força da oração e na luz divina que encontrei o equilíbrio necessário para seguir.

Em muitos momentos, encontrei consolo nas palavras do Salmo 90, que me lembravam que “aquele que habita sob a proteção do Altíssimo e vive à sombra do Onipotente” está amparado e seguro. Essa promessa me acompanhou e fortaleceu cada instante desta jornada.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, por abrir caminhos e oferecer o espaço que possibilitou esta trajetória de aprendizado e descobertas.

À minha orientadora, Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, cuja confiança me guiaram desde as primeiras ideias até a versão final desta tese.

À minha coorientadora, Claudete Cameschi de Souza, pela parceria, pelas reflexões instigantes e pela presença constante, que tanto contribuíram para o amadurecimento deste trabalho.

Aos professores das disciplinas cursadas ao longo deste percurso, que, com suas aulas, leituras e provocações teóricas, contribuíram para a construção do olhar crítico e sensível que orienta esta pesquisa.

Agradeço à prof^a. Dr^a. Michelle Sousa Mussato, cuja participação na banca de qualificação foi fundamental para o amadurecimento deste trabalho. Suas leituras atentas, sugestões sensíveis e questões cuidadosamente formuladas contribuíram de modo decisivo para o aprofundamento teórico e metodológico da pesquisa. Embora, que por motivos burocráticos, sua presença não será possível na banca de defesa, registro aqui meu reconhecimento e gratidão pela generosidade intelectual e pela disponibilidade com que acompanhou esta etapa importante do percurso.

A banca examinadora, pela disponibilidade, pelas valiosas contribuições, pelas leituras atentas e pelas reflexões que ampliaram o alcance deste trabalho. Cada observação foi um gesto de partilha e um convite a novas perspectivas.

Agradeço à equipe da Secretaria da Pós-Graduação, que, de maneira prestativa e carinhosa, sempre atendeu às minhas solicitações de informação.

À minha mãe, que me ensinou a escutar o mundo com o coração e a persistir mesmo quando o caminho parecia longo demais. À minha família, meu porto seguro, pelo amor que me sustenta.

Aos amigos, que ofereceram palavras, risos, abraços e cumplicidade. Cada gesto foi essencial para tornar o percurso mais leve e possível e por me lembrarem da importância do equilíbrio fora do mundo acadêmico.

Agradeço aos profissionais intérpretes de Libras responsáveis pela tradução dos vídeos das entrevistas com os sujeitos surdos, cuja contribuição foi fundamental para a transcrição e compreensão das narrativas analisadas neste trabalho.

Com emoção e profundo respeito, agradeço aos sujeitos desta pesquisa, especialmente aos surdos, que compartilharam suas histórias, experiências e silêncios. Cada narrativa revelou modos de existir e resistir, dando sentido à escrita desta tese. Sem a confiança e as vozes de vocês, esta tese seria apenas teoria. Que este trabalho possa, de alguma forma, honrar a riqueza e a profundidade de suas histórias. Este trabalho é, sobretudo, um espaço de escuta e reconhecimento dessas vozes.

Agradeço a todos que me apoiaram nesta jornada, que me ensinaram que o conhecimento é um caminho contínuo, e que quanto mais se estuda, mais se percebe o vasto universo que ainda há para descobrir. Longe de ser um ponto de chegada, este Doutorado é o ponto de partida de uma eterna busca por mais conhecimento e mais humildade.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada, deixo minha gratidão sincera. Nenhum passo foi dado sozinha. Cada presença, cada palavra, cada olhar contribuiu para que este sonho se tornasse realidade.

A todos, minha gratidão sincera!

MATEUS, Márcia Aparecida Rodrigues. **ENTRE LÍNGUA, CULTURA E ACESSIBILIDADE: Modos de Subjetivação de Sujeitos Surdos e de Sujeitos Ouvintes/Profissionais da Saúde**. Tese (Doutorado em Letras). 2025. 233 p. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas–MS.

RESUMO

O tema justifica-se por memórias de convívio com a comunidade surda desde 2007, período de diversas experiências no acompanhamento como intérprete dos sujeitos surdos na cidade de Naviraí/MS, em atendimentos relacionados às questões de saúde. Partimos do pressuposto de que o sujeito Surdo, enquanto usuário de uma Língua de Sinais (Libras), está inserido em uma sociedade majoritariamente ouvinte e propomos como hipótese que essa população ainda enfrenta dificuldades no que diz respeito à inclusão, à relação social e à acessibilidade por meio da Libras, supondo que setores da sociedade, especificamente, a saúde, carece de conhecimento adequado sobre a Libras, ou seja, a maioria dos profissionais e gestores desses campos podem desconhecer a Libras, o que compromete a efetivação dos direitos garantidos. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar as narrativas de sujeitos Surdos e de profissionais de saúde ouvintes, no que se refere às relações discursivas mediadas pelas línguas em uso e seus efeitos de sentido sobre inclusão, participação e representação do sujeito Surdo nos espaços de atendimento. Os objetivos específicos são: 1º. Rastrear nas/pelas narrativas dos sujeitos Surdos e ouvintes (profissionais da saúde) representações da população surda sobre inclusão; 2º. Discutir os modos de subjetivação dos sujeitos Surdos e dos ouvintes pelas marcas linguísticas, identitárias e culturais ao falarem sobre as possíveis dificuldades enfrentadas por ambos; 3º. Analisar as representações dos profissionais dos setores da saúde sobre a Libras, enquanto constituição de sentidos e relações discursivas com o sujeito Surdo. As perguntas direcionadoras são: 1. Como as relações de saber-poder interferem no processo de subjetivação tanto da população surda quanto da ouvinte? 2. Que representações os profissionais dos setores de saúde fazem da surdez, da pessoa surda e da Língua de Sinais? 3. A acessibilidade garantida por lei aos sujeitos Surdos é cumprida durante os atendimentos no setor da saúde? Como suporte teórico-metodológico filiamos-nos ao método e/ou arqueogenealogia de Foucault (1995, 1998, 2004, 2008, 2013, 2014), e com o viés discursivo transdisciplinar, os trabalhos de Coracini (2007), Eckert-Hoff (2004, 2016); finalmente, na interface com Estudos Surdos as considerações de Quadros (2009), e Strobel (2008). O *corpus* é composto por onze (11) entrevistas dialogadas, sendo cinco (05) com Surdos e seis (06) com ouvintes profissionais da saúde, no município de Naviraí–MS. Os diálogos com os Surdos foram realizados em Libras e para os ouvintes em língua portuguesa, as entrevistas foram filmadas/gravadas com um celular e, posteriormente, transcritas para o português. Os resultados indicam que embora existam esforços para promover a acessibilidade, as experiências dos sujeitos Surdos ainda são marcadas por desafios significativos. Observa-se um distanciamento entre o que é assegurado pela legislação e a prática efetiva nos atendimentos à saúde por meio das marcas linguísticas, identitárias e culturais, que desempenham um papel crucial na forma como os Surdos veem e experienciam esses atendimentos. Entendemos que a Libras, embora reconhecida legalmente, enfrenta barreiras para ser utilizada como constituição de sentidos e meio de enunciação. Por isso, essa tese está organizada em quatro seções, sendo que a primeira aborda os dispositivos históricos que envolvem a relação entre surdez e saúde no Brasil, e explora desde o *status* linguístico da Libras até sua visibilidade social. A segunda seção busca estabelecer um diálogo entre surdez e saúde, examinando as perspectivas, a acessibilidade linguística e os diferentes discursos presentes entre médicos e pacientes Surdos. Já a terceira seção apresenta os fundamentos e dispositivos teóricos-metodológicos. A seção quatro dedica-se à análise dos dizeres de sujeitos Surdos e ouvintes, no que diz respeito em relação aos modos de subjetivação e às práticas discursivas que atravessam os encontros de produção de sentidos entre os sujeitos nos atendimentos de saúde. Por fim, reúnem-se as reflexões centrais construídas ao longo do percurso analítico, retomando os objetivos da pesquisa e apontando possíveis caminhos para novas discussões sobre a surdez, a linguagem e a inclusão nos espaços institucionais.

Palavras-chave: Libras; Sujeito Surdo; Profissionais da Saúde; Inclusão; Acessibilidade.

ABSTRACT

The theme of this study is grounded in experiences of engagement with the Deaf community since 2007, particularly through work as an interpreter accompanying Deaf individuals in health-related services in the city of Naviraí, Mato Grosso do Sul. We start from the assumption that Deaf subjects, as users of Brazilian Sign Language (Libras), are situated in a predominantly hearing society, and we hypothesize that this population still faces difficulties in terms of inclusion, social relations, and linguistic accessibility. We further assume that, especially in the health sector, insufficient knowledge of Libras among professionals and administrators compromises the effective realization of legally guaranteed rights. Thus, the general objective of this study is to analyze the narratives of Deaf subjects and hearing health professionals with regard to discursive relations mediated by the languages in use and their effects on meanings of inclusion, participation, and the representation of Deaf subjects in health care settings. The specific objectives are: (1) to trace, in and through the narratives of Deaf and hearing subjects, representations of the Deaf population regarding inclusion; (2) to discuss modes of subjectivation through linguistic, identity, and cultural markers as participants speak about the difficulties they experience; and (3) to analyze how health professionals represent Libras and how these representations shape discursive relations with Deaf subjects. The guiding questions are: (1) How do knowledge–power relations interfere with the processes of subjectivation of Deaf and hearing populations? (2) What representations do health professionals construct about deafness, Deaf people, and sign language? (3) To what extent is the legal guarantee of accessibility for Deaf subjects fulfilled in health care services? The theoretical-methodological framework draws on Foucault's archeo-genealogical approach and on a transdisciplinary discursive perspective, particularly the work of Coracini and Eckert-Hoff, as well as Deaf Studies, especially Quadros and Strobel. The *corpus* consists of eleven dialogical interviews: five with Deaf participants and six with hearing health professionals, conducted in the municipality of Naviraí, Mato Grosso do Sul. Interviews with Deaf participants were conducted in Libras, while those with hearing professionals were conducted in Portuguese; all interviews were audio- and video-recorded and subsequently transcribed into Portuguese. The results indicate that, although efforts have been made to promote accessibility, the experiences of Deaf subjects remain marked by significant challenges. There is a noticeable gap between what is ensured by legislation and what is effectively practiced in health care services. Linguistic, identity, and cultural factors play a crucial role in shaping how Deaf subjects perceive and experience these encounters. Although Libras is legally recognized, it continues to face barriers to being fully established as a language of meaning-making and interaction in institutional contexts. This dissertation is organized into four sections. The first addresses the historical relationship between deafness and health in Brazil and examines the linguistic *status* and social visibility of Libras. The second explores the interface between deafness and health by analyzing perspectives, linguistic accessibility, and the discourses produced in interactions between physicians and Deaf patients. The third presents the theoretical-methodological foundations. The fourth is dedicated to the analysis of the narratives of Deaf and hearing subjects, focusing on modes of subjectivation and discursive practices in health care encounters. Finally, the concluding section revisits the research objectives and outlines possible directions for further discussions on deafness, language, and inclusion in institutional settings.

Keywords: Brazilian Sign Language (Libras); Deaf Subject; Health Professionals; Inclusion; Accessibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEN – Associação Comercial de Naviraí

ASAS – Acessibilidade para Surdos na Atenção à Saúde

ASL – *American Sign Language*

BNTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CIL – Central de Interpretação de Libras

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

FUNCRAF – Fundação para o estudo e tratamento das deformidades Craniofaciais

GM/MS – Gabinete do Ministro/ Mato Grosso do Sul

ICS – Intérpretes Comunitários na Saúde

IFNMG – Instituto Federal Norte de Minas Gerais

L1 – Primeira Língua

L2 – Segunda Língua

Libras – Língua Brasileira de Sinais

LSF – Língua de Sinais Francesa

MS – Mato Grosso do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PES – Plano Estadual de Saúde

PGET – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

PNAISPD – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência

PNH – Política Nacional de Humanização

PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

RCPD – Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

RS – Rio Grande do Sul

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SC – Santa Catarina

SES – Secretaria Estadual de Saúde

SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBSF – Unidade Básica de Saúde da Família

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

LISTA DE QUADROS:

QUADRO I: Trabalhos sobre Surdez e Saúde.....	20
QUADRO II: Leis, Decretos e Portarias sobre Saúde e Língua de Sinais (Libras).....	61
QUADRO III: Participantes da Pesquisa (ouvintes e Surdos ¹)	122

¹ Neste trabalho, adota-se o uso do termo **Surdo**, grafado com inicial S maiúscula, em consonância com a perspectiva defendida por Lane (2008), para quem ser Surdo não se reduz a uma condição biológica ou a uma perda auditiva, mas refere-se a uma identidade construída coletivamente, ancorada no uso da Língua de Sinais e no pertencimento a uma comunidade linguística e cultural específica. Conforme a autora, os Surdos não se reconhecem como sujeitos marcados pela falta, mas como “[...] membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física distinta” (Lane, 2008. p. 284)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Estado da Arte: quais aspectos destacar?.....	19
1 DISPOSITIVOS HISTÓRICOS SOBRE A RELAÇÃO SURDEZ E SAÚDE NO BRASIL.....	38
1.1 Libras e Língua Portuguesa: do senso comum ao <i>status</i> linguístico.....	38
1.2 As Fronteiras de duas Línguas e um mesmo território.....	45
1.3 Visibilidade social da Língua Brasileira de Sinais – Libras.....	53
2 UM POSSÍVEL DIÁLOGO: SURDEZ E SAÚDE.....	60
2.1 Surdez e Saúde: perspectivas e práticas	60
2.2 Acessibilidade Linguística na área da Saúde.....	79
2.3 Um grito de Socorro: diferentes discursos entre médico/paciente.....	86
3 CAMINHOS TEÓRICOS – ALGUNS CONCEITOS BASILARES.....	89
3.1 Enunciado, Discurso e Formação Discursiva.....	89
3.2 Sujeito, Constituição Identitária e Processo de (In) (Ex)clusão.....	99
3.3 Arquivo, Memória e Representação.....	107
3.4 Saber Poder e Resistência.....	112
3.5 Desenvolvimento da Pesquisa.....	117
3.5.1 Caracterização dos Participantes.....	121
3.5.2 Procedimentos da Coleta.....	124
4 UM OLHAR NOS/PELOS DIZERES: SUJEITO SURDO E OUVINTE.....	127
4.1 Eixo 1 - Subjetivar-se.....	127
4.2 Eixo 2 - Ser Subjetivado.....	156
CONCLUSÃO.....	188
REFERÊNCIAS.....	191
APÊNDICES.....	201
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	202
Termo de Autorização para Gravação e Uso de Voz.....	204
Memorial.....	205
Entrevistas.....	210

INTRODUÇÃO

A temática pesquisada justifica-se pelas memórias da minha vivência com a comunidade² surda desde o ano de 2007, período em que passei por diversas experiências enquanto intérprete de sujeitos Surdos na cidade de Naviraí–MS, em atendimentos relacionados às questões de saúde. Contudo, a aproximação com o universo da surdez antecede essa atuação profissional e retorno ao período do Ensino Fundamental I, como mencionado em meu memorial de formação, ao final deste texto como apêndice. Assim, talvez por coincidência ou por um chamado, em minha sala de aula havia uma menina surda e as professoras sempre me colocavam sentada ao lado dela, para auxiliá-la nas atividades. Na época eu não tinha ideia do que era ser Surdo, tampouco sabia da existência da Língua de Sinais.

Essa vivência inicial despertou em mim o desejo de compreender melhor quem era aquele sujeito que, mesmo estando presente, parecia estar em outro lugar de relação social, um lugar que eu ainda não acessava. Após alguns anos, essa curiosidade se transformou em compromisso e em percurso profissional, especialmente a partir do momento em que passei a atuar como intérprete de Libras e pude presenciar, em vários contextos, os desafios enfrentados pelo Surdo diante das barreiras linguísticas e culturais. Portanto, esse estudo justifica-se não apenas pelas observações e experiências vivenciadas durante minha prática profissional, mas também pelas escassas pesquisas realizadas na área da saúde.

Nesse sentido, essa tese pretendeu investigar narrativas de sujeitos Surdos e de profissionais da saúde ouvintes, no que se refere ao processo discursivo entre eles por meio da língua e à inclusão do sujeito Surdo diante dos atendimentos, visto que nos deparamos com muitas situações nas quais a população surda não é contemplada em seus direitos sociais e linguísticos. Assim, surgiu o desejo de analisar como se dão as experiências dos profissionais da saúde em relação social com os sujeitos Surdos, buscando entender como as narrativas dos ouvintes influenciam a compreensão de inclusão e representação dos sujeitos Surdos dentro do contexto da saúde. A opção por concentrar a pesquisa na área da saúde se deve por entender que esse campo é crucial, já que lida diretamente com a preservação e a qualidade de vida das pessoas. Além disso,

² De acordo com Strobel (2008, p. 31): Comunidade Surda: "A comunidade surda não é só de surdos, há também sujeitos ouvintes – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros - que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização. Em que lugares? Geralmente em associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros."

Povo/população surda: "sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços.

acredito³ que a interpretação das marcas subjetivas nas narrativas dos sujeitos ouvintes e Surdos permitirá discutir e entender possíveis barreiras e dificuldades enfrentadas, contribuindo para um debate mais amplo, por meio do dito e não dito observados nas narrativas.

A relação pela/da língua entre profissionais de saúde e pacientes é um dos pilares fundamentais do atendimento. Sua ausência pode gerar mal-entendidos que, em contextos em que estão em jogo situações de urgência ou emergência comuns na área da saúde, podem ter consequências graves, inclusive colocando vidas em risco, podendo levar também a frustração e, conseqüentemente, a um atendimento deficiente. De acordo com Silva; Basso e Fernandes (2014, p. 5):

Esta comunicação é de extrema importância para a identificação de sinais e sintomas relacionados não somente no diagnóstico como também no tratamento. Esta interação é considerada para os Enfermeiros um processo fundamental para um melhor desenvolvimento da comunicação terapêutica, sendo necessário um treinamento do profissional de saúde para não comprometer a assistência prestada.

Os autores destacam a importância da enunciação como elemento central no processo de diagnóstico, tratamento e cuidado em saúde, ressaltando que a relação social é compreendida pelos profissionais como elemento fundamental no contato terapêutico. Essa perspectiva, embora pertinente, pode ser limitada, ao desconsiderar o caráter estrutural das práticas institucionais e políticas públicas voltadas à acessibilidade linguística do sujeito Surdo. Desse modo, a citação não só aponta um caminho, mas também revela as insuficiências do discurso técnico quando não articulado a uma perspectiva inclusiva e transformadora. A Libras é um elemento central na acessibilidade linguística entre profissionais de saúde e pacientes Surdos, e conforme percebida por esses setores revela as dinâmicas de poder e exclusão que podem estar presentes. Portanto, ao investigar como a Libras é entendida e utilizada, pretendeu-se não apenas o mapeamento das narrativas existentes, mas também a reflexão crítica sobre as práticas de relação no contexto da saúde.

A mediação e relação entre sujeitos constituída pela língua passou a ser reconhecida como um direito humano fundamental desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos

³ A opção pelo uso da primeira pessoa do discurso nesta tese fundamenta-se na concepção de escrita discutida por Carmagnani (2010, p.67), que segundo a linguista, “quem escreve constitui um gesto de criação e recriação de si”. Ao afirmar que “a escrita é um modo de recusar a imobilidade” e que o autor pode “criar-se e recriar-se através da escrita” Ela entende que o pesquisador não é um sujeito neutro ou apagado, mas alguém que se inscreve nos movimentos de seu próprio pensamento. Nessa perspectiva, o uso da primeira pessoa do discurso torna-se pertinente por explicitar essa posição enunciativa singular, responsável e situada, coerente com a escrita entendida como experiência que “revela os movimentos do pensamento” (Foucault, 2004, *apud* Carmagnani, 2010). Para tanto, transitamos entre a primeira e terceira pessoa do discurso no decorrer desse texto.

(DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Sobre isso, seu Art. 19 diz que:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ONU, 1948).

O documento brasileiro que trata sobre essa questão é a Constituição Federal, que no capítulo V, da Comunicação Social, Art. 220, diz: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (Brasil, 1988). Ambos os documentos reconhecem que todas as pessoas têm o direito e a liberdade de expressar suas opiniões sem interferência, bem como de buscar, receber e transmitir informações e ideias, garantindo-lhes a participação no processo democrático e na vida pública. Portanto, a comunicação é essencial para todas as relações sociais humanas.

Dessa forma, para que a relação seja eficiente envolve não apenas transmitir ideias de forma clara e compreensível, mas também ouvir/receber ativamente e compreender as mensagens um do outro. Ainda na Constituição Federal de 1988 vemos em seu artigo 5º, que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, e ainda “IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (Brasil, 1988). Esse trecho ressalta que todos têm direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Além disso, enfatiza a liberdade de expressão como um direito fundamental, garantindo que as pessoas são livres para expressar seus pensamentos e opiniões, vontades e necessidades. Para que o ser humano possa se expressar, ser compreendido e compreender o outro, a língua torna-se essencial.

A língua nos faz refletir sobre os valores, crenças, tradições e estruturas sociais de uma população, ela molda e influencia a maneira como os membros dessa sociedade se comunicam, pensam e interagem entre si. A sociedade não existe sem uma língua, assim como a língua não existe sem uma sociedade, ou seja, a língua e a sociedade estão ligadas e é impossível separá-las. Por isso, ressalta-se a importância da língua, seja ela oral ou sinalizada, como um componente essencial da vida social de um indivíduo e da sociedade. Em se tratando de línguas, é imprescindível refletir um pouco sobre a luta contínua dos Surdos por direitos linguísticos, inclusão e reconhecimento da diversidade cultural dentro da sociedade, dos movimentos sociais

e políticos que emergiram, das organizações desse grupo em prol do reconhecimento da Língua de Sinais.

O linguista norte-americano chamado William C. Stokoe Jr. (1960) foi conhecido por seu trabalho pioneiro no estudo da Língua Americana de Sinais (ASL - *American Sign Language*), e por desafiar as concepções relevantes de sua época, que consideravam a Língua de Sinais como uma forma rudimentar de comunicação. O autor demonstrou que ASL é uma língua complexa e estruturada, demonstrando que as línguas de sinais não são apenas gestos aleatórios, mas com gramática e sintaxe própria, assim como as línguas faladas. Ele foi um dos primeiros linguistas a aplicar os métodos de análise linguística tradicionais ao estudo da Língua de Sinais, ampliando a compreensão acadêmica e o reconhecimento da ASL como uma língua legítima e independente. De acordo com Armstrong (2000, p. 1), “Stokoe também foi um incansável defensor pessoal dos direitos linguísticos e educacionais das pessoas surdas, muitas vezes diante do ceticismo ou mesmo da hostilidade total”. Seu trabalho revolucionário abriu caminho para o reconhecimento e valorização das línguas de sinais em todo o mundo.

Ainda conforme Armstrong (2000), o linguista foi o fundador do Departamento de Linguística da Universidade de Gallaudet, em Washington D.C., a primeira instituição de ensino superior para pessoas surdas nos Estados Unidos, Stokoe vivenciou contradições e discussões com administradores e outros colegas desta universidade, discussões estas, não muito amigáveis. Em 1984, com a aposentadoria de Stokoe, o Laboratório de Pesquisa Linguística foi encerrado. O movimento linguístico gerado por esse pesquisador foi ganhando força, os Surdos conquistaram direitos educacionais e civis. Ele deixou um legado que continua a influenciar a pesquisa linguística e a educação de Surdos até os dias atuais.

Aqui no Brasil, não diferente de outros países, os Surdos têm lutado ao longo dos anos por seus direitos, especialmente pelo reconhecimento como uma população linguística e cultural. Muitos movimentos e ações foram realizados por Surdos e sua comunidade reivindicando o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais. Assim, no dia 24 de abril de 2002, por meio da Lei 10.436, a língua brasileira de sinais – (Libras) é reconhecida como meio de comunicação e expressão da comunidade surda. Movimentos liderados por famílias de Surdos, amigos, intérpretes, federações, ou seja, defensores da Libras buscaram e têm buscado até os dias atuais promover a inclusão linguística e cultural dos Surdos, desempenhando um papel fundamental na defesa dos direitos deles em diversas áreas, como educação, justiça, saúde, mercado de trabalho.

Estes movimentos sociais e políticos têm contribuído significativamente para avanços na legislação, políticas públicas e conscientização sobre as questões enfrentadas pela

comunidade surda no Brasil. Porém, ainda há desafios a serem superados, como a garantia de acesso a todos os espaços que o Surdo ou qualquer indivíduo da sociedade têm o direito de frequentar, assim como, à educação, saúde, emprego e participação social, principalmente no que diz respeito aos serviços de interpretação em Libras nesses diversos contextos. Por viverem em um ambiente no qual a maioria das pessoas ouvem e se comunicam pela fala, para os Surdos sua comunicação é um tema emergente e tem levantado discussões no sentido da relação e inserção, a inclusão e acessibilidade⁴ do sujeito Surdo na sociedade, em especial neste trabalho, a acessibilidade no setor da saúde.

A “Política Nacional de Humanização (PNH) existe desde 2003 para efetivar os princípios do SUS⁵ no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários” (Brasil, 2019), sendo um importante instrumento para efetivar os princípios do SUS no Brasil. Na PNH afirma-se também que “[...] os usuários de saúde possuem direitos garantidos por lei e os serviços de saúde devem incentivar o conhecimento desses direitos e assegurar que eles sejam cumpridos em todas as fases do cuidado, desde a recepção até a alta” (Brasil, 2019), nas quais garanta uma prática eficaz e humana no atendimento nos setores de saúde.

O SUS está fundamentado na premissa de que todas as pessoas têm direito ao acesso integral e igualitário a todos os serviços de saúde, sem qualquer forma de discriminação ou distinção. Entre os direitos ofertados dentro do SUS há o direito à acessibilidade comunicacional, o qual abrange os sujeitos Surdos. Segundo o *Curso acessibilidade e os princípios dos SUS*, 4.2 Acessibilidade comunicacional: “Acessibilidade comunicacional prevê a ausência de barreiras na comunicação entre as pessoas” (Alves e Sacramento, 2019, p. 14). Essa acessibilidade em se tratando do Surdo diz respeito a barreira linguística, que pela ausência da audição, são usuários de outra língua, a Libras.

Dito isto, partimos do pressuposto de que o sujeito Surdo, enquanto usuário de uma Língua de Sinais (Libras), está inserido em uma sociedade majoritariamente ouvinte, portanto, mesmo com as garantias de direitos conquistados e previstos na legislação precisa de outras ações que garantam sua maior relação com a sociedade ouvinte. Para isso, propomos como hipótese neste trabalho, que essa população surda, ainda estaria enfrentando dificuldades no que diz respeito à inclusão e à acessibilidade por meio da Libras, supondo que setores da

⁴ De acordo com o dicionário Houaiss, o significado de:

- acesso: 1 ato de ingressar; entrada, ingresso *«o a. ao parque é livre»*

- Acessibilidade: 1 qualidade ou caráter do que é acessível. Houaiss na UOL. Acesso em: 18 de junho de 2025.

1.1 facilidade na aproximação, no tratamento ou na aquisição

⁵ Sistema Único de Saúde

sociedade, especificamente, o da saúde, carece de conhecimento adequado sobre a Libras e a singularidade do sujeito Surdo e/ou deficiente auditivo, o que possibilitaria a efetivação dos direitos garantidos.

Para tanto, os objetivos da pesquisa são⁶:

- O objetivo geral: Analisar as narrativas de sujeitos Surdos e de profissionais de saúde ouvintes, no que se refere as relações discursivas mediadas pelas línguas em uso e seus efeitos de sentido sobre inclusão, participação e representação do sujeito Surdo nos espaços de atendimento.

- Os objetivos específicos são:

- 1º. Rastrear nas/pelas narrativas dos sujeitos Surdos e ouvintes (profissionais da saúde) representações da população surda sobre inclusão;

- 2º. Discutir os modos de subjetivação dos sujeitos Surdos e dos ouvintes pelas marcas linguísticas, identitárias e culturais ao falarem sobre as possíveis dificuldades enfrentadas por ambos;

- 3º. Analisar as representações dos profissionais dos setores da saúde sobre a Libras, enquanto constituição de sentidos e relações discursivos com o sujeito Surdo;

Subsidiando os objetivos específicos, as perguntas orientadoras são:

1. Como as relações de saber-poder interferem no processo de subjetivação tanto da população surda quanto da ouvinte?

2. Que representações os profissionais dos setores de saúde fazem da surdez, da pessoa surda e da Língua de Sinais?

3. A acessibilidade garantida por lei aos sujeitos Surdos é cumprida durante os atendimentos no setor da saúde?

Como suporte teórico-metodológico, filiamo-nos ao método arqueogenealógico de Foucault (1995, 1998, 2004, 2008, 2013, 2014), ao viés discursivo transdisciplinar, os trabalhos de Coracini (2007), Eckert-Hoff (2004, 2016). Na interface com Estudos Surdos, optou-se por Quadros (1997, 2004, 2006) e por Strobel (2007, 2008).

O *corpus* desta investigação é composto por onze (11) entrevistas, sendo cinco (05) com sujeitos Surdos e seis (06) com sujeitos ouvintes profissionais da saúde do município de Naviraí, Mato Grosso do Sul-MS. Foram duas as modalidades de entrevistas, sendo: entrevistas realizadas de forma semiestruturada sobre os temas: interação, Língua de Sinais e inclusão que serviram como ponto de partida e motivação para as narrativas. Realizou-se também entrevistas

⁶ Optou-se por apresentar os objetivos gerais, específicos e as perguntas de pesquisa em formato de tópicos, visando facilitar a visualização e a compreensão do texto por parte do sujeito Surdo também leitor dessa pesquisa.

dialogadas, assim, organizamos as temáticas como: interação, atendimento e acessibilidade na área da saúde, Libras e inclusão, pretendendo proporcionar abertura e motivação às narrativas, ou seja, uma conversa com construção de diálogo, com os participantes.

Os critérios de escolha dos Surdos participantes desta pesquisa foram os seguintes: que contemplassem um homem (pai) casado e com filhos, uma mulher (mãe) casada e com filhos, um casado e sem filhos e dois solteiros. E para os ouvintes, deveria ser um de cada setor da saúde, independente do sexo: médico, recepcionista, enfermeira, chefe de enfermagem, secretário da saúde, SAMU⁷, e que todos estivessem atuando.

As entrevistas dialogadas foram gravadas em um celular, (não foi especificado o tempo de duração de cada entrevista devido às particularidades inerentes ao processo enunciativo com os participantes Surdos e demais intercorrências). Posteriormente as entrevistas foram transcritas para o português escrito e para a transcrição das narrativas dos Surdos, foi necessário o trabalho de um tradutor intérprete de Libras para transcrever as filmagens para a língua portuguesa, a fim de realizar a análise do *corpus*. As narrativas produzidas pelos participantes Surdos aparecem neste trabalho seguindo a estrutura linguística própria do Português Surdo. Essa forma de escrita é característica de sujeitos que têm a Libras como primeira língua e o português como segunda língua (L2), não internalizado necessariamente pelas normas gramaticais do português padrão. Desta forma, é possível também perceber as peculiaridades da escrita por pessoas surdas que não dominam a norma culta da Língua Portuguesa. Quanto à transcrição das entrevistas com falantes/ouvintes, estas seguiram critérios conforme Koch (1992, p,73) para melhor caracterizar as marcas de oralidade

Portanto, este estudo visa provocar reflexões acerca das subjetividades presentes nos discursos de Surdos e profissionais de saúde, indicando desafios e possibilidades para garantir a inclusão e o direito linguístico por meio da Libras na área da saúde.

Assim, na sequência apresentamos um breve Estado da Arte, que abrangeu os bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), assim como, nos repositórios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS⁸, que é a instituição do programa de

⁷ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

⁸ Apesar da busca realizada nos repositórios da UFMS, não foram encontrados trabalhos anteriores que abordem especificamente a temática desta pesquisa. No entanto, é importante destacar que a instituição passou, em determinado período, por um incidente de segurança digital, com comprometimento de seus sistemas e perda de dados. Diante disso, não se pode afirmar com total certeza de que não tenham existido produções sobre o tema, ainda que, no estado atual dos registros disponíveis, não tenham sido localizadas.

desenvolvimento dessa tese, a fim de constatar as teses e/ou dissertações produzidas nessa área de pesquisa.

Estado da Arte: quais aspectos destacar?

De acordo com Silva, Souza e Vasconcellos (2020, p. 2), “o Estado da Arte e o Estado do Conhecimento são denominações de levantamentos sistemáticos ou balanço sobre algum conhecimento, produzido durante um determinado período e área de abrangência”. Essa abordagem permite não apenas mapear o desenvolvimento e as tendências de uma área, mas também compreender as lacunas e direcionar novas pesquisas. Ao compilar e analisar a produção existente, esse tipo de levantamento possibilita uma visão integrada do conhecimento, contribuindo para a reflexão teórica e prática e servindo como base para futuras investigações que possam expandir ou aprofundar o entendimento sobre o tema estudado.

Tomamos como ponto de partida alguns descritores no intuito de verificarmos se há trabalhos que atendam uma demanda de discussões da relação sobre a população surda e o setor da saúde, ou que se aproxime dos objetivos desta pesquisa, ou que trouxesse contribuições, no que pudemos reconhecer a evolução dos estudos já realizados. Os descritores utilizados foram: Saúde *and* Interação *and* Língua de Sinais – Libras; Área da saúde *and* Libras; Surdez *and* Saúde. Foram encontrados alguns trabalhos de teses e dissertações. Além das pesquisas que abordam os estudos linguísticos, a surdez e os atendimentos de saúde voltados à população surda, tornou-se necessário dialogar também com estudos de caráter linguístico. Isso porque a língua, em suas múltiplas dimensões, atravessa as relações de poder, os processos de subjetivação e as formas de inclusão e exclusão. Assim, compreender as questões de linguagem possibilita ampliar a análise sobre as práticas discursivas e sobre os modos como os sujeitos são representados e se constituem nos espaços sociais e institucionais. Propomo-nos a fazer um recorte temporal, de 2002, ano que regulamentou a Lei de Libras até 2023, período que iniciei a pesquisa para o estado da arte.

Assim, apresento, de forma resumida, alguns trabalhos que abordaram a relação entre saúde, surdez, linguagem e práticas de inclusão, que serviram para aprimorar as discussões dentro da pesquisa. Encontramos dissertações e teses, bem como vários artigos, capítulos de livros e TCCs. Neste ponto, direcionamos nossa atenção às dissertações e teses que estão listadas no quadro 1:

Quadro 1: Trabalhos sobre surdez e saúde

Dissertação/ Tese E Autor	Título	Programa/ Instituição / Ano	Objetivo
- Dissertação - Neuma Chaveiro	<i>Encontro do paciente surdo que usa a Língua de Sinais com os profissionais da saúde.</i>	Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás, 2007	- Analisar o encontro entre pacientes surdos que utilizam a língua de sinais e os profissionais da saúde.
- Dissertação - Eurípedes Gil de França	<i>Atenção à saúde do surdo na perspectiva do profissional de saúde.</i>	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Avaliação de Programas e Atenção à Saúde, 2011	- Identificar as dificuldades enfrentadas por profissionais da saúde durante o atendimento ao surdo; evidenciar as estratégias de comunicação mais utilizadas; verificar se há relação entre as dificuldades existentes para a prestação de cuidados em saúde e a formação na graduação ou capacitação do profissional para comunicação com Surdo.
- Dissertação - Yanik Carla Araújo de Oliveira	<i>Assistência à saúde: perspectivas dos surdos</i>	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, na área de Saúde Pública, 2012	- Compreender a assistência à saúde, a partir de experiências de Surdos em serviços públicos.
- Dissertação - Luciana de Oliveira Fortes	<i>Estratégias de Comunicação no Atendimento em Saúde a Sujeitos Surdos.</i>	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, na área de concentração em Linguagem Oral e Escrita, do curso de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana, 2012	- Investigar a percepção de profissionais ouvintes da área da saúde e dos sujeitos Surdos em relação às estratégias utilizadas e aos aspectos de comunicação estabelecidos durante o atendimento em saúde.
- Dissertação - Ringo Bez de Jesus	<i>Ei, aquele é o intérprete de Libras? Atuação de intérpretes de Libras no contexto da saúde.</i>	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET, Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2017	- Descrever os principais desafios presentes na atuação de Intérpretes de Libras-Português no Contexto da Saúde.
- Dissertação - Dyego Henrique Ramos	<i>Língua de Sinais Brasileira: Análise de Campanha do Ministério da Saúde na Perspectiva da Pessoa Surda.</i>	Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências e	- Analisar a compreensão da pessoa Surda diante das campanhas de saúde promovidas pelo Ministério da Saúde

		Tecnologias em Saúde, 2017	
- Dissertação - Priscilla Ouverney Martins	<i>A interpretação intermodal Libras-Português em contexto de saúde</i>	Programa Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC	- Conhecer a situação atual vivenciada pelos Surdos sinalizantes de Libras como usuários dos serviços de saúde, bem como a atuação dos profissionais de saúde e dos intérpretes de Libras-Português no atendimento a esse público específico.
- Dissertação - Héliida Cristine Santos Mendes Barroso	<i>A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no curso Técnico de Enfermagem do IFNMG (Instituto Federal Norte de Minas Gerais): (re)significando a percepção dos alunos em relação à comunicação com os Surdos na atenção à saúde.</i>	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Montes Claros, 2020	- Avaliar a contribuição da Libras na formação dos alunos do Curso Técnico de Enfermagem, em relação à comunicação com os pacientes surdos na atenção à saúde
- Tese - Aline da Silva Alves	<i>Construção do FRAMEWORK ASAS para apoiar a interação e a comunicação entre usuários Surdos pré-linguísticos e profissionais de saúde.</i>	Programa de Pós-Graduação em informática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2020	- A construção de um framework para orientar os desenvolvedores na elaboração de sistemas que apoiem a interação e a comunicação entre usuários surdos pré-linguísticos e profissionais de saúde.
- Tese - Beatriz Lopes Porto Verzolla	<i>Políticas públicas e acessibilidade para surdos na rede de saúde do município de São Paulo: uma visão histórica a partir da criação do SUS (1988-2020).</i>	Programa de Saúde Coletiva e na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2023	- Analisar historicamente as propostas relacionadas à saúde e acessibilidade para Surdos nas políticas públicas do município de São Paulo, no período de 1988 a 2020.
Estudos Linguísticos e Culturais			
- Dissertação - Eliane Francisca Alves da Silva	<i>A aprendizagem de Português por sujeitos surdos falantes da Libras: entre discursos e identidade.</i>	Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas - área de concentração: Estudos Linguísticos - 2015	- Descrever, a partir de uma perspectiva funcionalista da linguagem, as interferências da LIBRAS na marcação de tempo e em outros aspectos da gramática da Língua Portuguesa mediante análise de mensagens de surdos via inbox pela rede social Facebook.

- Tese - Rejane Cristina de Carvalho Brito	- (D)O Que Falam Essas Mãos? – O Lugar Outro Do Intérprete De Língua De Sinais Na Aula De Língua Inglesa.	- Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Linguística Aplicada na área de Linguagem e Educação – 2016	- Problematicar a formação, a função do intérprete de língua de sinais e a interpretação da aula de língua inglesa
- Tese -Romilda Meira de Souza Barbosa	<i>Processos de subjetivação do professor de surdos no Ensino Médio: narrativas de si.</i>	Programa de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas – área de concentração: Estudos Linguísticos, 2021	- Problematicar as narrativas do professor, compreendendo-as como escritas de si, nas e pelas quais se pode entreouvir sua voz acerca do que seja ser professor de Surdo no Ensino Médio.
- Tese - Sheyla Cristina Araujo Matoso	<i>A interação entre Surdos: funções dos marcadores discursivos em Libras.</i>	- Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas – Letras - área de concentração: Estudos Linguísticos - 2022	- Analisar o emprego dos marcadores discursivos na língua brasileira de sinais (Libras) e as funções que desempenham na interação entre pessoas surdas.
- Tese - Michelle Sousa Mussato	- <i>SURDO TERENA: a (in)existência de sujeitos (s)em política(s) linguística(s).</i>	- Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas – 2022. Área de concentração: Estudos Linguísticos.	- Compreender como a (falta de) política linguística afeta a constituição subjetiva dos sujeitos Surdos terena.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A dissertação com o título: *Encontro do paciente surdo que usa a Língua de Sinais com os profissionais da saúde*, de Chaveiro (2007) do programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás, teve como objetivo principal analisar o encontro entre pacientes Surdos que utilizam a Língua de Sinais e os profissionais da saúde. A abordagem é qualitativa descritivo-exploratória, com a análise de conteúdo (Bardin, 1979 *apud* Chaveiro

2007 p.101), e de uma entrevista semiestruturada, com questões sobre a expectativa do Surdo quanto ao atendimento com o profissional de saúde, quais os meios de comunicação utilizados, o intérprete de Libras como mediador, e qual é a necessidade para um bom relacionamento entre ambos. Esse trabalho contou com a participação de 11 Surdos usuários da Língua de Sinais, sendo oito homens e três mulheres.

A autora concluiu, que os Surdos enfrentam um grande desafio e dificuldades no que diz respeito à comunicação, podendo trazer a falta de compreensão por parte do profissional da saúde, fazendo com que, muitas vezes, eles desistam de procurar atendimento à saúde. A tese aborda a importância do conhecimento dos profissionais da saúde quanto a comunidade surda nas suas particularidades culturais e linguísticas, não respeitando sua autonomia, mas reconhecem e valorizam a presença do intérprete de Língua de Sinais, isso quando encontram algum disponível para o atendimento. Os Surdos relatam ainda o desconforto de expor assuntos confidenciais ao intérprete, o sentimento de piedade e a falta de consciência da sua função quando faz tradução. Chaveiro (2007), também conclui relatando a importância da formação/capacitação adequada destes profissionais da saúde por meio de cursos de graduação e Pós-graduação, e sugere que o governo possa disponibilizar o trabalho de profissionais capacitados na tradução da Língua Portuguesa para a Libras, tanto na esfera municipal, estadual e federal.

A próxima dissertação, é da autoria de França (2011), intitulada *Atenção à saúde do surdo na perspectiva do profissional de saúde*, apresentada na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. O objetivo principal foi identificar as dificuldades enfrentadas por profissionais da saúde durante o atendimento ao Surdo. A pesquisa é de cunho quantitativo com coleta de dados de sessenta unidades de serviço Unidade Básica de Saúde da Família - UBSFs urbanas e três unidades rurais de Campina Grande, totalizando cento e cinquenta e seis participantes, todos com nível superior, por estarem aptos a fazer o trabalho de consulta à saúde do usuário.

A coleta aconteceu por formulário, com quatro categorias de questões, sendo: identificação de sua profissão, formação e instituição, idade, sexo e tempo de serviço. Outra categoria foi a de conhecimento sobre Libras, ou seja, se já conhecia sobre a capacitação em comunicação com o Surdo, se já havia conhecimento da graduação ou cursos sobre a consulta integral à saúde do Surdo, e a última categoria é sobre a atenção à saúde do surdo, preenchida apenas por quem já havia feito algum atendimento ao Surdo durante sua carreira profissional.

A autora da pesquisa verificou que os profissionais já tinham ouvido falar sobre a Libras, mas não sabiam falar, alegaram que mesmo sem o conhecimento da língua, conseguiram

atender. A gestão não dá incentivo para a qualificação dos profissionais; consideraram a acessibilidade e trabalho dos serviços como fluente; a estratégia usada para a comunicação foi a ajuda de um familiar, e acrescentam que assim, não se garante autonomia e privacidade do Surdo, pois as mímicas implicam em risco para o diagnóstico por dependerem de cada um, conforme a cultura e interpretação; e leitura labial, também depende de várias questões como, visibilidade, ausência de barreiras físicas, muita atenção, paciência. As principais dificuldades foram em relação aos problemas na comunicação, infraestrutura, falta de formação do profissional, assim como a não autonomia do Surdo, a presença sempre de um acompanhante e as dúvidas nas anotações dos profissionais. A autora conclui, pela pesquisa, que as consultas são limitadas em decorrência à necessidade do Surdo e a legislação não é atendida como deveria.

Em consonância com o trabalho anterior, com a mesma área de concentração e a mesma universidade, trouxemos a pesquisa de Oliveira (2012), apresentada na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, na perspectiva do sujeito Surdo, com o título: *Assistência à saúde: perspectivas dos surdos*, os objetivos do trabalho foram o de compreender a assistência à saúde a partir de experiências de Surdos em serviços públicos. Como metodologia foi escolhida a abordagem qualitativa, em uma instituição pública de atendimento a pessoas com deficiência, durante um ano e sete meses. Foram realizadas entrevistas com onze Surdos sinalizantes de Libras, maiores de dezoito (18) anos, e estas foram filmadas, traduzidas e transcritas para o português.

Oliveira (2012) concluiu que a acessibilidade dos Surdos ao serviço de saúde está marcada por avanços que identificou, como a gratuidade dos serviços públicos de saúde, o local de atendimento próximo às casas dos sujeitos, facilitando um vínculo com os profissionais no atendimento. Como retrocessos identificou a demora no atendimento, filas de espera, o despreparo e a falta de conhecimento dos profissionais da saúde sobre a Língua de Sinais, Cultura Surda, o que dificulta o atendimento adequado ao Surdo.

A autora ainda dissertou sobre as estratégias de comunicação dos profissionais com o Surdo, sendo escrita e/ou a presença de acompanhantes, muitas vezes um familiar, sendo avaliadas pelo Surdo como ineficientes pela perda de privacidade, uma certa dependência e falta do protagonismo do Surdo quanto aos cuidados do seu próprio corpo. A legislação dá o direito a população surda do atendimento adequado. Porém, a gestão do SUS precisa promover a acessibilidade a estes serviços para todos. A pesquisadora sugere a formação e qualificação aos profissionais, para minimizar as dificuldades relatadas pelos Surdos que necessitam dos serviços da saúde.

Outro trabalho trazido para discussão é o de Fortes (2012) da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, na área de concentração em Linguagem Oral e Escrita, e tem como título: *Estratégias de Comunicação no Atendimento em Saúde a Sujeitos Surdos*. O objetivo do trabalho foi de investigar a percepção dos profissionais ouvintes da área da saúde e dos sujeitos Surdos em relação às estratégias de comunicação estabelecidas durante o atendimento em saúde. Esse trabalho é de cunho quanti-qualitativo e descritivo-exploratório, e com método de levantamento de dados por meio de questionários, coletados com dois grupos: os ouvintes profissionais da saúde, contando com aproximadamente cento e quarenta que atuam no hospital universitário do município de Santa Maria-RS. O grupo dos Surdos tiveram os questionários traduzidos em Libras para melhor compreensão das questões.

Como resultado, Fortes (2012) relata que há contradições entre o profissional da saúde e o sujeito Surdo em relação às estratégias usadas para a comunicação de ambos. A pesquisa indicou que os profissionais não estão aptos para o atendimento e comunicação com o Surdo, por isso se sentem inseguros para prescrever diagnósticos, ambas as partes parecem não querer se adaptar à língua do outro, dificultando o acesso ao atendimento. Fortes também trouxe a percepção de uma pequena mudança nas reivindicações dos Surdos, pois, antes eles direcionavam para a presença de um intérprete, mas hoje eles gostariam que os profissionais soubessem a Língua de Sinais, para uma participação mais efetiva, ou seja, um atendimento bilíngue.

Até aqui o nosso trabalho se diferencia por abordar a relação entre as narrativas e seus efeitos de sentido tanto dos profissionais da saúde ouvintes quanto dos sujeitos Surdos, com foco nos processos de comunicação e inclusão, buscando compreender as narrativas de ambos os lados, dos ouvintes e dos Surdos, investigando os efeitos de sentido dessas interações, o que proporciona uma análise mais aprofundada dos processos de comunicação e inclusão, explorando como ambas as partes se sentem representadas, incluídas e compreendidas dentro do contexto de saúde, enquanto os trabalhos acima são mais específicos a algum grupo, por exemplo, o de psicologia e atuação de intérpretes, respectivamente.

Jesus (2017), apresentou sua dissertação com o título *Ei, aquele é o intérprete de Libras? atuação de intérpretes de Libras no contexto da saúde*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET, da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. A pesquisa traz como objetivo geral oferecer um olhar mais amplo no que tange à inter- e transdisciplinaridade entre os Estudos da Interpretação na área da saúde, das Políticas Públicas e da comunidade surda. O trabalho teve como foco os intérpretes, os profissionais da saúde, os usuários Surdos e os gestores públicos responsáveis pela execução das Centrais de Interpretação

de Libras (CILs). A pesquisa é de cunho exploratório-descritivo-explicativo, de natureza quantitativa e qualitativa.

O autor concluiu revisitando a dificuldade do trabalho dos ICS (Intérpretes Comunitários na Saúde), sendo concebido como incipiente e instável, pois a falta de profissionalização é visível, o não reconhecimento do ICS como um servidor público das CILs, desmotivando o profissional, colocando-os em um estado de insegurança, comprometendo a estabilidade emocional e afetiva no campo de trabalho. Dissertou sobre a necessidade de discussão com a rede de atendimento do SUS, discutiu os horários, agendamento de consultas, atendimento prioritário, a interação do profissional intérprete com o profissional da saúde, enfatizou a urgência em estruturar o perfil, as diretrizes de atuação dos ICSs e dos TILSs que trabalham nas centrais, o planejamento de formação continuada para os intérpretes na área da saúde, a organização de uma política de interlocução com a rede de saúde para sanar as dúvidas em relação ao ICS e suas funções nos atendimentos.

Concomitante ao trabalho anterior, foi apresentada na Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, a dissertação de Henrique (2017), intitulada: *Língua de Sinais Brasileira: Análise de Campanha do Ministério da Saúde na Perspectiva da Pessoa Surda*. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a compreensão da pessoa Surda diante das campanhas de saúde promovidas pelo Ministério da Saúde. A metodologia aplicada foi de abordagem qualitativa e exploratória utilizando dados primários. Para coletas foram feitos grupos de trinta e um Surdos, com idade entre dezoito e sessenta e oito anos, e subdivididos em três grupos, sendo o primeiro grupo com quatorze participantes, o segundo grupo com doze participantes, todos fluentes e sinalizantes da Língua de Sinais, já o terceiro grupo continha cinco participantes sinalizantes, mas não fluentes na Língua de Sinais, e nem na leitura do português escrito. Ao todo, foram analisadas trinta campanhas de saúde.

Os resultados foram traduzidos para a Língua Portuguesa, transcritas e validadas/analizadas por um doutor Surdo bilíngue. Foi realizado pelo pesquisador uma aplicação de estudo piloto, no qual verificou a importância de aprofundar ainda mais as análises, devido aos resultados obtidos. Ao final da pesquisa, o autor verificou que os Surdos não apresentam uma compreensão na maioria das campanhas analisadas, pois não apresentam coesão na dualidade imagem e texto, afirmam que a temática, a escrita e a imagem usadas nas campanhas, muitas vezes não condizem com o próprio objetivo, e ainda acrescenta que todas as campanhas foram apresentadas em Língua Portuguesa, deixando claro a falta de inclusão dos Surdos nas campanhas de promoção e prevenção à saúde.

Já Martins (2019), apresentou a dissertação com o título: *A interpretação intermodal Libras-Português em contexto de saúde*, submetida ao Programa Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, com objetivo de conhecer e analisar os aspectos interacionais que caracterizam os processos interpretativos interlinguísticos intermodais, envolvendo uma língua de modalidade vocal-auditiva e outra de modalidade gestual-visual, a saber, o Português e a Libras, em contexto de saúde. Com abordagens aos Estudos da Tradução e Interpretação, e a teoria metodológica da Sociolinguística Interacional, foi realizado um questionário bilíngue on-line por meio do *Google Forms* aos Surdos, profissionais da saúde e intérpretes de Libras, e um registro por meio de vídeos de situações de interação entre os participantes e depois transcritas os vídeos.

Para seleção dos participantes, foram seguidos os seguintes critérios: Grupo A – Surdo usuário dos serviços de saúde com mais de 18 anos e sinalizante, o Grupo B – profissional da área saúde, e Grupo C – profissional da área da interpretação com, no mínimo, cinco anos de experiência, com certificado de proficiência em Tradução e Interpretação Libras-Português. O trabalho teve como foco a atuação de intérpretes de Libras-Português em contexto de saúde na interação que ocorre em uma situação de entrevista médica, desconsiderando os outros ambientes, como a realização de exames, a marcação de consultas, as cirurgias etc.

A conclusão mostra uma problemática significativa no contexto da saúde para a comunidade surda como a baixa frequência com que Surdos sinalizantes acessam os serviços e a carência de preparo dos profissionais que os atendem, reforçando a necessidade de formação especializada para intérpretes em contextos de saúde e destacando a atuação esporádica e, por vezes, desqualificada desses profissionais. O trabalho verificou a importância de os profissionais da saúde interagirem mais diretamente com o usuário Surdo, e para isso, é preciso conhecimento da Libras, também identificou a importância de contato dos profissionais da saúde com a população surda, para terem conhecimento de suas peculiaridades, mesmo que isso não garanta uma interação de sucesso, por isso não se cogita a exclusão do intérprete de Libras-Português das interações que se dão entre esse profissional da saúde e os Surdos.

A dissertação intitulada: *A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no curso Técnico de Enfermagem do IFNMG (Instituto Federal Norte de Minas Gerais): (re)significando a percepção dos alunos em relação à comunicação com os Surdos na atenção à saúde*, foi escrita por Barroso (2020), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Montes Claros. O objetivo geral foi avaliar a contribuição da Libras na formação dos alunos do Curso Técnico de Enfermagem, em relação à comunicação com os pacientes Surdos na atenção à saúde. A fundamentação teórica-metodologicamente foi na “[...]”

perspectiva de educação inclusiva como princípio educativo no mundo do trabalho e nos princípios da Aprendizagem Significativa por meio da utilização de organizadores prévios”, do tipo descritiva, bibliográfica e pesquisa-ação com abordagem qualitativa. Foi feita entrevista aplicada a seis alunos, um questionário e uma observação direta, aplicados a nove alunos.

Ao finalizar a pesquisa, a autora propôs a construção de um produto educacional, que resultou em um curso de curta duração em Libras no contexto da saúde, visando contribuir para a formação dos estudantes do Curso Técnico de Enfermagem do IFNMG e para capacitação dos técnicos em enfermagem no atendimento ao paciente Surdo, melhorando a comunicação entre eles. E como conclusão do trabalho, a autora diz que o atendimento ao paciente Surdo não é contemplado no Curso Técnico em Enfermagem do IFNMG e que o atendimento é restrito e confuso, pois seria necessário que a Libras estivesse presente na formação desses alunos, contribuindo para oferecerem um atendimento mais eficaz ao paciente Surdo.

A tese intitulada: *Construção do FRAMEWORK ASAS para apoiar a interação e a comunicação entre usuários Surdos pré-linguísticos e profissionais de saúde* foi desenvolvida por Alves (2020), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como objetivo analisar a comunicação entre pacientes Surdos que possuem Libras como primeira língua e profissionais de saúde ouvintes, que desconhecem ou não dominam a Libras, no contexto do atendimento individual em saúde, de modo a identificar os problemas de comunicação envolvidos e como as tecnologias computacionais podem apoiar este atendimento de modo que os usuários de saúde Surdos tenham uma compreensão mais clara de seus problemas e necessidades de saúde.

Alves, nomeou a ferramenta de *framework de ASAS - Acessibilidade para Surdos na Atenção à Saúde*. O trabalho é uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e foram elaborados dois roteiros de perguntas, um para médicos e outro para enfermeiros. A pesquisa foi finalizada externando as dificuldades que os Surdos encontram com a comunicação, pois mesmo com os recursos tecnológicos de tradução da Libras para o português, ainda, sim, são limitadas, por falta de vocábulos e expressões. O uso do *framework* foi considerado uma ferramenta de apoio à interação e comunicação entre profissionais de saúde e o Surdo.

A autora Verzolla (2023), apresentou a tese intitulada: *Políticas públicas e acessibilidade para surdos na rede de saúde do município de São Paulo: uma visão histórica a partir da criação do SUS (1988-2020)*, no Programa de Saúde Coletiva e na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O objetivo do trabalho foi analisar historicamente as propostas relacionadas à saúde e acessibilidade para Surdos nas políticas públicas do município de São Paulo, no período de 1988 a 2020. Assim, foram avaliadas fontes de documentos oficiais

e técnicos da área da saúde e da pessoa com deficiência, tanto na esfera federal, como do município de São Paulo, documentos normativos relacionados às políticas públicas de saúde e acessibilidade para Surdos no atendimento à saúde, assim como leis, decretos, portarias, diretrizes, outras publicações oficiais.

O trabalho embasou-se em uma pesquisa histórica com análise documental. A conclusão do trabalho foi que, no município de São Paulo, as políticas públicas de saúde e acessibilidade para pessoas surdas, revelam caminhos de lutas e movimentos e, que a heterogeneidade dos grupos surdos revela tensões particulares, como a teoria e a prática, refletidas nos serviços de atendimento à saúde. Aponta que os movimentos surdos estão presentes desde as primeiras políticas públicas, sendo fundamental para conquistarem seus direitos. A autora fala sobre a autonomia, cuidado em saúde do Surdo, sendo que este deveria ser considerado em suas particularidades e necessidades, assim como são definidos nos princípios do SUS, embora ainda se revele um modelo biomédico da deficiência, uma concepção clínico-terapêutica da surdez, considerando os acessos tecnológicos como principal elemento, não que não seja um avanço, mas ainda o limita no seu exercício de cidadania.

A dissertação intitulada *A aprendizagem de Português por sujeitos surdos falantes da Libras: entre discursos e identidade*, escrita por Silva (2015), apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, teve como objetivo principal, descrever a partir de uma perspectiva funcionalista da linguagem, as interferências da Libras na marcação de tempo e em outros aspectos da gramática da Língua Portuguesa mediante análise de mensagens de Surdos via *inbox* pela rede social *Facebook*. O trabalho foi fundamentado com arcabouço teórico da perspectiva funcionalista. Esta abordagem considera a língua como um fator de interação social, cujo objetivo é verificar como os falantes interagem eficientemente por meio da linguagem. Autores como Neves (2000), Givón (2001) e Fiorin (2003) são citados como base teórica para o funcionalismo. Para os estudos sobre a gramática da Libras, foram utilizados trabalhos de Felipe (2007), Quadros (2004), Brito (1995) e Coutinho (2000), e na perspectiva discursiva com Skliar (2003), Cavallari (2011) e Coracini (2003), e a questão do monolinguismo, com base em Derrida (2001).

O procedimento metodológico envolveu a coleta e análise de dados linguísticos pela seleção de mensagens recolhidas da rede social *Facebook*, especificamente por meio de conversas espontâneas trocadas via *inbox*. Os dados coletados foram de sujeitos Surdos residentes nas cidades de Nova Andradina e Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul. As conversas consistiram em perguntas e respostas. O *corpus* foi constituído de recortes/sentenças analisados e organizados obedecendo a um critério numérico de

categorização dos sujeitos (S1, S2, S3, S4 e S5). A análise se concentrou especialmente em como ocorre a marcação de tempo nos discursos desses sujeitos, e a pesquisa também buscou descrever as interferências da Libras na gramática da Língua Portuguesa.

A autora concluiu que a pesquisa foi de suma importância para descrever as interferências de aspectos linguísticos da Libras no contexto real de uso da Língua Portuguesa (LP) escrita por sujeitos Surdos, estabelecendo as relações entre as duas línguas. Embora os sujeitos Surdos da pesquisa tenham conseguido transcrever suas ideias e sentimentos para a LP escrita, ressalta a dificuldade deles em fazer essa transcrição por falta de conhecimento do sistema linguístico da Libras (L1). A autora destacou também que os sujeitos Surdos vivem entre universos linguísticos distintos, o que os torna tradutores da própria língua para a LP, uma tarefa difícil que exige conhecimento de ambas as línguas. A conclusão é que é preciso ter domínio da língua materna para que a aquisição de outra língua ocorra de forma adequada, e o processo de ensino da LP para surdos deve ser concebido como ensino de uma segunda língua (L2). Silva enfatiza que, embora as discussões sobre a importância da Libras na vida dos Surdos estejam mais presentes e eles tenham maior participação nas decisões sobre políticas linguísticas, ainda existem barreiras por parte de alguns profissionais da educação e da sociedade, que ser Surdo em uma sociedade ouvinte é ser um estrangeiro dentro do seu próprio país, vivendo um hibridismo cultural e linguístico. A sociedade ainda carrega uma busca pela perfeição e normalidade, onde o diferente incomoda e é marginalizado.

A autora ainda finaliza dizendo que é necessário ir para a prática, ter atitude, e não apenas criar teorias e métodos. É preciso oferecer soluções concretas que valorizem a língua e a cultura do Surdo para que ele possa utilizar a escrita e a leitura do idioma nacional por meio de sua língua materna, a Libras. A perspectiva pessoal da autora, é que por ser uma pessoa com deficiência auditiva, usuária da Libras e participante da comunidade surda, ela compartilha que o processo de escrita do trabalho foi árduo, marcado por dúvidas, angústias e receios relacionados ao uso do português surdo, mas também por vitórias e conquistas. Ela busca, por meio de sua pesquisa, discernir como seus pares podem desenvolver seu aprendizado, utilizando sua linguagem sem desconsiderar os aspectos linguísticos da L2.

A tese de doutorado de Brito (2016), foi desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, com o título: *(D) o que falam essas mãos? - o lugar outro do intérprete de língua de sinais na aula de língua inglesa*. O trabalho teve o objetivo de contribuir para a reflexão em torno da complexa atividade do Intérprete de Língua de Sinais (ILS) que atua nas aulas de língua estrangeira, especificamente a Língua Inglesa (LI), focando na formação e prática profissionais desses intérpretes. A pesquisa traz uma discussão

sobre a formação, a função do ILS e a interpretação nas aulas de Língua Inglesa, partindo da hipótese de que a identidade do intérprete se constitui em um lugar tenso de múltiplas funções, especialmente quando a LI não é explicitamente prevista nos documentos oficiais como parte de sua função de interpretação.

A metodologia da pesquisa foi guiada por uma perspectiva discursivo-filosófico-desconstrutivista, que articula os estudos de Foucault, Derrida e Lacan, e com a base teórica de Coracini. As noções foucaultianas de discurso, poder-saber, normalização e acontecimento, bem como as ideias derridianas de desconstrução, heterogeneidade e a relação com a escrita e a voz, foram mobilizadas para analisar as representações e contradições presentes nos discursos dos intérpretes e nos documentos. A noção psicanalítica de sujeito, incompleto e constituído pela linguagem, também é fundamental para a análise da constituição identitária dos ILS. Esta abordagem busca compreender as relações entre linguagem, discurso e exclusão, especialmente em contextos de marginalização.

A pesquisa foi vinculada ao grupo de estudos *Vozes (In)fames: exclusão e resistência* (VIF), inserido no campo da Linguística Aplicada. O VIF tem como propósito desenvolver investigações sobre as relações entre linguagem, discurso e processos de exclusão, tomando como foco sujeitos em condições de marginalização ou exclusão em diferentes contextos sociais. O *corpus* foi constituído por entrevistas orais, gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas, com 6 (seis) intérpretes de língua de sinais (ILS). As entrevistas foram realizadas em dois estados brasileiros, Minas Gerais e São Paulo. As perguntas elaboradas inicialmente serviram como guia, mas o objetivo era permitir que a fala dos intérpretes direcionasse a conversa dentro do tema da pesquisa. Além das entrevistas, foram analisados documentos oficiais que regem e orientam a profissão e a prática dos ILS no país. Foram selecionados 3 (três) documentos nacionais (um de orientação da profissão e dois de regulamentação) e 2 (dois) documentos estaduais de Minas Gerais e São Paulo. Esses documentos foram escolhidos com base nas citações de diretores e coordenadores de escolas como justificativas para a contratação e atuação dos ILS.

A conclusão de Brito é que a identidade do Intérprete de Língua de Sinais (ILS) é constituída em um lugar tenso de múltiplas funções, (docente, tradutor, interlocutor), especialmente na aula de Língua Inglesa (LI). Essa tensão se estende à própria natureza da interpretação e à forma como as línguas envolvidas (Libras, Português e Inglês) são representadas pelos profissionais, o que o aproxima da imagem de um pedagogo universal capaz de atuar genericamente na educação de surdos. A profissão é comparada a um caleidoscópio, onde a cada momento o ILS assume diferentes posições (tradutor, professor, auxiliar

pedagógico), reconfigurando sua identidade em um "entrelugar". Quanto a formação do profissional, a autora conclui que é diversificada e muitas vezes informal, iniciada em cursos rápidos, instituições religiosas ou "em serviço". A aceitação e inclusão na comunidade surda são frequentemente vistas como a principal "certificação de fluência" em Libras, superando até mesmo o exame nacional PROLIBRAS.

Brito (2016), ainda coloca que existe um conflito constante entre o "ideal ético-profissional inatingível" (imparcialidade, discrição, fidelidade) presente nos documentos e a realidade da sala de aula, que leva os ILS a "infringir" essas normas para garantir o acesso do aluno surdo ao conteúdo. Que a angústia e o não-saber diante da LI forcem o ILS a criar "soluções" para viabilizar a aula, o que frequentemente envolve a modificação de sua função para além da interpretação. Nos documentos oficiais, a LI é "anulada e/ou excluída" da atividade de interpretação, sendo tratada apenas como "conteúdo curricular" a ser traduzido do português. Não há previsão ou orientação para a interpretação direta da LI. A Língua Portuguesa (LP) emerge como mediadora na aula de LI, tornando a interpretação de inglês, na prática, uma interpretação de português para Libras. A LI é vista como uma terceira língua para o Surdo (após Libras e LP), o que acentua a dificuldade e a percepção de que sua aprendizagem é um esforço puxado ou desnecessário em comparação a LP.

Para a autora, Libras aqui, é representada como a língua do corpo e da sensibilidade, onde o conhecimento é saboreado e sentido fisicamente. Essa identificação com o corpo do Surdo leva à resignificação da interpretação como encenação. Nesse espaço, o estrangeiro (seja o intérprete, o Surdo, a LI ou o professor de LI) pode ser tanto hóspede quanto inimigo, colocando em risco as soberanias do código de ética, do professor, da disciplina, da própria LP.

A tese de Barbosa (2021), apresentada na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, *Processos de subjetivação do professor de surdos no Ensino Médio: narrativas de si*, na área de concentração em Estudos Linguísticos, teve como objetivo geral problematizar as narrativas do professor, compreendendo-as como escritas de si, nas e pelas quais se pode entreouvir sua voz acerca do que seja ser professor de Surdo no Ensino Médio. A pesquisa emprega uma abordagem teórico-metodológica transdisciplinar discursiva-desconstrutiva, com um arcabouço teórico-metodológico da Psicanálise Lacaniana (1998, 2003, 2005), e uma Perspectiva Discursiva-Desconstrutiva com Derrida (2001, 2003) e Coracini (2007, 2015), que permite uma leitura problematizadora do discurso, interpretando a palavra em sua ambivalência de sentidos e desconstruindo totalidades e a Arqueogenealogia de Foucault (1979, 2007, 2014), empregada como dispositivo de análise das relações de saber-poder, na compreensão da construção da (a)normalidade e das práticas discursivas.

O *corpus* foi composto por recortes selecionados de entrevistas orais semiestruturadas, utilizando um roteiro de seis questões-chave para abordar temas como a experiência com estudantes surdos, cursos de inclusão, uso de Libras, materiais do CAS/MS e recursos tecnológicos. As entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo de dez (10) professores de surdos no Ensino Médio, em cinco (5) escolas estaduais de Mato Grosso do Sul. As entrevistas são tratadas como narrativas de si ou escrituras de si, na qual o professor, ao falar de sua prática, narra a si(mesmo). A pesquisa de Barbosa (2020) concluiu com gestos (in)conclusivos de interpretação, enfatizando que o objetivo não é fornecer respostas definitivas, mas problematizar as narrativas dos professores, e revelou um professor em constante (des)afiliação com os discursos oficiais da inclusão, que, embora busquem incluir para igualar, paradoxalmente, acabam por excluir o próprio docente de um papel ativo na construção dessas políticas, deixando-o à deriva e sem o apoio necessário para lidar com as especificidades do ensino de surdos. A pesquisa reconhece que a análise não busca uma verdade irrefutável, mas sim um movimento reflexivo que contribui para deslocamentos e desconstruções necessárias no trabalho do professor e na aprendizagem do estudante com surdez.

Matoso (2022), apresentou sua tese intitulada *A interação entre surdos: funções dos marcadores discursivos em Libras*, no Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, para analisar o emprego dos marcadores discursivos na língua brasileira de sinais (Libras) e as funções que desempenham na interação entre pessoas surdas. O aporte teórico utilizado pela autora na pesquisa está fundamentado nos estudos da Análise da Conversação (AC), Marcuschi (1989; 2003), Preti (2000; 2002; 2003; 2005), Castilho (1989; 1994; 2020), Urbano (1999), Barros (2005), Fraser (1994), Galembeck e Blanco (2001), Barros (1997), Risso, Silva e Urbano (2015), Schiffrin (1987), e no que se refere especificamente à área da Libras, a autora destacou os trabalhos de Gesser (2009; 2012), Quadros (2013; 2019), Quadros e Karnopp (2004), Leite (2008).

Para a construção do *corpus*, foram utilizados vinte e dois (22) vídeos de conversações entre surdos, disponíveis no Portal Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As gravações foram realizadas em um estúdio na UFSC com quatro (4) filmadoras posicionadas para captar os informantes em diferentes perspectivas, visando apreender a dimensão corporal da língua visual-espacial. O *corpus* contém dados de Florianópolis-SC e Maceió-AL. A seleção priorizou vídeos com conversação livre sobre tópicos discursivos abertos, como "Copa 2014", "Trânsito", "Manifestação", "Tecnologia", "Escola de surdo e ouvinte", "Associação de surdos" e "Conversação livre". Vídeos classificados como "vocabulários" ou "narrativas" foram excluídos. Os vídeos analisados de Florianópolis contaram com 36 participantes, com idades

entre 16 e mais de 50 anos, divididos por faixa etária e gênero. A transcrição dos dados foi feita com o *software* ELAN (*Eudico Language Annotator*), desenvolvido pelo *Max Plank Institute*, um *software* que permite a segmentação e análise detalhada dos vídeos, facilitando a transcrição e tradução da Língua de Sinais.

Diante da pesquisa, a autora confirmou que a Língua Brasileira de Sinais - Libras, assim como as línguas orais, utilizam Marcadores Discursivos (MDs) na interação entre surdos, e que esses elementos são intrínsecos às línguas em um ato conversacional, reafirma que a Libras é uma língua natural, completa e complexa, que transcende a lógica da mera junção de códigos, permitindo aos seus usuários expressar os mais variados assuntos e temas. Diante dos desafios, a autora reconhece que a transcrição de dados de línguas sinalizadas é complexa devido à falta de um sistema de escrita convencional e adaptado. Ela sugere que um sistema de transcrição mais efetivo e avançado poderia possibilitar uma explanação ainda mais detalhada dos aspectos da Libras. O estudo também instiga novos pesquisadores a investigarem os atributos linguísticos desta língua, que ainda é pouco explorada em comparação com as línguas orais.

A tese de Mussato (2022), intitulada *SURDO TERENA: a (in)existência de sujeitos (s)em política(s) linguística(s)*, foi apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, área de concentração: Estudos Linguísticos e teve como objetivo geral: compreender como a (falta de) política linguística afeta a constituição subjetiva dos sujeitos Surdos Terena. A autora emprega uma metodologia plural, teórica e transdisciplinar, buscando uma abordagem contra hegemônica para problematizar discursos, sujeitos, línguas e culturas. Os principais teóricos, com a Análise do Discurso de origem francesa (Foucault, Pêcheux, Coracini, Authier-Revuz), incorporando as Epistemologias do Sul (Sousa-Santos, Castro-Gómez, Mignolo, Quijano). O método arqueogenealógico de Foucault (1990) é central para a análise.

O *corpus* da pesquisa é composto por entrevistas concedidas por dois Surdos e três ouvintes indígenas da etnia Terena, que participam do processo sociocultural, educacional e institucional. A coleta de dados também considerou o I Encontro dos Surdos Terena no Posto Indígena de Cachoeirinha, em Miranda-MS, como um acontecimento discursivo relevante. As entrevistas foram gravadas/filmadas e transcritas conforme os preceitos da Norma Linguística Urbana Culta (NURC), com marcações específicas para pausas e outros elementos discursivos. As transcrições dos surdos-indígenas foram realizadas de duas maneiras: primeiro, sinal, e depois, com o auxílio de uma mestrande surda de estudos linguísticos, foi tecida a possível oralidade dos dizeres sinalizados, denotando pausas e parênteses discursivos para observar a constituição subjetiva e apropriação linguística e cultural.

Mussato (2022) concluiu principalmente que a falta de visibilidade às políticas linguísticas que consideram os aspectos sócio-históricos e culturais dos surdos-terena reforça as marcas de colonialidade nos sujeitos, frente à imposição de culturas e línguas "do outro(s)". A autora afirma que a hipótese inicial da pesquisa foi confirmada, e o estudo busca dar voz e visibilidade aos sujeitos inexistentes nos/dos discursos hegemônicos, enfatizando a luta pelo direito de narrar a si (mesmos). A falta de visibilidade às políticas linguísticas que deveriam contemplar os surdos-terena, por meio da língua, perpetua a colonialidade do poder, do saber e do ser. A pesquisa concluiu que a inexistência desses sujeitos é congregada ao irrelevante ou incompreensível, sendo radicalmente excluídos por permanecerem exteriores ao universo da inclusão aceita pela concepção dominante. Não se encontra uma discursividade que os legitime ou os inscreva como indígenas-surdos, resultando em uma dupla exclusão por serem indígenas e surdos.

A pesquisa mostra que as pessoas têm a capacidade de agir e expressar sua própria identidade e linguagem, sem ficarem totalmente controladas ou moldadas pelo conhecimento e poder dominantes. A autora reitera a necessidade de repensar epistemologias e ampliar os olhares acadêmicos, buscando estabelecer pontes entre disciplinas que seguem muitas vezes linhas abissais de reflexão. O estudo defende uma abordagem transdisciplinar, que agrega saberes locais e oferece uma reflexão crítica contra hegemônica frente aos processos de (de)colonialidade. A autora convida a transgredir o poder docilizador para que a heterogeneidade seja vista como naturalidade, e que os sujeitos possam ser apenas ser. Em resumo, a tese de Mussato (2022) concluiu que a invisibilidade e a marginalização dos surdos-terena são produtos diretos de políticas linguísticas coloniais e hegemônicas, e que a resistência e a afirmação de suas próprias línguas e culturas são cruciais para a desconstrução desses mecanismos de exclusão, promovendo uma ecologia de saberes e uma verdadeira existência para esses sujeitos.

A apresentação dos trabalhos selecionados no estado da arte mostra uma predominância de pesquisas voltadas a dimensões educacionais e clínicas da surdez, frequentemente ancoradas em uma perspectiva normativa de inclusão. Observa-se, contudo, uma lacuna no que se refere à problematização discursiva das relações entre linguagem, identidade e poder, sobretudo no campo da saúde. Entendemos que os trabalhos se debruçaram sobre a Libras em diferentes perspectivas, compreensão de campanhas ou à análise técnica dos processos interpretativos, capacitação, formação, desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, análise de políticas públicas e acessibilidade em uma perspectiva histórica, indicando o crescimento e a consolidação de pesquisas voltadas à Língua de Sinais no Brasil. Tal conjunto de estudos

contribui significativamente para o reconhecimento da Libras como campo científico e para a compreensão de suas múltiplas dimensões linguísticas, discursivas e interacionais.

Contudo, ainda que se observe esse avanço, essa pesquisa se apresenta como contribuição necessária, por abordar a Libras no âmbito das práticas discursivas situadas no contexto da saúde e da acessibilidade, explorando a constituição identitária e os processos de (in)(ex)clusão do sujeito Surdo. Trata-se, portanto, de um trabalho que não apenas dialoga com a tradição já consolidada, mas também amplia o escopo das investigações, ao propor uma análise voltada às interfaces entre língua, cultura e práticas sociais, em um espaço ainda pouco explorado nos estudos acadêmicos, no viés teórico-metodológico da arqueogenealogia foucaultiana.

Esta tese está dividida em quatro seções. Na seção 1, serão abordados dispositivos históricos que permearam a relação entre surdez e saúde no Brasil, explorando desde o *status* linguístico da Libras até sua visibilidade social. A seção 2 busca estabelecer um diálogo possível entre surdez e saúde, explorando as perspectivas, a acessibilidade linguística e os diferentes discursos presentes na relação entre médicos e pacientes Surdos. Para a seção 3 apresentamos os caminhos teóricos metodológicos que fundamentam a análise, discutindo conceitos como: enunciado, discurso, sujeito, memória e relações de saber/poder. A Seção 4 se dedicou a um olhar aprofundado nos/pelos dizeres de sujeitos Surdos e ouvintes, estruturando a análise em dois eixos: 4.1- O do subjetivar-se, observando os modos pelos quais os sujeitos (Surdos e ouvintes), constroem suas representações e sentidos sobre as instituições, saúde e a surdez e no eixo 4.2 - Ser Subjetivado, centrando nos dizeres dos sujeitos (Surdos e ouvintes), revelando como eles vivenciam e enunciam as formas pelas quais são capturados, conduzidos nas práticas de atendimento à saúde.

Ainda no decorrer das seções, são apresentados alguns recortes das narrativas dos sujeitos Surdos e ouvintes como exemplos, identificados por nomes fictícios, e acompanhados com as letras PS (profissional da saúde) e as letras SS (sujeito Surdo), para preservar suas identidades.

Para os recortes discursivos que trazem os enunciados dos sujeitos de pesquisa, optou-se por trazê-los recuados em 3 cm para diferenciá-los das citações diretas recuadas. Em alguns momentos estes são trazidos em meio aos parágrafos, neste caso, quando tiverem mais de 3 linhas, também são apresentados recuados, sempre mantidas as aspas.

Nesse sentido, na seção 1, torna-se necessário revisitar os dispositivos históricos que, ao longo do tempo, configuraram formas específicas de olhar, tratar e nomear o sujeito Surdo, ou seja, como determinados saberes e práticas construíram modos de ver, classificar e intervir

sobre o corpo surdo, estabelecendo as bases sobre as quais ainda sustentam muitas das representações atuais.

1 DISPOSITIVOS HISTÓRICOS SOBRE A RELAÇÃO SURDEZ E SAÚDE NO BRASIL

“Não... ((expressão triste)) quase nada... é muito difícil ter lugar com atendimento em Libras... nunca aconteceu comigo aqui na cidade...” (Florinda SS).

Nesta primeira seção, serão discutidos os principais dispositivos históricos que moldaram a relação entre a surdez e a área da saúde no Brasil, com ênfase na evolução do reconhecimento e da valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Esse texto está organizado em três subseções, cada uma abordando aspectos distintos, mas complementares, da interface entre surdez e saúde.

No primeiro tópico exploramos a trajetória das percepções sociais acerca da Libras e sua relação com a Língua Portuguesa, abordando como o senso comum corroborado a interdiscursos que habitam as vozes patologizantes contribuiu para a marginalização da Libras, relegando-a a um papel secundário em vários contextos. No segundo tópico, o texto se concentra na convivência e interação entre duas línguas que compartilham o mesmo espaço geográfico, mas que operam em esferas distintas de interação e conhecimento. E o terceiro momento, destaca a importância da visibilidade da Libras na promoção da inclusão social e na garantia dos direitos dos Surdos. Discutimos, também, os avanços e desafios na consolidação da Libras como ferramenta de interação e empoderamento.

Não se trata de “empoderar” pessoas no sentido de atribuir-lhes poder, mas de problematizar e tensionar as redes de relações que produzem desigualdades, silenciamentos e posições de subordinação. O uso do termo empoderamento, portanto, refere-se à possibilidade de desfazer, deslocar ou reconfigurar práticas e discursos opressores, criando condições para que outros modos de existência, de fala e de escuta se tornem possíveis. Trata-se menos de fortalecer indivíduos isoladamente e mais de intervir nas condições históricas e sociais que regulam quem pode falar, em que língua e com quais efeitos de sentido.

1.1 Libras e Língua Portuguesa: do senso comum ao *status* linguístico

A epígrafe no início da seção, expressa a realidade vivida por muitos sujeitos Surdos, isto é, a ausência de políticas eficazes de acessibilidade linguística nos espaços sociais e, particularmente, nos serviços de saúde. A fala de Florinda SS destaca a fronteira, tanto

simbólica quanto concreta, entre Libras e Língua Portuguesa, significando não apenas a barreira interacional, mas também a luta pela aceitação da Língua de Sinais como um meio de comunicação e expressão, identidade e pertencimento. É nesse entrecruzamento de língua, cultura e políticas que se inscreve a discussão proposta neste tópico. Assim, ao revisitar os dispositivos históricos que marcaram a relação entre surdez e saúde no Brasil, busca-se compreender como a Libras percorreu o trajeto do senso comum ao reconhecimento legal, revelando as tensões entre a visibilidade social da Língua de Sinais e as persistentes marcas de exclusão.

A língua é um dos diversos meios pelos quais os seres humanos transmitem e recebem informações, e é por meio dela que nos constituímos como sujeitos da sociedade, podendo ser apresentada como língua oral e/ou Língua de Sinais. Ambas são usadas para a interação entre os sujeitos, porém, de modalidades distintas. A língua oral é a forma mais comum de interação da maioria das pessoas no mundo, enquanto a Língua de Sinais é utilizada pela comunidade e/ou pela população surda. O que diferencia as duas línguas é que na língua oral a modalidade de comunicação é vocal-auditiva, utilizando o aparelho fonador para a produção de sons articulados, ou seja, a fala, e a audição para a recepção. Já a Língua de Sinais a modalidade é espaço-visual ou viso-gestual, as mãos e demais expressões corporais falam e os olhos recebem a comunicação. De acordo com Koch (1999, p. 29), “[...] cada língua apresenta uma variedade de formas de expressão, abrindo-se, desta maneira, para o falante um amplo espaço de formulação, isto é, a possibilidade de escolha entre um leque de opções possíveis”. Isso significa que, independentemente da modalidade, o sujeito faz escolhas linguísticas que revelam sua posição discursiva e a função comunicativa que deseja realizar.

A Língua Portuguesa, enquanto língua natural do falante/ouvinte no Brasil, apresenta duas modalidades de uso, a oral e a escrita, ambas voltadas à interação entre os sujeitos. Como afirmam Koch *apud* Neves (1999), a língua é uma atividade comunicativa que se efetiva nas práticas sociais, manifestando-se por meio de regularidades observáveis no texto e nas operações linguísticas do falante. Assim, tanto a oralidade quanto a escrita configuram modos distintos de realização do mesmo sistema linguístico, adequando-se a diferentes contextos e intenções comunicativas. Já na Língua de Sinais, a interação é realizada principalmente por meio de sinais, expressões faciais e movimentos corporais. Sua percepção é por meio do canal visual espacial, não dependendo da oralidade. Tem sua própria gramática, estrutura e vocabulário, e as expressões faciais e corporais são cruciais para transmitir informações e nuances na Língua de Sinais, pois mudanças na expressão facial podem alterar o sentido.

Em consonância, como nos coloca Quadros (2019, p. 18), “[...] a Libras é uma língua visual-espacial. Exibe-se em uma modalidade que utiliza o corpo, as mãos, os espaços e a visão para ser produzida e percebida”. Esses elementos ampliam a complexidade da interação, indo além das palavras e envolvendo dimensões corporais e espaciais que não têm correspondência direta no português. Assim, mais do que duas formas opostas, a língua oral e a escrita constituem modalidades complementares de um mesmo processo interacional. Ambas revelam o funcionamento discursivo do sujeito na língua, ainda que por meios e recursos distintos.

A visão de que as Línguas de Sinais são universais pode desvalorizar a riqueza linguística e cultural das pessoas surdas. De acordo com Quadros (2019, p. 18), “[...] havia uma compreensão equivocada, com base no senso comum, de que as línguas de sinais seriam universais por usarem o corpo em movimento supostamente compreendido como gestos”. Essa concepção não apenas simplifica de forma reducionista a complexidade das Línguas de Sinais, como também invisibiliza as diferenças históricas, culturais e sociais que constituem cada comunidade surda. Como afirma Quadros (2019, p. 18),

[...] a Libras, assim como a ASL (Língua de Sinais Americana), a LSF (Língua de Sinais Francesa) e tantas outras apresentam componentes linguísticos que determinam seu *status* de língua, bem como as especificidades que as diferenciam quando comparadas entre si e com as línguas faladas.

Assim como existem centenas de línguas faladas, existem várias Línguas de Sinais, cada uma com suas próprias características e peculiaridades, com gramáticas e estruturas próprias.

Essa pluralidade reflete as diferentes culturas e comunidades de Surdos ao redor do mundo. A língua desempenha um papel crucial na formação da identidade e cultura de um povo. Por meio da língua, as pessoas expressam sua herança, valores, tradições e histórias únicas que contribuem para a identidade coletiva. No caso do português e da Libras, essas relações emergem de diferenças estruturais, culturais e históricas que afetam as práticas comunicativas e identitárias dos sujeitos que transitam entre essas línguas. Para Skliar (1997), a Língua de Sinais desempenha um papel central na identidade e na comunicação dos Surdos, e essa língua se torna um elemento essencial na construção da identidade surda, o desenvolvimento de suas competências linguísticas, comunicativas e cognitivas por meio do uso da Língua de Sinais da sua comunidade. O autor enfatiza a centralidade da Língua de Sinais na vida dos Surdos, destacando sua importância não apenas como uma ferramenta de interação, mas também como um elemento vital na construção da identidade e na formação de comunidades surdas.

A Língua de Sinais, de fato, desempenha um papel fundamental na constituição da identidade e da cultura surda. Strobel (2008, p. 44) diz que

[...] a língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Ela não é apenas um sistema linguístico usado para interação, mas também uma manifestação cultural que carrega as vivências, as experiências visuais e a forma de perceber e interpretar o mundo, típica da população surda. Para Eckert-Hoff (2016, p. 140), “o lugar entre línguas [...] é um lugar de conflito, que significa entre culturas, entre outros, entre o um e o Outro”. A autora destaca a tensão vivida por sujeitos que transitam entre diferentes línguas e culturas, pois toda língua está sempre em contato com outras, e esse contato é também um espaço de tensão. Nesse contexto, ao considerar a relação entre Língua Portuguesa e a Libras, o espaço entre línguas é um território onde os sujeitos lidam com expectativas, normas e valores distintos de cada população linguística e cultural.

Segundo Gesser (2009), a língua oral possui variações, assim como em qualquer língua, a Língua de Sinais é influenciada pelo contexto social, histórico e cultural do sujeito Surdo que a utiliza. No Brasil, por exemplo, Surdos de São Paulo podem usar sinais diferentes daqueles usados no Mato Grosso do Sul ou no Paraná. Essas variações ocorrem em decorrência das interações regionais, da formação de comunidades específicas e até mesmo de influências históricas locais, criando uma riqueza de variações na Libras. As variações são mais um reflexo de como a língua é viva e moldada pelas interações entre seus falantes.

Em regiões na qual há maior concentração de pessoas surdas, como em algumas cidades brasileiras, é comum surgirem sinais locais que são específicos daquela comunidade, da mesma forma como em algumas regiões do Brasil surgem expressões locais na língua oral. Essa diversidade linguística também destaca o caráter dinâmico da Libras e das demais Línguas de Sinais. Assim como novas gírias e expressões surgem nas línguas orais, novos sinais podem aparecer e ser incorporados pela população surda. A comunicação visual-gestual é flexível, e os sinais podem se adaptar às necessidades culturais e sociais de uma população em constante mudança. Diante disso, Fernandes (2003) ressalta a importância de reconhecer que as Línguas de Sinais são distintas das línguas orais-auditivas, que cada uma, incluindo a Língua Brasileira de Sinais - Libras, tem sua estrutura linguística, com regras gramaticais e sintáticas específicas.

A maneira como os sinais são realizados no espaço, as expressões faciais e o uso do corpo transmitem significados gramaticais e semânticos, o que a torna com uma característica única, significando assim, que a Libras não é apenas uma forma visual de representar a Língua

Portuguesa, mas é uma língua. Nesse ponto, reconhece-se que Línguas de Sinais e línguas orais possuem igual valor linguístico e social.

Ainda sobre isso, Gesser (2009, p. 21-22) ressalta que

[...] é necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo diferente (visual-gestual) que o surdo usa para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a Língua de Sinais.

Assim, Gesser (2009), Quadros (2019), contribuíram para a compreensão da diversidade linguística e da importância de considerar as Línguas de Sinais como línguas naturais e não artificiais. Outros autores em suas pesquisas, demonstram essa riqueza da língua, assim como Stokoe (1960), que foi um dos primeiros linguistas a estudar a Língua de Sinais Americana (ASL), como uma língua com estrutura gramatical própria e seu trabalho pioneiro abriu caminho para o reconhecimento das Línguas de Sinais como línguas naturais. Capovilla e Raphael (2001), com a obra Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, um dicionário que documenta o vocabulário da Libras e sua estrutura gramatical. As autoras Quadros e Karnopp (2004), no livro Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos, trazem uma análise detalhada da gramática e estrutura da Libras, demonstram como ela funciona. Estes pesquisadores/autores defendem que a Libras, assim como outras Línguas de Sinais, possui todas as características que definem uma língua natural. Isso mostra que as Línguas de Sinais possuem sua autenticidade, embora, Libras e Língua Portuguesa sejam diferentes na modalidade, cumprem a mesma função de qualquer língua, a interação e expressão de pensamento.

Essa perspectiva é fundamental para promover a valorização e a inclusão das comunidades surdas que utilizam essas línguas. Strobel (2008) destaca a importância da Língua de Sinais na construção da identidade surda, na valorização da cultura surda e que esta língua é que vai trazer a transmissão e acesso ao conhecimento para os sujeitos Surdos. Aqui no Brasil, a língua oral predominante é a Língua Portuguesa, oficializada e considerada aquela com a qual o sujeito cresce e se desenvolve desde o nascimento, isso com a maioria ouvinte da sociedade. É importante destacar que ambas as línguas, a Língua Portuguesa e a Libras, são igualmente válidas e devem ser respeitadas. A escolha entre uma língua oral e uma Língua de Sinais muitas vezes depende das preferências e necessidades individuais, bem como da cultura e populações envolvidas.

Em se tratando do Surdo, ele poderá, e é um direito seu, escolher usar a Libras, a língua oral e/ou a língua escrita. Para isso, Quadros (1997, p. 27) destaca que: “[...] obrigar um grupo

a utilizar uma língua diferente da sua, mais do que assegurar a unidade nacional, contribui para que esse grupo, vítima de uma proibição, segregue-se cada vez mais da vida nacional”. A reflexão de Quadros (1997) aborda uma questão fundamental no contexto das políticas linguísticas e da inclusão social, especialmente no que se refere à população surda. Quando um grupo, como os Surdos, é forçado a usar uma língua diferente da sua, no caso, uma língua oral em vez da Língua de Sinais, o efeito não é a integração, mas a segregação, tornando uma imposição linguística, longe de promover a unidade nacional, acabando por alienar ainda mais o grupo surdo da vida social, política e cultural. Nessa perspectiva, prioriza-se exclusivamente uma língua dominante ou oficial, muitas vezes em detrimento das línguas minoritárias da população marginalizada. Quanto ao aprender a Língua de Sinais, confira o dizer de uma das profissionais da saúde (Adelaide PS):

“Eu não sei como seria isso... mas se todo mundo soubesse seria melhor neh ((riso))... mas é difícil né... é difícil ((riso)) mas claro... se a gente tivesse uma instrução talvez seria melhor... só que assim... não é uma coisa simples para você aprender neh... que é TODA uma... imagina neh... não é fácil para a gente aprender... mas o jeito é ter os intérpretes”.

Para Karnopp (2002, p. 57), “[...] os surdos, como grupo minoritário, não somente de um ponto de vista numérico e estatístico, porém de uma perspectiva também sociológica, é um grupo não dominante e oprimido”. Embora seja importante afirmar que a inclusão social, a valorização cultural e o respeito pelos direitos linguísticos devam ser priorizados, é necessário discutir como esses princípios são enunciados. Muitas vezes, os discursos institucionais se apresentam como se a garantia de direito fosse universal, mas, na prática, certas línguas, como a Libras, continuam ocupando um lugar de marginalidade.

Reconhecer as Línguas de Sinais como línguas não significa apenas as inserir em políticas já estabelecidas, geralmente moldadas a partir de uma lógica majoritária e oralista, mas deslocar a compreensão de língua de uma ideia de unidade, pura e completa para entendê-la como relação, historicidade e produção de subjetividades. Quando a Libras é invisibilizada ou tratada como um complemento da Língua Portuguesa, opera-se justamente essa negação da heterogeneidade constitutiva da linguagem, reduzindo o Surdo a uma posição de déficit interativo. Em contrapartida, assumir a língua como atravessada pela multiplicidade é reconhecer que o encontro entre Libras e português não é um choque de sistemas inconciliáveis, mas um espaço de negociação e de produção de sentidos.

É sabido que nem todos os Surdos são usuários da Libras, por isso, o que defendemos aqui não é o uso exclusivo da Língua de Sinais nos setores de atendimentos ao sujeito Surdo, o

que defendemos é que ele possa ser atendido na língua que ele quiser, seja de sinais, oral ou escrita. Assim, o equívoco da homogeneidade linguística que a sociedade ouvinte insiste em sustentar, trata-se de um modelo de comunicação baseado exclusivamente na oralidade do português, ela não reconhece a alteridade constitutiva da língua de sinais. O efeito disso é excluir o Surdo, já que ele não tem sua língua (Libras) legitimada como meio de interação nos espaços sociais, educacionais e de saúde.

Nesse sentido, como comenta Coracini (2007, p. 49), “[...] toda língua não passa de um simulacro de unidade, porque ela se constitui de outras línguas, de outras culturas”. Mais do que celebrar uma aparente coesão social, trata-se de tensionar as fronteiras daquilo que é reconhecido como língua legítima, questionando os processos de exclusão que ainda marcam a experiência dos sujeitos Surdos no acesso à vida nacional. Ainda a partir da reflexão de Derrida (2001, *apud* Coracini, 2007, p. 145), “[...] qualquer língua é fragmentária, híbrida, constituída de outras – línguas, culturas, ideologias – tão fragmentárias e fraturadas quanto o sujeito (da linguagem) que busca em vão a completude, sua e da ‘sua’ língua[...]”. Essa constatação desestabiliza a crença em uma língua legítima e transparente, revelando que a língua, assim como o sujeito, é sempre atravessada por fissuras, incompletudes e alteridades. No caso do sujeito Surdo, esse atravessamento é ainda mais evidente, pois sua experiência linguística se dá na tensão entre uma Língua de Sinais, marcada por historicidade e resistência, e a língua oral majoritária, que lhe é imposta como norma. A fragmentariedade da língua, longe de ser um problema, sugere a multiplicidade constitutiva da subjetividade, mas, na sociedade ouvinte, ela é frequentemente negada em prol de uma homogeneização que silencia a diferença.

Assim, o Surdo é duplamente afetado, por um lado, vive sua própria incompletude constitutiva, comum a todos os sujeitos, por outro, enfrenta a exclusão produzida por uma sociedade que insiste em camuflar essa incompletude em nome de uma suposta língua “una”, interditando a possibilidade de interação. Essa perspectiva é fundamental para pensar a situação do sujeito Surdo na sociedade ouvinte, ao indicar que a tentativa de homogeneização linguística, marcada pela centralidade da Língua Portuguesa, reforça processos de exclusão e impede a circulação de diferentes formas de dizer e significar o mundo. Ao negar a Libras como língua, cria-se uma barreira interativa que destitui o Surdo de espaços de diálogo e participação, como se sua experiência linguística não fosse constitutiva do social.

Dessa forma, ao pensarmos a Libras em sua trajetória de língua menor relegada ao senso comum até o seu reconhecimento jurídico e acadêmico como língua, não podemos ignorar que toda língua é atravessada por outras. Como lembra Coracini (2007), não há língua pura, única ou autônoma, cada língua se constitui em relação, em atravessamentos e em fronteiras sempre

móveis. Nessa perspectiva, a Libras e a Língua Portuguesa, mais do que se oporem, se constroem mutuamente no encontro dos sujeitos, nas disputas de sentidos e nas lutas por legitimidade. Reconhecer esse movimento é compreender que o *status* linguístico não é um ponto de chegada definitivo, mas uma arena de negociações e (re)configurações constantes.

1.2 As Fronteiras de duas Línguas e um mesmo Território

Adverte-se aqui ao conceito de fronteira e de barreira, atentando não ao conceito de fronteira como uma linha que separa duas línguas, mas como um entrecruzamento em que ambas as línguas que se afetam e produzem tensões, novas formas de subjetivação dos indivíduos. Ou melhor dizendo, fronteira linguística entre dois grupos de pessoas, sendo elas os ouvintes e os Surdos. De acordo com Day (2013, p. 5), “[...] raramente uma língua se encontra isolada no espaço, toda comunidade linguística estabelece, cedo ou tarde, relações mais ou menos estreitas com outros grupos, com outros falares”, gerando uma interconexão entre diferentes comunidades linguísticas. Assim, as línguas e as comunidades linguísticas raramente existem em isolamento.

A convivência e o contato entre diferentes grupos linguísticos promovem trocas, influências mútuas e transformações nas línguas e nas culturas envolvidas. Ainda, de acordo com Day (2013, p. 5), “[...] o contato entre os povos é resultante de uma realidade social e histórica que, caprichosamente e por motivos diversos, colocou frente a frente indivíduos falantes de línguas diferentes”. A autora afirma que ao longo da história, os encontros entre grupos humanos foram motivados por uma variedade de fatores, como migração, comércio, conquista, colonização e intercâmbio cultural, e essa diversidade linguística pode trazer desafios, bem como o da relação linguística entre sujeitos.

As relações de fronteira e tensão referem-se aos espaços na qual diferentes línguas e culturas interagem, muitas vezes de maneira complexa e contestada. Podemos dizer que isso acontece entre a Libras e o português, e entre os sujeitos Surdos e ouvintes, entre Surdos e Surdos, revelando a complexidade de espaços em que essas duas esferas linguísticas e culturais se encontram e interagem. Conforme Eckert-Hoff (2016, p. 11),

a relação dos sujeitos-enunciadores com as línguas deixa rastros, ressonâncias, produz memória, desse modo incidindo e desdobrando, inevitavelmente, efeitos e transformações na constituição da subjetividade.

A língua não é apenas um meio de interagir, se relacionar, mas também um repositório de memória cultural e histórica. Os rastros que a relação com uma língua deixa nos sujeitos enunciadorese se manifestam tanto no nível individual quanto no coletivo.

Para sujeitos que transitam entre português e Libras, essas memórias podem incluir experiências de exclusão, resistência ou pertencimento, cada uma influenciando sua identidade e subjetividade. Essas fronteiras são caracterizadas por dinâmicas de poder, identidade e acessibilidade, e muitas vezes manifestam tensões devido às diferenças linguísticas e à predominância da cultura ouvinte sobre a cultura surda. As tensões podem surgir quando as práticas linguísticas e culturais minoritárias são desconsideradas ou desvalorizadas, perpetuando desigualdades e construindo barreiras linguísticas entre povos. Consta-se que a nossa sociedade tem a língua oral como dominante, uma língua de *status*, em comparação com a Libras. E que o Surdo, sendo usuário da Língua de Sinais, se depara com falhas na interação, o que pode fazer com que essa relação social truncada possa influenciar no desenvolvimento do sujeito Surdo, bem como, o comportamental, o físico, e na construção da sua subjetividade.

Portanto, a compreensão da língua como um fator constituinte destaca a natureza política das escolhas linguísticas e suas implicações nas relações de poder, barreiras linguísticas e culturais e tensões entre diferentes populações. Veja a fala de (João SS):

“então assim... não tem inclusão porque as pessoas não usam Libras... só comunicação visual.... nós mostramos... algum restaurante... algum lugar temos sorte de encontrar pessoas que sabem sinais... então conseguem sinalizar... eu quero bebida... eu quero isso... mostro... a pessoa anota o pedido, mas são poucas as pessoas que conseguem sinalizar com clareza e facilidade”.

Ao mesmo tempo, em que o dizer de João SS denuncia a invisibilidade da população surda, apreciamos acontecimentos recentes aqui na cidade, como a implementação de um cardápio acessível em Libras em um restaurante local (Casarão Oriental), por meio de um projeto desenvolvido por uma empresa e alguns funcionários surdos, revelam deslocamentos importantes nas práticas sociais e discursivas. Esse gesto de inclusão linguística, rompe, ainda que parcialmente, com a lógica de que a acessibilidade se limita a adaptações técnicas e reafirma a Libras como língua de circulação social, e não somente um recurso auxiliar. Nessa perspectiva, a possibilidade de interagir diretamente em Libras por meio de vídeos e *QR codes* sinaliza uma transformação discursiva, ou seja, a passagem da invisibilidade para o reconhecimento do silêncio imposto à presença linguística. Embora seja ainda somente um estabelecimento, esse gesto inaugura a possibilidade de outros seguirem o exemplo, sinalizando

que a inclusão linguística pode e deve extrapolar o campo das intenções e materializar-se nas práticas cotidianas. Veja o *post* repostado divulgado no *Instagram* do restaurante⁹.

Aqui no Brasil, a falta dessa interconexão/interação dos Surdos com o ouvinte em contextos sociais, educacionais e profissionais, se dá devido a uma série de desafios que eles enfrentam, muitos dos quais resultam de barreiras interativas e sociais. Destacamos alguns desafios como, a falta de fluência em Libras por parte de pessoas ouvintes, incluindo familiares, professores, e colegas de trabalho; acessibilidade insuficiente, pois, apesar de avanços legais muitas instituições e serviços não estão preparados para atender basicamente às necessidades dos Surdos; o preconceito e a desinformação, na qual a sociedade desconhece as especificidades da cultura surda e as necessidades dos Surdos, resultando em atitudes preconceituosas e na marginalização das pessoas surdas, dificultando ainda mais a sua integração. Vejamos a fala de (José SS):

“Não, não.. a maioria das pessoas não sabem muito sinais... eu já pedi... já falei para fazer um curso... mas elas falam que é difícil... parece que elas não estão nem aí... despreza o que eu falo... ah::: bom eu não vou falar mais nada”.

As línguas não são neutras, elas podem transformar os sujeitos. No contexto do português e da Libras, essa transformação é evidente no processo de aprender, usar e transitar entre as duas línguas. Cada interação linguística é uma oportunidade de redimensionar a subjetividade, seja ao adquirir novas formas de expressão, seja ao enfrentar as tensões decorrentes das relações de poder entre as línguas. A maioria das pessoas, por desconhecimento, supõe que a Língua de Sinais seja composta apenas por gestos ou mímica. Para Quadros (2009, p. 11), “[...] a Libras é a Língua de Sinais que se constituiu naturalmente na comunidade surda brasileira”. Quer dizer, a Libras é o idioma gestual que ao longo do tempo emergiu na população surda do Brasil, ela não foi inventada ou criada artificialmente, ela surgiu por meio das interações sociais e culturais desse povo. Gesser (2009, p. 12) considera “[...] artificiais as línguas construídas e estabelecidas por um grupo de indivíduos com algum propósito específico”. Ela é não somente um meio de comunicação, mas também um símbolo de identidade cultural e resistência. Para a autora, reconhecer a Libras como língua natural¹⁰

⁹ <https://www.instagram.com/reel/DQZVGoNkYeT/?igsh=MXdpZXVjaWJnN2EzbQ==>, acesso em 30 de out de 2025.

¹⁰ Entende-se por língua natural aquela que se constitui historicamente no interior de uma comunidade de falantes ou sinalizantes, a partir de práticas sociais e interacionais, sem planejamento artificial ou imposição externa. As línguas naturais desenvolvem-se de forma espontânea, apresentam estrutura gramatical própria, variação, produtividade e capacidade de produzir sentidos em diferentes contextos discursivos. Nesse quadro, a Libras, assim como as línguas orais, configura-se como uma língua natural, uma vez que emerge das relações sociais da comunidade surda, organizando-se como sistema linguístico completo e historicamente situado.

implica compreendê-la como prática social, atravessada por relações de poder, e não como mero instrumento compensatório da deficiência auditiva.

Ambas as línguas, a oral e a de sinais, constituem meios de aproximação entre as pessoas, contudo, essa aproximação entre Surdos e ouvintes somente acontece no âmbito da sociedade, quando há compreensão mútua, esforço para o entendimento e respeito às diferentes formas de interação. Gesser (2009, p. 78) diz que “[...] sem dúvidas o momento é do surdo e para o surdo”. Esta fala enfatiza a necessidade de dar visibilidade e voz aos sujeitos Surdos, respeitando suas próprias escolhas sobre o uso da língua e como desejam se representar na sociedade. A importância de reconhecer e valorizar a perspectiva e a autonomia das pessoas surdas em questões relacionadas à sua própria identidade, cultura. Houve muitas conquistas, mas ainda se vê a luta e a importância para promover a inclusão e o respeito às pessoas surdas. Sobre isso, vejamos a fala de (Elói PS):

“Então assim eh::h eu vejo realmente de extrema necessidade... de extrema.... necessidade... principalmente... mas não só na área da saúde.... mas todas as áreas ne::: todas as áreas de atendimento.... no comércio.... nas indústrias.... no trabalho né.....”.

De uma forma geral, podemos visualizar que o uso de aplicativos que fazem tradução simultânea de fala para a Língua de Sinais e da Língua de Sinais para texto tem melhorado, mas ainda não é suficiente. Eles auxiliam na interconexão/interação em tempo real, mas a precisão e a contextualização continuam sendo desafios. As legendas, as plataformas de vídeo, como *YouTube* têm implementado legendas que auxiliam aqueles Surdos que possuem competência na Língua Portuguesa como L2. Sobre os aplicativos, vejamos a fala de (Florinda SS):

“nós usamos muito o celular.... por exemplo... para agendar uma consulta e graças a Deus agora tem tecnologia... porque antigamente nós não tínhamos e nem sei falar como era... mas agora eu uso bastante o *WhatsApp*... consigo resolver muita coisa.... às vezes eu também acabo utilizando o aplicativo *iCom*... no qual liga em chamada de vídeo para agendar um médico ou exames”.

O uso de tecnologia para a interação também pode ser observado na fala de (José SS):

“Sim, eu uso escrita às vezes... também uso o *WhatsApp* para enviar mensagens... conversar”.

Há uma importante discussão também sobre o uso da Língua Portuguesa escrita pelo sujeito Surdo. Garé e Mascia (2017, p. 75) dizem que,

[...] diante destas dificuldades e do rótulo imputado aos surdos de que não “dominam o português”, podemos voltar à questão da colonização da língua,

ou seja, o português dos ouvintes reina soberano sobre uma língua, que diz a legislação ser reconhecida, mas aceita pela metade.

A produção textual de um Surdo, que frequentemente reflete a estrutura sintática da Libras, é muitas vezes avaliada como uma limitação do sujeito diante do registro escrito, em vez de ser reconhecida como a expressão de uma gramática diferente. A sociedade, em especial o sistema educacional, exige do Surdo uma produção escrita que siga os mesmos critérios estruturais e formais de um falante/ouvinte de português, desconsiderando as profundas diferenças entre as duas línguas. Os desafios enfrentados acontecem porque a escrita em português não é a primeira língua da maioria dos Surdos, o que pode gerar dificuldades de registro gramatical, vocabulário e clareza. Muitas das vezes, o ouvinte também não compreende os sentidos construídos pelo Surdo ao escrever, gerando erros de interpretação. E sabemos que as emoções, nuances e expressividades que estão presentes na Libras, isto é, as expressões faciais, corporais, podem se perder no texto escrito.

Assim, a Língua de Sinais é altamente visual e contextual, e a escrita do português não dá conta de transmitir todos esses elementos. As mensagens curtas no *WhatsApp* podem ser interpretadas de formas diferentes, sem o suporte visual da Libras. A educação dos Surdos em escolas regulares tem progredido, com maior oferta de intérpretes de Libras, mas ainda requer a formação de professores em Libras e a criação dos materiais didáticos. São áreas que necessitam de investimento e atenção. As universidades têm ampliado a oferta de intérpretes e materiais acessíveis, mas ainda existem barreiras, como a falta de intérpretes especializados em terminologias técnicas. Nos Serviços Públicos encontram-se as barreiras interacionais, por falta de intérpretes de Língua de Sinais, há pessoas que trabalham nestes locais que não sabem interagir com o Surdo, ou seja, o atendimento ainda é desigual, o acesso continua limitado. Quanto à necessidade e formação de intérpretes de Libras, confira na fala de (José SS):

“Sim... eu acho que o mais importante que a maioria das pessoas aprenda a Língua de Sinais porque facilita... mas eu percebo que a maioria das pessoas falam que não querem... não demonstram interesse... parece que elas têm preguiça... resume a dizer que a Língua de Sinais é difícil... mas tudo é muito difícil... por exemplo... estudar direito... inglês... então qual é o problema de aprender? falam que tem dificuldade com as mãos.... mas normal... tudo é difícil...”.

E a fala de (Rosilda SS):

“ C-L ((claro))... é óbvio... porque é uma reclamação do Surdo... precisamos de intérprete... imagina por exemplo se trocássemos de lugar com as pessoas ouvintes... que não sabem português... não sabem oralizar e a maioria das pessoas do mundo fossem Surdos... então... precisamos dessa experiência de se colocar no lugar do outro... precisamos interagir para conseguir melhorar essa comunicação”.

Embora o cenário de acessibilidade tenha melhorado, especialmente com o apoio da tecnologia e de políticas públicas, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que pessoas surdas tenham o mínimo de acessibilidade em todas as esferas da vida. Segundo Quadros (2009, p. 27), “[...] o preconceito ainda está muito impregnado na sociedade ouvinte e na família”. O esforço contínuo em combater o preconceito e promover a inclusão social das pessoas surdas, garantindo-lhes oportunidades de participação na sociedade, entendendo que isso não apenas beneficia os Surdos individualmente, mas enriquece toda a sociedade com sua diversidade e contribuições. Veja a fala de (Margarida SS), quando relata o apoio do marido ouvinte:

“por isso agora com a CIL a intérprete sinaliza tudo... e eu entendo... agora é diferente... tenho toda informação em Libras... meu marido... por exemplo... quando eu fiz a laqueadura... ele e o médico conversavam e ele só me falava: depois eu te explico... sempre uma informação curta... pela metade... diferente do intérprete que explica tudo e eu entendo”.

Se a sociedade ouvinte fizer com que aconteça a inclusão, a promoção da Língua de Sinais como uma língua, e o esforço para incluir a população surda em todos os aspectos da sociedade, poderá reduzir o que apontamos como fronteira linguística, como distanciamento. Sobre esta perspectiva, Gesser (2009, p. 78) reforça que “[...] há uma distância enorme entre dizer e o fazer”. Essa fronteira que afasta, pode também aproximar, havendo uma interação não majoritária ou minoritária, mas duas línguas que se constituem uma em relação à outra. Isso poderá promover a Língua de Sinais como uma língua de igual *status* às línguas orais, reconhecida legalmente e utilizada nas famílias de Surdos, em espaços públicos, educativos e profissionais.

A inclusão da população surda deveria acontecer em áreas como a educação, a saúde, o trabalho, entre outros. A Lei 14.191, de 3 de agosto de 2021, instituiu a educação bilíngue de Surdos como modalidade de ensino na Educação Nacional, na qual escolas bilíngues que ensinem tanto a Língua de Sinais quanto a língua oral promovam um ambiente de aprendizado inclusivo. Na saúde, deveria acontecer no sentido de que utilizem intérpretes de Língua de Sinais, garantindo que pacientes Surdos recebessem atendimento adequado.

Ao garantir que as pessoas surdas tenham acesso à sociedade, com mesma participação e oportunidades que as pessoas ouvintes, a sociedade passa a construir uma cidadania linguística. Isso significa que não se trata somente de fornecer acesso mínimo, mas de reconhecer que as Línguas de Sinais são parte integral da cultura e da identidade de um país,

com o mesmo valor e importância que qualquer língua majoritária. Portanto, ao transformar essa fronteira linguística em um espaço de encontro e diálogo, ao invés de um fator de distanciamento, podemos promover uma convivência mais justa e equitativa entre ouvintes e Surdos. Acredita-se que, o que traz o distanciamento entre os Surdos e ouvintes, é a falta de consciência cultural, ou seja, a falta de compreensão, sensibilidade ou reconhecimento das diferenças. No caso, sobre a cultura surda e a importância da Língua de Sinais, levando a atitudes discriminatórias e a uma barreira linguística.

A história cultural do povo surdo busca desconstruir narrativas coloniais dominantes para dar espaço de escuta à experiência desse povo. Essa desconstrução busca exterminar a marginalização de grupos que utilizam línguas diferentes da norma estabelecida. Segundo Strobel (2008, p. 24), “[...] cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-os com suas percepções visuais”. A cultura não é somente uma expressão superficial de costumes ou tradições, mas sim um elemento essencial da identidade humana, que ajuda a definir quem somos, de onde viemos e a que grupo pertencemos. Sobre barreira linguística, Andreis-Witkoski (2015, p. 11) diz que

[...] pondera-se que a barreira linguística poderia ser desconstruída se as pessoas que ouvem se dispusessem a aprender Língua de Sinais e, ao se tornarem fluentes, automaticamente fariam desaparecer os obstáculos para a comunicação plena com sujeitos surdos usuários da referida língua.

A barreira linguística não é inerente à Língua de Sinais ou aos Surdos, mas uma consequência de uma sociedade que, na maioria, não prioriza a inclusão linguística. Se mais pessoas ouvintes aprendessem a Língua de Sinais, seria possível criar um ambiente mais inclusivo, na qual a interação fosse natural e acessível para Surdos e ouvintes. Vejamos a fala de (Clara PS):

“as equipes precisam.... precisariam ter uma capacitação neh.... de Libras.... o básico pelo menos.... pra gente conseguir neh.... se comunicar melhor e atender melhor às demandas desse tipo de paciente”.

De fato, se as pessoas aprendessem a Língua de Sinais poderiam ajudar a desconstruir barreiras linguísticas com pessoas surdas que são usuárias dessa língua. Essa discussão é crucial para uma compreensão mais completa das dinâmicas sociais e culturais em contextos nos quais as escolhas linguísticas têm um impacto significativo. Dezinho (2016, p. 83 *apud* Bourdieu 1994) afirma que:

[...] a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser

compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos.

A língua consegue construir realidades, podendo ser usada para a promoção da inclusão e a igualdade, mas também pode ser utilizada para criar desigualdades e marginalização de grupos específicos. Portanto, questões de língua estão profundamente ligadas a questões de justiça social, poder e controle. Ao invés de visualizar as fronteiras como barreiras rígidas que separam culturas e línguas, a ideia é considerá-las como locais de intercâmbio e influência mútua. Ainda para Dezinho (2016, p. 83), há a:

[...] necessidade de que esses pequenos grupos minoritários e linguisticamente distintos da maioria da população se fortaleçam e edifiquem seus valores, no escopo de alcançarem o respeito à sua alteridade, emancipando-se individualmente e socialmente e paulatinamente ganhando espaço na sua própria identidade e na sociedade.

Nesse sentido, as fronteiras são encaradas como espaços de entrecruzamento no qual as culturas se encontram, interagem e, conseqüentemente, se transformam. Ou melhor dizendo, não se deve somente garantir o acesso linguístico, como também garantir que as vozes e as perspectivas desses grupos sejam ouvidas, valorizadas e respeitadas na sociedade em geral. A noção de que as línguas não existem isoladamente, mas estão interligadas com uma série de fatores, assim como sociais, culturais, políticos e econômicos, nos faz compreender melhor a complexidade e a importância das questões linguísticas em nossa sociedade. Assim, esse processo de interação pode resultar na criação de novas formas de expressão, pensamento e subjetividade. As pessoas que vivem nesses locais de fronteiras, neste caso os ouvintes e os Surdos, podem desenvolver identidades culturais híbridas, incorporando elementos de ambas as culturas envolvidas.

Sendo assim, a fronteira linguística entre a Língua de Sinais e as línguas orais é uma área complexa que pode ser influenciada por vários fatores. A promoção da inclusão, da consciência cultural e do respeito pela diversidade linguística são fundamentais para aproximar Surdos e ouvintes. Observemos a fala de (Aurora PS):

“hoje a gente vê a comunidade surda... com outros o::lhos né... principalmente depois da Libras né... só que a gente vê:: só que a gente continua limitado... porque para eles isso aí... eles tentam se interagir mais com a sociedade... só que enquanto isso nós... são poucas pessoas da sociedade que tem essa facilidade de:::eee de se comunicar né... por Libras”.

Quando vivenciamos, reorganizamos e aprendemos com as diferenças culturais, estamos enriquecendo nossa própria compreensão do mundo e fortalecendo nossas relações

interculturais. A luta surda desempenha um papel significativo na visibilidade social da Libras. A mobilização da comunidade surda para reivindicar seus direitos linguísticos e culturais contribui para a conscientização geral e promove a visibilidade da língua. Sobre isso, trataremos no próximo item.

1.3 Visibilidade Social da Língua Brasileira de Sinais – Libras

As línguas, de modo geral, não são propriedades exclusivas de um grupo e a interação entre diferentes línguas e culturas pode enriquecer a sociedade na totalidade. A visibilidade social da Libras é um elemento crucial na promoção da inclusão e no reconhecimento da população surda. Essa visibilidade social refere-se à presença e aceitação da sociedade diante da Libras como uma língua reconhecida. Conforme Quadros (2006, p. 142, grifos da autora),

[...] instaurou-se em várias unidades da Federação a discussão sobre a ‘língua de sinais dos surdos’, determinando o reconhecimento, por meio da legislação, dessa língua como meio de comunicação legítimo dos surdos.

Como uma língua visual-gestual, ela se torna mais do que simplesmente um meio de relação social, ela é um símbolo que unifica a população surda, fornecendo uma base linguística e cultural comum. A utilização da Libras pode ser vista como uma afirmação da identidade surda, um elemento central na expressão cultural e na conexão entre os membros surdos.

De acordo com Perlin (2005, p. 77), “[...] as identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com a maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito”. A identidade surda é moldada pela disposição do sujeito em se identificar com a cultura surda, ou seja, pela sua receptividade e engajamento com os elementos dessa cultura. A maior ou menor receptividade cultural reflete as escolhas individuais e as circunstâncias sociais, como o acesso à Língua de Sinais e a convivência com outros Surdos. Tanto os Surdos quanto os ouvintes podem se encontrar em situações nas quais suas identidades são redefinidas ou ajustadas em resposta ao contexto social e cultural. Ainda conforme Perlin (1998, p. 53-54), “[...] as identidades surdas estão aí, não se diluem totalmente no encontro ou na vivência em meios socioculturais ouvintes”. Assim sendo, mesmo participando de espaços dominados pela cultura ouvinte, como escola, saúde, trabalho, lazer, a pessoa surda não perde ou apaga sua identidade surda.

Essa identidade se mantém, ainda que muitas vezes sofra pressões de reorganização, normalização ou tentativas de invisibilidade. Na perspectiva da Análise do Discurso, a identidade é um conceito complexo e um processo dinâmico em constante transformação, e não

algo fixo ou estático. Sua formação está intrinsecamente ligada à alteridade, pois, como afirma Coracini (2007, p. 9), “[...] a identidade é constituída de representações imaginárias que se imprimem no e pelo espelho do olhar do outro”. Tais representações, que se manifestam por meio da linguagem, da escrita e da narrativa, são profundamente influenciadas por valores, crenças, ideologias e culturas, permitindo aos sujeitos enxergarem o mundo de maneira específica e se perceberem como semelhantes e diferentes ao mesmo tempo. A autora ressalta que essa constituição identitária está diretamente relacionada às relações de poder. Em suas palavras, “[...] a identidade pode ser imposta, resultar de uma relação de poder, pode ser efeito de dominação; onde alguém sabe a verdade, alguém pode falar em nome do outro, responder pelo outro, dizer o outro” (Coracini, 2007, p. 49). Portanto, a identidade, para a autora, é um fenômeno multifacetado que se manifesta nas interações sociais e nas experiências individuais, sendo constantemente (re)construída ao longo da vida e, por vezes, alvo de disputas ideológicas.

Enquanto Perlin (1998), a partir dos Estudos Culturais, ressalta a força e resistência das identidades surdas, Coracini (2007), no campo da Análise de Discurso Francesa, mostra que essas identidades são também atravessadas e (re)construídas pelas relações de poder. Ou seja, a identidade surda resiste, mas não está imune às tentativas de silenciamento e dominação do olhar ouvinte. Assim, podemos pensar que a fala de Perlin (1998) destaca a potência do sujeito Surdo de afirmar-se, e a fala de Coracini (2007) chama atenção para as estruturas sociais e discursivas que tentam enquadrar essa identidade. Nesse contexto, observemos a fala de (Adelaide PS):

“claro que examinar... ouvir o BCF¹¹... medir a pressão... ir para a balança... deitar... medir a barriga... isso elas entendem... eu explicando o que precisaria neh::: elas já vão entendendo... mais assim... sempre a gente se DEU BEM assim... no atendimento... eu acredito que às vezes na primeira vez que elas vêm... elas têm mais dificuldade aí depois já vão me conhecendo... tudo... e eu falo alto... gesticulo... tal... e eu acho que isso ajuda entendeu? elas entenderem neh”.

A análise das relações de poder entre os povos é crucial para compreender a dinâmica envolvida. As relações de poder desempenham um papel significativo na determinação do *status* e reconhecimento de diferentes línguas e culturas. Essa perspectiva nos sugere que a identidade de uma pessoa não é somente uma expressão individual, mas muitas vezes, é moldada e imposta por outros, (como percebemos na fala de Adelaide PS), em vários contextos sociais. Aqueles que detêm o poder podem influenciar a identidade daqueles que têm menos poder, impondo essa identidade. De acordo com Strobel (2007, p. 21):

¹¹ Batimentos Cardíacos Fetais

A sociedade não conhece nada sobre povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, “que pena”, ou lidam conosco, os surdos como se tivessem “uma doença contagiosa” ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento.

Os estigmas, os estereótipos e os preconceitos em relação às pessoas surdas são profundamente enraizados e podem resultar em tratamento injusto, discriminação e exclusão. Muitos são os desafios enfrentados pelos usuários da língua de um povo minoritário, especialmente quando essa língua é mal compreendida ou vista de maneira superficial. A dizer, quando a língua é como algo inerente a uma população minoritária, sugere que a essa é uma parte intrínseca da identidade e cultura desse povo. No entanto, essa característica pode levar a desafios quando se lida com desconhecimento e incompreensões externas. Atentemo-nos à fala de (Aurora PS):

“eh:: a gente teve uma experiência bem assim... ãh::hh meio angustiante né ... meio desconfortável ... porque foi um Surdo que chegou... faz algum tempo ... e e eu não conhecia porque normalmente a gente conhece quase todos assim que vão na missa né... e aí eh:: esse eu não conhecia ele estava muito assim::m eufó::rico e ele falava assim alto né falava não... ele emitia sons altos né... e a gente tentando conversar... saber o que ELE queria... a gente não conseguia entender o que ele queria... e e e:: foi bem desconfortável... a gente se sentiu limitada porque ... a gente não conseguia conversar com ele porque ele estava bem assim agitado... ele falava... ele soltava aquele som alto assim... e a gente não conseguiu atender... aí:: eu imagino que:: ehh... para ele né... foi... foi... muito ruim porque ... ele não conseguiu talvez resolver o problema... para nós também foi porque a gente estava limitada a gente queria tentar achar alguém que::: mais na hora é difícil né... alguém que interpretasse... e e e::e a gente se sentiu assi:::m... be:::m limitado... né::: não conseguimos resolver o problema dele... porque normalmente a gente tem que acolher... ver o que a pessoa quer... e e e nesse dia... a gente não conseguiu saber o que ele quer”.

Criam-se barreiras linguísticas e atitudinais, isto é, essas barreiras podem surgir da falta de familiaridade com a língua e da visão superficial dela, tornando-a mais suscetível a ser subestimada ou substituída. O desconhecimento acerca da estrutura e organização da língua contribui para a subestimação da sua importância. Quando as pessoas não compreendem a língua de uma população minoritária, ela pode ser percebida de maneira casual, sem reconhecimento adequado de sua complexidade e riqueza. A identidade cultural é moldada e mantida através da relação social constante entre os membros de uma comunidade. Para Gesser (2012, p. 96), “[...] a construção e a manutenção de uma identidade cultural são produtos da interação dos indivíduos, que, ao compartilharem informações cotidianas, éticas, morais, estéticas, sociais, intelectuais, artísticas, geram significados culturais”. Essa perspectiva pode

resultar em atitudes que não valorizam adequadamente a importância cultural, histórica e identitária da língua para a população.

Ao abordar essas questões, exige-se educação, conscientização e promoção da diversidade linguística e cultural. Valorizar as línguas dos grupos minoritários e criar oportunidades para o intercâmbio cultural são passos cruciais para superar barreiras e promover uma compreensão mais profunda e respeitosa das línguas minoritárias. Segundo Oliveira (2004, p. 1, grifos do autor), “[...] produziu-se o ‘conhecimento’ de que no Brasil se fala o português, e o ‘desconhecimento’ de que muitas outras línguas foram e são igualmente faladas”. O autor ressalta o desconhecimento ou a subestimação do fato de que muitas outras línguas foram e continuam sendo faladas no país. Isso contribui para a não preservação e promoção das riquezas culturais e linguísticas de comunidades diversas, aqui se tratando da população surda.

Fatores como a presença e representação nas esferas como a mídia, a educação e instituições governamentais também desempenham um papel fundamental. Se o povo surdo não tem uma voz significativa nessas áreas, isso pode contribuir para a marginalização da Libras e para a falta de reconhecimento de sua importância como língua nacional. E se a população surda tem menos poder ou influência social em comparação com outras populações que promovem outras línguas, isso pode impactar diretamente o reconhecimento da Libras. Se nas escolas ou universidades não se ensina Libras a todos, é por falta de política linguística e/ou política de ensino. Isto é, não está se cumprindo o que diz o artigo 26 do Decreto n.º 5.626/2005, que determina que 5% dos funcionários devem estar capacitados para a difusão da Libras, sem contar que há vários cursos de introdução e capacitação em Libras disponíveis online em plataformas gratuitas como: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/11>.

O que denota que a gestão pública desconhece as políticas públicas e educacionais, bem como as políticas linguísticas que versam sobre o interesse de atendimento à pessoa surda. Nesse sentido, (Florinda SS) diz:

“As pessoas que não fazem faculdade... que não tem contato com a Libras... por exemplo nas lojas... elas precisam fazer curso... pode ser um curso técnico... com um instrutor Surdo para ensinar como fazer esse atendimento né... então essas pessoas... elas precisam se preocupar também em como atender... por exemplo::: ah o número da roupa... número do calçado... o básico... mas que já ajudaria muito... um remédio... diversas áreas precisariam ter um curso básico... eu acho muito legal combinar um ensino de Libras para cada área... para facilitar o atendimento na Língua de Sinais... não precisa ter fluência... mas só o básico mesmo... só para ajudar o Surdo na comunicação”.

Além disso, a percepção e valorização das línguas estão muitas vezes ligadas ao prestígio social e econômico associado a essas línguas. Se a Libras não é percebida como uma

ferramenta poderosa para a interação em diferentes contextos, isso pode limitar seu reconhecimento. Ao promover políticas linguísticas que priorizam exclusivamente a língua oral em detrimento da Língua de Sinais, as instituições podem estar contribuindo para a marginalização da cultura surda. Isso pode ser visto como uma forma de imposição de uma norma linguística e cultural dominante sobre uma cultura minoritária, refletindo assim dinâmicas colonialistas. O uso da língua oral portuguesa como padrão normativo pode reforçar a ideia de que a cultura associada a essa língua é superior, enquanto as práticas culturais associadas à Língua de Sinais são subalternizadas. Essa dinâmica reproduz uma forma de poder que historicamente esteve presente em contextos coloniais. Veremos um questionamento de Coracini (2007, p. 137):

Existiria uma língua à qual poderia ser atribuído o possessivo “nossa”? Mais do que “minha”, de um único sujeito, ela seria “nossa”, plural que parece reforçar o caráter social da língua, mas que não deixa de considerar a existência de uma língua única, comum a todos os sujeitos falantes de uma nação: uma língua nacional, inclusiva. Mas será que realmente ela inclui a todos? Não ficarão alguns ou muitos excluídos?

A referência a uma língua única, comum a todos os falantes de uma nação, destaca a ideia de uma língua nacional. A inclusão velada nesse termo sugere que a língua deveria ser algo que une e pertence a todos os membros dessa população nacional. No entanto, levanta-se uma pergunta crítica sobre se essa língua realmente inclui a todos? Quando a autora se refere à língua com o uso do pronome “nossa”, sugere-se uma língua nacional, a ideia de uma língua comum que uniria os sujeitos de uma determinada nação, como o português no Brasil. Todavia, esse conceito pressupõe que todos os membros dessa sociedade compartilhem e participam igualmente dessa língua, o que, na prática, muitas vezes não ocorre, especialmente para grupos como a população surda usuária da Libras. A sociedade se organiza de maneira que a língua oral é tratada como norma, e a Libras tem sido tomada como secundária ou de menor importância.

Esse modelo monolíngue acaba por excluir a população surda de diversas esferas da vida social, cultural e institucional. Coracini (2009, p. 478) ressalta que “[...] continuamos a nos referir ao Brasil como país de língua portuguesa, na crença ilusória na unidade linguística e cultural”, ignorando a pluralidade linguística e cultural presente em seu território, alimentando a ilusão de unidade que muitas vezes serve para invisibilizar outras línguas e culturas. A hegemonia do português como língua oficial cria uma narrativa que marginaliza outras línguas e seus falantes, construindo a possibilidade de exclusões, indicando que, apesar da ideia de uma língua nacional, alguns indivíduos ou grupos podem se sentir excluídos. Portanto, a análise das

tensões entre Língua de Sinais e língua oral pode ser enriquecida ao considerar o contexto mais amplo de desigualdade entre línguas e suas implicações nas relações de poder entre as culturas surda e ouvinte. Reforça-se isso com a observação de (Florinda SS):

“Eu penso que os profissionais de diferentes áreas... precisam aprender... precisam adquirir conhecimento em Libras.... porque não sabem como atender o Surdo... por exemplo... poucas pessoas têm acesso a uma faculdade... também tem uma carga horária mínima de aulas para praticar.... então eu penso que precisam ter por exemplo... dois ou três anos de curso para conseguir aprender a nossa língua”.

Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das práticas contemporâneas que sustentam desigualdades linguísticas e culturais. Ao reduzir as Línguas de Sinais à condição de “língua dos Surdos”, corre-se o risco de estigmatizá-las como um sistema exclusivo dessa população, obscurecendo seu caráter de língua, passível de ser aprendida e utilizada por qualquer sujeito. Tal redução contribui para a produção de uma categoria linguística segregada, apartada das demais línguas em circulação social.

A língua é uma ferramenta de relação social fundamental e, ao restringir excessivamente sua aplicação, arrisca-se perpetuar a marginalização da população surda. Conforme Oliveira (2004, p. 1), “[...] a concepção que se tem do país é a de que aqui se fala uma única língua, a língua portuguesa”. É essencial considerar tanto as perspectivas culturais quanto as linguísticas ao abordar a complexidade das Línguas de Sinais. Reconhecê-la como língua, independentemente de sua associação com uma população específica, é crucial para superar os estigmas e permitir uma apreciação mais ampla de sua riqueza linguística e cultural. A resolução desse dilema pode envolver uma abordagem que reconheça as Línguas de Sinais como válidas em si mesmas, independentemente de quem as utiliza. Ou seja, ao considerar as Línguas de Sinais como línguas, implica valorizar e respeitar os direitos linguísticos das pessoas surdas, incluindo o acesso a serviços qualificados. Promove sua aceitação como línguas, com suas próprias características linguísticas e expressivas, enquanto, ao mesmo tempo, reconhece o papel central que desempenham na interação e identidade da população surda.

É historicamente visível, o fortalecimento de algumas práticas inclusivas, a inserção no contexto social, a constituição desse sujeito Surdo dentro dessa sociedade ouvinte, sua liberdade e autonomia, suas relações entre práticas sociais. De acordo com Sá (2003, p. 89), “[...] a situação a que estão submetidos os surdos, suas comunidades e suas organizações, no Brasil e no mundo, têm muita história de opressão para contar”.

Portanto, ao analisar a questão do reconhecimento da Libras, é essencial considerar não somente as características intrínsecas da língua, mas também as dinâmicas de poder que

moldam as relações entre as populações e influenciam a visibilidade e aceitação da Libras na sociedade. Na próxima seção, tecemos um possível diálogo entre a surdez e a saúde, as legislações que ampara a surdez, a Libras e a área da saúde, e uma discussão sobre as lacunas na relação social do sujeito Surdo no atendimento na área da saúde.

2 UM POSSÍVEL DIÁLOGO: SURDEZ E SAÚDE

“...chegava lá e não tinha intérprete.... eu tinha um pouco de medo.... então eu chamava minha mãe... mas se ela não podia ir.... então eu procurava uma intérprete.... porque o médico não sabe Libras e escreve em português.... muito diferente a letra.... eu não consigo entender...” (Rosilda SS).

Nesta seção, discutimos a interface entre a surdez e o campo da saúde no Brasil, ressaltando a complexidade que atravessa essa relação, considerando as diferentes perspectivas. São apresentadas algumas políticas de acessibilidade voltadas para a interação com pessoas surdas, destacando as dificuldades enfrentadas na implementação desses direitos e as que regem a área da saúde, destacando os desafios que moldam essa relação.

Inicialmente, discutimos a realidade da saúde para pessoas surdas, considerando as barreiras e concepções existentes, e em seguida exploramos a importância da acessibilidade linguística nos serviços de saúde, apontando como a ausência de relação social pode comprometer o atendimento. Por fim, apresentamos a relação médico/paciente, mostrando os diferentes discursos que emergem nesse contexto e como eles revelam tanto a urgência própria dos atendimentos em saúde, acentuada pelas barreiras interativas, quanto a sensação de exclusão vivida pelos sujeitos Surdos, que muitas vezes não conseguem participar das decisões sobre o próprio cuidado, na qual se manifestam como um “grito de socorro”.

2.1 Surdez e Saúde: perspectivas e práticas

Iniciamos as discussões trazendo a epígrafe com a narrativa de “Rosilda SS”, que traduz de forma sensível e convincente a dificuldade linguística, a experiência de ser falada e interpretada por outros. Sua fala não apenas revela a ausência de acessibilidade linguística, mas também os efeitos subjetivos desse cenário, com medo, a necessidade de recorrer à mãe ou a um intérprete, e a dificuldade de compreender a escrita médica. Esse dizer, que poderia ser de inúmeros outros Surdos, antecipa as discussões desta seção ao mostrar que o direito à interação garantido em lei ainda encontra barreiras nos atendimentos de saúde. É nesse sentido que se coloca a questão de um possível diálogo. O encontro entre Surdos e profissionais da saúde permanece apresentando descompasso, e a relação social não se efetiva de maneira equitativa, deixando em suspenso a possibilidade de um diálogo real.

É sabido que a legislação desempenha um papel fundamental na organização de uma sociedade. As leis são regras que devem ser seguidas para haver harmonia, justiça e garantia de direitos. O fazer cumprir os deveres, portanto são responsáveis por garantir a ordem social, proteger os direitos individuais e coletivos, são instrumentos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, a Constituição Federal (1988) é a norma suprema, considerada a lei fundamental do país, e enfatiza o compromisso do Brasil com a democracia, a garantia dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Veremos no quadro alguns documentos importantes que regem algumas normas sobre surdez, sujeito Surdo, Língua de Sinais/Libras, assim como a área da saúde e o atendimento ao Surdo.

Quadro II: Leis, Decretos e Portarias sobre Saúde e Língua de Sinais (Libras)

Leis, Decretos, Portarias	
- Lei 10.436, de 24 de abril de 2002	- Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências
- Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	- Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010	- Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)
- Lei nº 1921, de 15 de abril de 2015 - Naviraí/MS	- Regulamentada pelo Decreto n.º 45/2015- Dispõe sobre as diretrizes para a Política Municipal de Naviraí, sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nas repartições públicas municipais, por meio de campanhas de orientação, e dá outras providências.
- Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015	- Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Lei nº 5382, de 22 de agosto de 2019/MS	- Altera o art. 2º da Lei n.º 1.693 de 12 de setembro de 1996, que reconhece, no Estado de Mato Grosso do Sul, a língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais - Libras, como meio de comunicação objetiva de uso corrente, e dá outras providências.
- Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023	- Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Plano Estadual de Saúde – PES, 2020 – 2023 - MS	- é um dos principais instrumentos para aperfeiçoar a atuação da SES ¹² e, a partir da avaliação de planos anteriores, das informações e diagnóstico atual da situação de saúde, pretende destacar os problemas e prioridades de intervenção para a melhoria e

¹² SES: Secretaria Estadual de Saúde

sustentabilidade do SUS/MS, visando a equidade entre as regiões e a qualidade de vida e de saúde da população do estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A ordem cronológica das legislações relacionadas a Libras e aos direitos da pessoa surda indica um processo histórico gradual de reconhecimento e institucionalização dessa língua enquanto meio de relação social federal, estadual e municipal. A partir da Constituição Federal de 1988, que assegura direitos universais como saúde e educação, observa-se que o percurso legal só passa a considerar, de forma mais específica, a singularidade linguística da população surda com a promulgação da Lei n.º 10.436, em 2002. Essa referida Lei foi promulgada em 24 de abril de 2002, reconhecendo a língua e com objetivo garantir o acesso da população surda aos diversos serviços e informações disponíveis na sociedade. Assim, no Art. 1º: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (Brasil, 2002). A Lei representa um avanço significativo na promoção dos direitos e inclusão das pessoas surdas no Brasil, reconhecendo a Libras como um componente essencial para garantir uma interação e participação na sociedade. Essa Lei foi um marco significativo para a inclusão e reconhecimento dos direitos das pessoas surdas no Brasil, e um compromisso de todos com a promoção da acessibilidade e igualdade de oportunidades para a população surda perante a sociedade.

O Art. 2º, da referida Lei estabelece uma responsabilidade para o poder público, em geral, incluindo governos em diferentes níveis (federal, estadual, municipal) e diversas instituições que compõem o setor público. Além do poder público, o artigo menciona explicitamente as empresas concessionárias de serviços públicos, ou seja, as empresas que prestam serviços públicos, também têm a obrigação de apoiar o uso da Libras. Assim, o artigo destaca a importância de formas institucionalizadas de apoiar e difundir a Libras, e isso pode incluir a implementação de políticas, programas educacionais, treinamento de profissionais, e outras medidas que promovam o uso efetivo da Língua de Sinais.

Em seu Art. 3º - “As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor” (Brasil, 2002). Esse artigo demonstra a importância do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência auditiva¹³ e a necessidade de garantir que elas recebam atendimento e tratamento

¹³ Conforme o Decreto n. 5.626/2005, definição determinada pelo aspecto biológico, a deficiência auditiva (DA) é entendida como “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por

adequado. Está alinhado com os princípios de inclusão e igualdade, buscando assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades auditivas, tenham acesso aos serviços de saúde de maneira equitativa. A disponibilidade de intérpretes de Libras em eventos públicos, serviços governamentais e em diversos setores, como saúde e justiça, é fundamental para garantir que os Surdos tenham acesso à informação e serviços.

Conforme o Art. 4º, os sistemas educacionais federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal têm a responsabilidade de garantir que a Libras seja incluída nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, tanto ao nível médio quanto superior (Brasil, 2002). A Libras deve ser considerada parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apontando que a Língua de Sinais não é somente um complemento, mas uma parte essencial do currículo, destacando sua relevância para profissionais que trabalham com educação especial, fonoaudiologia e ensino em geral. Essas diretrizes visam fortalecer a formação dos profissionais que estarão envolvidos no suporte e na educação de pessoas surdas, reconhecendo a importância da Libras como instrumento fundamental para a inclusão linguística desses indivíduos na sociedade.

Em seu parágrafo único, a Lei estabelece que, embora a Libras seja essencial para a inclusão de pessoas surdas, ela não deve ser considerada uma substituição para a modalidade escrita da Língua Portuguesa. Essa ressalva é feita para garantir que os Surdos tenham acesso tanto à Língua de Sinais quanto à Língua Portuguesa escrita. Ambas são importantes para diferentes contextos e finalidades, a Libras é crucial para a relação social entre pessoas surdas. Sobre isso, Garé e Mascia (2017, p. 73) apontam que “[...] continuaremos a assistir ao tratamento dado à Língua de Sinais Brasileira por muitos, como apenas um suporte para fazer do surdo um usuário do português”. Essa determinação legal reforça a soberania do português no domínio escrito e relega a Libras a um papel secundário. Decretos subsequentes, como o 5.626/2005, discutido mais a frente, embora mencionem o ensino de português como segunda língua, acabam por valorizar a Língua Portuguesa e tratar a Libras como um mero ‘suporte’ para o domínio do português, podendo ser interpretado como uma forma de preconceito linguístico. Uma estratégia de saber poder que dá manutenção aos processos de exclusão em ambientes institucionais. Uma vez que a obrigatoriedade do processo de escrita da Língua

audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (parágrafo único), e considera-se Surdo aquele que tem “perda auditiva acima de 71 dB, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz. Já no aspecto social e cultural, tanto o DA, quanto o Surdo é aquele é usuário da Libras, e se reconhece como Surdo.

Portuguesa implica na acomodação dos profissionais e instituições a não respeitarem os demais artigos da legislação para formação de pessoas aptas no uso das Línguas de Sinais.

Portanto, a coexistência dessas duas formas de se relacionar socialmente é reconhecida como essencial para garantir que os Surdos tenham acesso à informação e participem de todos os aspectos da vida em sociedade. Porém, a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, deve ser a L2 para o Surdo e a Língua de Sinais a L1¹⁴. Confira a fala de (Rosilda S):

“Às vezes a gente tenta através da Libras... através da língua portuguesa escrita... gestos”.

E a fala de (Aurora PS):

“então.... escrevendo... eu acho que dá certo... mas aí... né::: demora um pouco”.

A falta de compreensão sobre a importância do conhecimento da Libras como L1 para o Surdo, a riqueza linguística e cultural desta língua pode levar à ideia de que os Surdos devem aprender a língua majoritária, como o Português, para se integrarem à sociedade ouvinte. Isso retrata não somente uma falta de apreciação pela diversidade linguística, mas também um possível viés cultural que prioriza a língua oral em detrimento das Línguas de Sinais. Para Strobel (2008, p. 44):

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

A Língua de Sinais é construída a partir das experiências visuais dos sujeitos Surdos, um aspecto crucial da identidade surda. É como uma ponte entre a identidade surda e o mundo ao seu redor, reafirmando sua relevância não somente como uma ferramenta de interação, mas como um veículo de cultura, conhecimento e transformação social. Quando a sociedade ou as instituições de saúde não reconhecem essa língua, não é somente a relação social que fica comprometida, mas toda a possibilidade de o sujeito Surdo exercer sua cidadania, sua identidade e seu acesso ao conhecimento.

Outro momento importante para a população surda foi a elaboração do “Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, e que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de

¹⁴ Conforme o Decreto 5.626/2005, a L1 - Libras como primeira língua para o surdo, e Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para surda.

dezembro de 2000” (Brasil, 2005), trazendo alguns pontos importantes para os Surdos. O documento discorre sobre o ensino e estabelece a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício da docência nos níveis fundamental e médio, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Educação Especial. Reforça a necessidade de intérpretes de Libras nos eventos públicos e oficiais, sempre que solicitado, assegurando o acesso social para a população surda. O decreto define as atribuições, responsabilidades e requisitos para o exercício da profissão de tradutor e intérprete de Libras e estabelece que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta devem garantir condições de acessibilidade aos serviços, informações e interações, utilizando recursos de tecnologia assistiva, sempre que necessário. O documento também aborda a acessibilidade nos meios de comunicação, destacando a necessidade de tradução e interpretação para Libras em programas televisivos, teatro, cinema.

Referente a difusão, o decreto 5626/2005, estabelece, no artigo 26, §1º, que “[...] para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o *caput* deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras”. Assim, a legislação federal fixa parâmetro quantitativo mínimo de capacitação, ao passo que a legislação estadual (veremos mais abaixo), embora igualmente imponha a obrigação, adota uma formulação mais genérica e aberta “em número suficiente”. Isso pode ser interpretado como uma flexibilidade que considera as especificidades locais, mas também pode gerar fragilidade na implementação se não houver critérios objetivos para definir o que seria esse “número suficiente”. Nesse sentido, o decreto federal se configura como um referencial importante para orientar a efetividade da política estadual. A exigência de ao menos 5% dos servidores capacitados em Libras pode e deve ser tomada como parâmetro mínimo, garantindo uma atuação mais concreta e comprometida com os direitos das pessoas surdas.

O Poder Público pode adotar diferentes estratégias para assegurar que a pessoa surda ou com deficiência auditiva tenha um atendimento abrangente, ou seja, o governo pode contratar intérpretes de Libras especificamente para facilitar a interação entre estas pessoas e aquelas que não utilizam a Libras. Assim como pode estabelecer centrais de intermediação, que são serviços que facilitam a relação social entre elas e outros indivíduos. Essas centrais podem oferecer atendimento presencial ou remoto, podem fazer o uso de tecnologias como videoconferência *online* e *web chat*, para garantir o acesso a serviços de mediação. Isso permite a relação social à distância, o que é especialmente relevante em situações no qual o atendimento presencial não é possível. Como o foco dessa pesquisa envolve o sujeito Surdo e a área da saúde, trazemos

uma maior explanação do capítulo VII do referido Decreto, que vem tratar da garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Assim, o Art. 25 diz que:

A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas... (Brasil, 2005, s/n).

O artigo 25, como citado, estabelece obrigações para o Sistema Único de Saúde (SUS) e empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde em relação à inclusão de pessoas surdas, ou com deficiência auditiva, destacando a perspectiva da inclusão dessas pessoas em todas as esferas da vida social. Isso mostra o compromisso em garantir igualdade de acesso e participação na sociedade, e enfatiza a priorização de alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica. Importante trazer ainda no Art. 25, o item IX que trata sobre:

[...] o atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação (Brasil, 2005, s/n).

O texto estabelece a acessibilidade e a inclusão das pessoas surdas ou com deficiência auditiva nos serviços de saúde, e isso inclui a presença de profissionais capacitados em Libras ou para a tradução e interpretação dessa língua durante consultas médicas, procedimentos, exames e demais interações com esses pacientes.

O documento citado, ou seja, o Decreto n.º 5.626/2005, é fundamental para a efetivação da inclusão e acessibilidade para a população surda no Brasil, estabelecendo diretrizes claras para a promoção e utilização da Libras em diversos setores da sociedade. Sobre o atendimento, (José SS) diz:

“é importante por exemplo... farmácia.... polícia.... bombeiro... escola... hospital... restaurante... posto de saúde... banco.... também diversos outros lugares.... porque a pessoa surda acessa esses lugares.... mas as pessoas não sabem se comunicar.... é muito chato... a sociedade precisa aprender a se comunicar... porque a pessoa surda se sente feliz... também porque parece que nós Surdos enfrentamos preconceito diariamente”.

Ainda nesse contexto, (Judite PS) relata:

“Quanto ao atendimento ao sujeito Surdo... é::: nós não temos ainda nada voltado para ele... mas nós estamos numa fase de::: de inclusão”.

No ano de 2010, foi sancionada a Lei n.º 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil. Seu principal objetivo é estabelecer padrões e diretrizes para a atuação desses profissionais, reconhecendo a importância de sua função na mediação linguística e cultural entre Surdos e ouvintes. A lei conferiu reconhecimento oficial à profissão de Tradutor e Intérprete de Libras, valorizando a importância do trabalho desses profissionais na promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas surdas e incentivou o desenvolvimento de cursos e programas de ensino de Libras. Assim, promovendo a disseminação do conhecimento sobre a Língua de Sinais e aumentando a oferta de profissionais qualificados. Sobre a importância do profissional intérprete, vejamos a fala de (Aurora PS):

“então nós somos bem limitados mesmo... se chegar um Surdo sem intérprete aqui... porque às vezes a gente começa a fazer gestos... mas nem todo o gesto que ((riso)) a gente consegue dá para entender... às vezes sim às vezes não... então é bem complicado... eu acho que se surgir alguém.... que a gente tem que solicitar um:::m intérprete mesmo”.

Assim como a fala de (Margarida SS):

“é muito difícil.... muito ruim.... no passado não tinha intérprete... era impossível... eu ia sozinha... não tinha comunicação... agora eu consigo porque tem a CIL... tem a intérprete que vai junto... ela me explica tudo que o médico fala...”.

Voltemos a atenção agora ao município de Naviraí, sobre a legislação que rege a acessibilidade ao sujeito Surdo, se tratando do local da pesquisa. Existe a lei municipal: Lei n.º 1921, de 15 de abril de 2015, foi regulamentada pelo Decreto nº 45/2015, e “dispõe sobre as diretrizes para a Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nas repartições públicas municipais, por meio de campanhas de orientação, e dá outras providências”. A referida lei traz em seu Art. 1:

O Poder Público Municipal, quando da formulação e realização da Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tem como objetivos ou ações, entre outras possíveis e necessárias a informação nas repartições públicas municipais, através de campanhas de orientação, sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Naviraí, 2015, s/n).

Com a Lei, o Poder Público Municipal estabelece objetivos e ações como parte da formulação e implementação da Política Municipal sobre o uso da Libras, podendo estes variarem, mas a legislação destaca que a informação nas repartições públicas municipais é um dos elementos considerados importantes. Quanto às informações sobre a utilização da Libras nas repartições públicas municipais, esta implica garantir que os funcionários públicos e a

sociedade em geral estejam cientes da importância e das práticas relacionadas ao uso da Libras. As campanhas de orientação visam sensibilizar e educar as pessoas sobre a Libras, promovendo um ambiente mais inclusivo e consciente das necessidades das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. De acordo com Gesser (2009), a comunicação não é só um ato funcional, mas um direito que deve respeitar a diversidade linguística. Veremos a fala de “(Aurora PS):

“ A gente se sentiu limitada... porque a gente não conseguia conversar com ele... porque ele estava bem assim agitado... ele falava... ele soltava aquele som alto... assim... a gente não conseguiu atender”.

Ainda nesse sentido, a fala de (Olívia PS):

“Ah::: já aconteceu de um Surdo nos procurar para atendimento sem a intérprete e INFELIZMENTE::: não conseguimos entender o que ele precisava”.

O art. 2 da Lei citada acima, traz algumas diretrizes como:

A Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, prevista no art. 1º desta Lei terá como objetivo criar um ambiente favorável ao desenvolvimento e avaliação de atividades que propiciem o crescimento da cidade e que contribuam para a informação e orientação de pessoas com surdez que necessitem da utilização da Língua Brasileira de Sinais e se pautará pelas seguintes diretrizes:

I - disponibilização de cursos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS aos servidores públicos municipais, ministrados de acordo com a conveniência e oportunidade pública, de forma a não prejudicar os serviços prestados nas repartições públicas.

II - medidas socio-educativas que promovam o desenvolvimento de pessoas com surdez, melhorando sua qualidade de vida e promovendo ações que visem a qualificação dos mesmos e sua inserção social.

III - medidas que promovam o bem-estar físico e psicológico de pessoas com surdez;

IV - facilitação para o convívio em sociedade;

V - promoção de humanização do atendimento e orientação das pessoas com comprometimento da fala ou da audição;

VI - meios destinados a alertar a população sobre as necessidades especiais de pessoas com surdez;

VII - promoção de campanhas de conscientização, em ação conjunta entre as Gerências Municipais, para proceder com o atendimento individualizado e personalizado aos usuários portadores de necessidades especiais (Naviraí, 2015, s/n).

Com essas diretrizes o Poder Público aponta para um comprometimento em proporcionar um ambiente inclusivo e de suporte para a população surda, abordando aspectos educacionais, sociais, físicos e psicológicos. Além disso, destaca a importância da conscientização da sociedade e da humanização no atendimento público. No Art. 3 “A Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS terá como público-alvo

as pessoas com comprometimento da fala ou da audição” (Naviraí, 2015, s/n). Ao mencionar pessoas com comprometimento da fala ou audição como público-alvo, a política demonstra um reconhecimento da diversidade de condições e necessidades da população surda e daquelas com dificuldades na fala.

Seguindo com o Art. 4

As iniciativas tomadas com base nas diretrizes estabelecidas nesta Lei, deverão ter seu foco na ação informativa e de orientação em repartições públicas municipais, bem como, para a população da cidade de Naviraí através de campanhas, auxiliando as pessoas com surdez (Naviraí, 2015, s/n).

Esse artigo aponta para um compromisso em proporcionar conhecimento e orientação sobre a Libras e questões relacionadas à surdez, enfatizando a implementação de ações nos ambientes governamentais locais, indicando a importância de garantir que os serviços públicos estejam preparados para atender às necessidades das pessoas com surdez. Entretanto, observa-se a falta de comprometimento com a temática nas gestões anteriores e, diante dos relatos coletados, nas gestões atuais, mesmo já havendo leis e decretos desde 2002 e 2005 com a mesma finalidade, nacionalmente.

A abordagem vai além das repartições públicas, estendendo-se à população em geral, podendo incluir a sensibilização, divulgação de informações sobre a Libras e promoção da inclusão. O propósito é auxiliar especificamente às pessoas com surdez, reforçando o compromisso de proporcionar suporte prático e informacional para essa população. O artigo ressalta que as iniciativas são específicas para a população local, reconhecendo a importância de abordar as necessidades específicas da população surda. A ação informativa e de orientação sugere uma abordagem abrangente que vai além da simples implementação de serviços e procura promover uma compreensão mais ampla da inclusão de pessoas com surdez na sociedade.

No Art. 5 lemos: “O Poder Público, a fim de promover a formulação e a realização da Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, poderá firmar convênios de cooperação com instituições voltadas à inclusão da pessoa com deficiência” (Naviraí, 2015, s/n). O artigo apresenta a possibilidade de estabelecer parcerias e colaborações entre o Poder Público e instituições especializadas, podendo envolver organizações governamentais, não governamentais ou do setor privado. A finalidade principal desses convênios é promover tanto a formulação quanto a realização da Política Municipal relacionada à utilização da Libras. Isso destaca a importância de envolver diferentes partes interessadas para implementar as diretrizes propostas pela legislação. Estabelecer convênios permite ao Poder

Público aproveitar os recursos, conhecimentos e experiências das instituições especializadas, o que pode enriquecer e fortalecer a implementação da política. Conforme o Art. 6, outras diretrizes são mencionadas. Vejamos:

Art. 6º Os convênios de cooperação dispostos no art. 5º desta Lei deverão se pautar segundo as seguintes diretrizes:

I - disponibilização de cursos para os servidores públicos municipais da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

II - formulação de programas de trabalho para conscientização da população sobre as necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência auditiva;

III - estabelecer formas de trabalho priorizando o atendimento da pessoa com surdez;

IV - de comum acordo formular programas de trabalho;

V - comunicar qualquer irregularidade observada no decorrer de sua execução (Naviraí, 2015, s/n).

Estas diretrizes destacam a necessidade de capacitação dos servidores públicos, a conscientização da população, a priorização do atendimento às pessoas com surdez, a colaboração na formulação de programas de trabalho e a comunicação eficiente para lidar com eventuais irregularidades. Visam garantir a efetividade e o alinhamento com os objetivos da política municipal em relação a Libras e à inclusão das pessoas com deficiência auditiva.

Conforme o Art. 7, “[...] as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário” (Naviraí, 2015, s/n). O artigo destaca a importância de garantir que haja recursos financeiros disponíveis para a implementação da Lei, utilizando as dotações orçamentárias próprias e, se necessário, permitindo a suplementação para cobrir as despesas associadas à execução da legislação sobre a utilização da Libras e inclusão das pessoas com surdez. No Art. 8 “A presente Lei será oportunamente regulamentada pelo Poder Executivo” e o Art. 9 reza que: “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação” (Naviraí, 2015, s/n).

No geral, o documento garante a inclusão e acessibilidade de pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas interações com as repartições públicas municipais, promovendo o uso adequado da Libras e a conscientização sobre a importância da mediação inclusiva. A referida lei foi criada pelo poder executivo, atendendo à indicação de 3 (três) vereadores: Donizete Nogueira, Gil do táxi e Deoclécio Zeni, e foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal. Na ocasião, ficou registrada na mídia a fala do prefeito Leandro Peres de Matos, eleito em 2012 (período de mandato: 2013 a 2016), que disse: “Existem muitas pessoas em nossa cidade que necessitam da utilização das Libras, daí essa necessidade desta Lei” (Prefeito, 2015).

Em 2015, tivemos também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei n.º

13.146, de 6 de julho de 2015. A Lei discute alguns pontos relevantes no que se refere às pessoas com deficiência, assim como no seu Art. 2º da Lei que define o que é considerado pessoa com deficiência, estabelecendo que, é

[...] aquela que tem um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e esse impedimento, quando interage com uma ou mais barreiras, pode dificultar ou obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Além disso, a Lei destaca a importância da remoção de barreiras para permitir a participação das pessoas com deficiência na sociedade, buscando garantir igualdade de condições em diversos aspectos da vida (Brasil, 2015). No Art. 3º, desta Lei, vem considerar barreiras:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015, s/n).

Entre essas barreiras, destacam-se as barreiras nas comunicações e na informação, que correspondem a todo tipo de dificuldade ou impedimento que comprometa a expressão ou o recebimento de mensagens por meio de sistemas de comunicação e de tecnologias da informação. Nesse sentido, a própria legislação compreende a comunicação como uma forma ampla de interação entre cidadãos, contemplando diversas possibilidades, tais como

[...] as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille”, os recursos de “[...] comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia”, “a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos, os meios de voz digitalizados”, bem como “[...] os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e da comunicação (Brasil, 2015, s/n).

A legislação garante que as barreiras linguísticas sejam superadas, permitindo que o Surdo interaja na sociedade. A implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária, promovendo a dignidade, abordando diversos aspectos que podem impactar sua participação na sociedade e o exercício de seus direitos. No dia 22 de agosto de 2019, o governador do estado sanciona a Lei n.º 5.382, que

[...] altera o art. 2º da Lei nº 1.693 de 12 de setembro de 1996, que reconhece, no Estado de Mato Grosso do Sul, a língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais - Libras, como meio de comunicação objetiva de uso corrente, e dá outras providências” (MS, 2019).

Essa legislação trata do reconhecimento e uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no estado. Reconhecendo a Libras como meio de comunicação no Estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, tem o objetivo de promover a inclusão e acessibilidade para pessoas surdas ou com deficiência auditiva e estabelece medidas para sua utilização em diferentes contextos, como educação e serviços públicos. Vejamos o artigo 2º da Lei:

Art. 2º O Estado deverá garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. § 1º Para garantir a difusão da Libras, o Poder Público capacitará servidores, em número suficiente para atender os objetivos desta Lei (Mato Grosso do Sul, 2019, s/n).

O artigo destaca um importante compromisso do estado em assegurar o atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva. O estado tem a responsabilidade de garantir que estas pessoas recebam um atendimento acessível, incluindo estes serviços em diversas áreas, como saúde, educação, serviços públicos. A Lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um meio de interação válido e destaca a importância de promover seu uso e disseminação, e isso implica a criação de condições que permitam o acesso a Libras em diferentes contextos sociais. Também garante o serviço de tradução e interpretação entre Libras e Língua Portuguesa, sendo fundamental para facilitar a relação social entre as pessoas surdas e a comunidade em geral, sendo crucial em situações como atendimentos médicos, eventos públicos, e afins, ambientes nos quais o processo discursivo é essencial.

Neste mesmo artigo 2º, o parágrafo 1º trata que “[...] para garantir a difusão da Libras, o Poder Público capacitará servidores, em número suficiente, para atender os objetivos desta Lei” (MS, 2019). Essa parte da lei estabelece que o Poder Público deve promover a capacitação de servidores públicos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Essa capacitação é necessária para assegurar a difusão e o uso adequado dessa língua, fundamental para a mediação linguística de pessoas surdas ou com deficiência auditiva. De acordo o parágrafo 2º, o documento diz:

Para o efetivo e amplo atendimento à pessoa surda ou com deficiência auditiva, o Poder Público poderá utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou de central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com acesso por meio de recursos de videoconferência on-line e *web chat* (Mato Grosso do Sul, 2019, s/n).

Esse trecho evidencia uma preocupação do poder público em assegurar o direito linguístico da pessoa surda, prevendo tanto a presença de intérpretes quanto a utilização de centrais de intermediação por videoconferência e *web chat*. Entretanto, ao mesmo tempo, em que se apresenta como um avanço, ao reconhecer a Libras como recurso para o amplo

atendimento, também revela a lógica regulatória das instituições, porque define previamente quais serão os meios considerados adequados para esse acesso. Em complemento, o parágrafo 3º diz que “[...] o atendimento previsto no parágrafo anterior deverá ser disponibilizado prioritariamente em órgãos que prestam serviços essenciais, especialmente nos de saúde, segurança, educação e assistência social” (MS, 2019, s/n). A Lei apresenta a importância da presença de intérpretes ou o uso de centrais de intermediação, devendo ser priorizado em órgãos que oferecem serviços essenciais, tais como o setor da saúde, os hospitais, clínicas, postos de saúde, e outros, garantindo o acesso à interação para pessoas surdas ou com deficiência auditiva, assegurando que recebam cuidados adequados. Já o parágrafo 4º, assevera que

[...] os órgãos da Administração Pública deverão publicar em seus sítios eletrônicos, inclusive em formato de vídeo em Libras, e em suas cartas de serviço¹⁵, as formas de atendimento disponibilizadas para as pessoas surdas ou com deficiência auditiva (MS, 2019, s/n).

Isto é, os órgãos da Administração Pública são obrigados a divulgar informações sobre as formas de atendimento para pessoas surdas ou com deficiência auditiva em seus sites. Essa divulgação deve ser clara, acessível e compreensível. Além da publicação de informações por escrito, os órgãos públicos devem disponibilizar essas informações também em formato de vídeo, utilizando a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Visando tornar as informações acessíveis a indivíduos que se comunicam principalmente por meio da Libras, também devem ser incluídas nas cartas de serviço dos órgãos públicos. Essas medidas consideram promover a inclusão social, a acessibilidade e a igualdade de oportunidades para as pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Ao garantir o uso da Libras e a disponibilidade de serviços de interpretação, o estado contribui para que essas pessoas participem da sociedade, exercendo seus direitos e desfrutando de uma vida mais inclusiva. A Lei estadual dialoga diretamente com a normativa federal, mais especificamente com a Lei n.º 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e com o Decreto n.º 5.626/2005, que regulamentou essa lei.

Mais recentemente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência - PNAISPD, foi atualizada por meio da Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023. Traz como objetivo, a promoção e proteção à saúde da pessoa com deficiência, garantindo-lhes atendimento digno, respeitoso e de qualidade, em consonância com os

¹⁵ As cartas de serviço são documentos que detalham os serviços oferecidos, os padrões de qualidade, os compromissos e as formas de acesso aos serviços prestados pelos órgãos governamentais.

princípios da igualdade, equidade e universalidade do Sistema Único de Saúde - SUS. O referido documento traz que:

É de fundamental importância a articulação intra e intersetorial, incluindo os movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições afins e a transversalização para o desenvolvimento das ações da política de saúde para a pessoa com deficiência, que inclui o fomento e a promoção de mecanismos para a formação, a capacitação de recursos humanos, assim como pesquisas relacionadas à atenção à saúde da pessoa com deficiência (Ministério da Saúde, 2023, s/n).

Isso significa ser necessário coordenar esforços não somente no setor de saúde, mas também entre diferentes setores governamentais e organizações da sociedade civil, como movimentos sociais, ONGs e instituições afins. Essa colaboração é essencial para garantir uma abordagem abrangente na promoção da saúde e inclusão das pessoas com deficiência. A Secretaria de estado de saúde de Mato Grosso do Sul/MS, apresenta o Plano Estadual de Saúde Mato Grosso do Sul (PES). Segundo o documento PES (2019, p.69), “[...] 1.3.4.5. Pessoas com Deficiência: Mato Grosso do Sul possui 699.869 de pessoas com deficiência, sendo visual (16,72%), motora (6,13%), auditiva (4,39%) e intelectual (1,32%)”. O documento mais recente é o Plano Estadual de Saúde Mato Grosso do Sul (PES), de 2020 - 2023.

O documento é um instrumento fundamental para a orientação de ações e estratégias da Secretaria Estadual de Saúde (SES). Ele se baseia na análise de planos anteriores, nas informações disponíveis e no diagnóstico atual da situação de saúde da população. O objetivo do PES é identificar os problemas existentes e estabelecer prioridades de intervenção, buscando aprimorar e garantir a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. Conforme o documento em referência:

a partir do compromisso com ética, transparência e equidade, busca-se ser, até 2023, modelo de excelência na gestão em saúde, com práticas inovadoras, resolutivas e democráticas que atendam às necessidades das pessoas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS, 2023, s/n).

A equidade entre as regiões é um princípio importante, visando assegurar que todos os cidadãos do Mato Grosso do Sul tenham acesso igualitário aos serviços de saúde. Percebe-se, na informação acima, que é um número significativo de pessoas com surdez. O PES traz como foco o aumento da qualidade de vida e saúde da população e destaca a preocupação não somente com o tratamento de doenças, mas também com a promoção da saúde e a prevenção de enfermidades. Como mostra o documento:

[...] o desenvolvimento das Redes de Atenção à Saúde é reafirmado como estratégia de reestruturação do sistema de saúde tanto no que se refere a sua organização, quanto na qualidade e impacto da atenção prestada, e representa

o acúmulo e o aperfeiçoamento da política de saúde com aprofundamento de ações efetivas para a consolidação do SUS como política pública voltada para a garantia de direitos constitucionais de cidadania (MS/PES, 2023 s/n).

Essa iniciativa pode incluir estratégias para melhorar a infraestrutura de saúde, fortalecer a capacidade de resposta a emergências, promover a participação da população nas decisões de saúde e desenvolver ações específicas para grupos vulneráveis. Nesse sentido, discutimos a importância da participação da população surda nestes processos de decisões, no qual eles podem sugerir/opinar por estratégias que visam a valorização e inclusão da Libras nos atendimentos e locais da saúde.

Ressalta-se que o sucesso do PES dependerá da implementação das ações propostas, do monitoramento constante dos indicadores de saúde e da adaptação contínua das estratégias conforme necessário. Vejamos a fala de (Elói PS):

“Na verdade... hoje eu penso... é::: não só como os professores... como a sociedade no geral... deveria cobrar de uma forma mais ríspida... que infelizmente... o ser humano... eh::: ele só atua e toma atitudes quando alguma coisa se transforma realmente em punição.... e a partir do momento em que você deixa uma flexibilidade eh::: à... aquela história.... eh::: posso fazer ou não posso... não tem uma cobrança... não tem uma fiscalização... então... a coisa fica muito a desejar... então... é::: e quem perde com isso realmente é aqueles que precisam né”.

Apesar desses avanços legais, persiste uma marcante invisibilidade do sujeito Surdo nas práticas institucionais e sociais. As leis existem, mas as implementações ainda esbarram em desafios estruturais e culturais. Em muitos contextos, a surdez ainda é tratada sob uma perspectiva deficitária, medicalizante ou assistencialista, reduzindo a potência do sujeito Surdo à condição de alguém que carece de adaptação, ao invés de reconhecê-lo como sujeito de direitos e pertencente a uma população linguística e cultural específica. Além disso, na esfera estadual e municipal, muitas das normativas locais, quando existem, são pouco divulgadas ou aplicadas de forma fragmentada, sem articulação com políticas públicas robustas e continuadas. Assim, o reconhecimento legal da Libras não elimina, por si só, os processos de exclusão e silenciamento que continuam atravessando a experiência surda em diversas esferas da vida social.

Com alguns relatos de profissionais da saúde e Surdos residentes em Naviraí, município do Mato Grosso do Sul, percebe-se a não aplicação dessas leis revelando uma invisibilização contínua das necessidades específicas dos Surdos, limitando o acesso aos serviços públicos e ao exercício de sua cidadania. Dessa forma, o município está falhando em seu papel de assegurar a equidade e o respeito à diversidade linguística e cultural. Vale ressaltar alguns pontos, como a falta de fiscalização por parte da população surda, para haver penalidades para

quem não cumpre essas leis, pois, sem uma estrutura que garanta o cumprimento e supervisione a aplicação das normas, as leis ficam restritas ao papel, sem benefícios reais.

Outro ponto é a falta de mobilização social e campanhas de conscientização sobre a importância da acessibilidade para os Surdos, que destaque a necessidade de políticas públicas que se articulem com órgãos municipais para implementar mudanças e enfatizar a importância da empatia e do entendimento das necessidades dos Surdos. É preciso que gestores públicos e legisladores se sensibilizem e assumam um papel ativo na execução dessas leis. Quanto a fiscalização, vejamos a narrativa de (Elói PS):

“...e eu vejo realmente... eh essas pessoas sendo desassistidas... desamparadas né... então acho que tem que ser mais cobrado em termos de fiscalização mesmo... através de leis... e cobrança... e punição se não... não avança... não avança... fica estagnado”.

O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trouxe informações relevantes sobre a população brasileira com deficiência. Entre os diferentes tipos de dificuldades funcionais investigadas, destaca-se a deficiência auditiva, que atinge milhões de pessoas em todo o país. Os dados mostram não somente a dimensão dessa população no Brasil, mas também permitem visualizar o cenário em níveis estadual e municipal, como em Mato Grosso do Sul e no município de Naviraí/MS.[...]

Imagem I: Número de população com dificuldade para ouvir, ao nível Brasil, MS e Município.

Tabela 10127 - Pessoas residentes de 2 anos ou mais de idade com deficiência por tipos de dificuldades funcionais			
Ano - 2022			
Variável - Pessoas de 2 anos ou mais de idade (Pessoas)			
Tipos de dificuldades funcionais	Brasil, Unidade da Federação e Município		
	Brasil	Mato Grosso do Sul	Naviraí (MS)
Total	198348756	2682335	49180
Dificuldade permanente para enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato	7942002	96300	1917
Dificuldade permanente para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos	2555094	30501	615
Dificuldade permanente para andar ou subir degraus, mesmo usando prótese ou outro	5171528	62143	1584
Dificuldade permanente para pegar pequenos objetos, como botão ou lápis, ou abrir	2727565	33134	733
Dificuldade permanente para se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar ou e	2689666	32456	846
Fonte: IBGE - Censo Demográfico			

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10127>. Acesso em 15 set. 2025.

As informações nos dados comprovam que, no Brasil, 2.555.094 (dois milhões, quinhentas e cinquenta e cinco mil e noventa e quatro) pessoas declararam possuir dificuldade permanente para ouvir, mesmo com o auxílio de aparelhos auditivos. Em Mato Grosso do Sul, esse número corresponde a 30.501 (trinta mil, quinhentas e um) pessoas, enquanto em Naviraí foram contabilizados 615 (seiscentos e quinze) moradores nessa condição (IBGE, 2022).

Embora o número absoluto em Naviraí seja pequeno em relação ao total nacional, ele é significativo ao considerar a dimensão populacional do município. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão e à acessibilidade comunicacional, que

considerem a realidade local sem perder de vista o contexto mais amplo da população surda no país.

No Brasil, os Surdos se sentem estrangeiros em seu próprio país, numa sociedade ouvinte. Não porque eles não façam parte dela, mas porque são frequentemente colocados nesse lugar de alteridade radical, de diferença não assimilada. Kristeva (1994) discute a condição do estrangeiro, mas não apenas como figura externa como o migrante, o exilado, ou o imigrante, e sim como algo que nos habita, uma parte intrínseca do nosso próprio ser. Para a autora, todos carregamos uma estranheza interior, somos estrangeiros a nós mesmos porque nunca somos sujeitos transparentes ou totalmente coesos.

Essa perspectiva pode ser relacionada à experiência dos Surdos no Brasil, cuja cidadania é frequentemente incompleta, pois o acesso efetivo a serviços básicos, como saúde, educação e justiça, ainda lhes é negado ou limitado. Assim como o estrangeiro descrito por Kristeva (1994), o Surdo é colocado em uma posição de alteridade radical, está na sociedade, mas sua diferença linguística e cultural o coloca em um lugar de exterioridade, como se fosse um estrangeiro interno. Essa condição implica que o Surdo não é simplesmente um indivíduo com necessidades específicas, mas um sujeito cuja existência desafia as normas e práticas hegemônicas da sociedade ouvinte. Reconhecer o Surdo em sua alteridade radical significa assumir a responsabilidade ética de garantir interações acessíveis, que respeitem a Libras, a identidade e a cultura surda, sem exigir que o sujeito se adapte passivamente ao padrão ouvinte.

Portanto, a inclusão não pode se limitar a ajustes superficiais ou a protocolos institucionais, mas precisa envolver uma transformação das relações de poder e interação. Essa transformação deve valorizar a diferença do Surdo e integrá-la como parte da vida social, promovendo o exercício de seus direitos e a construção de sua subjetividade no espaço coletivo. Essa condição também evidencia um paradoxo da democracia brasileira, pois, ao mesmo tempo, em que assegura direitos universais, mantém práticas excludentes que marginalizam sujeitos cuja diferença não é incorporada, mas tolerada limitadamente. Nesse sentido, segundo Strobel (2008, p. 29), “[...] o povo surdo não tem um país, mas metaforicamente, ele tem uma história, seu mundo diferente do ouvinte. Respeitando a Língua de Sinais e os seus valores culturais, é uma porta aberta para o mundo dos surdos”.

Compreender a história dos Surdos na sociedade envolve ir além da simples visão da surdez como uma deficiência e explorar as complexas questões sociopolíticas que moldaram as decisões sobre a educação de Surdos, inclusive em âmbito legal. Essa metáfora do “mundo diferente” indica que a surdez não é somente uma marca biológica, mas uma forma de

experiência e de identidade coletiva, cuja legitimidade só se concretiza quando sua língua e sua cultura são reconhecidas.

Portanto, o que está em jogo não é somente o direito de existir na sociedade majoritária, mas o direito de existir como Surdo, sem ser reduzido à lógica da norma ouvinte. Ainda conforme mencionado por Strobel (2008, p. 146), “o mais importante é que os sujeitos surdos tenham um desenvolvimento de uma linguagem que lhes permita a construção de sua identidade cultural”. Para os sujeitos Surdos, a língua, especialmente a Libras, é o principal veículo para expressar sua visão de mundo, suas experiências e suas interações sociais. É por meio dela que se dá a apropriação da cultura surda, um elemento essencial para a formação da identidade. No caso dos Surdos, o acesso a Libras representa a possibilidade de reconhecimento de si e do outro, abrindo caminhos para a consolidação de uma identidade cultural distinta da lógica do ouvinte. Quando essa possibilidade é negada ou dificultada, produz-se não somente um déficit interacional, mas uma fratura no processo de constituição identitária.

Todo sujeito Surdo, merece sentir-se integrado e pertencente à sua comunidade e sociedade. Consequentemente, Strobel (2008, p. 148) assevera que

[...] o desafio é construir uma nova história cultural, com o reconhecimento e o respeito das diferenças, valorização de sua língua, emancipação dos sujeitos surdos de todas as formas de opressão ouvintistas e seu livre desenvolvimento espontâneo da identidade cultural.

A autora enfatiza a necessidade de reconhecer as diferenças culturais entre Surdos e ouvintes, promovendo um respeito pela singularidade da experiência surda. Esse reconhecimento implica o abandono de perspectivas que tentam normalizar ou corrigir os Surdos, substituindo-as por abordagens que valorizem a diversidade. Esse desafio exige mudanças profundas na sociedade, incluindo educação bilíngue, representatividade surda e o rompimento com preconceitos históricos. Por mais que existam as leis, é necessário fiscalizar, e esta pesquisa tem o objetivo de ouvir tanto pessoas surdas quanto profissionais de saúde para avaliar a situação atual e buscar entender as maneiras de melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde para a população surda e propor soluções para melhorar este cenário.

Diante dos dispositivos legais em âmbito federal, estadual e municipal, compreendo que o direito à interação e ao atendimento em Libras ao sujeito Surdo na área da saúde, ainda não está sendo cumprido. A observação feita por Garé e Mascia (2017) já há quase uma década, ainda ressoa fortemente nas práticas sociais e institucionais, como percebido nos pequenos trechos de narrativas dos sujeitos da pesquisa. Embora apresente um avanço, a legislação da Libras e do direito ao Surdo não tem sido suficiente para deslocar a soberania da Língua

Portuguesa, que continua a ocupar o lugar de língua hegemônica nas instituições, nas práticas de atendimento e nos espaços públicos, enquanto a Libras permanece reduzida, utilizada apenas como meio para alcançar o português. Em outras palavras, a Libras ainda não é reconhecida como língua que constrói e produz sentidos, de cultura e subjetividade.

2.2 Acessibilidade Linguística na Área da Saúde

A “Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença ou enfermidade”. Corresponde considerar aspectos como qualidade de vida, relacionamentos interpessoais, apoio social, estabilidade emocional e bem-estar psicológico. Neste sentido, reconhecer a saúde como um estado de bem-estar abrange não somente aspectos centrados na doença, mas também fatores sociais, econômicos e ambientais que influenciam a saúde das pessoas em geral. No cap. II, Art. 6º da Constituição Federal (1988), diz que

[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Tal dispositivo reafirma a saúde como um direito fundamental, não somente vinculado à ausência de doenças, mas como parte de um conjunto de condições indispensáveis para a cidadania e o bem-estar social. No que se refere ao atendimento ao Surdo, a falta de interação adequada com os profissionais de saúde pode causar estresse, ansiedade e aumentar os riscos de depressão e outras condições psicológicas. Diante disso, vejamos a fala de (Margarida SS):

“não... não... eu sempre tenho problemas... falta comunicação... eu preciso ter muita paciência... não tinha... não tinha... eu surda e eles ficavam falando ((repetidamente))... conversando..... eu não tinha acessibilidade... também não colocavam intérprete... não tinha”.

Conforme Chaveiro (2007, p. 46), “[...] as informações recebidas pelos pacientes colaboram na relação médico-paciente, diminuem a sensação de isolamento e aumentam a satisfação e a participação no tratamento”. O paciente Surdo deve ser capaz de expressar suas preocupações, sintomas e receber apoio emocional em sua língua, para que sua saúde mental seja cuidada.

A ausência de campanhas/recursos em Libras, somado à falta de intérpretes nas consultas, são barreiras significativas que podem impedir o acesso à informação e cuidados com a saúde, o acesso a bens e serviços essenciais. Elementos esses que devem ser acessíveis para

peessoas surdas, com a garantia de intérpretes ou tecnologias assistivas que permitam uma interação eficiente entre pacientes e profissionais de saúde.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. A equidade no acesso aos serviços de saúde é um princípio fundamental de um sistema de saúde eficaz. Ao garantir o acesso igualitário, os sistemas de saúde não só promovem a justiça social, mas também contribuem para a melhoria da saúde e do bem-estar da população, não só a população surda, mas na totalidade.

Um dos eixos estruturantes do SUS é a atenção básica de saúde, que desempenha um papel fundamental e tem sido reconhecida como uma das prioridades do Ministério da Saúde e do governo federal (Brasil, Ministério da Saúde, 2013). Dentro desse eixo, discute-se o acesso e acolhimento, que significa garantir o acesso equitativo aos serviços de atenção básica e promover um acolhimento humanizado e respeitoso às pessoas que buscam assistência. Isso inclui reduzir as barreiras como longas filas de espera, falta de profissionais capacitados e dificuldades de agendamento de consultas. E para garantir a sustentabilidade e legitimidade da atenção básica, é necessário fortalecer o apoio da população e a participação social na gestão e avaliação dos serviços de saúde.

Assim sendo, o Ministério da Saúde enfatiza que “[...] a atenção básica lida com situações e problemas de saúde de grande variabilidade (desde as mais simples até as mais complexas), que exigem diferentes tipos de esforços de suas equipes” (Brasil, 2013, s/n). Ou seja, as equipes da atenção básica devem estar preparadas para lidar com uma ampla gama de problemas de saúde e proporcionar um cuidado integral e contínuo. Tal situação se aplica também ao desafio de proporcionar um atendimento adequado e acessível à população surda, de modo que a atenção básica cumpra seu papel de ser universal e inclusiva. Portanto, requer esforços para remover barreiras de interação e assegurar que o sistema de saúde seja acessível a todos os cidadãos, conforme preceitua a Constituição.

Sobre o contexto de saúde, Rodrigues e Santos (2017, p. 11) ressaltam que “[...] é importante que se considere que contextos de saúde compreendem todo e qualquer espaço estruturado para responder às necessidades de saúde da população”. Ou seja, são todos os locais, estruturas e instituições destinadas a atender às necessidades de saúde da população, sejam eles públicos ou privados. Ainda os autores afirmam que “[...] todos os ambientes que de alguma maneira englobam as políticas, as rotinas, as práticas de atenção, de prevenção, de recuperação, de reabilitação e de promoção da saúde podem ser tratadas como contextos de saúde”, isto é, qualquer ambiente ou contexto que influencie, direta ou indiretamente a promoção da saúde pode ser considerado um contexto de saúde.

Nesse sentido, os contextos de saúde, segundo Rodrigues e Santos (2017), precisam incorporar práticas inclusivas em todas as suas esferas. Pessoas surdas, assim como qualquer outro grupo, podem necessitar de cuidados contínuos em diferentes áreas da saúde, desde consultas de rotina até programas de reabilitação física ou psicológica. Além disso, os contextos de saúde também envolvem a prevenção, com campanhas de saúde pública, como vacinação, cuidado de doenças e incentivo a hábitos saudáveis, que devem ser acessíveis à população surda. No que tange à recuperação, é essencial oferecer programas de reabilitação que contemplem a população surda. Esses programas devem ser conduzidos por profissionais capacitados, utilizando recursos de interação adequados, para garantir que a pessoa compreenda os processos e tratamentos pelos quais está passando. Nessa perspectiva, ainda de acordo com Rodrigues e Santos (2017, p. 11-12), têm-se os seguintes contextos de prestação de serviços de saúde:

- (i) o sistema único de saúde e demais instituições que oferecem serviços voltados à saúde da população; (ii) os órgãos governamentais que visam as políticas de atenção, prevenção, recuperação, reabilitação e promoção da saúde; (iii) as instituições não governamentais e demais entidades com foco na saúde; (iv) as entidades que lidam com aspectos relacionados à assistência da população no que tange o bem-estar; (v) os espaços formativos de profissionais da área da saúde, dentre outros.

Os autores trazem alguns exemplos de estabelecimentos e instituições que compõem o sistema de saúde e oferecem uma variedade de serviços para atender às necessidades de saúde da população. São os órgãos governamentais que desempenham papéis essenciais no desenvolvimento, execução e fiscalização de políticas de saúde em níveis municipal, estadual e federal, assim como, instituições que representam a promoção da saúde, na formação de profissionais da área e na implementação de políticas e programas para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. Entretanto, ao observar o contexto em que essa pesquisa foi realizada, é evidente que a atuação desses órgãos e instituições ainda não se concretiza no dia a dia das práticas de saúde. Pude perceber, nas narrativas analisadas, que, embora existam políticas públicas e legislações que asseguram o direito à acessibilidade linguística, a presença de intérpretes de Libras, na implementação dessas diretrizes ainda é precária.

O Ministério da Saúde, em 2003, criou a

Política Nacional de Humanização (PNH), para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários”. Sendo alguns dos objetivos “[...] divulgar a Política Nacional de Humanização e ampliar os processos de formação e produção de conhecimento em articulação com movimentos sociais e instituições.

Esses objetivos são importantes para promover a conscientização dos profissionais de saúde, gestores, usuários dos serviços de saúde e a sociedade em geral sobre o atendimento à população. Como alerta Chaveiro (2007), estabelecer uma comunicação eficaz com pacientes Surdos é fundamental na área da saúde, pois falhas nessa comunicação podem ocasionar equívocos tanto na identificação das doenças quanto na condução do tratamento.

E para a população surda, isso significa garantir que a interação seja acessível e adequada, de modo que essas pessoas possam compreender e participar ativamente de suas consultas e tratamentos. Envolve garantir que sua língua e cultura sejam respeitadas, permitindo uma interação clara e empática entre profissionais de saúde e pacientes. A presença de intérpretes de Libras e materiais informativos acessíveis são fundamentais nesse processo, pois contribuem para capacitar os profissionais de saúde a adotarem práticas centradas no paciente, considerando não somente a dimensão biológica, mas também a emocional, social e cultural. Dessa forma, a qualidade do cuidado é aprimorada e os pacientes vivenciam uma experiência mais positiva, com acessibilidade adequada e respeito à sua autonomia.

No entanto, o que se tem percebido é que o atendimento à saúde não apresenta plano de capacitação para o treinamento de seus agentes para o atendimento à pessoa surda. O manual intitulado: “A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde”, do Ministério da Saúde (2008, p. 8), diz que

[...] a acessibilidade tem como objetivo permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a uma gama maior de pessoas, inclusive àquelas que tenham dificuldade em se comunicar, para que usufruam os espaços com mais segurança, confiança e comodidade.

Diante disso, a acessibilidade é fundamental para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições, possam participar da sociedade, ter acesso a serviços, espaços e informações, e exercer seus direitos de maneira igualitária. Esse ponto é benéfico aos Surdos e à sociedade em geral, promovendo a diversidade, a igualdade de oportunidades e a participação social de todos os cidadãos.

Todavia, o Surdo ainda encontra inúmeras dificuldades, principalmente as barreiras na interação ao se deparar com o atendimento na rede do SUS, o que envolve o trabalho conjunto de governos, organizações da sociedade civil, profissionais de saúde, educadores e a própria população surda para criar uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Em concordância com Santos e Rodrigues (2023, p. 86)

[...] para que o indivíduo possua condições de se cuidar, inclusive em situações de adoecimento, é necessário que ele tenha, entre outros, acesso aos

conhecimentos e às informações que circulam socialmente sobre saúde, sua manutenção e recuperação.

O acesso a informações precisas e confiáveis permite que as pessoas tomem decisões informadas sobre sua própria saúde e busquem os cuidados adequados quando necessário. Ainda Santos e Rodrigues (2023, p. 86) dizem que “[...] a obtenção de informações e conhecimentos acerca dos sistemas de Saúde e de seus serviços é o fundamento principal do acesso a eles”, ou seja, para garantir o acesso aos sistemas de saúde e seus serviços, é essencial que as pessoas adquiram informações e conhecimento sobre esses recursos.

Entender como os sistemas de saúde funcionam e quais serviços estão disponíveis é fundamental para que as pessoas possam acessar e utilizar esses serviços claramente. Isso inclui conhecer os diferentes níveis de atenção à saúde, os tipos de profissionais de saúde disponíveis, os procedimentos ofertados pelo sistema de saúde, os direitos dos pacientes, entre outros aspectos.

A maioria dos profissionais de saúde ao atender a pessoa surda tenta recorrer a uso de gestos e mímicas para se comunicar, por não terem conhecimento da Libras, mas estas estratégias comunicativas podem não ser capazes de transmitir adequadamente a complexidade das informações médicas, especialmente em situações que exigem uma explicação detalhada sobre diagnósticos, tratamentos e procedimentos. A respeito do uso da escrita, de acordo com Chaveiro (2007, p. 49):

[...] cumpre ressaltar que a língua escrita poderia ser uma maneira de superar a dificuldade na assistência a pacientes deficientes auditivos ou pessoas surdas que se comunicam oralmente, mas esta é imprópria para os indivíduos que ficaram surdos antes da aquisição da linguagem oral e aprenderam a Língua de Sinais como primeira língua.

Conforme a autora, a escrita também não é considerada suficiente para a interação com o Surdo, pois a linguagem escrita dos Surdos pode ser afetada pela falta de acesso a uma educação de qualidade em Língua Portuguesa desde a infância. Consequentemente, essa aquisição pode se dar de maneira diferente, resultando em produções textuais que não seguem as normas padrão da língua. E este, ao se deparar com vocabulários rebuscados como o dos médicos, acaba não compreendendo e se prejudicando no atendimento. Vejamos a fala de (Rosilda SS):

“porque o médico não sabe Libras e escrevia em português.... muito diferente a letra..... eu não consigo entender... então... a intérprete faz a tradução... mas é muito difícil..”.

Ainda segundo Chaveiro (2007, p. 50)

[...] a competência para estabelecer uma comunicação eficiente, respeitando as diferenças culturais, deve incluir os aspectos da comunicação não-verbal e habilidades de perceber e decodificar a mensagem transmitida pelo paciente.

Esse fato pode acontecer devido a alguns fatores, assim como, dificuldades de aquisição linguística, ou seja, os Surdos têm dificuldades na aprendizagem do português escrito, principalmente se não tiverem acesso à Língua de Sinais desde cedo, resultando em dificuldades na compreensão da gramática, ortografia e na produção de textos escritos. As diferenças linguísticas entre a Libras e o Português, da mesma forma que o português oral ou escrito utilizado pelos Surdos, pode apresentar variações em relação à pronúncia, entonação, ritmo da fala e estrutura em comparação com os padrões linguísticos da maioria ouvintes.

Sobre esta temática, Gesser (2009, p. 57) assevera que, “[...] tanto o português escrito como o oral de que os surdos fazem uso são estigmatizados, já que não atingem os ideais de língua impostos por uma maioria ouvinte”. A autora destaca a discriminação linguística enfrentada pela população surda, especialmente em relação ao uso do português, tanto na modalidade escrita quanto na oral. Esse estigma mostra a imposição de normas linguísticas dominantes que não consideram as especificidades da interação das pessoas surdas, como o bilinguismo entre a Libras e a Língua Portuguesa. Estas variações ou diferenças linguísticas dos Surdos podem gerar aos ouvintes uma percepção de que sua língua é menos válida ou menos sofisticada do que a língua oral, e a falta de reconhecimento da surdez como uma identidade cultural e linguística. Este fato leva a surdez a ser vista somente como uma deficiência a ser corrigida, sem reconhecimento das identidades culturais e linguísticas dos Surdos, desvalorizando as línguas e culturas surdas.

Durante o percurso desta pesquisa, foi possível perceber de forma nítida o que Gesser (2009) aponta como discriminação e/ou estigmatização linguística. Essa percepção se manifesta nos atendimentos de saúde, quando o Surdo é submetido à norma linguística do ouvinte, sendo silenciado diante da dificuldade de se fazer compreender.

A leitura labial, também é apontada como um recurso eficaz para a comunicação com pessoas surdas, todavia, é um processo limitado e não é uma habilidade universal entre todos os Surdos. Essa habilidade depende de diversos fatores, como a clareza da articulação do falante, o contexto da conversa e o nível de familiaridade do Surdo com a língua oral. Com relação a isso. Chaveiro (2007, p. 53) ressalta que “[...] é necessário conhecer as particularidades da identidade e da cultura surda de modo a propiciar o desenvolvimento de habilidades comunicativas e favorecer a relação entre pacientes surdos e médicos”. Na visão do senso comum, a língua falada é a forma mais habitual e dominante de linguagem, mas, é

essencial reconhecer e valorizar a diversidade linguística e comunicativa, bem como as diferentes formas de expressão que existem em diferentes culturas e comunidades. Gesser (2009, p. 47-48), quanto a isso, diz que “[...] a concepção de língua está, do ponto de vista dos ouvintes, culturalmente conjugada ao som”, lembrando que isso não exclui a possibilidade de o sujeito Surdo falar, pois, as pessoas surdas têm a capacidade de produzir sons vocais e podem aprender a falar por meio de técnicas de terapia da fala e treinamento auditivo. Para Chaveiro e Barbosa (2005, 418), “[...] o valor fundamental da linguagem está na relação em que as pessoas se fazem entender umas às outras”. Assim, com fala ou sem fala, essa relação de entendimento é fundamental para a interação e para a construção de laços sociais, permitindo que indivíduos troquem ideias, sentimentos e informações de maneira adequada.

Para uma pessoa surda que recorre ao uso da fala, esta pode ser uma forma importante de interação, especialmente em situações nas quais a Libras não é compreendida ou aceita pelos interlocutores. No entanto, é importante reconhecer que a fala de uma pessoa surda pode ser influenciada por sua experiência de surdez e pelo grau de perda auditiva, e pode não ser idêntica à fala de uma pessoa ouvinte. Para Santos e Rodrigues (2023, p. 86-87),

a impossibilidade de o indivíduo usar sua própria língua como meio de acesso a esses conhecimentos e informações pode impedi-lo de gozar de seus direitos como cidadão, inclusive de seu direito de acesso universal igualitário às ações e aos serviços de Saúde.

É essencial garantir que todas as pessoas tenham acesso a informações de saúde em sua própria língua, seja ela a Língua de Sinais/Libras, uma língua minoritária ou uma variante linguística específica. Isso contribui para promover a equidade no acesso aos serviços de saúde e para garantir que todos possam desfrutar de seus direitos fundamentais à saúde e à cidadania.

Dentre as estratégias de atendimento ao paciente Surdo, o correto seria ter o apoio de um profissional intérprete de Libras, e o ideal seria que os profissionais da saúde soubessem interagir com o Surdo. Mas hoje ainda contam com o apoio de um membro da família do Surdo. E isso, na maioria das vezes, traz um certo constrangimento ao Surdo, por ter que expor suas particularidades diante de outra pessoa além do profissional da saúde, assim, a presença de um terceiro intermediando as informações pode comprometer a autonomia do paciente e a individualização do tratamento. No próximo item, trataremos sobre as diferenças entre os dizeres dos sujeitos Surdos e dos médicos.

2.3 Um Grito de Socorro: diferentes discursos na comunicação entre médico e paciente

Nesse tópico, discutiremos a existência de uma lacuna na interação e na compreensão entre profissionais de saúde e pessoas surdas, ressaltando a urgência de um diálogo mais inclusivo e empático entre esses dois grupos. A falta de formação, sensibilidade e conhecimento dos profissionais de saúde sobre as necessidades específicas da população surda pode gerar barreiras, comprometendo a interação, o diagnóstico e o tratamento. Por outro lado, as pessoas surdas enfrentam seus próprios desafios com a falta de acesso a informações de saúde em sua língua e à falta de compreensão por parte dos profissionais de saúde sobre suas experiências e necessidades únicas. Diante disso, Lacerda (2009, p. 27) alerta

[...] que não basta um decreto para uma transformação das práticas. A legislação pode induzir ações, mas elas só serão eficazes se de fato a condição linguística especial do surdo for compreendida e ações para a criação de uma efetiva escola bilíngue forem implementadas.

A autora ressalta que decretos e legislações são passos importantes para induzir mudanças, mas não garantem, por si só, a transformação nas práticas. Na fala de (João SS):

“Mas ainda muitos não sabem Libras e não se comunicam.... hoje tem a lei... precisa desenvolver”.

Apesar desse avanço legal, a aplicação prática ainda é limitada em muitos setores, incluindo o de saúde, onde barreiras linguísticas persistem devido à falta de profissionais qualificados em Libras. Lacerda (2009) menciona a condição linguística especial do Surdo, isso remete ao reconhecimento de que os Surdos não compartilham a mesma experiência linguística dos ouvintes, implicando que os profissionais de saúde precisam compreender a Libras como a língua natural da população Surda. Percebendo, que para isso, é preciso haver uma mudança cultural, que vá além do cumprimento de leis e atenda às necessidades comunicativas e subjetivas dos pacientes Surdos. (João SS) sobre o avanço depois da legislação, diz que:

“Eu penso que vai demorar um pouco.... anda em passos lentos.... eu acho até 3030 vai melhorar... 2023 é jovem ainda”.

Nesse contexto, Coracini (2007, p. 107) diz que o fato de partilhar do mesmo espaço físico não significa “[...] por si só e por força da lei, ausência de discriminação, inclusão, inserção social”. A inclusão vai além da presença física e envolve a aceitação e valorização das diferenças individuais. A inclusão requer a criação de ambientes em que todos possam participar em pé de igualdade. Ainda, (Coracini, 2007, p. 109) relata que “[...] a vontade de igualar, de homogeneizar, na melhor das intenções, é que cava um abismo ainda maior entre

uns e outros”, isto é, nessa discussão entre os profissionais da saúde e os Surdos. A tentativa de igualar e homogeneizar as pessoas, aqui discutindo a área da saúde, mesmo que bem-intencionada, pode acentuar ainda mais as diferenças e aprofundar o abismo entre grupos, como entre profissionais da saúde e Surdos.

Para superar esse abismo, é essencial que os profissionais de saúde recebam formação adequada sobre as necessidades dos pacientes Surdos e sejam sensibilizados para a importância da interação inclusiva. A desigualdade no acesso a informações e serviços de saúde entre pessoas surdas e ouvintes destaca a necessidade de intervenções específicas para garantir que as pessoas surdas recebam cuidados de saúde adequados e acessíveis. Isso pode incluir aprender a Língua de Sinais ou garantir a presença de intérpretes capacitados no ambiente de atendimento. Frequentemente, a oferta de serviços de saúde das pessoas surdas é inferior em comparação ao das pessoas ouvintes, e seu acesso aos serviços de saúde possui uma diferença significativa. Alguns fatores contribuem para essas disparidades, incluindo barreiras de interação, que podem levar a não usar por completo os serviços de saúde, resultando em diagnósticos tardios e tratamentos inadequados, agravando as condições de saúde da pessoa surda.

E as dificuldades no acesso às informações sobre o atendimento, limitando as informações, muitas das vezes, disseminadas por meios de comunicação não acessíveis aos Surdos, como rádio e televisão sem legendas ou sem intérpretes de Libras. Em relação aos materiais escritos (impressos) ou da *internet*, cartazes e *folders*, uma parte da população surda enfrenta desafios na leitura e escrita, dificultando a obtenção de informações. Já os ouvintes podem adquirir informações dos atendimentos por meio de conversas informais, e/ou através destes meios mencionados acima. Vejamos a fala de (Rosilda SS):

“Porque tem reunião... tem palestras... tem os dias especiais e tudo isso é divulgado... informado... mas eu não entendo e fico perguntando o que que é? e tudo é passado para mim de forma resumida... e eu percebo que para eles é tudo falado muito mais tempo... então fico ali sentada... pareço uma boba ((sinal))... em silêncio...”.

A relação social entre Surdos e ouvintes na Libras promove o intercâmbio cultural. E essa interação acontece quando os ouvintes aprendem a Língua de Sinais e se envolvem com a população surda, ganhando uma compreensão mais profunda da cultura surda, enquanto os Surdos também podem se sentir mais conectados a outras culturas através desses interlocutores. Reconhecer e valorizar esses aspectos é essencial para promover a inclusão, o respeito e a igualdade de oportunidades para a população surda. A inclusão de ouvintes que usam a Língua

de Sinais ajuda a valorizar e legitimar a cultura surda, reforçando cada vez mais a ideia de que a surdez é uma diferença cultural e linguística, e não uma deficiência.

A percepção social da surdez muitas vezes é baseada em um modelo médico que vê a surdez como uma deficiência ou anormalidade. Conforme Gesser (2006, p. 82), “[...] há um desejo de tornar os Surdos ouvintes, e esse desejo passa pelo discurso da cura, que prega a recuperação da audição e o desenvolvimento de uma língua, nesse caso a língua oral”. A Língua de Sinais desempenha um papel fundamental na legitimação do Surdo como sujeito de linguagem, ajudando a transformar a percepção de anormalidade em uma simples diferença. A aceitação e valorização da Libras ajudam a transformar essa visão, posicionando a surdez como uma diferença linguística e cultural, em vez de uma deficiência.

Sobre essa visão pelo viés da deficiência, Skliar (1998, p. 15) denomina de ouvintismo e conceitua como: “[...] um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”. Já para Perlin (1998, p. 58), o “[...] ouvintismo - designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinicalização e da necessidade de normalização”. A compreensão de Skliar (1998) define o Surdo a partir da perspectiva do ouvinte, ou seja, um olhar externo e normativo que desconsidera as experiências e identidades autônomas dos sujeitos Surdos. Essa perspectiva é particularmente problemática porque obriga o Surdo a se narrar e se compreender como se fosse ouvinte, excluindo ou desvalorizando as especificidades da experiência surda. Perlin (1998) complementa essa crítica ao situar o ouvintismo como uma prática que aborda o Surdo exclusivamente sob a visão da deficiência. Segundo Perlin (1998), trata-se de uma abordagem baseada na clinicalização e na busca pela normalização, na qual a surdez é reduzida a uma condição médica que precisa ser corrigida. Ambas as concepções podem ser relacionadas ao conceito de “anormalidade” em Foucault ao considerar como ambos os autores exploram a imposição de normas sobre grupos considerados diferentes, e como essas normas moldam a subjetividade dos indivíduos.

Dessa forma, o ouvinte e a audição, como norma, subordinam à experiência e à identidade surda, assim como a anormalidade em Foucault (2010), construída para justificar a exclusão e controle dos indivíduos que fogem dos padrões estabelecidos. Além disso, a promoção da inclusão social dos Surdos exemplifica como resistir às categorias de normalidade pode levar ao empoderamento de grupos marginalizados, fortalecendo a ideia de que a surdez é uma diferença linguística e cultural, e não uma deficiência a ser corrigida. Na próxima seção abordaremos os caminhos teóricos fundamentais para a análise proposta nesta pesquisa.

3 CAMINHOS TEÓRICOS: ALGUNS CONCEITOS BASILARES

“...na minha opinião... precisa mais acessibilidade em todos os lugares.... porque o Surdo chega nos lugares e precisa se comunicar.... então é preciso inserir Libras todo::: lugar... exemplo hospital precisa de uma pessoa que saiba Libras... bombeiro... todo lugar precisa ter um profissional intérprete...” (João SS).

A organização desta seção pretende apresentar as bases teórico-metodológicas da arqueogenealogia de Foucault (1995, 1998, 2004, 2008, 2013, 2014), com o viés discursivo transdisciplinar de Coracini (2007), Eckert-Hoff (2004, 2016); na interface com estudos surdos de Quadros (2009) e Strobel (2008), que fundamentam a análise do objeto de estudo. Inicialmente, trataremos das noções de enunciado, discurso e formação discursiva, conceitos essenciais para compreender como os discursos são produzidos, circulados e legitimados em diferentes contextos histórico-sociais. Em seguida, exploramos a relação entre o sujeito, sua constituição identitária e os processos de ex(in)clusão. Essa discussão é iluminada pelas contribuições de Foucault (2004, 2008, 2014), Coracini (2007), autores que problematizam a subjetividade como algo atravessado por práticas discursivas e relações de poder.

Na sequência, são apresentados os conceitos de arquivo, memória e representação, para compreender como as narrativas que permeiam os sujeitos Surdos e ouvintes são preservadas, transformadas e utilizadas para sustentar práticas e discursos que moldam as experiências individuais e sociais. As noções e conceitos avançam sobre as articulações entre saber/poder e resistência, examinando como as relações de poder são construídas e como os sujeitos criam espaços de resistência. Por fim, no subtópico dedicado ao desenvolvimento da pesquisa e suas condições de produção, são delineados os caminhos metodológicos trilhados para a constituição da análise do *corpus*, destacando as estratégias para investigar as narrativas e suas implicações nos processos discursivos e inclusão dos sujeitos Surdos.

3.1 Enunciado, Discurso e Formação Discursiva

A epígrafe apresentada no início desse capítulo, na/pela fala de (João SS), resume e explicita as principais tensões que perpassam esta seção. Sua narrativa ultrapassa a esfera individual e insere-se em uma formação discursiva que denuncia os processos de ex(in)clusão e reivindica o reconhecimento da Libras como direito linguístico fundamental. Ao mesmo tempo, sua voz se articula aos conceitos que aqui discutimos, a constituição do sujeito e de sua

identidade na diferença, a memória de exclusão e resistência, a disputa entre saber e poder e a possibilidade de transformação por meio do discurso. Ao reivindicar acessibilidade, (João SS) se coloca como sujeito político que afirma sua identidade surda. Sua fala revela o movimento de inclusão desejado, “precisa inserir Libras em todo lugar”, e, ao mesmo tempo, denuncia o processo de exclusão que se perpetua pela ausência da Libras em instituições fundamentais.

A ausência de intérpretes em instituições revela o exercício do poder normativo, que privilegia a língua majoritária e silencia o Surdo. E a fala de (João SS) é um ato de resistência, por tensionar essa relação, exigindo a redistribuição do poder por meio da presença de intérpretes, sujeitos mediadores do processo discursivo.

Em Foucault (2008), o enunciado é mais do que uma simples frase ou uma proposição gramatical. Ele é o acontecimento que emerge e ganha significado no contexto das práticas discursivas e históricas. Nesse sentido, o autor (2008, p. 118) afirma que

[...] não basta dizer uma frase, nem mesmo basta dizê-la em uma relação determinada com um campo de objetos ou em uma relação determinada com um sujeito, para que haja enunciado, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente.

Quer dizer, o que define um enunciado não é simplesmente a estrutura linguística ou a ordem das palavras, mas o que torna uma frase um enunciado é sua ligação com uma rede mais ampla de significados, conceitos e discursos que lhe dão sentido, vai além do texto ou da fala em si. A frase não se sustenta sozinha, ela ganha significado dentro desse campo junto de ideias e discursos existentes. Isso posto, concebemos os dizeres dos sujeitos pesquisados enquanto enunciados perpassados por sentidos outros, históricos e discursivos. Ainda para Foucault (2008, p. 118),

[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por ‘contexto’ – real ou verbal –, isto é do conjunto dos elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido.

O autor, ao se referir a margens povoadas, argumenta que os discursos circundam o enunciado e que influenciam sua existência, mesmo que não estejam marcadamente ditos. Por exemplo, para entender uma afirmação científica ou política, é necessário considerar os discursos anteriores, as controvérsias e as normas que a circundam e a tornam possível. Dessa forma, o filósofo enfatiza que o enunciado está sempre envolvido em uma rede de discursos e não pode ser entendido isoladamente. Essa margem de outros enunciados não é equivalente ao contexto no sentido tradicional, como o conjunto de elementos imediatos que motivam a fala, mas sim uma rede histórica e discursiva que o sustenta. Isto é, essas margens ao redor do

enunciado não são o mesmo que o contexto imediato, como o local, o momento ou a situação em que ele é dito. Em vez disso, Foucault (2008) se refere a uma rede mais ampla de discursos e ideias anteriores que dão base para que o enunciado exista e seja compreendido. Assim, entender um enunciado exige ver como ele se conecta com essa rede histórica e discursiva, e não só com a situação imediata em que foi dito.

Consoante a esse raciocínio sobre o enunciado, Fischer (2017, p. 35) acrescenta que “[...] nos enunciados esse “dito” sobre os objetos - está inscrita a descontinuidade histórica dos discursos, que a análise permitirá descrever”. Ou seja, o enunciado não é entendido como algo imobilizado ou atemporal, mas como uma manifestação que carrega em si as marcas de uma descontinuidade, interrupção histórica. Isso implica que os discursos não são homogêneos nem lineares, ao contrário, eles são fragmentados, compostos por rupturas e transformações que refletem as condições históricas específicas em que surgem. A autora segue concebendo que “[...] nem unidade, nem estrutura, o enunciado seria uma “função de existência”, pertinente exclusivamente aos signos, e cuja análise dirá sobre que atos e que sentidos se realizam através de sua formulação” (Fischer, 2017, p. 35, grifo da autora).

Fischer (2017), ao comentar o conceito de enunciado em Foucault, destaca algo essencial: o enunciado não deve ser visto como uma unidade fechada, como na Linguística tradicional, que poderia associá-lo a frases, sentenças ou proposições, nem como uma estrutura fixa com começo, meio e fim. Porém, é uma função de existência dos signos, ou seja, é o que possibilita que um conjunto de signos circule em determinado tempo, espaço e condição, adquirindo sentido. Alguns discursos são marginalizados ou silenciados para que outro discurso se torne dominante. Isso reflete as relações de poder e as regras que organizam o que é permitido ou proibido dizer em determinado momento. Sobre o “referencial do enunciado”, Foucault (2008, p. 110 -111), afirma que este,

[...] forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.

O referencial do enunciado é o conjunto de condições históricas, sociais e discursivas que permitem sua aparição e esse campo de emergência é o espaço nos quais os indivíduos, objetos, estados de coisas ou relações que o enunciado articula podem surgir.

Não se trata somente de um contexto imediato, mas de um lugar discursivo mais amplo, no qual as regras de formação determinam as condições de possibilidade do discurso, a posição do sujeito enunciator e os objetos discursivos que podem ser construídos. Foucault (2008, p.

121), também destaca que “[...] não há enunciado que não suponha outros”. O autor sugere que cada enunciado ocupa um lugar em um campo discursivo dinâmico, o enunciado influencia discursos futuros ou é transformado em contextos diferentes. O autor continua, “[...] não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (Foucault, 2008, p. 121). Os enunciados não apenas coexistem, mas também desempenham funções específicas e assumem papéis diferentes em um discurso.

O papel que um enunciado desempenha depende de sua condição de possibilidades com outros discursos e das posições de poder que o autorizam ou limitam. Enfim, o enunciado, para Foucault (2008), é mais do que uma frase, é um evento que acontece em um jogo maior de discursos. Ele conecta passado, presente e futuro e só pode ser compreendido ao olhar para as relações que estabelece com outros enunciados, sua posição no campo discursivo e os efeitos que produz.

Fischer (2001) toca num ponto fundamental da análise foucaultiana, quando diz que o enunciado não surge do nada, ele está sempre atravessado por uma memória discursiva, pelos já-ditos que o precedem. A autora diz que “[...] para o analista, é importante observar, como anunciamos, que a modificação dos enunciados implica a existência de um acúmulo, de uma memória, de um conjunto de já-ditos” (Fischer, 2001, p. 220). Ou seja, todo enunciado carrega consigo marcas de outros enunciados anteriores, que o sustentam ou mesmo o limitam. A autora continua, “[...] dessa forma, qualquer sequência discursiva da qual nos ocupemos poderá conter informações já enunciadas; haveria um processo de reatualização do passado nos acontecimentos discursivos do presente” (Fischer, 2001, p. 220). Quando algo é dito hoje, não é somente novo, é uma atualização de sentidos, uma retomada de discursos que já circularam, mas que aparecem transformados no presente. Isso mostra que os enunciados são acontecimentos históricos, e só fazem sentido porque dialogam com o que já foi dito antes, mesmo que de modo obscuro. Quando um profissional da saúde afirma que:

“eu acho que ele se sente... mui:::to mal né porque:::e... por não se fazer entender né... por não resolver a angústia dele... o problema dele né... porque se você vem na unidade de saúde é para resolver o que:::e o que tá te fazendo mal né.... tentar resolver o seu problema de saúde...” (Aurora PS).

Esse enunciado não é isolado, pois retoma uma cadeia histórica de discursos que, desde os séculos anteriores, colocaram a surdez sob o prisma da deficiência, da falta, do *déficit*.

Assim, a fala atual não exclusivamente descreve uma situação, mas reatualiza uma memória discursiva que sustenta a exclusão e a medicalização do Surdo. O “sentir-se mal” não

se restringe apenas ao aspecto físico, mas se amplia para a dimensão simbólica, marcada pela não compreensão e pela ausência de escuta qualificada. Ao buscar atendimento, o sujeito resolverá o que lhe causa dor ou angústia, mas depara-se com barreiras que impedem a resolução de suas demandas. Nesse ponto, retomando Fischer (2001), nota-se como os enunciados produzidos nesse contexto reatualizam memórias discursivas de exclusão, na qual a saúde é entendida como um direito universal, mas sua concretização é seletiva e atravessada pela desigualdade no acesso.

Nesse ínterim, Foucault (2008, p. 133), assevera que “[...] o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto”. Para o autor, a natureza do enunciado, como não visível e não oculto, apresenta a abordagem de que ele não se reduz nem ao nível textual, nem ao nível das intenções do sujeito que o enuncia. Ele não é visível porque não se limita ao nível material da linguagem, da gramática, do léxico, da sintaxe, mas constitui uma unidade discursiva que só se revela nas articulações que estabelece no campo discursivo, com outros enunciados, com instituições e com práticas sociais. Assim, só pode ser compreendido a partir das condições históricas que o tornam possível.

Ao analisar o enunciado, conforme proposto por Foucault (2008), entendemos que ele não se restringe unicamente ao ato de falar, mas se insere em uma rede de significados. A análise do enunciado, portanto, constitui um ponto de partida para compreender o discurso de maneira mais ampla, considerando as condições históricas, sociais e institucionais que o estruturam. É a partir desse lugar enunciativo que examino os dizeres dos sujeitos Surdos e ouvintes. Enquanto o enunciado nos permite compreender as condições específicas em que algo é dito, o discurso nos direciona para o sistema maior que organiza e regula os enunciados. É no discurso que encontramos as regras que delimitam os campos de saber e poder, orientando como os enunciados se relacionam, se reproduzem ou se transformam, assim, compreende-se o que foi dito e como. O discurso nos conduz a uma análise mais ampla, que revela as condições históricas, institucionais e sociais que estruturam as práticas discursivas e seus efeitos sobre os sujeitos.

O conceito de discurso é central na Análise do Discurso - AD, e em Foucault (2008, p. 143), é considerado como “[...] um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva”. O autor sugere que o discurso não apenas reflete a realidade, mas organiza saberes e práticas que moldam como enxergamos e entendemos o mundo. Assim, o discurso é visto como algo que não só reúne enunciados, mas também cria significados e molda realidades. Foucault (2008, p. 59 - 60) ainda afirma que

[...] gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva.

Para o autor, os discursos não são simplesmente reflexos diretos da realidade, ou seja, das coisas, nem expressões puras de intenções ou significados, ou seja, das palavras. Ao contrário, os discursos são regidos por regras próprias que determinam o que pode ser dito, como, e em que condições. Essas regras não estão imediatamente aparentes, mas podem ser descobertas por meio da análise detalhada do discurso.

Assim, Foucault (2008) acredita que o discurso não é um amontoado aleatório de frases, mas uma estrutura organizada, sustentada por regras e normas implícitas que delimitam o que pode ou não ser dito, bem como quem pode falar e em que condições. Essas regras estabelecem o campo do dizível, definindo os limites do que é permitido ou aceito socialmente como verdadeiro ou legítimo. Dessa forma, o discurso não só apresenta realidade social, mas também participa ativamente de sua construção, moldando o pensamento, os comportamentos e as identidades dos sujeitos.

Discursos estabelecem o que pode ser dito e compreendido, regulando o acesso ao conhecimento e delimitando campos de verdade. Analisar os discursos como práticas sociais significa focar em como eles funcionam, quais regras seguem e que efeitos produzem, em vez de somente interpretar seus significados. Essas regras, conhecidas também como práticas discursivas, organizam e delimitam a maneira como a realidade é compreendida e construída em diferentes momentos históricos. Assim, os discursos não são exclusivamente representações da realidade, mas mecanismos que a produzem ao definir como as coisas devem ser nomeadas, categorizadas e compreendidas. Foucault (2014, p. 10), também, discute a questão de que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

O autor afirma que o discurso não se limita a refletir lutas ou sistemas de dominação, ele é, na verdade, o próprio objeto de disputa, um poder que se deseja conquistar. Assim, o discurso é o meio e a arma pela qual se busca exercer poder ou resistir a ele. Para Foucault (2014), o discurso é crucial porque organiza como os sujeitos percebem, agem e se comportam em uma sociedade. Para Fischer (2017, p. 23),

[...]o discurso analisado não será manifestação de um sujeito, mas um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem.

A autora argumenta que o discurso não é simplesmente uma manifestação direta de um sujeito unitário ou essencial, mas um espaço em que múltiplas vozes, histórias e forças sociais se cruzam, coexistem, muitas vezes em tensão. O sujeito que fala é sempre atravessado por outros discursos, sejam institucionais, culturais, históricos. O que é dito pelo sujeito reflete saberes e práticas que ele internalizou ou às quais responde. Diante disso, vejamos a fala de (José SS):

“todos precisam aprender.... é importante por exemplo... farmácia.... polícia.... bombeiro... escola... hospital... restaurante... posto de saúde... banco.... também diversos outros lugares.... porque a pessoa surda acessa esses lugares.... mas as pessoas não sabem se comunicar.... é muito chato... a sociedade precisa aprender a se comunicar... porque a pessoa surda se sente feliz... também porque parece que nós Surdos enfrentamos preconceito diariamente”.

A narrativa de (José SS) nos mostra a reivindicação do Surdo por um espaço de reconhecimento discursivo e dialoga com Foucault (2014) que afirma que o discurso é “[...] aquilo pelo que se luta”. O Surdo, ao mencionar que “todos precisam aprender” e que “a sociedade precisa aprender a se comunicar”, não reivindica somente uma prática instrumental, mas a legitimação da Libras como condição de pertencimento social. O que está em disputa, portanto, é o próprio direito de os Surdos inscreverem sua língua e sua cultura no espaço social, lutando contra um regime de silenciamento que os colocam à margem e reivindicando a construção de novos discursos capazes de romper com o preconceito enfrentado diariamente.

Quando (José SS) afirma que “todos precisam aprender” e que “a sociedade precisa aprender a se comunicar”, sua fala não pode ser entendida unicamente como a manifestação individual de um sujeito, mas como a atualização de uma memória discursiva de exclusão e resistência da comunidade surda. Assim, inscrevem-se não apenas suas experiências pessoais, mas também vozes históricas e sociais que denunciam o preconceito cotidiano e reivindicam o reconhecimento da Libras como direito linguístico e como forma legítima de participação social, relacionado também à fala de Fischer (2017).

Controlar o discurso é determinar o que é visto como verdadeiro, aceitável ou normal, influenciando tanto a organização social quanto a formação dos sujeitos. Dessa forma, disputar o poder do discurso é também lutar pelo direito de moldar a realidade e a verdade aceitas em uma determinada época ou contexto. Essa ideia é fundamental, ao redefinir o discurso como uma prática de poder que estabelece relações e posições na sociedade, indo além de ser somente um reflexo da realidade. Na perspectiva de Foucault (2014, p. 8 - 9)

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos

que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

O autor expõe a ideia de que o discurso é alvo de rigorosos mecanismos de controle em qualquer sociedade. O poder do discurso é visto como perigoso porque pode desestabilizar verdades consolidadas, pode ser usado como ferramenta de resistência contra instituições ou normas. Ele argumenta que esses controles atuam para conter o poder e os perigos que o discurso carrega, já que, pela sua capacidade de moldar pensamentos e práticas sociais, o discurso é visto como algo poderoso e, potencialmente, ameaçador. Segundo o pensamento foucaultiano, a proposta em relação ao discurso:

[...] consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdo ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (Foucault, 2008, p. 60).

Ou seja, o discurso não é meramente um meio de transmitir ideias ou fatos preexistentes, ele participa ativamente na produção de realidades sociais e na construção dos objetos de conhecimento. Assim, o discurso é uma prática que define como vemos, pensamos e falamos sobre determinados fenômenos. Sendo assim, os discursos não representam simplesmente os objetos de que falam, mas fabricam, produzem e constituem esses objetos. Foucault (2008) propõe entender os discursos como práticas ativas que criam e configuram os próprios objetos sobre os quais falam, ele está interessado em entender os discursos como práticas sociais, ou seja, como formas pelas quais o saber é construído e disseminado em uma sociedade. Por exemplo, o conceito de “loucura” não existe de forma natural ou independente, mas é produzido pelos discursos médicos, jurídicos e sociais que o constituem ao longo da história. Da mesma forma, no contexto da surdez, o que significa ser “Surdo” e como a surdez é entendida como foram constituídos por discursos médicos, educacionais e culturais que moldaram essa realidade de maneiras específicas.

De acordo com Foucault (2008), para um discurso produzir um objeto, certas condições devem estar presentes. Isso inclui as regras de formação que governam os discursos, determinando quais enunciados podem ser feitos e reconhecidos como válidos. Foucault (2008, p. 59 - 60) “[...] o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência”. Ou seja, o discurso não se limita a representar a realidade, ele a constrói e a molda, ele envolve relações de poder, produção de saberes, e a constituição de sujeitos e objetos. O discurso é compreendido como algo muito mais complexo, uma prática que organiza e dá forma tanto à experiência quanto à linguagem. Outrossim, os discursos não somente refletem o mundo, mas também o estruturam,

criando os modos pelos quais percebemos, falamos e compreendemos a realidade. O discurso não é neutro, é um campo no qual o poder é exercido e no qual se moldam as relações sociais, é uma prática que sempre envolve relações de poder e saber. O poder não é algo que se possui ou se exerce diretamente de forma hierárquica ou visível, mas sim algo que se manifesta e opera através do discurso.

Para Foucault, o conceito de discurso não se limita à ideia de um simples conjunto de enunciados sobre determinado tema. Trata-se de um campo de práticas que não apenas refletem, mas constroem a realidade, configurando os saberes, as relações de poder e os próprios objetos de que tratam. Entretanto, para compreender como um discurso se organiza e opera, é essencial investigar o que Foucault (2008) denomina como formação discursiva, conceito este que veremos mais abaixo.

Nesta pesquisa, compreendi que o discurso não é apenas uma produção de palavras, mas uma prática que organiza e influencia as relações de poder, os saberes e os sujeitos. Ao adotar essa perspectiva foucaultiana, busco compreender de que maneira as práticas discursivas sobre a área da saúde, surdez e os sujeitos Surdos estão imersos nesse campo de forças e saberes, moldando as realidades e identidades. Na concepção foucaultiana (2008, p. 220), “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Assim, não existe conhecimento isolado, abstrato ou independente, todo saber surge, se organiza e ganha legitimidade em uma prática discursiva específica, ou seja, no interior de regras, condições e processos históricos que possibilitam que algo seja dito, pensado e aceito como verdadeiro.

Ao discutirmos o conceito de discurso, vimos que o autor não o toma como simples expressão da linguagem, mas como prática atravessada por condições históricas que delimitam o que pode ou não ser dito. É nesse movimento que se insere a noção de formação discursiva, um esforço de compreender não somente o enunciado isolado, mas o conjunto de regras que organiza sua aparição, circulação e transformação. Vejamos que no momento histórico da arqueologia, a visão foucaultiana buscou compreender a história dos conceitos em seus diversos campos de constituição e de validade, conjunto e série de enunciados com suas regras sucessivas de uso. Em *A Arqueologia do Saber* (2008, p. 54), Foucault diz que:

[...] uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento.

Isto é, quando se pode identificar as condições que regulam o surgimento desses objetos, “[...] se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que

se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar”. Ou seja, a formação discursiva, segundo Foucault (2008), pode ser compreendida como o conjunto de regularidades que organiza e possibilita a emergência de objetos em um campo discursivo. Entendendo que regularidades são os padrões que atravessam os discursos, permitindo identificar como eles se organizam e se repetem em diferentes momentos e instituições. Por exemplo, no campo da saúde, existem regularidades que definem como se fala sobre “normalidade”, “doença” ou “tratamento”. Essas regularidades não são permanentes, mas variam conforme as condições históricas, garantindo que os discursos tenham uma certa coerência, mesmo quando aparecem enunciados aparentemente diferentes ou até contraditórios.

O autor destaca que cada objeto discursivo tem um lugar, seu papel no discurso, e uma lei de aparecimento, que seriam as condições que permitem que ele seja produzido e reconhecido. Isso significa que os objetos não surgem aleatoriamente, mas eles dependem de regras e práticas discursivas.

Para uma formação discursiva ser identificada, é necessário demonstrar que ela estabelece as condições para os objetos aparecerem e ocuparem posições específicas, de acordo com certas regras. Além disso, essa formação deve permitir a coexistência ou a sucessão de objetos que, embora pareçam contraditórios ou excludentes, não alteram as condições ocultas que regem sua aparição. Com tudo isso, Foucault (2008) quer mostrar que as formações discursivas são sistemas que organizam as ideias de uma época. Elas podem mudar os objetos, como conceitos ou teorias, mas as regras básicas que sustentam esses discursos permanecem as mesmas. Isso nos ajuda a entender que os discursos não são espontâneos, mas organizados historicamente. O autor define uma formação discursiva como o conjunto de regularidades que conecta diferentes enunciados e estabelece uma organização entre eles. Essa regularidade não está unicamente nos enunciados isolados, mas na forma como eles se relacionam com os objetos de que falam, nos modos de enunciação, nos conceitos que utilizam e nas escolhas temáticas que fazem.

Em outras palavras, uma formação discursiva é rede que dá sentido, ordena e regula o que pode ser dito em um campo de saber. Então, quando identificamos um padrão de organização entre vários enunciados, considerando os objetos abordados, as formas de dizer, os conceitos usados e os temas escolhidos, são chamados de formação discursiva. A noção de formação discursiva, em Foucault (2008), aparece justamente para dar conta de como enunciados distintos, mas atravessados por regularidades comuns, produzem sentidos que não dependem de um sujeito isolado, mas de uma rede de condições históricas. Um exemplo está quando a profissional (Clara PS) da saúde relata:

“não temos ninguém aqui no posto... nenhum curso de Libras... não temos formação...”.

O enunciado de Clara PS não se apresenta isoladamente, mas como parte de uma regularidade que atravessa diferentes instituições e discursos sociais sobre a surdez. Esse dizer se inscreve em uma formação discursiva que associa a surdez à falta, à ausência e ao déficit de preparo, revelando uma ordem discursiva na qual a Libras aparece sempre como carência e não como direito. Assim, a fala da profissional não é apenas individual, mas atualiza e faz circular uma formação discursiva que sustenta práticas institucionais de exclusão, legitimando a ausência de políticas linguísticas inclusivas no atendimento ao Surdo.

Nesta tese, ao analisar esses padrões nos dizeres sobre a surdez e os sujeitos Surdos, buscamos compreender como essas formações discursivas moldam as percepções, as práticas e as relações de poder no contexto da saúde. Com esse olhar na análise, pretendemos discutir e problematizar até que ponto determinados saberes são reforçados, naturalizados ou contestados, interpelando como a surdez é tratada e entendida pelos sujeitos pesquisados, tanto Surdos quanto ouvintes.

3.2 Sujeito, Constituição Identitária e Processo de (In) (Ex)clusão

A noção de sujeito tem sido objeto de reflexão em diversas áreas do conhecimento, desde a Filosofia até as Ciências Sociais e a Linguística. Historicamente, o sujeito foi concebido como um ser autônomo, racional e detentor de consciência, capaz de decidir e agir de forma independente. No entanto, essa visão tradicional foi gradativamente desconstruída, revelando que o sujeito é profundamente influenciado por fatores externos, como cultura, linguagem, instituições e relações de poder. O sujeito é, assim, uma construção dinâmica, moldada pela relação social com o mundo e pelos discursos que atravessam e configuram sua existência. Nesse sentido, ele não pode ser compreendido como um elemento isolado, mas sim como parte de um tecido mais amplo de práticas sociais, culturais e históricas, ou seja, o sujeito está intrinsecamente entrelaçado em uma rede complexa de elementos sociais, culturais, históricos e discursivos. Foucault (2004, p. 291) faz ressalva de “[...] que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares”. Essa visão desconstrói a ideia do sujeito como centro autônomo de consciência e ação, propondo que ele seja formado e transformado pelas condições históricas e pelos dispositivos que o atravessam. O sujeito, nesse contexto, é uma posição em um sistema discursivo, constantemente

moldado por forças externas e internas que o constituem. Destarte, Foucault (2004, p. 291) afirma que:

[...] o sujeito se constitui através das práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

O autor entende as práticas de sujeição como processos que moldam o sujeito por meio de normas, disciplinas e dispositivos que definem o que ele pode ser e fazer. Por outro lado, o autor reconhece que o sujeito pode também se constituir por práticas de liberdade, que envolvem resistir às normas e reinventar modos de ser. Foucault (2004, p. 275) acrescenta que o que lhe interessava era: “[...] fazer análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder”. O autor estava menos interessado em definir o que é o sujeito em si e mais em explorar como diferentes formas de subjetividade são constituídas historicamente, em relação aos jogos de verdade. Esses jogos referem-se às práticas discursivas, institucionais e sociais que determinam o que pode ser considerado verdadeiro em um dado momento histórico e cultural.

Nessa direção, embora partindo de um contexto distinto, Spivak (2010) também problematiza a constituição do sujeito, mas desloca a análise para o campo da colonialidade e das relações globais de poder. Se em Foucault (2008) o foco recai sobre os modos de subjetivação produzidos pelos jogos de verdade, em Spivak (2010) a ênfase recai sobre os sujeitos que sequer conseguem ocupar um lugar de fala nesses jogos, ao serem silenciados pelas mesmas estruturas que produzem a verdade.

Assim, Spivak (2010), na obra *Pode o subalterno falar?* indica como determinados grupos, especialmente mulheres colonizadas, mas podemos expandir a discussão para outros grupos, são silenciados por estruturas de poder que determinam quem pode ou não ter voz legítima. O termo subalterno é apresentado pela autora para descrever

[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social dominante (Spivak, 2010, p. 12).

Para a autora, ainda que o processo de fala se caracterize por uma posição discursiva, conclui afirmando que esse espaço dialógico de relação social não se concretiza jamais para o sujeito subalterno, que desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar (Spivak, 2010, p. 12). A autora reconhece que toda fala não é pura ou individual, mas se dá em uma posição discursiva. Isso significa que, quando falamos, estamos sempre inseridos em redes

de saber e poder, atravessados por discursos que nos permitem ou nos limitam a dizer certas coisas.

Isso já dialoga muito com pensamento foucaultiano: não existe fala neutra, mas enunciados possíveis em determinadas formações discursivas. O espaço dialógico, para a autora, seria aquele em que a fala poderia circular como troca, sendo reconhecida e considerada pelo outro. A autora diz que, para o sujeito subalterno, esse espaço não se realiza, porque mesmo quando fala, sua fala é silenciada, distorcida ou apropriada pelos discursos dominantes. O sujeito subalterno não tem agência sobre sua fala. “O fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a)” (Spivak, 2010, p. 14). Ele não controla os efeitos do que diz, por seu discurso ser sempre mediado, traduzido ou reinterpretado pelo grupo dominante. Isso não significa que o subalterno não tenha voz literal. Vejamos a fala de (Margarida SS):

“quando minha mãe ia junto comigo... elas ficavam conversando... mas eu não entendia... entendia alguns gestos... era resumido... faltava informação....”.

A experiência narrada por Margarida SS, de depender da mãe para intermediar sua relação social nas consultas e ainda assim receber apenas fragmentos de informação, ilustra de forma concreta a questão levantada por Spivak (2010). A filósofa argumenta que a fala do sujeito subalterno, ou colonizado, raramente se efetiva diretamente, pois quase sempre é mediada pela voz de outro, que assume o lugar de intérprete ou representante.

No caso de Margarida SS, sua voz não circula no espaço da saúde. O que chega até ela é unicamente um resumo, um recorte do que foi discutido, evidenciando a incompletude de sua participação. Assim como o subalterno de Spivak (2010), Margarida SS não consegue “falar” em uma estrutura de poder que organiza o atendimento, pois sua própria experiência é atravessada e filtrada por quem ocupa uma posição de maior legitimidade discursiva, nesse caso, a mãe ou os profissionais ouvintes. Ela fala, mas sua fala não é ouvida, não produz efeitos de transformação. Em outras palavras, falar não garante ser escutado e reconhecido. Spivak (2010) mostra que o subalterno não é somente alguém “sem voz”, mas alguém cuja fala é sistematicamente invisibilizada, deslegitimada e reinterpretada pelos discursos dominantes.

Assim, se em Spivak (2010), o subalterno é aquele cuja voz é silenciada, em Coracini (2007) o sujeito é aquele que se constitui na linguagem a partir dessas verdades internalizadas, que o atravessam e o vinculam ao(s) outro(s). Para Coracini (2007, p. 60: “[...] é(são) essa(s) verdade(s) que, internalizada(s), garante(m), como dizíamos, a possibilidade de o ser humano

se constituir como sujeito da linguagem”, ou seja, não se trata de uma identidade natural, mas de uma constituição mediada pelo discurso. Nesse sentido, é o “[...] sujeito do discurso, atravessado por ela(s), é, assim, atravessado pelo(s) outro(s), presente(s), mas escondido(s) na opacidade do esquecimento” (Coracini, 2007, p. 60).

A autora diz que o sujeito da linguagem não é autônomo nem dono do seu discurso, ele é atravessado por discursos anteriores, por vozes e por “verdades” legitimadas. Aqui fica clara a proximidade com a ideia foucaultiana de que o sujeito é posição no discurso e efeito de relações de poder/saber. O sujeito não é algo estático ou universal, mas um produto de processos históricos que o configuram de diferentes formas ao longo do tempo. Essas configurações dependem das condições culturais, econômicas, sociais e políticas específicas de cada época e os jogos de verdade são as práticas que determinam quais discursos têm legitimidade e quais práticas são consideradas válidas. Ao compreender o sujeito como uma construção histórica, atravessada por práticas de poder, saber e jogos de verdade, abre-se o caminho para discutir a noção de identidade. Se o sujeito é constituído por práticas discursivas e sociais, a identidade surge como uma forma específica de marcação dessas posições no mundo, vinculada às relações de pertencimento e diferenciação.

No caso do sujeito Surdo, isso fica evidente, ou seja, sua identidade e subjetividade são muitas vezes produzidas a partir do olhar ouvinte no campo médico, do pedagógico, do jurídico, que detém o poder de dizer o que é normal, o que é déficit, o que é inclusão. O Surdo, assim, se constitui como sujeito do discurso atravessado por esses outros, geralmente ouvintes, que o significam. Ainda conforme Coracini (2007, p. 49),

[...] não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada da coincidência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis.

A autora aborda a ideia de identidade como algo que nunca é definitiva, mas sim ilusório, imaginado, e frequentemente moldado por relações de poder. A identidade se configura como um ideal inatingível, um horizonte sempre fora de alcance. Ela não é apenas uma construção individual ou subjetiva, pode ser imposta por relações de poder, ou seja, um grupo ou instituição pode definir as identidades de outros para exercer controle ou justificar práticas de dominação. A identidade não é algo que uma pessoa ou grupo possui, é um processo contínuo, uma busca por se definir e se posicionar em relação ao mundo, algo que nunca é completamente alcançado, pois as condições sociais, culturais e históricas mudam constantemente. A identidade, portanto, não é uma essência fixa ou algo que o sujeito possui,

mas uma construção contínua que emerge das relações sociais, culturais e históricas que posicionam o sujeito em determinadas categorias, como gênero, classe, raça. Robin (1997, p. 17 *apud* Eckert, 2004, p. 43) aponta que:

[...] a identidade pós-moderna está sempre dividida entre a identidade “à la carte” – o menu que possibilita (ilusoriamente) as escolhas, em função de um imaginário instituído – e um desmoronamento, um descentramento total.

A autora usou da metáfora do menu para sugerir que no contexto pós-moderno, os indivíduos são colocados em um cenário que parece oferecer múltiplas opções de identidade, com base em um imaginário de liberdade e individualidade. No entanto, essa liberdade pode ser ilusória, uma vez que as escolhas são moldadas por discursos, normas culturais e expectativas sociais e a identidade oferecida “à la carte” (como está no cardápio) não é totalmente livre, mas guiada por um imaginário que delimita as opções aceitáveis ou desejáveis. Notemos a fala de (João SS), quanto ao atendimento:

“sim:::: já aconteceu eu ir e usei a oralidade ou escrita... mas é muito difícil”.

João SS revela que muitas vezes precisa recorrer à escrita para se comunicar porque os ouvintes não sabem Libras. Isso mostra como o sujeito Surdo é forçado a assumir uma identidade adaptada, moldada pelo olhar do outro, o ouvinte. Ele tem a ilusão de ser um sujeito que consegue se comunicar por meio da escrita, mas, na verdade, essa comunicação é imposta pela falta de conhecimento da sua língua.

Embora pareça que os indivíduos têm liberdade para construir suas identidades, essa liberdade é limitada e mediada pelas opções já definidas pelo contexto cultural, social e histórico e essa escolha não é totalmente autônoma, mas condicionada pelos discursos e valores dominantes que moldam o que é imaginável ou aceitável. Para Coracini (2007, p. 9), “[...] cada um de nós tem a ilusão de que faz um, de que é um, de que tem uma identidade, inventada pelo outro e assumida como sua”. Assim, conforme a autora, a identidade não é algo essencial ou intrínseco ao sujeito, mas uma construção relacional e discursiva, nos fazendo refletir sobre como a identidade é moldada externamente, por meio das relações com o outro, e internalizada pelo sujeito como se fosse própria. Coracini (2007) sugere que a identidade é um efeito de sentido produzido nos encontros com o outro e com os discursos que nos atravessam. O princípio de que o sujeito possui uma identidade é uma construção discursiva que ele aceita e assume, mas que, na realidade, é inventada fora dele, nos espaços de relação social e cultural.

A ideia da autora complementa a perspectiva foucaultiana de que o sujeito é posicionado nos discursos. A identidade, nesse caso, seria uma das formas como o sujeito se reconhece ou

é reconhecido dentro dessas posições discursivas. O reconhecimento de que a identidade é inventada pelo outro pode ser relacionada aos jogos de verdade de Foucault, pois é no interior dessas práticas discursivas que se definem as categorias e os critérios que delimitam o que um sujeito é.

Foucault (2004) e Coracini (2007) mostram que identidades podem ser moldadas ou impostas por grupos ou instituições que possuem poder para determinar como um sujeito ou grupo deve ser visto. Isso acontece porque o poder está presente nas práticas discursivas, organizando o que pode ser dito e pensado sobre determinado grupo. Nesse sentido, Coracini (2007, p. 49), afirma que “[...] não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada da coincidência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis”. Essa perspectiva enfatiza que a identidade não é um dado natural, mas uma ficção necessária para a organização social e cultural, sempre incompleta, imaginária e atravessada por múltiplas vozes e relações.

Derrida (2001, p. 43) complementa tal posicionamento ao afirmar que “[...] uma identidade nunca é dada, recebida ou alcançada, não, apenas existe o processo interminável, indefinidamente fantasmático, da identificação”. A identidade não é algo fixo ou imóvel, mas um movimento contínuo e inacabado, marcado pela busca incessante de definição e pertencimento. O termo fantasmático empregado pelo autor indica que a identidade é uma construção sempre mediada por algo ausente ou inalcançável, uma espécie de sombra que guia o processo de identificação, mas nunca se materializa completamente.

Coracini (2007) apresenta sua perspectiva crítica sobre a constituição das identidades enquanto efeitos de relações de poder, alinhando-se a abordagens que problematizam a ideia de uma identidade essencial ou fixa. A autora discute como as identidades podem ser construídas, atribuídas ou impostas no discurso, especialmente em contextos nos quais o sujeito não é autorizado a falar por si. Não se trata de uma essência que origina do sujeito, mas de um efeito de práticas discursivas e sociais que o posicionam. Esse entendimento encontra relação em Foucault, para quem a subjetividade é uma construção histórica e discursiva. Assim, essa discussão revela que a identidade é simultaneamente efeito e promessa, construção discursiva e experiência subjetiva marcada pela incompletude, reforçando a ideia de que o sujeito se constitui em relação às múltiplas forças sociais, culturais e simbólicas que o atravessam, sem jamais alcançar uma coincidência consigo mesmo.

Nesse contexto, a análise foucaultiana é especialmente útil para compreender como esses processos não são neutros, mas atravessados por relações de poder. Para Foucault (2013),

os processos de inclusão e exclusão estão diretamente ligados às relações de poder, a construção do sujeito através dos discursos e instituições, como as escolas, prisões, hospitais, que moldam e regulam os corpos e as mentes. Foucault (2013, p. 142), afirma que o poder disciplinar

[...] põe em ação cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos e os comportamentos singulares com um conjunto que é, simultaneamente, campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir.

O poder disciplinar não analisa cada ação ou comportamento individual isoladamente. Em vez disso, ele relaciona esses atos a um contexto mais amplo, ou seja, um conjunto normativo que serve como referência. O poder ao colocar os indivíduos em contato uns com os outros, ele identifica quem está dentro ou fora da norma, quem se destaca ou quem falha, cria regras e normas que orientam o comportamento dos indivíduos.

O poder disciplinar “compara, diferencia, hierarquiza, homogeneíza, exclui. Em uma palavra, normaliza. Em suma, normaliza” (Foucault, 2013, p. 142). Fazendo relação entre o poder disciplinar e os processos de in (ex)clusão, a normalização atua para integrar ou afastar indivíduos de uma norma socialmente estabelecida, ou seja, quem se aproxima dessas normas é incluído, enquanto quem delas se desvia tende a ser excluído. O poder não unicamente oprime, mas também cria subjetividades. A exclusão, nesse contexto, pode ser vista como uma forma de normalização, em que aqueles que não se ajustam aos padrões estabelecidos pelas instituições e discursos dominantes são marginalizados. Coracini (2007, p. 10) afirma que “[...] num contexto, chamado por alguns de pós-moderno, que prima pela objetivação de tudo e de todos, pela excessiva valorização da tecnologia em detrimento do homem”, mostrando o pano de fundo em que as práticas de inclusão e exclusão se inscrevem.

A autora continua, “[...] num mundo em que o capital constitui um significante mestre, em que os interesses econômicos justificam as ações mais torpes e desonestas, a tarefa politicamente enganada da educação - que prega a inclusão de todos”, mas que nem sempre é realizado de fato, ou seja, “[...] contraditoriamente, exclui no exato momento em que pensa ou diz estar incluindo” (Coracini, 2007, p.10). A autora revisita a discussão no contexto contemporâneo, frequentemente chamado de pós-moderno, no qual as contradições entre o discurso inclusivo e as práticas excludentes são expostas de maneira profunda. Os sujeitos, inclusive aqueles que deveriam ser incluídos, tornam-se consumidores da inclusão, em vez de agentes ativos na construção de suas próprias narrativas e espaços.

A pós-modernidade é marcada pela objetificação generalizada, em que pessoas e relações são tratadas como mercadorias ou ferramentas para o alcance de objetivos econômicos

ou utilitários, em que a valorização excessiva da tecnologia subordina as relações humanas às exigências de produtividade e consumo. Isso enquanto os interesses econômicos justificam atos antiéticos e desumanos, a promessa de inclusão muitas vezes serve a um propósito econômico ou simbólico, mas raramente questiona estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Na visão de Skliar (2003, p. 99), aceitar “[...] as bordas, o marginal, o excluído, cuja única razão de existência deveria ser esforçar-se para entrar, para estar incluído, para estar no centro, para ocupá-lo e assim ser, finalmente, como os demais”. O autor problematiza o ideal de inclusão como esforço unidirecional, que exige que aqueles nas bordas ou marginalizados se adéquem aos padrões do centro, entendido como o espaço dominante, normativo e valorizado.

Os sujeitos marginalizados não escolhem estar na borda. Essa posição é atribuída pelo sistema social, político ou cultural dominante. Ao serem colocados na margem, esses sujeitos são excluídos das decisões, dos discursos e do acesso a recursos. Enquanto sujeitos, constituídos pela alteridade, ou seja, o outro está sempre em relação conosco, moldando nossa identidade e nossas ações.

No entanto, o contexto pós-moderno transforma o outro em um objeto de consumo ou controle, gerando um conflito: enquanto idealizamos a inclusão, tratamos o outro de forma desumanizadora. A inclusão exige um reconhecimento profundo do outro como legítimo em sua diferença, mas, muitas vezes, o que ocorre é a tentativa de transformar o outro em algo assimilável, negando suas especificidades. A inclusão não pode ser reduzida a um ato formal ou à adaptação de indivíduos às normas do sistema. Ela exige uma transformação nas relações de poder e nos valores que fundamentam a sociedade. Mas tolerância só existe diante da intolerância. Para Skliar (2003, p. 131) “[...] tolerar o outro, tolerar o que é outro, tolerar a diversidade, tolerar a diferença, fazer da tolerância um princípio desculpável, uma fonte de conhecimento, um lugar de comunicação”. Normalmente, tolerar implica uma relação de poder desigual, em que um sujeito ou grupo permite a existência do outro sem necessariamente reconhecê-lo como igual.

Ao tolerar a diversidade, a sociedade dominante pode estar perpetuando sua posição de controle, decidindo o que é aceitável ou não, significando que a tolerância não transforma as relações de poder; ela somente as disfarça. A tolerância pode implicar que o outro é sempre visto como um elemento fora da norma, como algo a ser suportado, em vez de celebrado ou integrado como parte constitutiva do todo.

Apesar de suas limitações, Skliar (2003) sugere que a tolerância pode ser um lugar de comunicação e fonte de conhecimento. Isso implica uma abertura para o diálogo, mas com a condição de que essa tolerância não seja um ato superficial ou condescendente. Para transformar

a tolerância em algo mais significativo, é necessário que ela evolua para o reconhecimento e a valorização ativa da diferença, rompendo com a lógica da mera aceitação passiva.

A ideia de tolerância, como discutida pelo autor, deve ser vista não como um fim, mas como um ponto de partida para a construção de relações mais equitativas e inclusivas. No campo da saúde, educação ou qualquer outro setor, é necessário questionar se estamos realmente reconhecendo e celebrando as diferenças ou simplesmente as tolerando. A exclusão ocorre não apenas pela falta de acesso, mas também pela invisibilização das diferenças e pela imposição de padrões universais que desconsideram subjetividades e singularidades.

Compreender a constituição identitária do sujeito implica reconhecer que as identidades são construídas discursivamente, atravessadas por relações de poder e marcadas por processos de inclusão e exclusão, (Coracini, 2007; Foucault, 2004). Após essas discussões e dizeres, adoto uma perspectiva que busca desnaturalizar as identidades, analisando como os dizeres operam na construção de subjetividades e nas práticas de in(ex)clusão, sendo que procurarei discutir na seção 4, os efeitos de sentido nos dizeres pela produção de saberes e na normatização das práticas sociais. Assim, busco não unicamente compreender os modos pelos quais as identidades surdas são significadas, mas também questionar as formas pelas quais esses discursos legitimam ou marginalizam esses sujeitos.

3.3 Arquivo, Memória e Representação

O conceito de arquivo, tal como apresentado por Foucault (2008), refere-se a algo muito mais abrangente do que uma coleção de documentos físicos. Foucault (2008, p. 158) diz que “[...] o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. O arquivo, nesse contexto, não é um lugar, mas sim uma condição de possibilidade. Ele estabelece as regras que determinam quais discursos podem surgir em um dado momento histórico. Ou seja, o arquivo regula o que pode ser considerado possível ou legítimo no domínio do discurso. Para o autor, o arquivo determina como, quando e sob quais condições certos discursos emergem, e quais permanecem silenciados. Esse sistema não é estático, ele está em constante transformação, moldado pelas práticas históricas e sociais de cada época.

O arquivo organiza não só o que é dito, mas também o que é reconhecido como verdadeiro, válido ou relevante. Ele é um espaço de exclusão e inclusão, regulando tanto a produção quanto a circulação de discursos. Foucault (2008, p. 158) elucida que:

[...] o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos.

Ou seja, o arquivo não é somente um depósito de informações, mas um princípio de ordenação. Ele impede que os discursos se acumulem de forma confusa ou desapareçam sem deixar vestígios, estabelecendo uma estrutura que permite a análise e a historicidade das falas.

O autor mostra que o arquivo organiza os discursos em padrões, agrupando-os conforme regularidades e relações múltiplas. Isso permite compreender como certas formas de saber e práticas discursivas se mantêm ou se perdem ao longo do tempo. O arquivo impede que os discursos do passado sejam uma simples acumulação desordenada. Ele é responsável por organizar as condições de possibilidade de seus agrupamentos e conexões. Isso significa que ele regula como os discursos se relacionam entre si, se transformam, ou desaparecem, sempre segundo as regularidades históricas de cada época.

Ao contrário de uma ideia de história linear, em que tudo se encadeia de forma contínua, o arquivo destaca tanto as continuidades quanto as rupturas nos discursos. Ele preserva o que é considerado relevante dentro de certos limites e condições históricas, mas também permite que determinadas figuras discursivas emergjam ou desapareçam pouco a pouco de forma descontínua. Foucault (2008) compara os discursos às estrelas. Alguns brilham intensamente, mas vêm de muito longe, ou seja, discursos de épocas passadas que ainda têm influência ou relevância. Outros, contemporâneos, podem já estar desbotados ou irrelevantes.

Essa metáfora indica que o arquivo regula como certos discursos atravessam o tempo, sendo ressignificados ou perdendo sua força à medida que mudam as condições históricas. Foucault (2008, p.159) ressalta que “[...] é evidente que não se pode descrever exaustivamente o arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização”, isto é, os registros discursivos de uma sociedade são vastos, complexos e sempre em transformação, impossibilitando uma descrição total ou final. Em consonância com o autor, “[...], por outro lado, não nos é possível descrever nosso próprio arquivo, já que é no interior de suas regras que falamos, já que é ele que dá ao que podemos dizer - e a ele próprio”. Estamos sempre inseridos nas regras do arquivo, que estruturam o que podemos dizer, o que nos impede de observá-lo de fora ou de maneira objetiva.

O autor reforça essa complexidade e as limitações que enfrentamos ao tentar descrever o arquivo, apontando, essencialmente, para a dificuldade de se ter uma visão completa e objetiva do arquivo de uma sociedade, cultura ou época, especialmente porque estamos inevitavelmente situados dentro de suas regras. Isso porque, o arquivo não é um objeto visível ou material que

possa ser catalogado ou listado. Ele é um sistema que regula as condições de existência dos discursos, e as regularidades que o compõem são extremamente complexas e variáveis, entrelaçando múltiplos saberes, poderes e práticas históricas que não são completamente acessíveis à análise.

Foucault (2008) também estabelece relação entre arquivo e memória, considerando que ambos referem à preservação, organização dos saberes e discursos ao longo do tempo, mas com alguma diferença. Para Foucault (2008, p. 127),

[...] vê-se que o enunciado não deve ser tratado como um acontecimento que se teria produzido em um tempo e lugar determinados, e que poderia ser inteiramente lembrado - e celebrado de longe - é um ato de memória.

O autor destaca a diferença entre enunciado, acontecimento histórico e memória, enfatizando o caráter complexo e dinâmico dos discursos. Mesmo que no arquivo possam existir diferenças, rupturas e até silenciamentos, essas dimensões estão sempre se relacionando, nunca completamente isoladas, com isso Derrida (2001, p. 14) nos lembra que, “[...] num arquivo não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo que viesse a separar (*secernere*). Compartimentar de modo absoluto”. Essa afirmação enfatiza que o arquivo não pode ser pensado como um espaço de divisões rígidas, mas como um campo em que diferentes vozes, memórias e esquecimentos coexistem em tensão. Ainda que haja hierarquias e silenciamentos, não existe uma separação absoluta: os enunciados permanecem atravessados uns pelos outros, carregando marcas de relações de poder e de disputas discursivas.

Diante de toda a discussão de que o arquivo funciona como condição de possibilidade dos discursos, definindo seus limites, suas exclusões e seus retornos, temos a concepção de Coracini (2007, p. 16), “[...] o arquivo é, assim, a garantia da memória – ao mesmo tempo em que é por ela garantido.... daquela que é responsável pela manutenção da tradição (...) que ao permanecerem, se transformam; ao serem lembrados, são esquecidos”. Para a autora, o arquivo não é apenas um depósito estático de enunciados, mas um espaço regulado, no qual se decide o que pode ou não ser lembrado. Isso o aproxima da noção foucaultiana de que o arquivo funciona como condição de possibilidade dos discursos, definindo seus limites, suas exclusões e seus retornos. A memória, por sua vez, não se opõe ao arquivo, mas o atravessa e é atravessada por ele. Como diz Coracini (2007) lembrar implica também esquecer. Certas representações são destacadas e reafirmadas, enquanto outras são silenciadas. Nesse movimento, produz-se aquilo que aparece como tradição, ao mesmo tempo, em que se ocultam outras vozes e experiências. Assim, ao relacionarmos o conceito de arquivo de Foucault com a leitura de Coracini,

percebemos que as representações não são reflexos estáveis do real, mas resultados de disputas discursivas, marcadas tanto por lembranças quanto por apagamentos.

O arquivo, portanto, regula os enunciados, estabelecendo as condições para que determinados enunciados possam surgir, sejam reconhecidos como válidos e entrem no campo discursivo de uma época. A memória, por sua vez, em sua dimensão coletiva e histórica, pode registrar e transformar enunciados. O enunciado, nesse sentido, não se reduz a um instante datável, como um simples evento histórico, mas é atravessado por forças discursivas que o reinscrevem ao longo do tempo. É justamente nesse movimento de reinscrição que se pode articular a noção de representação.

Se o arquivo e a memória operam no nível da regularidade dos discursos e de sua historicidade, as representações dizem respeito ao modo como tais discursos são apropriados pelos sujeitos em processos de identificação. Como afirma Grigoletto (2003, p. 235)

[...] as representações são do domínio da identificação imaginária, e nessa categoria de identificação, o eu constitui-se como instância psíquica ao se identificar com determinadas imagens no mundo.

As representações estão relacionadas às identificações imaginárias. A autora dialoga com a psicanálise e os estudos discursivos, especialmente ao tratar da constituição do sujeito a partir das representações e da identificação imaginária. E sugere que as representações são fundamentais para o processo de constituição subjetiva, que representações são imagens, discursos e ideias que circulam socialmente e que fornecem espelhos nos quais o sujeito pode se identificar.

As representações discursivas produzem efeitos de identidade e de in(ex)clusão. Conforme Mascia, Mendes e Monteiro (2014), “[...] a representação, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, é pensada como um construto que se dá via linguagem e que coloca em funcionamento um imaginário social sobre a realidade”. Dessa forma, o sujeito constitui-se nas e pelas representações. Ao mesmo tempo, em que projeta imagens de si, é atravessado por discursos que o posicionam, produzindo modos de ser e de existir. O sujeito Surdo, nesse contexto, é constantemente representado a partir de discursos ouvintistas que o reduzem à falta, à deficiência ou à carência linguística. Tais representações não apenas definem como a sociedade enxerga, mas também como esse sujeito pode, ou não, se ver e se constituir.

Nesse sentido, pensar a surdez a partir da representação significa reconhecer que o sujeito Surdo não é visto apenas em sua materialidade biológica, mas através de discursos que o enquadram em determinadas imagens sociais, o “deficiente auditivo” que precisa ser normalizado, o sujeito que deve se adequar ao padrão ouvinte, ou, em contrapartida, o sujeito

de uma diferença linguística e cultural. Tais representações não são neutras, elas atravessam a constituição da identidade do sujeito Surdo e determinam as condições de sua inclusão ou exclusão nos espaços sociais.

Nesse sentido, o sujeito não é uma essência fixa, mas uma construção que se dá em relação a essas imagens e discursos disponíveis em seu contexto histórico e cultural. Esse processo de identificação é, portanto, mediado por elementos simbólicos que estruturam o modo como o sujeito vê a si e é visto pelos outros. De acordo com Coracini (2007, p. 62),

[...] ao falar sobre o brasileiro, surjam representações dos estrangeiros sobre si próprios e sobre sua cultura e, ao falar do estrangeiro, aflorem representações de si em enunciados de brasileiros sobre os estrangeiros.

Para a autora, quando estrangeiros falam sobre os brasileiros, eles projetam sobre o outro suas próprias referências culturais e visões de mundo e quando brasileiros falam sobre estrangeiros, acabam expressando elementos da própria cultura e identidade, mostrando como se veem e quais valores consideram centrais. Coracini (2007, p. 62) continua, “[...], ou seja, só é possível observar o outro a partir das próprias referências ideológicas e culturais”. Todo discurso sobre outrem é atravessado por nossas próprias construções culturais e ideológicas, isto é, somos sempre sujeitos situados em relações de referência e projeção. Lacan (1966 *apud* Eckert-Hoff, 2004, p. 52) define outro/Outro como:

[...] o outro é o semelhante, com quem nos relacionamos e no qual nos reconhecemos, e o Outro – tesouro do significante, inominável, estranho e estrangeiro a mim mesmo – é linguagem, é fala, é resíduo que fica e age.

O outro representa aquele com quem nos identificamos e nos relacionamos diretamente. É o espelho no qual nos reconhecemos. Eckert-Hoff (2004) evoca a fase do estágio do espelho em Lacan, onde o sujeito começa a formar seu eu a partir da imagem refletida. O Outro, no pensamento lacaniano, é o grande sistema simbólico que organiza o mundo, a linguagem, a cultura, a lei, as normas sociais. Coracini (2007) fala sobre as representações e a impossibilidade de observar o Outro sem que nossas próprias referências ideológicas e culturais intervenham, é uma reflexão sobre como as identidades são construídas, não de maneira isolada, mas sempre em relação ao outro. Podemos entender como o discurso sobre o Outro, seja o estrangeiro, o diferente, o marginalizado, é inevitavelmente moldado pelas percepções e valores do sujeito que enuncia. O Outro não é somente uma figura que observamos objetivamente, mas um reflexo de nós mesmos, pois nossas identidades se definem em parte pela diferença em relação ao outro.

As representações estão ligadas à forma como os indivíduos constroem e percebem a si e aos outros no mundo. Elas pertencem ao domínio do imaginário, no qual o “eu” se forma ao

se identificar com certas imagens ou figuras, como pessoas, papéis sociais, símbolos culturais. Essa identificação é um processo dinâmico e parcial, ou seja, nunca é completa ou definitiva, por estar baseada em uma busca constante por reconhecimento e pertencimento.

Cada sociedade ou grupo possui suas próprias formas de ver o mundo, seus valores, normas e representações, e elas são também mediadas por relações de poder. Quem fala e em que contexto, pode influenciar profundamente como o outro é representado. Contudo, se o poder produz representações que normatizam e limitam, também abre brechas para a resistência. É nesse espaço que o sujeito Surdo pode se reinventar, ressignificar as imagens que lhe são impostas e afirmar sua diferença não como falta, mas como potência cultural e linguística. Assim, a representação deixa de ser apenas espaço de dominação para se tornar, também, terreno de luta, deslocamento e criação de novas formas de existir.

3.4 Saber/Poder e Resistência

A relação entre saber e poder é um dos conceitos mais influentes de Foucault (2008). Ele argumenta que o saber nunca é neutro, mas está sempre atrelado a relações de poder que organizam e distribuem os discursos. Esse conceito permite analisar como os discursos constroem verdades e influenciam comportamentos, organizando práticas e modos de subjetivação. Sendo assim, para Foucault (2004, p. 8), “[...] o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. O autor desafia a visão tradicional do poder como algo meramente obrigatório ou repressivo. Ao invés disso, ele argumenta que o poder tem uma dimensão produtiva, ou seja, produz discursos, saberes, comportamentos, prazeres e formas de subjetividade.

A abordagem metodológica foucaultiana, a arqueogenealogia, compreende a relação entre saber e poder, e resistência, pois, segundo o autor, onde há poder há resistência e ambos estão presentes em nossa sociedade. Foucault (2008), em sua arqueologia, procurou estabelecer relações entre os saberes, buscando responder como estes apareciam e se transformavam. O autor diz que no método arqueológico “[...] não mais se relaciona o discurso ao solo inicial de uma experiência nem à instância *a priori* de um conhecimento; mas que nele mesmo o interroguemos sobre as regras de sua formação” (Foucault, 2008, p. 95). O filósofo se concentra na análise das práticas discursivas, ou seja, nos modos como os discursos são formados, mantidos e transformados. Ele procura entender as regras que governam a produção de conhecimento e como essas regras mudam ao longo do tempo.

No método arqueológico de Foucault (2008), os discursos não são vistos como simples reflexos de estruturas sociais ou econômicas, mas como acontecimentos históricos por “si” e ele se concentra na relação entre o sujeito, quem fala ou pensa, e o saber, o que é dito ou pensado. Enquanto a arqueologia se preocupa com as relações de saberes, a genealogia é uma ciência que estuda a origem, evolução e disseminação das várias gerações de uma família, investigando os procedimentos, discursivos e não discursivos, que controlam o que se pode e se deve dizer em um certo momento histórico, que é, ao mesmo tempo, dispersa, descontínua e regular, em suas relações com os saberes e os poderes. Para Agamben (2009, p. 32),

[...] a relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder.

O autor examina como as instituições, os processos de subjetivação e as normas que organizam a vida social constituem um campo no qual o poder opera para moldar tanto a vida quanto as subjetividades. As instituições não unicamente organizam a vida, mas também exercem o poder de regular os corpos e comportamentos.

Exemplos disso são a família, a escola, o sistema jurídico e o Estado, que impõem regras e configuram a experiência humana dentro de limites históricos e culturais específicos. Em diálogo com Foucault (2008) Agamben (2009) aborda como os indivíduos são moldados pelas práticas e discursos que os constituem enquanto sujeitos. Esses processos de subjetivação revelam como as relações de poder penetram no íntimo dos indivíduos, moldando suas identidades, desejos e modos de ser. O conjunto de regras e normas, entendidas como expressões de relações de poder, concretiza-se na organização da vida cotidiana. Agamben (2009) amplia a análise foucaultiana ao destacar a função do estado de exceção, que suspende as normas habituais para legitimar formas extremas de controle e exclusão. Para Foucault (2004), não se trata de imaginar um mundo sem poder, mas de entender como ele opera e de explorar formas de transformá-lo em direção a práticas mais inclusivas e justas. O autor observa que, como o poder está em toda parte, a resistência também está.

As relações de poder sempre envolvem possibilidades de contestação, negociação e transformação. Isso significa que o poder não é absoluto e está sempre sujeito a rupturas. O poder não é algo que se possui ou que se elimina, é algo que se exerce. Ele está intrinsecamente ligado às dinâmicas sociais e à produção de saberes. Quanto a isso, o filósofo desafia a visão tradicional que associa o poder somente à negação ou à supressão e o redefine como algo que produz realidades, sujeitos e saberes. Foucault (2013, p. 148) afirma que “[...] temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’,

‘censura’, ‘abstrai’, ‘máscara’, ‘esconde’”. O poder molda campos de objetos, define categorias e estabelece as condições para certos saberes serem possíveis. Por exemplo, na medicina, o poder estabelece categorias como normal e patológico, no sistema jurídico, define o criminoso e os dispositivos para controlá-lo, na educação, define os critérios do que é conhecimento válido, e assim por diante. Assim, o poder não exclusivamente restringe o comportamento humano, ele cria estruturas pelas quais a realidade é percebida e compreendida, ele cria realidades, subjetividades e saberes.

Aquilo que sabemos sobre os sujeitos é sempre mediado por práticas discursivas que refletem e reforçam formas específicas de poder. Foucault (2013, p. 42) assevera que:

[...] existe um sistema de poder que barra, proíbe... Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente, em toda a trama da sociedade.

O autor destaca a ideia de que o poder não se limita a instituições centrais ou hierarquias visíveis, mas permeia toda a sociedade. Esse poder não apenas reprime ou proíbe, mas se infiltra sutilmente nas práticas cotidianas, moldando comportamentos, relações e subjetividades. Ele age tanto diretamente, como em leis ou regras, quanto de forma implícita, por meio de valores culturais e expectativas sociais. Ainda que o poder penetre profundamente na sociedade, ele sempre encontra resistência. Essa resistência é parte integrante do funcionamento do poder, pois é nas margens e tensões que surgem as possibilidades de transformação e contestação. Para Foucault (1995, p. 16), “[...] uma sociedade sem relações de poder somente pode ser uma abstração”. Nessa perspectiva, o poder é inerente ao processo discursivo e constitui um elemento fundamental para a organização e funcionamento de qualquer sociedade, ele se manifesta nas relações sociais.

O poder não é necessariamente algo opressivo ou negativo, mas está presente em todos os contextos em que existem relações entre pessoas. Para Foucault (1988, p. 89),

[...] o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...] o poder não é uma instituição, e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é um nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

A visão do autor sobre o poder como algo que está em toda parte desafia as concepções tradicionais que o associam a instituições específicas ou a um controle exercido somente por um grupo, ou indivíduo sobre outros. Em vez disso, o autor entende o poder como uma rede de relações que permeia todas as relações sociais, funcionando de forma estratégica e dinâmica. Assim, o poder não está centralizado em uma instância única, mas circula, atravessa os sujeitos e se manifesta nos múltiplos níveis da vida social.

Nessa mesma direção, mas avançando na ênfase sobre o caráter relacional, Deleuze (2013) enfatiza que o poder não deve ser entendido como algo que pertence ou é inerente a um sujeito, ou instituição, mas como algo que opera nas relações e nos fluxos de forças. Como destaca, “[...] o poder não tem essência, ele é operatório. Não é atributo, mas relação: a relação de poder é o conjunto das relações de forças, que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes, ambas constituindo singularidades” (Deleuze, 2013, p. 37). Essa ideia subverte a visão tradicional de poder como uma essência fixa ou uma propriedade individual, colocando-o como uma dinâmica fluida e transversal.

Para Deleuze (2013), o poder é essencialmente relacional, ele não reside exclusivamente nas forças dominantes nem está restrito aos dominados, mas é um efeito do encontro e do tensionamento entre essas forças. É no atrito entre forças que o poder emerge, em constante movimento e redefinição. O poder é sempre contextual e contingente, constituindo-se em cada situação como uma singularidade. Cada relação de forças cria um arranjo único, e é nesse contexto que o poder opera, moldando subjetividades, práticas e discursos. O caráter operatório do poder significa que ele se manifesta por meio de ações, dispositivos e tecnologias que configuram o real. Não é algo que existe em si, mas algo que faz acontecer, produzindo realidades, corpos e subjetividades.

No pensamento de Foucault (2004), os conceitos de saber, poder e resistência se entrelaçam em uma relação dinâmica, estruturando os modos de constituição das relações humanas e sociais. Para o autor, saber e poder não podem ser compreendidos isoladamente, pois estão em uma relação intrínseca: todo saber é atravessado por relações de poder, e todo exercício de poder é sustentado por formas de saber. Este vínculo se manifesta nos diversos dispositivos sociais que organizam a vida, disciplinam os corpos e produzem subjetividades. O saber, na perspectiva foucaultiana, não é apenas um acúmulo de informações ou um conjunto de verdades neutras. Foucault (2008, p. 204), afirma que “[...] um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico”. O filósofo entende o saber como algo que emerge das práticas discursivas. Essas práticas estabelecem quais objetos são visíveis, quais temas podem ser discutidos, e em que termos. Assim, o saber é inseparável das condições históricas e sociais que o produzem. Nem todo discurso constitui saber científico. O saber envolve objetos que, dependendo das práticas discursivas e das relações de poder, podem adquirir ou não um *status* científico.

Esse processo está ligado a normas que legitimam certos discursos e excluem outros. O saber é histórico e contingente. Ele não reflete uma verdade, mas uma forma específica de

organizar o conhecimento em função das práticas e relações de poder de uma época. Trata-se de uma construção histórica e situada, que opera para legitimar certas práticas e discursos em detrimento de outros.

O saber emerge de condições históricas específicas que determinam o que pode ser dito, conhecido e aceito como verdade em determinados momentos. Está profundamente enraizado nas práticas discursivas e nas instituições que o sustentam, como escolas, hospitais, prisões e sistemas legais. O poder, por sua vez, é entendido não como algo que se possui, mas como uma rede de relações que se exerce. Ele não está localizado em uma única fonte ou instância, mas se dissemina em todas as esferas da sociedade, moldando comportamentos, regulando ações e constituindo sujeitos. O poder foucaultiano é produtivo, enquanto não somente reprime, mas também cria realidades, identidades e modos de ser. As técnicas de poder, como a disciplina e a biopolítica, desempenham um papel central na organização social, normatizando os corpos e governando as populações.

No entanto, onde há poder, há resistência. Foucault (2004) enfatiza que a resistência não é externa ao poder, mas constitui um contraponto interno e inevitável às suas operações. A resistência emerge como a capacidade de desafiar, subverter e deslocar os efeitos do poder, criando fissuras nas estruturas que buscam homogeneizar ou controlar. Para Sathler e Mascia (2020, p. 134) “poder e resistência em Foucault não são duas substâncias materiais ou imateriais que se complementam. Onde há poder, há a possibilidade de resistência e as condições de emergência de um poder coexistem com as manifestações da resistência”. Poder e resistência não se anulam, mas coexistem em tensão constante. O saber que classifica e normatiza também é o terreno onde novas verdades e novas subjetividades podem emergir. A resistência, nesse caso, não significa escapar totalmente do poder, mas deslocar seus efeitos, reinventar os modos de ser e abrir espaços para que outras formas de existência, como a do sujeito Surdo em sua singularidade linguística e cultural, possam ser afirmadas. Pode-se encontrar resistência tanto em ações individuais quanto em movimentos coletivos, nas margens do discurso hegemônico ou na recusa aos mecanismos de controle.

Esses conceitos articulam-se especialmente bem quando analisamos contextos contemporâneos, como os relacionados às práticas de inclusão e exclusão social. Por exemplo, no campo da saúde, a imposição de um saber biomédico como verdade pode silenciar outros saberes e experiências, como as narrativas dos sujeitos Surdos. Esses conceitos nos convidam a investigar como os discursos são construídos, quais subjetividades são produzidas e, sobretudo, como os indivíduos e coletividades podem resistir, reconfigurar e criar formas de existência e convivência.

A noção de arquivo, em Foucault (2008), não se refere unicamente a um conjunto de documentos armazenados, mas a um sistema que define as regras de enunciação, os limites do que pode ser dito e como certos discursos se mantêm ou desaparecem ao longo do tempo. O arquivo, nesse sentido, constitui a memória de uma época, delimitando os saberes possíveis e as formas de representação dos sujeitos. A memória, por sua vez, não é apenas uma recuperação do passado, mas um campo de disputa onde diferentes discursos lutam por legitimidade, selecionando e organizando os acontecimentos conforme determinadas relações de poder. No entanto, a resistência pode se expressar na reivindicação da Libras como meio legítimo de comunicação e na demanda por práticas de cuidado culturalmente sensíveis, desafiando as normas estabelecidas e deslocando os discursos dominantes. Assim, a tríade saber, poder e resistência fornece um quadro analítico poderoso para compreender e questionar as dinâmicas de controle e transformação que permeiam a sociedade. Por último, descrevemos, a seguir, sobre a investigação *in loco*.

3.5 Desenvolvimento da Pesquisa: dispositivos de constituição e análise

Nesse item, tratamos, inicialmente sobre a proposta teórico-metodológica a partir da noção arqueogenealógica em Foucault. Em seguida, discutimos a motivação para a pesquisa, caracterização dos participantes, os critérios adotados para a seleção de Surdos e ouvintes, bem como a seleção da instituição e da área em que se deu a constituição do *corpus*.

A análise do discurso busca compreender como os discursos são moldados pelas condições de produção, ou seja, pelas condições sociais e históricas em que surgem. Tais condições são o que definem o discurso e o configuram como um objeto de análise. O foco não está somente no conteúdo do que é dito, mas nas circunstâncias que possibilitam e limitam certos modos de dizer e os efeitos de sentido que eles produzem ao investigar os procedimentos discursivos que controlam o que se pode e se deve dizer em um certo momento histórico.

Como já informado na introdução, essa pesquisa adota uma abordagem metodológica fundamentada nas contribuições de Michel Foucault, ancoradas na arqueologia e na genealogia. Para Foucault (2008, p. 97), “[...] a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade”. Ou seja, arqueologia é vista como um método que descreve a discursividade local, ou seja, analisa as práticas discursivas específicas de uma época, identificando como saberes são organizados, distribuídos e legitimados. Já a genealogia atua como uma tática que, partindo dessa análise arqueológica, busca ativar saberes

que foram marginalizados ou submetidos, expondo as relações de poder que condicionaram sua emergência. Isso mostra que a arqueologia se preocupa mais em descrever as condições de possibilidade dos discursos, enquanto a genealogia foca em compreender os processos históricos que produziram essas condições, revelando os conflitos e disputas de poder subjacentes. Caracteriza-se, portanto, enquanto uma análise crítica das condições históricas e sociais que estruturam os discursos e saberes em determinado campo.

Essa articulação entre arqueologia e genealogia permite uma abordagem mais profunda das práticas discursivas, configurando o que Foucault (2008) denominou de arqueogenealogia. Esse conceito busca integrar a descrição arqueológica das condições de possibilidade dos discursos com a análise genealógica das relações de poder que os atravessam e moldam. Nesse sentido, a arqueogenealogia não apenas descreve como os discursos emergem e se organizam, mas também investiga os jogos de poder que condicionam suas formas e seus efeitos.

Ao combinar essas duas perspectivas, esta pesquisa visa explorar tanto a configuração histórica dos saberes quanto os mecanismos pelos quais determinados discursos se tornam dominantes, enquanto outros são silenciados ou marginalizados. Assim, a análise arqueogenealógica possibilita uma compreensão mais ampla das dinâmicas entre saber, poder e subjetivação no campo da surdez e da saúde, permite compreender os sentidos produzidos nas narrativas dos sujeitos ouvintes e dos Surdos no contexto dos atendimentos na saúde, considerando suas experiências, identidades e práticas de comunicação.

Senti-me subjetivada no início da minha trajetória na escola primária, por ver uma menina surda experimentar a aprendizagem, embora eu não compreendesse o que era ser “Surdo”, ou o que seria a Língua de Sinais e ao ser inserida naquele espaço do chão da escola e indicada para acompanhar a aluna surda nas aulas e ter que auxiliar nas atividades e provas, eu mal imaginava o que Coracini (2007) me mostrou “[...] que subjaz ao texto o desejo da língua una, inteira, completa, e a contingência de sua impossibilidade” (Coracini, 2007 p. 141). Então, foi por essa luz que vislumbrei meus primeiros olhares à direção da educação de Surdos.

A seleção dos participantes sujeitos ocorreu, primeiramente, com base nos objetivos e questões de pesquisa estabelecidos. Em seguida, foram considerados critérios como disponibilidade e representatividade em relação ao propósito do estudo. Para a seleção dos profissionais ouvintes, o critério foi escolher um grupo diversificado, sendo uma (1) médica, uma (1) representante da gestão (a secretária da saúde do município), uma (1) chefe de enfermagem, uma (1) enfermeira responsável por uma unidade de saúde, um (1) profissional do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e uma (1) atendente/recepcionista de uma clínica particular. O objetivo foi captar diferentes perspectivas dentro do campo da saúde,

permitindo explorar como cada profissional vê, compreende e lida com a acessibilidade linguística para Surdos, revelando as variadas formas de recepção, representação e inclusão desses sujeitos nos atendimentos de saúde. Quanto aos sujeitos Surdos, optei por selecionar Surdos com perfis familiares diferentes, assim, foram dois (2) Surdos solteiros (um do sexo masculino e um do sexo feminino), uma (1) casada sem filhos, um (1) Surdo casado do sexo masculino com filhos, uma (1) casada do sexo feminino com filhos, a fim de captar a diversidade de experiências e perspectivas no atendimento na saúde.

Para tanto, essa pesquisa se concentrou em temas como atendimento à saúde, relação social, Língua de Sinais e acessibilidade, os quais serviram de ponto de partida para as narrativas dos entrevistados. Esclarecemos que as informações sobre os pesquisados estão detalhadas no item 3.5.1 Caracterização dos Participantes, logo a seguir.

A coleta ocorreu por meio de uma conversa dialogada em Libras e em português, na qual o foco é o pesquisado, tornando a conversa, uma construção de narrativas. Rocha, Daher e Sant'Anna (2004), no que diz respeito à subjetividade do sujeito, colocam a entrevista como um dispositivo que procura reconhecer nos dizeres os valores, atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados. Segundo os autores, “[...] não pode ser entendida como mero instrumento de captação de um dito, como simples ferramenta que permitiria o acesso a “verdades reveladas” pelo entrevistado, como sugerem muitos trabalhos na área” (Rocha; Daher; Sant' Anna, 2004, p. 17).

Os autores ainda problematizam o termo “entrevista” “como dispositivo de captação de outras vozes que se consideram pertinentes a uma dada atividade de pesquisa” (Rocha; Daher; Sant' Anna, 2004, p. 17), ou seja, a entrevista sendo problematizada como “gênero discursivo”. E é isso que fizemos nesta pesquisa, trazer a entrevista como uma conversa, dispositivo de produção de texto enquanto gênero discursivo. Para Minayo (2002, p. 57),

[...] a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprentensiva e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores.

A entrevista é uma técnica central na pesquisa qualitativa, mas que não se reduz a uma conversa informal. Ela é um instrumento deliberado, orientado para a coleta de informações, e está atravessada pelas intenções do pesquisador e pelos contextos sociais dos entrevistados.

A autora enfatiza que a entrevista deve ser compreendida como um diálogo estruturado, com objetivos claros, diferente de uma mera troca espontânea de ideias, ao dizer que “[...] nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma

conversa a dois com propósitos bem definidos”. Minayo (2002, p.57) diferencia os dois planos da entrevista dizendo que

[...] num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico.

Para a pesquisa ser respaldada em termos legais e éticos, recorremos ao comitê de ética da universidade, no qual adquirimos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O TCLE foi assinado antes da participação e possibilita proteger tanto o participante quanto o pesquisador, assegurando que a adesão seja voluntária e consciente. Solicitamos a colaboração e autorização para apresentar os resultados em eventos e revistas científicas nacionais e internacionais, garantido o anonimato dos mesmos e o Termo de Autorização para Gravação e Uso de Voz e Imagem, seguindo o anonimato dos participantes. O documento: Parecer Consubstanciado do CEP, está sobre o número CAAE: 69633323.7.0000.0021, e o número do parecer: 6.137.899 Todos os participantes assinaram um termo de consentimento, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, sendo que para os sujeitos Surdos, o termo foi interpretado em Libras antes da assinatura deles.

As narrativas dos ouvintes foram gravadas em áudio no celular. Alguns contatos com os profissionais da saúde foram feitos por telefone, outros pessoalmente. As informações foram esclarecidas sobre o objetivo do trabalho e sanadas as dúvidas que surgiram, e acordado o horário para a realização da entrevista e assinatura do TCLE.

Com os sujeitos Surdos, foram diálogos em Libras, pessoalmente, filmados com o celular. Por serem em Libras, as filmagens contaram com o trabalho de dois profissionais intérpretes de Língua de Sinais, que fizeram a transcrição para o português escrito, os quais compõe o *corpus* da pesquisa. No que se refere ao tratamento dos dados em Libras, participaram do processo dois profissionais intérpretes de Libras–Português, ambos com formação e experiência na área da tradução e interpretação. O papel desses profissionais consistiu na tradução das narrativas produzidas em Libras para a modalidade escrita da língua portuguesa, respeitando os sentidos construídos no discurso visual-gestual dos sujeitos Surdos. Ressalta-se que os intérpretes não participaram da coleta dos dados nem do acompanhamento da pesquisa, atuando exclusivamente na etapa posterior, voltada à tradução das narrativas. Tal escolha teve como objetivo preservar a espontaneidade das narrativas e evitar interferências no momento da enunciação.

Nesse sentido, as traduções foram cuidadosamente revisadas pela pesquisadora, que possui conhecimento em Libras, buscando assegurar a coerência dos sentidos produzidos e minimizar possíveis deslocamentos semânticos entre as línguas. Cabe destacar que os sujeitos Surdos participantes da pesquisa não tiveram tempo hábil nem oportunidade institucional de realizar a checagem das transcrições e traduções das narrativas em Libras para o português escrito. Tal limitação decorreu das condições práticas de realização da pesquisa e do momento posterior em que as traduções foram efetuadas. Essa decisão metodológica não compromete os objetivos da pesquisa, uma vez que o foco analítico não recai sobre a fidelidade literal da tradução, mas sobre os efeitos de sentido produzidos nos discursos, compreendidos a partir de uma perspectiva discursiva e histórica.

Ao abordar os profissionais da saúde para que participassem da pesquisa, alguns nos atenderam prontamente, mas com outros foram encontradas algumas dificuldades. Uma delas foi com um profissional chefe da atenção primária do município, porque foram feitas três tentativas pessoalmente, marcando e desmarcando horários para a conversa, só obtendo êxito, quando ele passou para a chefe dos postos de saúde conceder a entrevista. Outro episódio foi com outro profissional, que após marcado dia e horário, tivemos alguns contratempos no momento da conversa. O profissional, pelo que percebi, muito atarefado, suspendia a conversa para atender telefone, logo após iniciar novamente era interrompido por outras pessoas, deixando essa pesquisadora no aguardo. Houve um momento em que o profissional solicitou para outro colega de sala conceder a entrevista, no entanto, ele disse que não saberia o que falar sobre “surdo-mudo”.

No final, conseguimos realizar a entrevista, sem haver prejuízo às informações solicitadas. Com os Surdos, não houve recusa em participar das entrevistas, possivelmente, devido ao interesse e à curiosidade em compartilhar suas experiências e perspectivas sobre o atendimento na área da saúde. Além disso, a oportunidade de expressar suas vivências em Libras, uma língua que lhes permite interagir de forma eficaz e assertiva, pode ter contribuído significativamente para essa receptividade.

3.5.1 Caracterização dos Participantes

Para preservação do anonimato dos participantes, usamos nomes fictícios como: Clara PS, Elói PS, Adelaide PS, Judite PS, Aurora PS e Olívia PS, para os Profissionais da Saúde, e para os Surdos, o João SS, José SS, Rosilda SS, Florinda SS, e Margarida SS. Dentre os profissionais da saúde, tivemos a participação da Adelaide PS, médica ginecologista obstetra,

moradora no município do interior do MS, e atua em consultório há 12 anos; a Judite PS tem 52 anos, é Diretora-executiva (secretária da Saúde Municipal), está na função há 1 ano, mas já esteve por 4 anos, quando interroguei se queria falar um pouco de si, respondeu:

“Aí eu penso que eu sou uma pessoa dinâmica, uma pessoa que busca melhorias no ambiente de trabalho”.

A Aurora PS é enfermeira e coordenadora da Unidade Primária de Saúde há 23 anos. Olívia PS tem 46 anos, é recepcionista de uma clínica há 32 anos e acrescentou ser casada há 24 anos, tem duas filhas, trabalhou 13 anos na recepção de um hospital, hoje trabalha na recepção de uma clínica médica já há 19 anos. Clara PS tem 37 anos, é enfermeira na Prefeitura Municipal e trabalha na unidade de saúde há 11 anos. Já Elói PS é enfermeiro, coordenador da unidade básica do SAMU, está já exercendo a função na área de saúde há mais de 30 anos, declarou ser mentor do projeto SAMU, que já está com 10 anos em atividade no município.

Quanto aos sujeitos surdos, Florinda SS tem 24 anos, casada com surdo, não tem filhos. Ela nasceu neste município e trabalha em uma empresa privada há aproximadamente seis meses na área de RH. É surda profunda, nasceu surda, oraliza um pouco e consegue usar um pouco a língua portuguesa. Margarida SS tem 38 anos, casada com ouvinte, tem 3 filhos ouvintes, nasceu e cresceu neste município, atualmente trabalha em uma empresa privada, há mais ou menos 10 meses, seu primeiro trabalho foi na usina de cana-de-açúcar, depois na desossa no frigorífico, em seguida no Crefisa, (banco) fazendo limpeza e café. José SS tem 37 anos, solteiro, surdo, se comunica oralmente e em Libras, nasceu neste município, trabalha em uma escola particular (Sesi), no setor de limpeza e na organização da escola.

Rosilda SS tem 24 anos, nasceu na cidade de Campo Grande, mas mora há 11 anos neste município. É solteira, surda profunda, consegue oralizar um pouco, domina mais ou menos a língua portuguesa, trabalha na usina da cidade no setor de RH. João SS tem 43 anos, surdo profundo, oraliza razoavelmente bem, casado com uma surda, tem 2 filhos ouvintes, trabalha na secretaria de uma escola municipal, no setor administrativo, concursado há 16 anos. Segue o quadro para melhor visualização dos participantes da pesquisa:

Quadro III: Participantes da Pesquisa (Surdos e ouvintes)

GRUPO	PARTICIPANTE	FUNÇÃO/DESCRIÇÃO
	José SS	- 37 anos, solteiro, surdo parcial, trabalha em uma escola particular (Sesi), no setor de limpeza e organização da escola.

Surdos que utilizaram ou utilizam os serviços de saúde do município/MS	João SS	- 43 anos, surdo profundo, oraliza razoavelmente bem, casado com surdo, 2 filhos ouvintes, trabalha na secretaria de uma escola municipal, no setor administrativo, concursado há 16 anos.
	Rosilda SS	- 24 Anos, solteira, é surda profunda, consegue oralizar um pouco, domina mais ou menos a língua portuguesa, trabalha na usina da cidade no setor de RH.
	Florinda SS	- 24 Anos, casada com surdo, não tem filhos, trabalha em uma empresa privada há aproximadamente seis meses na área de RH. É surda profunda, nasceu surda, oraliza um pouco e consegue usar um pouco a língua portuguesa.
	Margarida SS	- 38 anos, surda, casada com ouvinte, tem 3 filhos ouvintes, seu primeiro trabalho foi na usina de cana-de-açúcar, a seguir na desossa no frigorífico, depois fez limpeza e cafezinho no Crefisa (banco) e atualmente trabalha em uma empresa privada, há mais ou menos 10 meses.
Ouvintes profissionais da saúde	Adelaide PS	- Médica Ginecologista e atua em consultório há 12 anos.
	Judite PS	- 52 anos, é diretor-executivo (secretária da Saúde Municipal), está na função há um ano, mas já esteve nela por 4 anos.
	Aurora PS	- Enfermeira e coordenadora da Unidade Primária de Saúde há 23 anos.
	Olívia PS	- Recepcionista de uma clínica particular, trabalhou 13 anos na recepção de um hospital, hoje trabalha na recepção de uma clínica médica já há 19 anos.
	Elói PS	- Enfermeiro, coordenador da unidade básica do SAMU, está já exercendo a função na área de saúde há mais de 30 anos, declarou ser mentor do projeto SAMU, que já está com 10 anos em atividade no município.
	Clara PS	- 37 anos, é enfermeira em uma Unidade de Saúde da Prefeitura Municipal e trabalha há 11 anos.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

3.5.2 Procedimentos para a constituição do *corpus*

A presente pesquisa parte da compreensão de que a linguagem é lugar de construção de sentidos e de constituição de sujeitos, assim, adota como referência teórico-metodológica as reflexões de Orlandi (2015). Dessa forma, ao compreender o discurso como espaço de produção de sentidos atravessados por condições históricas e ideológicas, o percurso metodológico desta pesquisa não se orienta por critérios quantitativos ou meramente empíricos, mas por fundamentos teóricos que permitam compreender os dizeres em sua profundidade. Nesse sentido, a autora ressalta que “[...] a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. Em geral, distinguimos o *corpus* experimental e o de arquivo” (Orlandi, 2015, p. 60). Ainda conforme a autora, “[...] quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc” (Orlandi, 2015, p. 60). Essa observação amplia a compreensão de que o discurso não se restringe à materialidade verbal, mas pode se manifestar em diferentes formas e suportes, revelando a multiplicidade de sentidos que atravessam o sujeito.

As narrativas produzidas nesta pesquisa, constituem um espaço privilegiado de análise, por evidenciarem não apenas o que é dito, mas também como o dizer se manifesta em gestos, pausas, olhares e expressões. O *corpus* foi constituído como um arquivo discursivo, formado por narrativas de sujeitos Surdos e de profissionais da saúde ouvintes, produzidas em entrevistas dialogadas. Essas narrativas não foram tomadas como simples dizeres individuais, mas como práticas discursivas nas quais se materializam memórias, saberes e posições de sujeito. Ainda em consonância com Orlandi (2015, p. 61),

[...] considera-se que a melhor maneira de constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorram de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão.

Desse modo, o *corpus* não se limitou à transcrição das entrevistas, mas à compreensão de que o discurso é uma prática social, na qual a linguagem, o corpo e a história se entrelaçam.

O critério de escolha dos trechos das narrativas que compõem o *corpus*, inicialmente, realizou-se uma superficialização dos dados (Orlandi, 2015), visando verificar uma primeira aproximação do material, identificando regularidades e marcas discursivas significativas. Em seguida, organizou-se os dados por entrevistas (11 entrevistas), a fim de preservar a singularidade de cada narrativa e o contexto de enunciação dos sujeitos participantes. Posteriormente, selecionaram-se os trechos mais relevantes de cada entrevista, com base nos

objetivos da pesquisa. As normas para a transcrição utilizadas foram as de Koch (1992, p. 73), da seguinte maneira:

::::: - alongamento de vogal ou consoante;
 ? - interrogação;
 Entonação enfática – maiúsculas;
 (()) - comentários do transcritor;
 ... – qualquer pausa;

Para tornar a análise mais eficiente, de melhor compreensão, o *corpus* foi organizado em dois (2) eixos:

1º. Subjetivar-se, permitindo compreender os modos pelos quais os sujeitos constituem-se a si mesmos, produzindo sentidos e identidades no encontro com a diferença;

2º. Ser Subjetivado, compreendendo as formas pelas quais são produzidos e atravessados por discursos institucionais, políticas e saberes que os subjetivam.

Essa perspectiva dialogou com o pensamento foucaultiano, para quem o discurso é uma prática que produz saberes e subjetividades, e com Coracini (2007), que concebe a linguagem como espaço de constituição do sujeito em meio a múltiplas vozes e atravessamentos ideológicos. Assim, nos interessou observar os modos de dizer e as condições de produção que possibilitaram que certos sentidos sobre a língua, a saúde e a inclusão circulem e se legitimem. Portanto, buscou-se compreender de que modo o discurso produz sentidos sobre o ser Surdo e o ser ouvinte, revelando tanto os movimentos de resistência quanto os mecanismos de exclusão que se inscrevem nas narrativas analisadas.

Ambos, ouvintes e Surdos, foram atendidos nas suas respectivas línguas, ou seja, os ouvintes em português e os Surdos em Libras, ambos receberam explicações sobre o objetivo do trabalho e de como seriam os procedimentos. Após apresentados os termos aos participantes e assinados pelos mesmos, demos início à entrevista. Procuramos iniciar informalmente, solicitando nome do participante, idade (o participante poderia optar por não falar), qual função e há quanto tempo estava atuando na área.

Para os profissionais da saúde, depois da apresentação, iniciamos indagando como era a sua comunicação e/ou como interagia/atendia a pessoa Surda ao chegar para o atendimento. Pedimos para dar um exemplo do dia a dia ou relatar algum fato. Como a entrevista foi na forma de diálogo, fazíamos intervenção quando necessário para obtermos mais informações, como: — diante do que falou..., como você vê seu atendimento à pessoa Surda...; no que diz respeito ao que ele representa na sociedade...; como você se vê como trabalhador/atendente e/ou responsável por esse local ao atender o Surdo....; diante disso como você se sente...; pode exemplificar melhor...; fale sobre como as chefias e/ou a sociedade em geral recebe/vê a

população Surda....; fale como você vê a Libras como o meio de comunicação da população surda.

No que se refere aos sujeitos Surdos, as entrevistas foram gravadas em vídeo por serem sinalizadas em Libras, também foram interpretados os termos para assinatura, e logo após iniciada a entrevista. Usamos, para a coleta de informações, a mesma metodologia, solicitando que se apresentasse, dizendo nome, sinal, idade, local de trabalho, dialogamos com as temáticas: — Se todos sabem se expressar em Libras; como você se sente.....; pode exemplificar.....; indagamos sobre como é a relação social, na casa com a família, ou outros lugares que frequenta.....; como é o atendimento na área da saúde enquanto Surdo e usuário de Libras.....;relatar algum atendimento que marcou, tanto sendo bom ou ruim....., dizer o que você tem a dizer da sociedade em geral; no que diz respeito à população surda....., fale sobre a Libras como um meio de comunicação de sua população.

Todos os recortes discursivos (trechos) referentes às entrevistas foram devidamente traduzidos em Libras, gravados em vídeos e encontram-se citados abaixo de cada respectivo trecho indicado nas análises, em link mencionado nas referências ao final desta tese. Desta forma entendemos que Surdos e ouvintes podem ter uma melhor dimensão do *corpus* deste trabalho.

Assim, após discutir os conceitos fundamentais que sustentam esta pesquisa, passamos para a análise das narrativas dos sujeitos entrevistados, permitindo analisar não somente o que foi dito, mas as formas pelas quais essas falas são organizadas, legitimadas e contestadas nos contextos analisados.

4 UM OLHAR NOS/PELOS DIZERES: SUJEITO SURDO E OUVINTE

Nesta seção, apresentamos a análise que nos propiciou explorarmos as representações, os sentidos produzidos e os desafios apontados nas relações sociais entre sujeitos Surdos e ouvintes profissionais da saúde, com foco nos processos discursivos, de inclusão e na percepção de Libras como meio de produção de sentidos e discursivo de mediação linguística. A partir de uma análise discursiva, com fundamentação teórica em Foucault (1998, 2004, 2008, 2013), Coracini (2003, 2007) e outros autores pertinentes, procuro analisar os elementos linguísticos e culturais que indicam as relações de poder, exclusão e inclusão apresentadas nas narrativas dos entrevistados.

Esta seção, portanto, é um espaço para apresentar as articulações entre linguagem, identidade e poder, destacando os efeitos de sentido das práticas discursivas no contexto da saúde. Estão organizadas em dois (2) eixos principais, que dialogam com os objetivos da pesquisa e as questões, sendo: eixo 1: Subjetivar-se e eixo 2: Ser Subjetivado. Esses eixos constituem-se em atravessamentos e movimentos pelos quais os sujeitos são constituídos e se constituem nas relações de poder, de saber e de linguagem, segundo as condições históricas que facilitam tornar possíveis determinados modos de dizer e de ser.

4.1 Eixo 1: Subjetivar-se

O primeiro eixo busca compreender os modos pelos quais os sujeitos Surdos e ouvintes se constituem a si mesmos nas relações que estabelecem com a diferença, produzindo sentidos, identidades e formas de pertencimento. Trata-se de analisar como esses sujeitos narram suas experiências, constroem representações sobre si, sobre o outro e sobre o campo da saúde, mobilizando saberes, memórias e práticas que atravessam suas histórias. Nesse processo, a subjetivação é compreendida como movimento ativo, no qual os sujeitos produzem modos de existir, de resistir e de significar a surdez, a saúde e as instituições, evidenciando que a constituição de si ocorre sempre em relações sociais, no encontro com o outro e nas tensões que emergem desse contato.

Trecho (01)

“as vezes eu preciso orientar para falarem devagar... porque falam muito rápido ((sinal de falando sem parar))... eu falo novamente... por favor, fale devagar... mas parecem ignorar... no meu trabalho só uma pessoa sabe um pouco de Libras... consegue comunicar comigo... [...] “eu sou o único Surdo da minha família... então eu me comunico na oralidade... fico de frente com a pessoa... olho... e uso a leitura labial” (José SS). <https://acesse.one/Jose-SS-Trecho-1>

O dizer de José SS produz efeito de sentido de um desprezo às demandas do diálogo, incidindo nos modos como suas dificuldades afetam sua subjetividade e identidade. A produção discursiva se organiza no sentido de ser ignorado e invisível, uma sensação de exclusão no ambiente de trabalho e na sociedade. Para Foucault (2004), o poder se manifesta nas práticas do cotidiano. A permanência da hierarquia da língua oral sobre a Libras aqui é visualizada na recusa dos ouvintes em adequar sua forma de relação discursiva com o sujeito Surdo. Nota-se a tentativa de busca do sujeito Surdo por inclusão, mesmo em contextos adversos. A fala de José SS demonstra a necessidade de *falarem devagar*, indicando que a responsabilidade de haver um diálogo recai sobre ele, enquanto os ouvintes, frequentemente ignoram tais necessidades, enquanto profissionais de um serviço público. A experiência anunciada exemplifica como os discursos de poder moldam as articulações discursivas entre Surdos e ouvintes, pois as normas institucionais impõem e reforçam determinados modos de processos discursivos considerados válidos, neste caso, a oralidade, ao mesmo tempo, em que silenciam e desvalorizam outras formas, como a Libras.

O sentimento descrito na fala de José SS condiz com o conceito de subalterno de Spivak (2010). Para a autora, os subalternos são impedidos de falar de forma autônoma nas estruturas hegemônicas, pois suas falas são mediadas, distorcidas ou simplesmente ignoradas. Isso é observado nos verbos usados *novamente*, *preciso*, *orientar*, *ignorar*. No caso dos sujeitos Surdos, esse silenciamento ocorre pela falta de reconhecimento da Libras, pois, apesar de reconhecida no Brasil desde 2002, ainda há resistência em tratá-la como língua autônoma, corroborando com o silenciamento dos Surdos. Nesse sentido, Coracini (2007) cita que a língua do outro desestabiliza a posição do sujeito no grupo ao qual ele se identifica, o impedindo de se sentir inserido e confortável. Esse deslocamento linguístico interfere no senso de pertencimento e identidade que cada indivíduo constrói com base nas relações e no olhar do outro, revelando a fluidez e a instabilidade dessas construções subjetivas. Quando José SS diz que

“preciso orientar para falarem devagar”, “eu falo novamente”, “por favor, fale devagar”,

Esse dizer aponta para uma luta por reconhecimento e valorização, enquanto denuncia as barreiras impostas pelos discursos hegemônicos. A falta de preparo institucional e no ambiente de trabalho pode ser entendida como dispositivos que capturam e regulam a subjetividade dele. O dizer constrói a ideia de que ele se vê perpassado por um sistema que não

considera sua condição, sendo a todo momento ajustado às normas dos ouvintes. Ao manifestar: “por favor, fale devagar... mas parecem ignorar”, nota-se que perpassa a indiferença apresentada pelos ouvintes diante de suas tentativas de adequar a relação social. Isso corrobora com a visão de Spivak (2010), de que o subalterno não consegue efetivamente intervir no discurso dominante, ou seja, ele fala, mas não encontra resposta, observados nos dizeres da locução “por favor”, e pelo verbo “ignorar”. A velocidade da fala dos ouvintes não é ajustada e/ou adequada, apesar dos pedidos de José SS, “por favor”, expressando essa barreira que mantém o Surdo na condição de subalterno.

A fala de José SS “no meu trabalho só uma pessoa sabe um pouco de Libras” pode ser lida como exclusão (linguística), e está expressa pelo sentido do advérbio “só”, em um espaço no qual a relação deveria ser inclusiva. Essa ausência de acessibilidade linguística fortalece a condição de subalterno de José SS, ao limitar seu potencial de liberdade de expressão e de iniciativa. O ambiente de trabalho, nesse caso, funciona como um dispositivo foucaultiano de poder que regula quem pode falar e ser ouvido, ou seja, como um conjunto de práticas e saberes que regulam a conduta dos sujeitos e definem o que é considerado legítimo. A ausência de acessibilidade linguística também ocorre no ambiente familiar. José SS comenta:

“eu sou o único Surdo da minha família” “então eu me comunico na oralidade”...
“fico de frente com a pessoa... olho... e uso a leitura labial”.

Esses dizeres apontam o quanto sua condição de “único Surdo”, o obriga a se adaptar a determinadas condições discursivas. Nas repetidas adaptações, sua subjetividade é ressignificada como a de alguém que precisa diariamente se ajustar ao ambiente e superar barreiras que a ausência de Libras lhe impõe. José SS sinaliza a dificuldade em ser ouvido, e isso remete à questão da produção de subjetividade, conforme Coracini (2007), constituída no e pelo discurso, e, nesse caso, há certa inquietação entre a identidade surda e a recepção do seu discurso no meio social. O trecho “eu sou único Surdo da minha família” pode ser lido como um deslocamento do sujeito em uma estrutura no qual a oralidade é a norma dominante, e ele precisa se ajustar.

No uso do pronome “eu”, José SS constrói em sua narrativa a um estado de exceção “único Surdo”, como também da heterogeneidade que o constitui como sujeito UNO (Authier Revuz, 1998). Esse dizer sugere um lugar diferenciado dentro de sua própria família, observado no dizer pelo uso do adjunto adnominal “único”. Coracini (2007) cita como a subjetividade é construída na interseção entre línguas, e destaca não haver uma identidade fixa ou um pertencimento absoluto a uma única língua, ou cultura. A autora propõe que o sujeito se

constitua nesse espaço híbrido, no qual o contato com a língua do outro provoca deslocamentos identitários e tensiona a sensação de pertencimento. Para a autora, a noção de subjetividade é um efeito da linguagem.

Com isso, a identidade de José SS não é somente construída a partir da surdez, mas também pelas estratégias linguísticas que ele adota para se inserir no meio ouvinte. A afirmação “então eu me comunico na oralidade” pode ser mostrada como ele foi submetido a uma normatividade linguística que privilegia a língua oral, ressoando com a noção de sujeição em Foucault (1998), em que o sujeito se constitui em um regime de verdade que determina quais formas de articulações discursivas são aceitas e quais são marginalizadas.

A narrativa de José SS ao ser analisada na/pela constituição da subjetividade, como diz (Coracini, 2007) no entre lugar das línguas, se constitui por deslocamentos identitários. José SS, sendo o único Surdo da família e utilizando a oralidade como modo de se articular discursivamente com o outro, se insere em um espaço híbrido em que sua identidade linguística e cultural é tensionada. Para Coracini (2007), a língua do outro pode privar um sujeito de um lugar confortável de pertencimento. No caso de José SS, a oralidade, modalidade da língua predominante em sua família e na sociedade ouvinte, atua como essa língua do outro, impondo a ele um modelo de relacionar-se que pode não corresponder à sua experiência subjetiva enquanto sujeito Surdo. Isso pode gerar um sentimento de deslocamento, de não pertencimento total nem ao mundo ouvinte, nem ao mundo surdo.

Trecho (2)

“eu nasci ouvinte... depois com três anos fui perdendo audição.... hoje não ouço nada... eu cresci aprendendo a oralizar... aprendendo um pouco do português..... com dezoito anos de idade eu aprendi Libras... tive contato com Surdos que vinham de fora... e eu me apaixonei pela Libras... depois em 2002 foi criada a lei de Libras... e comecei a frequentar cursos... fui me acostumando a sinalizar... e depois no ano de 2004 eu iniciei como professor e até hoje eu ministro cursos de Libras... então eu comecei com dezoito anos de idade... [...] “aqui ((sinal do município)) eu já ensinei muitos ouvintes... eu também ensinei muitos Surdos... hoje não... mas no passado trabalhei muito ensinando o Surdo usar Libras... é melhor para se comunicar... mas ainda muitos não sabem Libras e não se comunicam.... hoje tem a lei... precisa desenvolver” (João SS). <https://acesse.one/Joao-SS-Trecho-2->

João SS narra um discurso atravessado por uma história de deslocamentos linguísticos e identitários que refletem, ao mesmo tempo, a exclusão sistêmica, ou seja, processos de exclusão que não dependem de atos individuais isolados, mas são produzidos e mantidos por estruturas, normas, políticas, discursos e práticas institucionais, e a emergência de práticas de resistência e (re)existência. Ele anuncia um processo de constituição subjetiva a partir da apropriação da Libras. Ao afirmar que “eu nasci ouvinte... depois com três anos fui perdendo

audição...”, João SS já aponta para uma transição que não é somente física, mas também discursiva, de um sujeito inserido no universo dos ouvintes para outro, ao se subjetivar a partir da perda da audição. João SS diz que

“eu cresci aprendendo a oralizar... aprendendo um pouco do português... com dezoito anos de idade eu aprendi Libras... tive contato com Surdos que vinham de fora... e eu me apaixonei pela Libras...”.

Esses dizeres sinalizam o momento decisivo de transformação pessoal e política, marcado pelo verbo “crescer”, na primeira pessoa do singular no pretérito perfeito, “eu cresci”. O momento de virada se observa, pelos efeitos de sentido dos dizeres “eu aprendi” e “eu me apaixonei”. O encontro com outros sujeitos Surdos, “tive contato”, com a Língua de Sinais e com uma nova forma de se significar no mundo, promove uma ruptura com os discursos que o constituíam até então, a saber, o discurso da medicalização, da deficiência e da correção. Essa narrativa expressa, conforme Foucault (2004), uma prática de si, a entrada em contato com a língua visual-gestual não apenas amplia as possibilidades discursivas, mas permite que João SS se reconheça como sujeito Surdo em uma perspectiva cultural e política. Ele se desloca da posição de objeto de intervenção para sujeito produtor de saber, ao entrar em contato com a Libras e com a comunidade surda. Quando João SS diz que

“eu também ensinei muitos Surdos... hoje não... mas no passado trabalhei muito ensinando o Surdo usar Libras... é melhor para se comunicar...”.

João SS mostra uma paixão pela Libras, que aliada à sua trajetória como professor, é uma forma ativa de resistir à norma ouvinte imposta pela oralização precoce. Assim, observamos o que Coracini (2003) chama de deslocamento discursivo. João SS se desloca do lugar de “deficiente” para o lugar de produtor de conhecimento e multiplicador de sua língua, manifesta um gesto ético-político de reinscrição do Surdo como sujeito produtor de conhecimento, tanto entre os ouvintes quanto entre Surdos. Como professor de Libras, sua atuação é uma forma de agência e protagonismo que desafia a homogeneização dos corpos e das vozes. Ao dominar e ensinar Libras, “ensinei”, “trabalhei” ele se posiciona como aquele que rompe com a lógica da invisibilidade histórica imposta ao Surdo, agindo contra os dispositivos de exclusão e abrindo espaços de enunciação, marca o sujeito que se reconhece em sua trajetória, se identificando com a Libras, “é melhor para se comunicar”, como lugar de sentido e pertencimento. Além disso, quando João SS diz que

“depois em 2002 foi criada a lei de Libras... e comecei a frequentar cursos... fui me acostumando a sinalizar... e depois no ano de 2004 eu iniciei como professor”.

O seu dizer constrói a ideia de que a consolidação da Lei de Libras (Lei 10.436/2002) foi uma referência importante para seu engajamento, mostrando como os marcos legais não apenas autorizam certos dizeres, mas funcionam como condições de possibilidade para práticas e experiências antes fechadas, em que, a partir da lei, o Surdo passa a ser reconhecido enquanto sujeito de uma língua e uma cultura. Isso destaca o modo como dispositivos (Foucault, 2004) legais podem funcionar como catalisadores para processos subjetivos de empoderamento e inserção social. João SS vai se constituindo como sujeito no processo de resistência, “comecei a frequentar cursos”, “fui me acostumando a sinalizar”, foi se apropriando desse saber e diz, “depois iniciei como professor”, passando a mediador de um saber. Assim, para João SS, a Libras deixa de ser um lugar de aprendizado e se torna um lugar de afirmação identitária.

O dizer de João SS destaca que, apesar dos avanços, ainda há um déficit linguístico entre Surdos, ou seja, “ainda muitos não sabem Libras e não se comunicam....”. Esse alerta nos remete ao que Strobel (2008) aponta como a necessidade de políticas educacionais bilíngues efetivas e de acesso a Libras desde a infância. Mesmo após as mudanças históricas e legais, a ausência do conhecimento da Libras é marcada no advérbio de tempo “ainda”. A falta de comunicação, “não se comunicam”, é consequentemente pela falta desse conhecimento. João SS continua, “hoje tem a lei... precisa desenvolver”, reinscrevendo o discurso da incompletude, não como carência individual, mas como urgência institucional e abrangente. A subjetivação do Surdo, nesse caso, é inseparável das práticas discursivas que o constituem, o excluem e, simultaneamente, lhe oferecem brechas de resistência. No dizer “precisa desenvolver”, o sujeito não está explícito, assim, é indeterminado, podendo ser interpretado para os profissionais da saúde, os profissionais da educação, a sociedade em geral. Podemos observar um deslizamento de efeitos de sentido que funcionam tanto como testemunho da exclusão institucional e social, no apagamento da Libras, quanto como resistência subjetiva, na sua escolha pela Libras, no ensino, na militância linguística e pedagógica.

Os Surdos começaram a conquistar espaço em suas lutas por direitos linguísticos e culturais somente no século XX, com o reconhecimento das Línguas de Sinais como línguas legítimas. Essa experiência vivida por João SS apresenta a complexidade da identidade linguística dos sujeitos Surdos, que com frequência carecem negociar seu lugar entre a Libras e o Português, entre a cultura surda e a cultura ouvinte, conforme as condições sociais e familiares em que estão inseridos. A subjetividade que se manifesta nesses dizeres é atravessada pela necessidade de adaptação, reforçando um efeito de abandono, isto é, ele está em um espaço linguístico que não é completamente o seu, mas que necessita habitar para existir socialmente.

Enquanto pesquisadora, é importante dizer que iniciei meu contato com a Libras em 2007 e aprendi que a Libras não é somente um recurso de acessibilidade, mas um direito linguístico e cultural da população surda.

Vejamos, que a dimensão da saúde pública aparece também no relato de José SS, o que indica que o mesmo processo de subjetivação atravessa o campo institucional médico:

Trecho (03):

“no passado... eu ia sempre junto com minha mãe... depois de adulto homem... já com maturidade... eu assumi responsabilidade... então eu ia sozinho... às vezes eu chamava uma intérprete para ir junto... porque explicam tudo... as vezes eu vou para CG ((sinal da cidade)) fazer exame FUNCRAF ((sinal))... mas lá infelizmente não tem intérpretes de Libras... então só leitura labial” [...] “eu uso escrita às vezes... também uso *whatsapp* para enviar mensagens... conversar normal... [...] a sociedade precisa aprender a se comunicar... porque a pessoa surda se sente feliz... também porque parece que nós Surdos enfrentamos preconceito diariamente” (José SS).

<https://11nk.dev/Jose-SS-Trecho-3>

A trajetória histórica das pessoas surdas foi e ainda é marcada por exclusão, a oralização forçada e o reconhecimento e valorização da Língua de Sinais, sendo marginalizados, vistos como incapazes de raciocinar ou participar da sociedade. Mas José SS aponta que em sua trajetória que, ao longo do tempo, construiu sua autonomia e maturidade. Ele diz que

“no passado... eu ia sempre junto com minha mãe... depois de adulto homem... já com maturidade... eu assumi responsabilidade... então eu ia sozinho...”.

Assim, no início, acompanhado pela mãe, ele se torna responsável por gerenciar sua própria saúde, por buscar seus próprios atendimentos, destacando a força de sua identidade e subjetividade como um sujeito que busca independência, mesmo em um contexto de barreiras discursivas.

A experiência vivida por José SS pode ser lida como o biopoder opera ao regular o acesso à saúde e definir quais corpos e subjetividades são incluídos. Na sequência, ele diz que “...às vezes eu chamava uma intérprete para ir junto... porque explicam tudo...”. O verbo “chamar” e a expressão “ir junto”, apontam a necessidade de uma mediação, no caso da intérprete, mostrando que a autonomia ainda se encontra atravessada pela falta de acessibilidade. José SS reconhece a importância da mediação linguística, “porque explicam tudo”, revelando o elo entre ele e o intérprete e o discurso hegemônico da sociedade ouvinte. A presença de um intérprete de Libras amplia as possibilidades de ação de José SS, permitindo que ele se comunique e compreenda as informações. Por outro lado, a ausência desse suporte

reduz sua capacidade de agir, tornando-o dependente de estratégias improvisadas, como, por conta própria, tentar decifrar informações.

Percebemos no dizer “às vezes eu vou para Campo Grande fazer exame FUNCRAF ((sinal))... infelizmente não tem intérpretes de Libras”, “só leitura labial”, que a exclusão discursiva que José SS vivencia é uma forma de controle que marginaliza o sujeito Surdo. Ele não está unicamente descrevendo uma limitação técnica, mas vivenciando uma contradição profunda, “infelizmente”, de que o FUNCRAF é justamente um espaço destinado ao atendimento de pessoas com deficiência, mas não garante a presença de intérprete, desconsiderando o direito linguístico do sujeito Surdo. Interpreta-se na fala de José SS, as marcas de subjetividade que apresentam a constante negociação entre sua autonomia e as limitações impostas pelo contexto social.

Ao abordar a escrita, “eu uso escrita às vezes” ... “uso *WhatsApp*...” José SS demonstra sua autonomia e adaptação ao utilizar ferramentas práticas como o *WhatsApp* para manter a relação social. Ele reconhece sua identidade como Surdo, mas não a percebe como um impedimento para se relacionar discursivamente, utilizando a escrita como meio alternativo. Ele constrói uma identidade resiliente, mas marcada pelas lacunas do sistema, revelando um sujeito consciente de suas necessidades e da necessidade de educar os outros sobre suas especificidades. Como em Foucault (1998), há também uma forma de resistência, ao José SS explicitar sua estratégia para se posicionar, ele está nomeando e visibilizando a diferença, algo que o autor aponta como essencial para haver deslocamentos nas relações de poder. O uso da escrita, de aplicativos, embora sejam algumas técnicas de adaptação, também pode ser visto como uma forma de negociação dos processos discursivos em um contexto excludente.

Nos deslocamentos “eu”, “nós Surdos”, “a sociedade”, José SS desloca do lugar de experiência individual, marcando posicionamentos, como em Foucault (2004) o sujeito como posição, para o lugar político e abrangente, em diálogo com Coracini (2007, p.51), ao mencionar que “[...] o sujeito atravessado pelo outro e pela linguagem”. Esse pesquisado, ao expressar o desejo de reconhecimento e inclusão, articula sua identidade como Surdo em oposição às barreiras impostas pela sociedade ouvinte, destacando que a satisfação dos Surdos está intrinsecamente ligada ao respeito por sua condição e à superação do preconceito estrutural, isto é, as formas de preconceito que não se restringem a atitudes individuais, mas que estão enraizadas nas estruturas sociais, históricas e institucionais. Ele se manifesta por meio de normas, discursos, práticas e valores que naturalizam desigualdades e hierarquizam sujeitos, mesmo quando não há intenção explícita de discriminar. José SS reivindica que a relação em

Libras não é um privilégio, mas um direito básico para o fortalecimento de sua subjetividade e identidade.

O trecho em que José SS diz que “a sociedade precisa aprender a se comunicar”, desloca seu posicionamento de um lugar de receptor passivo de ajuda para um lugar de sujeito político que reivindica transformação cultural e necessidade social. É nesse gesto discursivo que José SS se inscreve no campo da resistência “porque a pessoa surda se sente feliz...”, “...porque parece que nós Surdos enfrentamos preconceito diariamente”, afirmando-se não como alguém que busca compreender e ser compreendido, mas como um agente que exige o reconhecimento de sua língua e de sua identidade cultural. Assim, subjetivar-se, para José SS, é também se afirmar na diferença, não se moldar ao modelo ouvinte, mas construir práticas que confirmam sua identidade surda e questionam a ordem estabelecida. É um processo marcado por contradições, pois ora pela dependência de mediações precárias, ora pela afirmação de autonomia, mas que, justamente nessas tensões, revela a força política e cultural de sua subjetividade.

Trecho (4)

“eh::: a pessoa surda tem sua importância na sociedade.... assim como qualquer pessoa... podem desenvolver toda e qualquer atividade... sabemos sim... que:::e eles têm suas limitações correspondentes a surdez... ma:::s eles conseguem sim o objetivo” (Olivia PS). <https://11nk.dev/Olivia-PS-Trecho-4>

Essa profissional, ao dizer que “a pessoa surda tem sua importância na sociedade... assim como qualquer pessoa... podem desenvolver toda e qualquer atividade”, aponta em direção ao reconhecimento do sujeito Surdo como agente, com potencialidades e direitos equivalentes aos sujeitos ouvintes. Tal dizer é uma forma de resistência ao discurso patológico, ao recolocar a surdez não como limitação, mas como uma condição que não impede a atuação social e profissional. Essa valorização da capacidade remete àquilo que Skliar (1998) propõe como uma mudança epistemológica, isto é, abandonar a visão do Surdo como falta e reconhecê-lo como sujeito de linguagem, história e experiência, dentro de sua diferença linguística e cultural. Na oração subordinada adverbial comparativa “assim como qualquer pessoa”, estabelece-se a igualdade entre o Surdo e o ouvinte (qualquer pessoa).

A fala de Olivia PS aponta para uma tentativa de valorização do sujeito Surdo, ao afirmar que “tem sua importância”, “assim como qualquer pessoa” e “podem desenvolver”, apresenta o Surdo como um sujeito de saber e de poder, (Foucault, 2004), desestabilizando a hierarquia entre o sujeito Surdo e o ouvinte. No entanto, o reconhecimento de Olivia PS se apresenta marcado por uma tensão discursiva, quando ela diz que o Surdo é um sujeito de

capacidades e a delimitação por meio da limitação que ela corresponde à surdez, “sabemos sim... que:::e eles têm suas limitações correspondentes a surdez”. Esse jogo discursivo revela o quanto é natural, mesmo as falas aparentarem inclusivas, certas formas de normatizar e controlar os corpos surdos, apresentando um saber socialmente legitimado sobre o sujeito Surdo. O prolongamento “que:::e” demonstra uma hesitação, um certo cuidado em escolher as palavras, talvez por receio de soar preconceituoso.

Assim, a surdez é enunciada por Olívia PS a partir de uma lógica médica e compensatória, “ma:::s eles conseguem sim o objetivo”, ou seja, o Surdo tem limitações, mas, como se sua realização dependesse de um esforço adicional frente à norma da escuta. Como aponta Coracini (2003), o sujeito é construído na linguagem e pelos efeitos de sentido que circulam socialmente. O advérbio de afirmação “sim” que Olívia PS usa para reforçar sua fala “sabemos sim”, “conseguem sim”, pode ser interpretado como uma forma de validar o que ainda é compreendido como exceção à norma. Além disso, essa fala sugere uma forma de tolerância, o sujeito Surdo pode, desde que se adapte. A subjetividade surda, nesse sentido, é atravessada por uma condição de reconhecimento, isto é, não basta ser Surdo, é preciso demonstrar que pode fazer qualquer coisa, sem muito esforço.

Trecho (05):

“Eu sou Surda... Eu tentei me comunicar... mas aconteceu que ele deu remédio errado... meu filho tem alergia... eu não consegui me comunicar....[...] No passado, não tinha intérprete... era impossível... agora consigo porque tem a CIL... a intérprete explica tudo que o médico fala...[...] No passado... o médico escrevia... meu marido conversava com o médico e só dizia: depois eu te explico.... Agora com a intérprete, eu entendo tudo... tudo claro” (Margarida SS). <https://11nk.dev/Margarida-SS-Trecho-5>

Margarida SS, em sua fala “eu sou Surda”, permite compreender que sua identidade, em uma circunstância em que ser Surda significa enfrentar barreiras discursivas, é entendida como um ato de posicionamento, que, de acordo com Foucault (2008), quando diz que, o discurso não é apenas um meio de se representar, mas sim um espaço onde o sujeito é constituído. Ele argumenta que o discurso determina quem pode falar, o que pode ser dito e como certas identidades são legitimadas ou marginalizadas. O sujeito se manifesta no discurso e se define nos processos discursivos específicos, neste caso, no contexto médico. Na declaração de surdez de Margarida SS, ela não só está informando sua condição, mas também seu pertencimento à comunidade surda, como um ato de subjetivação, um momento em que ela se posiciona como sujeito no contexto social e institucional. No contexto médico, essa afirmação ganha um significado ainda mais forte, pois a medicina classificou historicamente a surdez em um discurso patológico, que a define como uma deficiência a ser corrigida (Gesser, 2009).

Margarida SS, no dizer “eu tentei me comunicar...”, produz efeito de sentido da tentativa de garantir sua discursivização no/do sistema de saúde, com efeito do discurso da exclusão. A participante da pesquisa descreve que especialmente em momentos críticos, como a prescrição de medicamentos, há uma dificuldade de ser reconhecida como sujeito ativo no processo de atendimento médico. O trecho: “mas aconteceu que ele deu remédio errado” expressa a consequência do processo discursivo com lacunas pela ausência da acessibilidade linguística. O fato de Margarida SS ter tido dificuldades, ou melhor dizendo, a presunção de que ela deve ser capaz de se relacionar por via da fala, da leitura labial ou da escrita, resultando em erro na administração de medicação, pode ser entendido que, dentro desse sistema de controle, sua identidade como paciente é construída ainda por meio de um discurso formatado, desconsiderando a Língua de Sinais, e a oralidade se torna uma forma de construção discursiva natural e/ou padrão, tornando esse processo não somente uma falha técnica, mas também um erro social.

No dizer de Margarida SS “meu filho tem alergia”...”ele deu remédio errado”, aponta para a gravidade da falha, diante da condição do filho, o medicamento incorreto. O advérbio de negação (não) em “não consegui me comunicar”, reforça o fracasso diante do médico. Ela se vê como uma pessoa anormal com algo que precisa ser corrigido. Mas, o sentido é o de que está sendo moldada por práticas que não reconhecem sua identidade surda, de alguma forma, incompleta. Sua posição como sujeito “agora consigo porque tem a CIL... a intérprete explica tudo que o médico fala”, é ressignificada com a presença do intérprete, garantindo que ela seja ouvida e compreendida. Foucault (2013), em obras como *Vigiar e Punir*, descreve como os mecanismos de poder modernos não mais dependem de formas externas de repressão, mas se voltam para a produção de indivíduos. As instituições buscam moldar o sujeito de maneira que ele próprio passe a se regular, incorporando no inconsciente, normas e valores.

Quando Margarida SS, diz que “meu marido conversava com o médico e só dizia: depois eu te explico”, pode levá-la a se sentir dependente e excluída discursivamente, com informações repassadas limitadamente, sentindo sua autonomia afetada, e o marido supostamente monopoliza a conversa com o médico. Portanto, esse dizer remete-nos à fala de Coracini (2007), na qual concebe como um sujeito sabe a verdade e fala pelo outro. Com a presença de um intérprete, “eu entendo tudo....tudo claro”, há uma transformação na experiência linguística de Margarida SS, ela enfatiza que estes problemas são frequentes e que há uma necessidade constante de adaptação e tolerância, sendo uma pessoa surda, demonstrando uma percepção de que o processo discursivo social é um esforço somente de sua parte.

O sistema de saúde, ao exigir que o Surdo use a escrita ou dependa de um terceiro, regula quais vozes podem ser ouvidas e de que forma. Esse controle mostra a normalização do discurso médico e institucional, que subordina o Surdo às regras da instituição. As pacientes Surdas, ao serem tratadas sem intérprete, aproximam-se da condição de vida nua (Agamben, 2004), pois sua língua, a Libras, não é reconhecida como essencial para o atendimento. Sendo assim, as coloca em uma posição de vulnerabilidade extrema, em que sua subjetividade e identidade linguística são negligenciadas. Como propõe Agamben (2004), a vida nua é aquela reduzida à existência biológica, privada de reconhecimento político e linguístico. Ao serem tratadas como corpo a ser atendido, mas não como sujeitos falantes, as pacientes Surdas são colocadas nessa condição vulnerável.

Trecho (6):

“...vai MUITO MAIS que um atendimento... é um acolhimento é:::é incluir... não pra falar olha aqui nesse lugar tem uma inclusão... não... que e:::é...a gente caminha para o mundo de INCLUSÃO... eu gostaria muito que neste lugar... neste local de trabalho estivesse... todas que tem algum tipo de:::de dessa situação de qualquer debilidade... que fosse ESSE lugar.... fosse um lugar que acolhesse... que tivesse inclusão e acessibilidade para todos” (Judite PS). <https://acesse.one/Judite-PS-Trecho-6>

No dizer de Judite PS, “vai MUITO MAIS que um atendimento”, desloca o sentido de “atendimento” para além de uma relação funcional ou técnica, e o amplia para as noções de “acolhimento” e “inclusão”. No modo como enfatiza, “vai MUITO MAIS”, “é::: é incluir”, sinaliza um comprometimento ético e afetivo com a ideia de inclusão enquanto prática viva, que se materializa nos processos discursivos e não só em discursos institucionais. A profissional parece sugerir que a inclusão do sujeito Surdo não deva se limitar a protocolos ou símbolos institucionais, a partir de um forte apelo afetivo e idealista, movido por um desejo de transformação institucional, mas precisa ser um “acolhimento é:::é incluir”, um processo que vá além do atendimento técnico e crie um ambiente acessível e humanizado. Strobel (2008) critica práticas de inclusão que se limitam a marcadores institucionais como placas de identificação ou espaços reservados, sem promover mudanças estruturais.

O conceito de “acolhimento” que Judite PS menciona não pode existir sem uma relação social, ou seja, não basta criar um espaço inclusivo se o sujeito Surdo não puder se expressar dentro dele. Judite PS aponta para um desejo de inclusão ampla, no qual a acessibilidade não seja uma adaptação pontual, mas uma característica permanente do ambiente de trabalho, abrangendo todas as pessoas com “debilidades”. Foucault (2004), nos ajuda a pensar como os sujeitos são produzidos e regulados pelas instituições. Judite PS ao afirmar: “não pra falar olha aqui nesse lugar tem uma inclusão... não...”, Judite PS recusa a lógica da inclusão, a tendência

de certas instituições em se apresentarem como inclusivas apenas para fins de aparência ou legalidade, sem promover mudanças estruturais. Foucault (2008) aponta como práticas de resistência discursiva aquelas que, mesmo inseridas num campo institucional, tentam reverter os efeitos normalizadores por meio de outros modos de dizer, desejar e imaginar.

Ao observar o trecho “a gente caminha para o mundo da INCLUSÃO”, o verbo “caminhar” propõe que a inclusão não seja dada, mas é um processo, está em construção. Também pode ser analisado como um movimento de subjetivação, no qual o sujeito se constitui como ético diante da diferença. A inclusão simbólica, sem mudanças estruturais, ou seja, sem transformações que incidem sobre os modos de funcionamento das instituições, seus protocolos, normas, políticas e práticas cotidianas, que afetam as relações de poder que organizam o acesso aos direitos, pode ser vista como um mecanismo de normalização, em que se marca a inclusão, mas não transforma realmente o espaço. A fala de Judite PS “eu gostaria muito que neste lugar... neste local de trabalho estivesse”, sinaliza a crítica, de que incluir não é só dizer que existe inclusão, mas transformar o ambiente de atendimento para garantir acessibilidade linguística e cultural ao sujeito Surdo. Gesser (2009) diz que a comunicação é central para o acolhimento e que, sem um esforço para garantir essa comunicação em Libras, o Surdo continua sendo tratado como um paciente secundário.

Judite PS diz que gostaria “que fosse ESSE lugar.... fosse um lugar que acolhesse... que tivesse inclusão e acessibilidade para todos”. A profissional não se limita a pensar em acessibilidade como adaptações físicas, mas amplia o conceito para incluir todas as pessoas com qualquer tipo de “debilidade” ou dificuldade, buscando um ambiente que acolha a diversidade integralmente. O uso insistente da palavra “inclusão” pode ser lido como indício de que esse termo está em disputa no imaginário institucional. Judite PS parece querer desnaturalizar a inclusão como um protocolo e reinscrevê-la como prática ética cotidiana, como “acolhimento”, como política de presença e de escuta. Assim, a fala da profissional aponta para a vontade de criar um espaço inclusivo, na qual as barreiras sejam reduzidas e as diferenças respeitadas.

Trecho (7)

“sempre a gente se DEU BEM assim... no atendimento... eu acredito que às vezes na primeira vez que elas vêm... elas têm mais dificuldade... aí depois já vão me conhecendo... tudo... e eu falo alto... gesticulo... tal... e eu acho que isso ajuda entendeu? elas entenderem neh [...] “a mãe dela sabe neh... a Língua de Sinais... e daí a mãe dela sempre vem aqui com ela” (Adelaide PS). <https://acesse.one/Adelaide-PS-Trecho-7->

Este trecho deixa entrever como acontece o processo discursivo, a negociação da instituição e como o sujeito ouvinte interpela a relação com o sujeito Surdo. A profissional da saúde Adelaide PS diz que “eu acredito que às vezes na primeira vez que elas vêm... elas têm mais dificuldade...”. O uso do verbo “acreditar”, enquanto opinião subjetiva da profissional, é marcado por uma observação e/ou suposição na experiência cotidiana. Logo em seguida, pela progressão discursiva temporal “na primeira vez” e “depois”, cria um movimento de adaptação, como se o entendimento dependesse do tempo de convivência. Quando Adelaide PS diz que “a gente sempre se deu bem”, é uma tentativa de naturalizar o contato com o sujeito Surdo. Em consonância com Foucault (2013), isso seria um discurso disciplinar, que busca ajustar o Surdo à norma ouvinte.

A profissional diz que “eu falo alto... gesticulo”, na crença de usar a fala e o gesto como recursos, apontando para uma visão limitada ou incompleta sobre as práticas linguísticas da população surda, apontando para a centralidade de uma construção discursiva que não considera necessariamente a Libras, mas sim estratégias intuitivas. Do mesmo modo, Strobel (2008) aponta que essas práticas indicam uma visão ouvinte, que pressupõe que o Surdo dependa da oralidade ou da leitura labial para compreender o discurso. A visão ouvinte pressupõe que a oralidade seja universal e todos os sujeitos podem se adaptar a ela com recursos como leitura labial, fala em tom mais alto ou pausada, uso de gestos espontâneos. Porém, Strobel (2008) defende também que essa expectativa ignora a realidade linguística da população surda, que tem a Libras como sua língua e na relação visual seu eixo central. Para a autora, a surdez deve ser entendida a partir de uma perspectiva cultural e linguística, e não como um déficit de audição que pode ser compensado com fala em tom mais alto ou gestos espontâneos.

Ao mencionar que “isso ajuda elas a entenderem”, a profissional supõe que gesticular de forma espontânea seja suficiente para o entendimento do outro. No entanto, Quadros (2004) explica que a Libras não é uma simples gestualização do português, mas sim uma língua completa, com gramática própria. A relação social com Surdos não depende de gestos aleatórios, mas sim do conhecimento adequado da Libras e do respeito às particularidades dessa língua visual-espacial. Essa confusão leva a atendimentos problemáticos, nos quais os profissionais de saúde acreditam que gestos aleatórios são suficientes para garantir a compreensão. Esse tipo de prática discursiva é o que Barbosa (2021, p.135), em sua pesquisa sobre o professor de alunos surdos, afirma que “[...] a falta de conhecimento em Libras leva o professor a fazer uso, inconsciente, de estratégias que no passado foram usadas para oprimir o Surdo em sua escolarização”. O desconhecimento da língua do outro, mesmo que quando permeado por boas intenções, mantém o Surdo em posição de dependência. Tanto o profissional

da saúde (Adelaide PS), quanto o dizer de Barbosa (2021) sobre o professor de aluno Surdo, apresentam como o discurso das escolas se perpassam nos discursos da saúde, ambas como instituições disciplinadoras, no sentido foucaultiano, que produzem o Surdo como sujeito dependente do olhar ouvinte.

Adelaide PS aponta que, sem o intérprete, com a compreensão entre ela e a paciente é limitada: “a mãe dela sabe neh... a Língua de Sinais... e daí a mãe dela sempre vem aqui com ela”. A profissional demonstra que a relação é delegada à família e não à instituição e/ou ao profissional da saúde. As barreiras linguísticas e a falta de recursos adequados mostram que o Surdo continua à margem, mesmo dentro do discurso de inclusão. Nessa perspectiva, o sujeito é atravessado por vozes, aqui contraditórias, de um lado o discurso de empatia “dar-se bem” e do outro o discurso da falta “tem dificuldade”, precisa de ajuda de terceiros. Essa estrutura não só mantém a barreira discursiva, mas também impossibilita o reconhecimento do outro enquanto sujeito da linguagem e limita a autonomia do Surdo dentro do sistema de saúde.

O fato de a mãe acompanhar a paciente mostra um modelo de tutela sobre o sujeito Surdo. Como sugere Gesser (2009), quando um familiar assume esse papel, pode haver uma mediação subjetiva na relação social, comprometendo a privacidade e a autonomia da pessoa surda. Isso gera uma dependência, ao deslocar o direito a um processo discursivo para uma mediação familiar, ao invés de garantir que o Surdo possa se expressar diretamente. A fala de Adelaide PS traz uma subjetividade marcada pela norma institucional e pela ausência de formação adequada em Libras. Suas experiências, crenças e valores sobre inclusão estão em tensão com as práticas e limitações da estrutura em que atua, resultando em um discurso que revela tanto esforço quanto impotência.

Essa situação expõe a exclusão institucionalizada, na qual a acessibilidade não é garantida pelo próprio sistema, mas sim viabilizada pela presença ou ausência de um intérprete, ou familiar, criando desigualdade no acesso à informação. França (2011), em sua dissertação, já dizia que a falta de preparo dos profissionais da saúde para atender pessoas surdas revela a ausência de aprendizado acadêmico e capacitação específica. Além disso, a justificativa dos profissionais para não buscarem qualificação não os isenta da responsabilidade de promover novas estratégias, em parceria com a comunidade, para garantir um atendimento mais inclusivo e integral.

Enquanto intérprete de Libras, e pesquisadora, analiso que a entrevistada ao “falar alto e gesticular”, visando facilitar o processo discursivo, entendo que é importante reconhecer que essas estratégias podem não ser eficazes para pessoas surdas, especialmente para aquelas cuja primeira língua é a Libras. Para tanto, o diálogo respeitoso consideraria a Língua de Sinais

como meio legítimo e necessário para garantir que a pessoa surda compreenda a mensagem de forma autônoma. Esse ocorrido interdiscursivo perpassa pela necessidade de uma mudança de perspectiva, que vá além da adaptação improvisada e avance para práticas inclusivas.

Trecho (8):

“fica realmente deficiente... justamente eh::h pela equipe realmente não ter os treinamentos específicos... isso vem desde as escolas... das universidades... que não têm esses... hoje ainda estão se vendo olhos para isso... mas não há um tempo tão longínquo aí... eh:: as próprias universidades mesmo... seus alunos nunca tiveram uma matéria específica nessa área... que eu até concordo que isso deveria estar vindo desde lá de trás... desde o fundamental ne... até o nível superior... então ((riso)) eu acho que a falha vem de longe ((riso))” (Elói PS). <https://acesse.one/Elói-PS-Trecho-8->

A fala de Elói PS pode ser lida como uma crítica à ausência de formação específica das equipes de saúde para lidar com a pessoa surda, que acaba por produzir o efeito de deficiência no atendimento. O dizer “fica realmente deficiente... justamente eh::h pela equipe realmente não ter os treinamentos específicos...” indica como a deficiência, nesse caso, não é um atributo do corpo da pessoa surda, mas um efeito de práticas institucionais que não se preparam para a diferença. Do ponto de vista foucaultiano, esse discurso comprova o modo como as instituições, no caso, a escola e a universidade, operam como dispositivos de produção de saberes e de normalização. A exclusão não é, portanto, um acidente, mas um efeito da forma como o saber sobre a surdez é, ou não, constituído e transmitido.

Quando Elói PS diz “isso vem desde as escolas... das universidades...”, ele permite compreender que o foco da falta de entendimento com o Surdo constrói uma cadeia discursiva que responsabiliza historicamente as instituições de ensino pela não inclusão. Esse deslocamento do foco da “falta” com o sujeito Surdo para a “falha” nas instituições é um gesto discursivo de resistência e deslocamento da normatividade dominante. É uma importante percepção crítica quando Elói PS diz que “a falha vem de longe”. Ao reconhecer que a formação dos profissionais de saúde não contempla a Libras ou o contato com a comunidade surda, o profissional se inscreve discursivamente como um sujeito ouvinte que fala a partir do campo da saúde e/ou da educação, assumindo uma posição crítica em uma estrutura institucional que ele mesmo compõe.

Há um deslocamento entre o sujeito que reconhece a falha e o sujeito que atua nesse mesmo campo, produzindo um discurso entre o pertencimento e o distanciamento. Ao nomear a deficiência do atendimento como resultado da falta de “treinamento específico”, ele produz um discurso que desloca a responsabilidade da equipe para a estrutura formativa anterior, ou seja, a escola, a universidade “isso vem desde as escolas das universidades”, articulando um

fio genealógico que relaciona a precariedade do atendimento ao sujeito Surdo com a ausência histórica de políticas educacionais voltadas à inclusão. Nesse sentido, o discurso de Elói PS remete ao pensamento foucaultiano, em que ele chamaria de condições de possibilidade do saber, isto é, a ausência de dispositivos de formação e de saber institucionalizados sobre a surdez e a Libras desde a educação básica até o ensino superior.

O profissional aponta para a necessidade de uma mudança estrutural, que vá além de treinamentos pontuais, “isso deveria estar vindo desde lá de trás... desde o fundamental até o nível superior”. Essa consciência representa um gesto de subjetivação ética no sentido foucaultiano, pois o profissional se percebe implicado em uma rede de saber-poder que produz exclusões, mas também se vê em posição de crítica e abertura para o novo. É um reconhecimento de que sua atuação está atravessada por lacunas que foram historicamente constituídas, e que, por isso, demandam deslocamentos na formação, na prática, e na política.

O riso presente duas vezes no final da narrativa “então ((riso)) eu acho que a falha vem de longe ((riso))”, ao mesmo tempo que denuncia uma falha sistêmica, o sujeito parece vacilar, talvez por reconhecer que faz parte de um sistema que contribui para essa exclusão. Também, esse riso pode causar um efeito de sentido de não responsabilização pela exclusão ou pela falta de conhecimento da Libras. Essa oscilação também é sintoma de um deslocamento subjetivo, ao tornar-se consciente do não saber institucionalizado, o profissional explicita sua posição na rede de práticas que geram a exclusão.

Ainda que Elói PS não formule diretamente uma proposta de resistência, sua fala abre brechas para a construção de outros modos de subjetivação ao criticar a ausência de formação específica. Ele potencializa a necessidade de deslocamento do modelo normativo da educação e da saúde que ainda opera por silenciamentos e exclusões. Tanto Elói PS, quanto Adelaide PS, falam da ausência de treinamento para profissionais ouvintes no uso de Libras, reforçando a ideia de que a inclusão ainda não foi incorporada como prática institucional básica. Vejamos a fala de Florinda SS quanto ao conhecimento da Libras em diferentes áreas e no Ensino Superior:

Trecho (9):

“eu penso que os profissionais de diferentes áreas... precisam aprender... precisam adquirir conhecimento em Libras.... porque não sabem como atender o Surdo... por exemplo... poucas pessoas têm acesso a uma faculdade... também tem uma carga horária mínima de aulas para praticar.... então eu penso que precisam ter por exemplo... dois ou três anos de curso para conseguir aprender a nossa língua... também as pessoas que não fazem faculdade... que não tem contato com a Libras...” (Florinda SS). <https://acesse.one/Florinda-SS-Trecho-9->

Florinda SS sugere que há um processo categórico à insuficiência de políticas linguísticas eficazes na formação de profissionais que atuam em serviços públicos e de saúde, “...os profissionais de diferentes áreas... precisam aprender... precisam adquirir conhecimento em Libras...”. Seu dizer permite observar uma lógica de exclusão sustentada por práticas institucionais que, embora reconheçam formalmente a Libras como língua, não garantem o aprendizado efetivo e o uso funcional dessa língua no cotidiano dos atendimentos, “...porque não sabem atender o Surdo...”. Florinda SS constrói a ideia de que a falta de inclusão é o não saber linguístico e não a condição de surdez do sujeito Surdo. Ao dizer que os profissionais “precisam aprender... precisam adquirir conhecimento em Libras”, ela desloca a responsabilidade da inclusão para os sujeitos ouvintes e para os dispositivos formativos, mostrando que não basta boa vontade ou improviso, é necessário compromisso e investimento no aprendizado da língua da comunidade surda. A fala de Florinda SS revive uma crítica consciente e fundamentada à superficialidade com que a Libras é tratada nos cursos superiores e na formação de profissionais de saúde.

Florinda SS se estende com a crítica sobre a superficialidade com que a Libras é tratada nos currículos, “tem uma carga horária mínima de aulas para praticar”, podendo ser o que expõe a lógica de domesticação da diferença, como nos alerta Skliar (1998), porque a língua do outro é incorporada de forma secundária, quase simbólica, desprovida de adequações no processo comunicativo. Ao reivindicar “dois ou três anos de curso para conseguir aprender a nossa língua”, ela não apenas solicita uma capacitação mais robusta, mas também inscreve a Libras no campo da legitimidade linguística e cultural. Ao nomear como “nossa língua”, aponta para o orgulho e pertencimento identitário, ela se posiciona como sujeito de direito, resistindo a práticas discursivas que a colocariam à posição de objeto da inclusão. Em Florinda SS, se constrói a ideia de um gesto político de subjetivação, a surdez deixa de ser marca de deficiência para afirmar-se como diferença linguística e cultural.

Aqui, Florinda SS deixa entrever uma posição ativa, de sujeito que entende sua condição não como limitação pessoal, mas como produto de negligência social e política. Ela reivindica o direito a ser compreendida, o que, em Foucault (2005), podemos interpretar como uma luta por reconhecimento nos regimes de saber-poder que organizam os discursos da saúde e da educação. O dizer de Florinda SS ressoa com outras narrativas que também enfatizam a urgência de ampliar o acesso e a efetividade no ensino da Libras aos profissionais ouvintes e à sociedade em geral. Assim como Elói PS, que aponta que todo mundo precisa aprender Libras porque o Surdo existe, Florinda SS faz circular sentidos da necessidade de uma formação mais robusta e prolongada, deslocando a ideia de que a Libras é um recurso complementar para

reivindicá-la como um direito linguístico, indispensável ao reconhecimento do sujeito Surdo enquanto tal.

Essa recorrência se intensifica no dizer de José SS, que também sustenta o mesmo clamor, “o mais importante que a maioria das pessoas aprenda a Língua de Sinais porque facilita...”. Assim, observa-se uma repetição significativa de um discurso que já circula há décadas nas lutas da comunidade surda. A inclusão não se faz exclusivamente por leis e decretos, como citado em seção 2 desta tese.

Dessa forma, os dizeres, tanto dos profissionais, quanto dos Surdos, apresentam uma rede discursiva na qual o saber da Libras aparece como operador de inclusão ou exclusão. O que se demarca nessas falas é a construção de um saber que denuncia a negligência institucional, e afirma a legitimidade da Língua de Sinais como estruturante da identidade surda. Coracini (2003) chamaria de constituição subjetiva pela linguagem. Não se trata unicamente de ensinar uma técnica de comunicação, mas de reconhecer a existência do outro como sujeito de linguagem e de cultura.

Trecho (10):

“Bom... eu ensino... mas na maioria das vezes as pessoas não querem fazer curso... elas só querem aprender se o curso for de graça... às vezes eu tento através da Libras... através da língua portuguesa escrita... gestos... mas... eu já avisei... vocês precisam participar de cursos porque é importante... mas sempre me respondem que não querem... e eu só respeito” (Rosilda SS). <https://acesse.one/Rosilda-SS-Trecho-10>

No trecho da narrativa de Rosilda SS, percebe-se um forte posicionamento de protagonismo no processo de transformação e participação social. Ao dizer: “Bom... eu ensino... mas na maioria das vezes as pessoas não querem fazer curso...”, ela assume o papel de educadora e multiplicadora do conhecimento em Libras, apontando o lugar de sujeito ativo na construção de um mundo mais acessível. Rosilda SS traz a pluralidade de estratégias “através da Libras...Língua Portuguesa.... gestos...”, em que ela se move entre os mundos surdo e ouvinte. A autonomia de Rosilda SS é representada pela Libras, enquanto a capacidade de resistência frente a sociedade ouvinte é representada pela escrita do Português e dos gestos. Nesse sentido, o sujeito Surdo não só tenta, ele atravessa fronteiras linguísticas, recorre a múltiplos registros e códigos para construir sentidos e se fazer compreender, em um constante trabalho de reformulações que o inscreve como sujeito que “fala” de várias maneiras, mas também exausto.

Quando Rosilda SS diz que “elas só querem aprender se o curso for de graça”, ela sinaliza a desvalorização da Libras por parte da população ouvinte, para quem o aprendizado

da Língua de Sinais é visto como algo opcional, dispensável ou somente válido sob a condição de gratuidade. Essa condição constrói um discurso mais amplo de descompromisso com a acessibilidade e com a equidade linguística. A lógica do “só se for de graça” apresenta o lugar marginal no qual a Libras é mantida, isto é, ela é reconhecida legalmente, mas, na prática, seu ensino e sua aprendizagem ainda são considerados um custo extra e não uma necessidade de grande amplitude. Ao ensinar Libras, ela atua politicamente, mesmo que em espaços informais, buscando criar uma comunidade mais acessível e menos excludente. Sua prática é também pedagógica e ética, mobilizando saberes, escuta e paciência, características que rompem com o lugar historicamente imposto ao sujeito Surdo como quem aprende, e não como quem ensina.

A mobilização da escrita e dos gestos também denuncia a ausência de políticas linguísticas eficazes que garantam a Libras o seu devido lugar social. O recurso à mímica e à escrita não se apresenta como alternativa rica, mas como um sintoma da falta de investimento na aprendizagem da Libras por parte dos ouvintes. Assim, o dizer de Rosilda SS, em sua simplicidade, carrega a densidade de uma denúncia histórica, a persistente responsabilização do sujeito Surdo pela relação social em um mundo que se nega a aprender sua língua. Rosilda SS aponta para a reflexão sobre as condições materiais e simbólicas que limitam o acesso a Libras, especialmente quando o ensino da Língua de Sinais parece ser tratado como um favor, uma curiosidade ou uma demanda optativa, e não como um direito e uma política de equidade.

Ao afirmar “eu já avisei... vocês precisam participar de cursos porque é importante”, a participante sinaliza uma tomada de posição na qual ela se inscreve como sujeito que sabe, que avisa, que alerta, rompendo, ainda que parcialmente, com a posição passiva historicamente atribuída ao Surdo. O dizer “mas sempre me respondem que não querem... e eu só respeito” carrega uma ambiguidade, de um lado, a tentativa de manter o respeito ao outro. De outro lado, o reconhecimento da impotência diante da recusa ou desinteresse das pessoas ouvintes em aprender Libras, sua atitude não é de desistência, mas de resistência respeitosa, “eu só respeito”. O gesto de ensinar, portanto, também se torna um espaço de resistência frente a uma hegemonia linguística que ainda recusa ou marginaliza a Libras. Isso nos remete à ideia de subjetivação como forma de resistência, discutida por Foucault (2008), na qual o sujeito não se define apenas pela posição de oprimido, mas pela capacidade de produzir outros modos de existência, mesmo num campo de forças adverso.

Trecho (11):

“eh:: eu acho um meio de comunicação de extrema i:::mportância... seria de muita valia se a Libras fosse obrigação na rede de ensino... e sei que foi aprovado na rede municipal uma lei... de que é obrigatório Libras na carga horária municipal... isso vai

nos ajudar muito no convívio com a comunidade surda” (Olívia PS).
<https://acesse.one/Olivia-PS-Trecho-11>

Quando Olívia PS afirma que “eu acho um meio de comunicação de extrema importância...”, marca o posicionamento de alguém que não só reconhece a importância da Libras, mas que ela é indispensável para o reconhecimento e convívio com a comunidade surda. O uso do verbo (achar) em “eu acho” carrega um valor ético, marca uma opinião, que a Libras é de suma importância. O que já produz efeitos de deslocamento em relação a discursos hegemônicos que por muito tempo colocaram a Língua de Sinais no lugar da ausência, da mímica ou da deficiência. Na oração “seria de muita valia se a Libras fosse obrigação na rede de ensino”, indica o desejo de Olívia PS que a Libras seja institucionalizada, reconhecendo a ausência da obrigatoriedade. Trata-se de um deslocamento discursivo que rompe com a visão da Libras como algo específico para lidar com a pessoa com deficiência, colocando-a como parte necessária da formação cidadã e da convivência democrática. E pode ser visto como resistência discursiva, uma forma de tensionar a norma majoritária, falada e ouvinte, e reivindicar a implementação de um direito linguístico.

A fala não apenas diagnostica uma exclusão, quando diz que “sei que foi aprovado na rede municipal uma lei... de que é obrigatório Libras na carga horária municipal”. Essa referência à legislação marca a entrada da discussão no campo do direito à linguagem como direito político. Como observa Spivak (2010), o acesso à linguagem legítima é condição para que sujeitos historicamente silenciados possam falar por si, e isso só será possível se a comunidade ouvinte também se dispuser a aprender e a escutar na língua do outro. O sujeito Surdo pode ter voz oralizada, mas continua subalterno e silenciado se o sistema não reconhece a Libras como sua língua.

E essa menção remete também à ideia foucaultiana de que o poder não é somente repressivo, mas também produtivo, ele produz sujeitos, saberes, normas e leis que instituem regimes de verdade. A aprovação dessas leis representa um ponto de inflexão nas práticas governamentais que regulam o saber linguístico nos espaços escolares, e pode ser vista como um dispositivo de normalização que, ao mesmo tempo, pode ser instrumento de inclusão e de captura. Além disso, quando Olívia PS finaliza: “isso vai nos ajudar muito no convívio com a comunidade surda”, inscreve o discurso da convivência e da acessibilidade como elementos centrais para a prática profissional no campo da saúde. Ela articula uma ética da convivência, do cuidado, uma abertura ao reconhecimento da diferença como constitutiva da coletividade,

alinhando-se à noção de sujeito em Coracini (2003), um sujeito não fechado em si, mas atravessado pelo outro e constituído na linguagem e pela linguagem.

A dimensão de subjetivação aparece aqui ocultamente, ou seja, há um movimento de construção de uma identidade profissional que se (re)posiciona diante do saber-língua, ao reconhecer sua própria insuficiência e desejar (re)configurá-la por meio da política pública. Ao desejar aprender Libras, a profissional também deseja desestabilizar sua posição dominante no jogo de saber-poder, abrindo-se à constituição de uma nova subjetividade, mais aberta à diferença. Podemos articular essa leitura com Gesser (2009), que defende que a aprendizagem da Libras por ouvintes não é apenas uma aquisição de competência comunicacional, mas um gesto político de reconhecimento e deslocamento do lugar normativo do sujeito ouvinte. Além disso, como argumenta Coracini (2003), ao se abrir à língua do outro, o sujeito se abre a ser interpelado por outras discursividades, por outras formas de ser e de significar o mundo.

Trecho (12):

“eu queria que cada pessoa fizesse o curso.... dentro da empresa precisa... é muito importante que tivesse um intérprete de Libras.... porque falta no meu trabalho... eu sofro já a dois anos... eu falo por favor::::: eu preciso de um intérprete... porque tem reunião... tem as palestras... tem os dias especiais e tudo isso é divulgado... informado... mas eu não entendo e fico perguntando o que que é? ... e tudo é passado para mim de forma resumida... e eu percebo que para eles é tudo falado muito mais tempo... então fico ali sentada... pareço uma boba ((sinal))... em silêncio... eu queria que a empresa chamasse um intérprete de Libras... é muito importante... eles precisam lembrar que eu sou Surda... falta as empresas entenderem que precisam também do intérprete de Libras.... então falta consciência da gestão da empresa... dos médicos no hospital” (Rosilda SS). <https://11nk.dev/Rosilda-SS-Trecho-12>

A fala de Rosilda SS apresenta uma subjetivação marcada pela reivindicação do direito à presença, à informação e à escuta no dizer “eu queria que cada pessoa fizesse o curso....”. Ela explicita uma das formas mais recorrentes de invisibilização institucionalizada do sujeito Surdo no ambiente de trabalho “dentro da empresa precisa... é muito importante que tivesse um intérprete de Libras”, melhor dizendo, a ausência de acessibilidade linguística como prática efetiva. Seu apelo por um intérprete de Libras não é somente uma demanda funcional, é uma demanda por reconhecimento e pertencimento, ou seja, por ser incluída na condição de sujeito de direitos e de linguagem. Esse pedido, reiterado ao longo do tempo e sistematicamente ignorado, revela uma desigualdade de poder que se traduz em barreiras comunicacionais. O verbo (sofrer) é atravessado por “querer”, “precisar”, “falar”, indicando um corpo afetado pelo sofrimento, mas também que insiste, que reivindica. Quando ela afirma:

“eu falo por favor::::: eu preciso de um intérprete... porque tem reunião... tem as palestras... têm os dias especiais e tudo isso é divulgado... informado... mas eu não entendo”,

Rosilda aponta para o deslocamento de uma posição passiva para uma atuação consciente e política. A ausência do intérprete de Libras nas reuniões, palestras e eventos institucionais não apenas impede o acesso à informação, mas produz uma forma de sujeição marcada pela invisibilidade e pela infantilização do sujeito Surdo. Em concordância com o pensamento foucaultiano, os sujeitos se constituem por meio das práticas discursivas às quais têm acesso ou das quais são excluídos. Nesse caso, o dizer de Rosilda SS está imerso em práticas que a silenciam, mas sua fala é de resistência, ela se recusa a aceitar a condição de invisibilidade.

No entanto, a dor expressa em “eu sofro já há dois anos” reforça o que Gesser (2009) aponta sobre a recorrência do sofrimento surdo em contextos em que não há política linguística efetiva. A luta pelo intérprete de Libras, por sua vez, é também uma prática de resistência, ao deslocar o lugar do sujeito Surdo da passividade para a agência política. Ao nomear sua condição de sofrimento, ao exigir repetidamente a presença do intérprete, ao denunciar o tratamento desigual e a desigualdade de informação, pois, “tudo é passado para mim de forma resumida... e para eles é tudo falado muito mais tempo”, ela se posiciona como sujeito do discurso, mesmo em um espaço que tenta privá-la dessa posição. Como diria Coracini (2003), é no entrecruzamento entre o discurso institucional e a experiência subjetiva que o sujeito se constitui, e Rosilda SS faz isso com potência.

Ainda podemos pensar, com Foucault (2004), que a ausência do intérprete de Libras opera como um dispositivo de poder disciplinar, que regula os corpos e os saberes na empresa. Ao manter a surdez como invisível, a gestão empresarial reproduz a norma ouvinte e exclui o que não se encaixa no regime dominante de enunciação. O intérprete, quando ausente, não é só uma ausência física, mas um mecanismo de controle, ao impedir a participação, a circulação da informação e a produção do saber pela pessoa Surda.

O enunciado “pareço uma boba ((sinal)) ... em silêncio” expressa um incômodo que não é individual, mas histórico, a surdez é marcada por um histórico de apagamento institucional, como também destacam Gesser (2009) e Skliar (1998). Expressa também o sentimento de exclusão subjetiva que a prática institucional impõe. A experiência do silêncio aqui não é apenas a ausência de fala, mas a imposição de um lugar de não fala, como diria Spivak (2010). É o silenciamento imposto pelo não reconhecimento da sua língua como legítima e necessária para o exercício de sua cidadania no espaço de trabalho. As instituições, como empresas, e os

profissionais da área da saúde são convocados em seu discurso não somente como responsáveis administrativos, mas como atores sociais que escolhem não ver nem ouvir a diferença linguística.

Ao dizer que “eles precisam lembrar que eu sou Surda... falta as empresas entenderem que precisam também do intérprete de Libras”, Rosilda SS produz efeito de sentidos como sujeito de saber e de direitos, confrontando os dispositivos normativos que organizam as relações de poder no ambiente de trabalho. Ela demanda mais do que inclusão, ela exige reconhecimento linguístico e cultural como condição mínima para existir de dignamente nesse espaço. Ao sinalizar que falta consciência da gestão “falta consciência da gestão da empresa... dos médicos no hospital”, ela enuncia um saber sobre as estruturas institucionais, desnaturalizando o apagamento da Libras como algo accidental e denunciando-o como produto de uma gestão que não considera a presença Surda como legítima e permanente. Nessa direção, Gregolin (1995) e Coracini (2003) contribuem para compreendermos como os discursos institucionais operam sobre os sujeitos, produzindo sentidos de exclusão transformados em neutralidade.

Essa barreira linguística se alinha ao que Gesser (2009) aponta como a surdez construída socialmente como deficiência, não por uma limitação física, mas pela recusa em construir condições institucionais de acesso. A fala de Rosilda SS, portanto, permite observar esse regime de exclusão e faz circular sentidos por um deslocamento da passagem do assistencialismo para a efetivação de políticas linguísticas inclusivas. Por fim, com Perlin (2003), podemos afirmar que Rosilda SS aponta é a ausência de uma escuta institucional, não a escuta biológica, mas a escuta simbólica que reconhece o outro em sua diferença. Sua denúncia é mais do que uma queixa individual, é uma convocação à responsabilidade ética das instituições públicas e privadas para com os sujeitos Surdos.

Trecho (13):

“não sabem Libras... quando eu cheguei na empresa... eles me acolheram muito bem... minha sorte é que minha chefe sabia alguns sinais... então nós conseguimos se comunicar.... ela sempre está junto comigo e muita coisa eu sinalizo... ela pega fácil... nós trocamos experiências.... eu sinalizo devagar.... mas isso acontece porque antes eles tiveram um treinamento junto com uma professora ((nome)) e ela explicou tudo sobre como é o Surdo... como é o meu jeito.... então empresa também já se preparou para eu chegar.... desenvolveram muito ((sinal de positivo))... agora tenho autonomia...agora nós comunicamos o básico com as pessoas de outros setores também... consegui uma melhor interação” (Florinda SS).

<https://acesse.one/Florinda-SS-Trecho-13->

A narrativa de Florinda SS carrega uma abertura para a experiência positiva e afetiva com a diferença. Mas mesmo nesse espaço de acolhimento, o discurso apresenta a exceção e não a regra. Quando ela diz que “minha sorte é que minha chefe sabia alguns sinais”, o elemento “sorte” revela como a acessibilidade não é garantida por políticas institucionais, mas por ações isoladas, pontuais, que dependem da boa vontade ou acaso, já denunciando um modelo excludente e frágil. No fazer menção à relação social com a chefe, “ela pega fácil”, ela denota uma relação de esforço mútuo, mas ainda assim parte dela a tarefa de tornar a língua acessível, “eu sinalizo devagar”. Isso marca mais uma vez o deslocamento da responsabilidade para o sujeito Surdo, constantemente apresentados nas narrativas, a qual é o Surdo quem deve adaptar-se, explicar-se, facilitar. Isso se articula com o que Foucault (2004) chamaria de “governamentalidade”, já que o sujeito é induzido a gerir a própria exclusão por meio da docilização de seus modos de expressão e adaptação constante à norma hegemônica.

A relação entre acolhimento e acesso à linguagem também aparece aqui. A fala de Florinda SS mostra que, quando há abertura ao diálogo, mesmo que mínima, “nós trocamos experiências”, se constrói um espaço mais humano e produtivo de processos discursivos, marcado por trocas. No entanto, é preciso observar que isso não substitui a institucionalização do direito linguístico. A narrativa também é fortemente marcada por práticas de resistência e de reconfiguração das relações de poder. Quando ela diz

“desenvolveram muito ((sinal de positivo))... agora tenho autonomia ...agora nós comunicamos o básico com as pessoas de outros setores também... consegui uma melhor interação”,

Nesta fala passa a ideia de que o sujeito Surdo é capaz de agir sobre o meio e de disputar o seu lugar nos espaços institucionais. A empresa procurou uma transformação devido à sua presença. Florinda SS reconhece que os colegas não sabiam Libras inicialmente, mas o que se destaca é a valorização do processo de transformação possibilitado pela formação e pela escuta da diferença.

O trecho “empresa também já se preparou para eu chegar” marca um movimento fundamental, o deslocamento da responsabilidade do Surdo para o coletivo, indicando que a inclusão exige preparação institucional, e não só esforço individual, a antecipação da diferença como parte da lógica institucional. Trata-se de um movimento contrário à lógica da adaptação do Surdo ao mundo ouvinte, aqui, é o mundo ouvinte que se adapta à presença surda. Como discutem Skliar (1998) e Strobel (2007), isso ressignifica o lugar do sujeito Surdo, permitindo-lhe uma existência que não seja marcada apenas pela resistência ou pela falta, mas pela

autonomia e pela afirmação identitária. A fala de Florinda SS revela, como a formação dos ouvintes e a preparação institucional podem constituir um espaço simbólico e material favorável à emergência de uma subjetividade surda afirmada, reconhecida e empoderada.

Ao dizer que “isso acontece porque antes eles tiveram um treinamento junto com uma professora... e ela explicou tudo sobre como é o Surdo... como é o meu jeito”, Florinda SS sinaliza a importância do processo de mediação pedagógica e política para romper com o desconhecimento, o preconceito e as práticas excludentes. Essa preparação da empresa representa o que Foucault (2005) chamaria de deslocamento nos regimes de saber/poder, onde a diferença deixa de ser vista como obstáculo e é condição de possibilidade de novas formas de convivência e de relações de trabalho. Florinda SS conclui dizendo: “agora tenho autonomia... agora nós comunicamos o básico com as pessoas de outros setores também... consegui uma melhor interação”, apresentando uma mudança qualitativa na experiência de ser Surda no espaço institucional, um lugar de protagonismo, de agência e de pertencimento. Esse posicionamento se aproxima da noção foucaultiana de que os sujeitos se produzem nas dobras do poder, resistindo e reelaborando os modos como são subjetivados. A autonomia aqui não é só uma condição funcional, mas um efeito subjetivo e político.

Florinda SS não depende mais exclusivamente de mediações externas para ser ouvida e compreendida, ela agencia sua própria comunicação, ainda que em níveis básicos, representando uma conquista em um cenário muitas vezes pautado pela exclusão e invisibilidade. Isso é claro no uso dos adjuntos de tempo (antes) “antes eles tiveram um treinamento”, (agora) “agora tenho autonomia” e (depois) “consegui uma melhor interação”, criando uma linha cronológica que evidencia o deslocamento da exclusão para a autonomia. Como afirmam Coracini (2003) e Spivak (2010), o sujeito se constitui na relação com o outro e na possibilidade de ser escutado e legitimado em sua alteridade. Essa narrativa mostra que, quando há espaço para esse reconhecimento, os sujeitos Surdos podem reconfigurar seus modos de existir e de ocupar o mundo.

Trecho (14):

“na minha opinião... precisa mais acessibilidade em todos os lugares.... porque o Surdo chega nos lugares e precisa se comunicar.... dentro do ambiente de trabalho o Surdo precisa se comunicar... então é preciso inserir Libras todo:.... lugar... exemplo hospital precisa de uma pessoa que saiba Libras... bombeiro... todo lugar precisa ter um profissional intérprete... eu quero muito que ((sinal do município)) melhore... desenvolva.... se o Surdo precisar de uma entrevista de trabalho em uma empresa, mas não tiver comunicação... como vai fazer?... precisa ter um profissional ou uma pessoa dentro da empresa para fazer a comunicação.... todas as empresas precisam...já tem a lei.... nós Surdos temos direito à acessibilidade.... vamos continuar lutando” (João SS). <https://acesse.one/Joao-SS-Trecho-14>

João SS se posiciona discursivamente como sujeito enunciator de uma demanda coletiva afirmando que, “na minha opinião... precisa mais acessibilidade em todos os lugares...”. O uso da forma impessoal “precisa mais acessibilidade” coloca em evidência a negligência institucional generalizada em relação ao direito linguístico da pessoa surda. A repetição do verbo (precisar), em diferentes pontos da narrativa, como “precisa se comunicar”, “precisa ter um profissional”, “precisa ter acessibilidade”, reforça o caráter urgente e reiterado da demanda. Funciona como ênfase e clamor político, um chamado à responsabilidade institucional e social. João SS está propondo transformações estruturais e universais, indicando que não se trata somente de inclusão pontual, mas de uma reformulação ética e prática dos espaços sociais.

A enumeração de espaços, “hospital... bombeiro... empresa...”, ilustra como a exclusão não é pontual, mas organizada, abrangendo diferentes esferas da vida pública e profissional. Ampliando o alcance da denúncia de João SS, pois ele aponta que a deficiência não está no sujeito Surdo, mas nas estruturas sociais que falham em garantir sua inclusão. É nesse sentido que se pode articular com Foucault (2008), a ideia de que as instituições funcionam como dispositivos de normalização que, ao não considerarem a diferença, produzem sujeitos anormais ou deslocados da norma, nesse caso, o sujeito Surdo sem acesso à língua.

Quando João SS diz: “se o Surdo precisar de uma entrevista de trabalho em uma empresa, mas não tiver comunicação... como vai fazer?...”. Ele torna evidente a incoerência de um direito que não se realiza na prática. O questionamento “como vai fazer?” relembra a vivência da barreira comunicacional como exclusão concreta, não somente simbólica, e provoca o ouvinte/leitor a ocupar temporariamente esse lugar de desamparo comunicacional, como vimos também na fala da Rosilda SS, quando aponta a troca de lugar (o ouvinte com o Surdo). João SS narra um discurso marcado por uma forte dimensão política e reivindicatória, que mostra o modo como a acessibilidade linguística em Libras está implicada diretamente na constituição do sujeito Surdo enquanto cidadão de direitos.

A organização da sua fala aponta não exclusivamente uma crítica à ausência de acessibilidade, mas também um apelo à implementação real e concreta de políticas públicas já previstas em lei. João SS sinaliza que a legislação existe, “já tem a lei... nós Surdos temos direito à acessibilidade”, mas que sua efetivação é insuficiente ou inexistente em muitos contextos. Ele não apenas permite observar a falta de acessibilidade, como se posiciona, “nós Surdos temos direito à acessibilidade”, produtor de demandas sociais e mobilizador da linguagem jurídica como instrumento de luta.

A afirmação “vamos continuar lutando” encerra a fala com marcas discursivas de resistência, comprometimento e consciência histórica de uma luta que é contínua. Aqui, ecoam os pensamentos foucaultianos sobre a resistência como inseparável das relações de poder. João SS fala como quem sabe que está num campo de forças, e não fora dele, que é possível agir, tensionar, reconfigurar. Esse tipo de narrativa mostra que o processo de subjetivação não é somente imposto, mas também construído em práticas de fala que articulam identidade, direito e desejo de transformação social, que se dá pela luta, pela mobilização coletiva, por meio da linguagem e da visibilidade. Esse fechamento também ecoa os movimentos sociais surdos que têm buscado não só a legalização de direitos, mas sobretudo sua efetivação nos espaços cotidianos.

Trecho (15):

“não:::: ((expressão triste)) quase nada... é muito difícil ter lugar com atendimento em Libras... nunca aconteceu comigo aqui na cidade...[...] minha mãe sabe um pouco de Libras... só minha mãe” [...] “por exemplo, nas lojas... elas precisam fazer curso... pode ser um curso técnico... com um instrutor Surdo para ensinar como fazer esse atendimento né... então essas pessoas... elas precisam se preocupar também em como atender... por exemplo:: ah o número da roupa... número do calçado... o básico... mas que já ajudaria muito... um remédio... diversas áreas precisariam ter um curso básico... eu acho muito legal combinar um ensino de Libras para cada área... para facilitar o atendimento na Língua de Sinais... não precisa ter fluência... mas só o básico mesmo... só para ajudar o Surdo na comunicação”. (Florinda SS). <https://11nk.dev/Florinda-SS-Trecho-15>

O primeiro trecho apresenta, de forma direta e afetiva, a solidão comunicacional enfrentada por Florinda SS, sintetizada na expressão “não:::: ((expressão triste)) quase nada” e no lamento “nunca aconteceu comigo aqui na cidade”. Aponta não só o sentimento de frustração, mas também a exclusão como experiência repetida e quase naturalizada, “é muito difícil ter lugar com atendimento em Libras...”. Essa exclusão atravessa seu corpo e sua subjetividade, situando-a à margem de um sistema que normatiza o ouvir e o falar como forma de se relacionar. Ao mencionar que “minha mãe sabe um pouco de Libras... só minha mãe”, ela localiza seu acesso à comunicação em um espaço íntimo, familiar, apresentando a ausência de políticas institucionais que garantam o direito à comunicação nos espaços públicos e comerciais. A figura da mãe assume um papel de mediação comunicacional, revelando também o quanto a falta de acessibilidade recai sobre as redes de apoio pessoais, e não sobre a responsabilidade coletiva e estatal. A dependência da mãe para traduzir indica o lugar de vulnerabilidade histórica, típico do processo de subjetivação forçada por estruturas ouvintistas. No entanto, a continuidade do relato desloca essa posição inicial,

“por exemplo, nas lojas... elas precisam fazer curso... pode ser um curso técnico... com um instrutor Surdo para ensinar como fazer esse atendimento”.

Ao propor a formação técnica com instrutores Surdos e defender o ensino básico de Libras para diferentes setores. Florinda SS reivindica o que Foucault (1998) apontaria como a produção de novos regimes de saber. Ela desloca o discurso dominante que trata a Libras como um conhecimento especializado para poucos, ao propor seu uso cotidiano como estratégia de inclusão e equidade. Ao sugerir que o instrutor seja Surdo, ela reposiciona o lugar de saber, isto é, o Surdo não como objeto de inclusão, mas como sujeito ativo do conhecimento, do ensino e da prática. Aqui vemos um deslocamento importante, o Surdo como produtor de saber e não apenas como destinatário de políticas públicas. Isso pode ser relacionado também com a noção de resistência e inversão do olhar colonial discutida por Spivak (2010), ao propor que se ouça o subalterno e se reconheça sua agência.

A proposta do ensino básico de Libras, “diversas áreas precisariam ter um curso básico...” está em consonância com a defesa de uma acessibilidade situada, como discutem as autoras Gesser (2009) e Strobel (2008), que insistem na necessidade de adaptação dos espaços sociais às línguas e culturas surdas. Florinda SS também revela como a ausência da Libras nos espaços públicos reitera o lugar do Surdo como estrangeiro em sua própria terra. Essa postura ativa e crítica articula com o que Coracini (2003) chamaria de resistência discursiva, na qual o sujeito assume a linguagem como lugar de disputa e reinscrição de sentidos. A defesa de que não é necessária “fluência... mas só o básico”, rompe com a ideia de inacessibilidade e mostra que a exclusão é menos uma questão técnica e mais uma questão de vontade política e engajamento ético. Florinda SS, portanto, se inscreve como sujeito que resiste à exclusão e projeta alternativas, assumindo uma posição de agência e sugerindo reconfigurações nos modos de atendimento. Sua crítica revela um gesto de subjetivação que reconhece a legitimidade da Libras e desafia a passividade institucional.

As falas dos sujeitos Surdos e dos profissionais da saúde revelam, ao mesmo tempo, os efeitos de uma historicidade excludente e os movimentos de resistência e reconfiguração da subjetividade. A oralidade imposta, o despreparo institucional, e o apagamento da Libras como língua mostram como os dispositivos de poder regulam quem pode falar e ser ouvido. Contudo, é nas pequenas fissuras, no pedido por cursos, na atuação como professor, no reconhecimento do intérprete como ponte, que emergem práticas de si e movimentos de deslocamento discursivo. A partir das análises realizadas neste primeiro eixo, foi possível identificar certas regularidades discursivas que atravessaram os dizeres dos sujeitos Surdos e dos ouvintes

profissionais da saúde. As regularidades não se apresentam como repetições de conteúdo, mas como recorrências de sentido pelos quais os sujeitos se reconhecem, se afirmam e se constituem no interior das práticas discursivas.

Os dizeres revelaram tensionamentos entre o desejo de pertencimento e as experiências de exclusão, mostrando que o processo de constituição do sujeito Surdo está profundamente ligado à busca por visibilidade e legitimidade linguística. Assim também, como apontaram para a resistência frente às normas impostas pela escuta e pela oralidade, marcando a Libras como espaço de enunciação e de poder. As regularidades permitiram compreender o subjetivar-se não como um movimento interior ou essencial, mas como um processo discursivo que se dá no embate com o outro e com as condições históricas de possibilidades que delimitam o que pode ou não ser dito. Ao finalizar este eixo, notamos e concluímos que se subjetivar, é um processo tensionado por normas, mas também por desejos e lutas de pertencimento. Além de sentirem-se num entre lugar, ora no lugar do subalterno, do sentimento de exclusão, da tensão entre a identidade física e cultural, da incompletude e da resiliência.

4.2 Ser subjetivado

O segundo eixo concentra-se na análise das formas pelas quais os sujeitos Surdos e ouvintes são produzidos e atravessados por discursos institucionais, políticas públicas, saberes médicos e práticas de atendimento em saúde. Nesse eixo, busca-se compreender como esses discursos operam na condução das condutas, na organização dos serviços e na definição de posições possíveis para os sujeitos, capturando-os em determinadas formas de dizer, agir e se reconhecer. Ao enunciarem suas experiências, os participantes revelam como vivenciam essas formas de subjetivação, evidenciando os modos pelos quais são governados nas práticas de cuidado, bem como as fissuras, deslocamentos e resistências que emergem nesse processo.

Trecho (16):

“eu acho que o Surdo representa na sociedade.... um cidadão comum... com algumas:::: com alguma debilidade... que PRA ELE é ruim né”. [...] “um indivíduo SURDO, ele, na verdade... se torna mudo diante da sociedade... porque às vezes ele se torna invisível né::: diante das situações” (Judite PS). <https://acesse.one/Judite-PS-Trecho-16>

Judite PS, quando questionada sobre o que o Surdo representa na sociedade, aborda como a exclusão social contribui para o sentimento de invisibilidade, afetando diretamente a subjetividade e a percepção identitária do Surdo. A fala “um cidadão comum... com alguma debilidade... que PRA ELE é ruim” sugere que a identidade do Surdo é definida a partir da falta

e da deficiência. Coracini (2007) argumenta que a identidade pode ser imposta como efeito de dominação, sendo construída no discurso. Aqui, a profissional impõe uma identidade ao Surdo, assumindo que sua condição é negativa para ele, sem considerar sua perspectiva ou subjetividade, posicionando-o socialmente como um sujeito cuja identidade é moldada por práticas discursivas que o invisibilizam. Isto é, ele “se torna mudo” porque a sociedade associa sua identidade à deficiência e desconsidera sua subjetividade.

O uso dos verbos (“achar”, “tornar”, “representar”), nos dizeres “eu acho que o Surdo representa na sociedade....um cidadão comum”, “se torna mudo diante da sociedade...se torna invisível”, aponta como o Surdo é representado, definido pela profissional. A expressão "PRA ELE" constrói a ideia de como o sujeito internaliza essas representações dominantes que associam a surdez a algo negativo. Em outras palavras, a visão de que a surdez é “ruim” não surge apenas de uma percepção individual, mas de um discurso que circula socialmente, estabelecendo normas e padrões do que seria aceitável ou desejável. Judite PS, atribui ao Surdo uma “debilidade”, um discurso biomédico que trata a surdez como problema, e reconhece que isso é algo ruim.

Segundo o dicionário *Houaiss UOL* (2009), o significado da palavra “debilidade” é “qualidade, propriedade ou condição do que é débil; fraqueza física; falta de vigor ou saúde; abatimento, languidez”. Gesser (2009) diz que o discurso médico se sobressai em influência e reconhecimento em comparação com as narrativas que valorizam a diversidade e os direitos linguísticos e culturais das pessoas surdas. Entende-se que o discurso biomédico tem mais legitimidade e influência do que discursos que valorizam a diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

Ainda sobre isso, Coracini (2007) destaca que a identidade pode ser imposta quando alguém se apropria do direito de definir o outro, falando em seu nome. No dizer, a profissional assume um papel de porta-voz do Surdo, determinando que sua condição é uma “debilidade” e que isso é “ruim para ele”. Essa construção aponta para uma relação de diferença, na qual o ouvinte se coloca como autoridade sobre a experiência do Surdo, nomeando sua identidade e sua vivência sem que ele próprio fale por si. Em minha experiência, tenho mostrado que muitas dessas relações sociais são pautadas por uma desigualdade de poder, na qual o profissional ouvinte assume um lugar de saber absoluto sobre o Surdo, sem considerar sua identidade e suas necessidades interacionais. Grigoletto (2003), ao tratar das representações, destaca que o ‘eu’ se constitui ao se identificar com imagens no mundo. O ‘eu’ Surdo não deveria ser construído somente a partir da perspectiva médica, mas sim reconhecido dentro de sua própria forma de existência, na diferença e na riqueza cultural da Língua de Sinais. Essa disputa discursiva é

justamente o que sustenta a tensão entre a visão do Surdo como deficiente e a visão do Surdo como sujeito de uma cultura e língua própria.

Tais dizeres de Judite PS produz efeito de sentido de que o Surdo seria “um cidadão comum” desde que superasse sua debilidade, apontando a exclusão ao condicionar sua inclusão à adaptação ao modelo social ouvinte. Uma ilusão de inserção do Surdo na sociedade com a garantia de seus direitos cidadãos, como expressa a CF 88, mas os efeitos de sentido reverberados enaltecem a exclusão que a habita e permeia a sociedade em geral. Entendemos que, se o Surdo é representado pela sociedade como um indivíduo com deficiência e invisível, essa construção pode afetar tanto a maneira como ele se percebe, quanto como os outros interagem com ele.

Para Coracini (2007), a identidade do sujeito é sempre construída a partir do olhar do outro, ou seja, como o Surdo é percebido e representado influencia diretamente sua experiência na sociedade. No caso dos dizeres da profissional, “[...] se torna mudo diante da sociedade... porque às vezes ele se torna invisível”, pode demonstrar que ele ainda não foi totalmente reconhecido enquanto sujeito com direitos específicos. Foucault (2013) diz que o poder não só reprime, mas também produz identidades e discursos. No caso do Surdo, o discurso biomédico e educacional impõe historicamente a visão da surdez como uma deficiência a ser corrigida, e essa perspectiva ainda aparece em discursos cotidianos, como o mencionado acima, que cria um efeito desse poder. Se o Surdo é visto não como um sujeito linguístico, mas como alguém com uma debilidade, ele não é reconhecido enquanto interlocutor na sociedade, reforçando sua invisibilidade.

Trecho (17):

“[...] eh:::: eu vejo que eles se evoluíram muito né... a partir dessa Libras porque... eu desde criança né... eu tinha amigo Surdo... só que eu me comunicava bem com ele com gestos... ele lia meus lábios... às vezes ele olhava para mim sabia que eu estava falando né... é importante você ter paciência né... eu acho... para tentar eh::: assi::m não ter barreiras para você se comunicar...” (Aurora PS).

<https://acesse.one/Aurora-PS-Trecho-17>

No dizer de Aurora PS, “eles se evoluíram muito né... a partir dessa Libras”, o pronome pessoal da 3ª pessoa do plural (“eles”), aqui usado como sujeito da oração (os Surdos), sinaliza uma separação, isto é, os Surdos como o outro, à parte, como grupo separado da norma. Essa observação marca um possível ponto de inflexão, ou seja, uma mudança, mesmo que sutil, no olhar da profissional, indicando haver um reconhecimento, ainda que embrionário, da Libras como instrumento de empoderamento.

Aurora PS sugere que antes da Libras, o Surdo seria um sujeito limitado, corrigindo essa condição através do contato com a língua, reconhecendo que o sujeito Surdo teve um ganho significativo, uma evolução. Essa “evolução”, nada mais é do que um ganho diante de tanto tempo que seu direito linguístico foi negado, um autoaperfeiçoamento. A Libras não capacita o sujeito Surdo, ela o torna no modo natural de qualquer pessoa em interagir, se colocar diante da sociedade, se expressar. Além disso, a referência ao Surdo “angustiado, querendo resolver o problema dele” fortalece a desigualdade da relação, isto é, o sujeito Surdo aparece como aquele que precisa ser “traduzido” ou “interpretado” para poder existir discursivamente no espaço da saúde. O que está em jogo é a exclusão discursiva, no sentido de Coracini (2003), o Surdo não é somente ignorado, ele é colocado fora do jogo da linguagem legítima, sendo percebido como “problema” que precisa ser administrado e não como sujeito de direito e linguagem.

Ao mencionar a infância e a presença de um amigo Surdo, “eu tinha amigo Surdo... só que eu me comunicava bem com ele com gestos”, há uma lembrança de tentativa de aproximação, mas que se apoia em uma ideia de comunicação espontânea como gestos, leitura labial, insuficientes como direitos linguísticos. O Surdo é retratado como quem “olhava para mim e sabia o que eu estava falando”, ou seja, a expectativa é que ele se adapte à linguagem da maioria, deslocando a obrigação da comunicação para o sujeito Surdo. Assim, percebe-se haver uma subjetivação desigual, o sujeito Surdo é constantemente construído como quem precisa se moldar, e o profissional ouvinte é aliviado da obrigação de romper a barreira comunicativa.

Quando Aurora PS diz que a comunicação com um amigo Surdo na infância se dava “com gestos” e/ou pela leitura labial, pode-se compreender a centralidade da oralidade como norma oculta. Embora ela reconheça os avanços da Libras, sua fala aponta que, na ausência de acessibilidade institucional, a mediação ainda depende de improvisações afetivas ou empáticas, que não substituem a relação discursiva garantida por direito. Esse tipo de discurso é atravessado pelo que Foucault (2013) aponta como os efeitos do poder, que penetra sutilmente nas instituições, a internalização das normas é colocada como natural. A oralidade, ao ser tomada como padrão, coloca os Surdos numa posição de adaptação constante.

No dizer de Aurora PS, “é importante ter paciência” funciona como um dispositivo moral, edificante, como se a comunicação com o Surdo exigisse um esforço extra por parte do ouvinte, quase como um ato de benevolência. O esforço para não ter barreiras para se comunicar, recai sobre o indivíduo ouvinte, ou seja, precisa ter “paciência”. Como propõe Gesser (2012), a importância de os indivíduos interagirem, compartilharem informações cotidianas, pois o problema da comunicação não está no sujeito Surdo, mas na falta de reconhecimento da Libras como língua legítima e do Surdo como sujeito de direito. O ganho, a

evolução, a aprovação da Lei 10.436/2002, não foram conquistadas individualmente, mas com um coletivo, envolvendo comunidades surdas, pesquisadores, movimentos sociais. Como intérprete e professora de Libras, com conhecimento sobre as especificidades da população surda, compreendo que essa visão desconsidera a surdez enquanto diferença linguística e cultural, reduzindo-a a um déficit que precisa ser superado.

Trecho (18):

“Eu acho que... eu acho que tem lugares que os Surdos ainda têm uma barreira assim... bem grande... até por isso que talvez eles são meio retraídos... não é? e o primeiro atendimento sempre... até elas não me conhecerem elas são meio retraídas entendeu? [...] depois que elas vêm que a gente já atende e tudo... daí elas se soltam mais... mas eu acho que essa retração delas inicialmente... é porque em outros lugares elas não se sentem tão bem acolhidas... eu acho que eles não têm um lugar assim... muito importante na sociedade não... que tem bastante preconceito ainda...” [...] “olha... eh:: sempre é ótimo atendê-las porque elas são interessadas... elas demonstram bastante interesse na consulta... mas precisa do intérprete... eu não consigo... depois que elas vêm... que a gente já atende e tudo... daí elas se soltam mais” (Adelaide PS). <https://acesse.one/Adelaide-PS-Trecho-18>

Adelaide PS inicia a narrativa dizendo que “eu acho que tem lugares que os Surdos ainda têm uma barreira assim... bem grande...”. A profissional sinaliza reconhecer que o sujeito Surdo enfrenta diariamente uma “barreira.... bem grande”, isto é, a barreira linguística que impede o relacionamento do Surdo com a sociedade em geral. O olhar atento ao verbo “achar”, na fala de Adelaide P, aponta para uma percepção que pode não se apresentar como uma verdade, mas como uma opinião, podendo também indicar uma tentativa de evitar um posicionamento. Quando Adelaide PS diz que os Surdos assumem uma postura de retraimento, “... eles são meio retraídos...”, pode ser entendido em termos foucaultianos como um efeito das relações de poder atravessando os sujeitos e moldando sua subjetividade. Foucault (1988) argumenta que o poder não é algo externo ao sujeito, mas sim algo que o constitui. Como um efeito de discursos e práticas sociais que as posicionam como sujeitos à margem, tendo sua identidade surda marcada pelo olhar do outro e sendo construída em um contexto social que ainda nega ou reduz sua importância.

A profissional parece reconhecer que a postura dos Surdos é resultado das experiências sociais de exclusão. Coracini (2007) amplia essa discussão ao apontar que a identidade é sempre construída a partir da relação com o outro. A fala da profissional sobre as mulheres Surdas que “até elas não me conhecerem elas são meio retraídas, entendeu? [...] depois que elas vêm que a gente já atende e tudo... daí elas se soltam mais”, ao interagir com médicas mulheres revisita um aspecto importante, o constrangimento em situações íntimas, mesmo quando existe uma tentativa de criar um ambiente mais acolhedor. Essa sensação de retraimento pode ser

comparada ao desconforto que muitas mulheres ouvintes sentem ao ir ao ginecologista, independentemente do gênero do profissional.

No caso das mulheres Surdas, esse desconforto é intensificado pela barreira comunicacional, que pode limitar a expressão clara de suas necessidades e dúvidas. Mostra a importância não só de garantir a presença de intérpretes de Libras quando necessário, mas também de promover um processo discursivo por parte das médicas, para que essas pacientes se sintam compreendidas e à vontade durante o atendimento.

Complementa Adelaide PS, “depois que elas vêm que a gente já atende e tudo... daí elas se soltam mais”, observa-se que a postura inicial das Surdas mostra uma subjetividade moldada pela exclusão social, mas que a relação acolhedora no atendimento pode modificar essa dinâmica, trazendo maior confiança e o acolhimento pode ter um papel na reconfiguração da identidade do sujeito Surdo no espaço do atendimento. O sujeito Surdo, ao entrar em um espaço médico dominado pela oralidade e pela comunicação ouvintista, precisa reposicionar sua identidade a partir das condições impostas naquele ambiente. O retraimento pode ser um efeito da exclusão, já que, sem garantias de relação, a pessoa Surda se vê em uma posição de vulnerabilidade.

Se pensarmos nos primeiros atendimentos como momentos em que a identidade do sujeito Surdo é posta à prova, podemos entender o retraimento como um efeito da desconstrução de uma identidade surda estabilizada em outros contextos. Na comunidade surda ou em espaços onde há acessibilidade, o Surdo pode se sentir mais seguro na sua identidade linguística. Nos atendimentos médicos, essa identidade pode ser questionada ou desvalorizada, gerando um deslocamento identitário, que Derrida (2001) chamaria de um processo fantasmático de identificação, ou seja, um jogo entre presença e ausência, no qual a identidade é reafirmada ou apagada dependendo do contexto.

Os dizeres: “em outros lugares elas não se sentem tão bem acolhidas... eu acho que eles não têm um lugar assim... muito importante na sociedade não...”, remetem ao conceito foucaultiano de práticas de subjetivação, formas pelas quais o sujeito se constitui dentro de determinados espaços e relações. Para Foucault (2008), as práticas de subjetivação envolvem os modos como os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos em determinadas estruturas discursivas e institucionais. Esse “lugar” não seria somente um espaço físico como instituições de saúde, educação, mas um lugar simbólico e discursivo no qual o sujeito Surdo pode ou não se sentir acolhido e legitimado, espaços na qual as condições de pertencimento são frágeis ou inexistentes.

No dizer “elas demonstram bastante interesse na consulta”, apresenta uma visão positiva, e posiciona um sujeito Surdo subordinado e dependente da compreensão do ouvinte, e ainda demonstra a própria falta de autonomia quando diz: “precisa do intérprete... eu não consigo”. O profissional intérprete de Libras desempenha um papel fundamental na promoção da acessibilidade comunicacional para a população surda. Sua atuação não se restringe somente à tradução e interpretação entre a Libras e a Língua Portuguesa, mas também envolve a mediação cultural, garantindo que os sujeitos Surdos possam ter participação ativa em diferentes contextos sociais, educacionais, profissionais e institucionais.

Entendemos que Adelaide PS observa que essa retração não é uma característica essencial dos Surdos, mas sim um efeito dos processos discursivos que os fizeram sentir que não têm um lugar muito importante na sociedade. Se pensarmos a partir de Foucault (2004) e Coracini (2007), a fala de Adelaide sugere que a retração dos Surdos não é algo inato, mas construído socialmente. Esse fato sustenta a ideia de que as relações de poder e os discursos dominantes produzem subjetividades. Podemos compreender que o Surdo pense que precisa se adaptar ao modelo ouvinte. A falta de acessibilidade e reconhecimento pode reforçar essa ideia, levando o Surdo a ocupar um lugar de menor visibilidade e participação ativa.

Trecho (19):

“eu tenho uma equipe que faz os atendimentos em campo né... e::e a gente quando se depara com a situação com as pessoas com deficiência ehh:: a gente chama de acuidade auditiva ou diminuição, ou total desta acuidade auditiva..., na verdade os profissionais da área de saúde, eles têm uma certa deficiência ao atendimento a essas pessoas justamente... por falta realmente de::e treinamentos mesmo mais específicos na área... [...] “que, na verdade o nosso atendimento na área de saúde a gente é bem específico naquilo que a gente observa né... é através de::e::e da parte física... e até mesmo a gente também tem já uma certa experiência na parte também ali... do controle psicológico... emocional... então a gente faz essa abordagem nesse sentido... mas quando a gente se depara com a situação de maiores gravidades que a gente tenta identificar... pelos sinais e sintomas que a pessoa está apresentando... mas... na verdade... a comunicação é realmente eh::h deficiente... diretamente com as pessoas que tem esses problemas de acuidade auditiva diminuída ou total né” (Elói PS).

<https://acesse.one/Elói-PS-Trecho-19>

Elói PS diz que “eu tenho uma equipe que faz os atendimentos em campo né...”. Podemos perceber que Elói PS ocupa um lugar de responsabilidade sobre a equipe de trabalho e quando se refere à condição dos sujeitos Surdos, ele prefere usar o termo “acuidade auditiva diminuída ou total”, como se evitasse o termo surdo, se sentindo desconfortável. Mesmo o profissional não usando a terminologia surdo/surdez, ele aponta para uma leitura clínica e deficitária da surdez, que não reconhece a perspectiva cultural e linguística dos Surdos, limitando o sujeito àquilo que lhe falta em relação à norma ouvinte.

No dizer “os profissionais da área de saúde, eles têm uma certa deficiência ao atendimento a essas pessoas justamente... por falta realmente de treinamentos mesmo mais específicos na área...”,

O profissional demonstra reconhecer a própria deficiência institucional no atendimento, ele inverte o lugar de deficiência, ele apresenta que a lacuna comunicacional não está no sujeito Surdo, mas no despreparo da equipe por falta de formação para o atendimento à pessoa surda. Elói PS aborda um ponto que as narrativas trazidas até aqui, a grande maioria, são atravessadas, que é a falta de formação, capacitação, de conhecimento quanto às peculiaridades do sujeito Surdo, na qual a acessibilidade fica a cargo de tentativas improvisadas como, leitura labial, escrita, gestos aleatórios. São práticas que não garantem o direito linguístico do sujeito Surdo. Gesser (2009) diz que não é a surdez que limita o surdo a ter acesso aos seus direitos como cidadão, mas a sociedade que cria uma barreira linguística que o impede de ter esse acesso.

Quando Elói PS aponta que “por falta realmente de treinamentos específicos na área...”, aponta para um descompasso institucional entre a legislação e o que realmente está implementado e vigente nos ambientes de atendimento à saúde do Surdo. A realidade narrada por Elói PS, mostra que esse compromisso legal ainda não foi agregado aos sistemas institucionais.

A escassez de formação específica para lidar com a diferença linguística demonstra como o saber médico ainda opera com base na observação do visível, como reforça “nosso atendimento... é bem específico naquilo que a gente observa... é através da parte física...”. Esta ênfase no visível, físico e objetivo, alinha-se ao que Foucault (2013) identifica como os efeitos do poder-saber biomédico, que se organiza por meio de práticas classificatórias e normativas. A subjetividade do paciente, especialmente quando não expressa em linguagem oral, é desconsiderada ou mal interpretada. Elói PS apresenta a tentativa, “a gente tenta identificar”, de identificar o problema, mas demonstra que não é fácil ou é incompleta.

Mesmo que os profissionais recorram à experiência ou a leituras de sinais e sintomas, como aponta Elói PS, a ausência de uma escuta acessível torna um relacionamento social frágil e precário, “a comunicação é realmente deficiente diretamente com as pessoas que têm esses problemas de acuidade auditiva”. Ao não reconhecer a Libras como parte do processo de diagnóstico e cuidado por meio da fala de Elói PS, percebemos que a instituição saúde reafirma a invisibilização do sujeito Surdo e o coloca como outro a ser controlado ou interpretado por meio de indícios físicos, e não como interlocutor. Como aponta Skliar (1998), a surdez é tratada como um desvio a ser corrigido ou compensado, e não como uma diferença que requer reconhecimento e reconfiguração institucional.

O que se percebe é a manutenção de um modelo de atenção centrado no corpo patológico e na linguagem hegemônica, que desautoriza outras formas de expressão e de saber. A diferença não é valorizada em sua legitimidade própria, mas como uma adaptação funcional às normas. Diante da força e da ampla aceitação desse discurso na sociedade, torna-se desafiador conceber a surdez sob uma perspectiva diferente, que a reconheça não como um déficit, mas como uma característica distinta. Se as instituições e/ou a sociedade em geral não oferecerem espaços reais de participação para a população surda, essa ausência de lugar pode se tornar um marcador de identidade. Os Surdos, ao se verem limitados em sua participação social, podem acabar internalizando discursos que os posicionam como sujeitos à margem. A falta de acessibilidade e reconhecimento não só os exclui, mas também modela suas subjetividades dentro da exclusão.

Tais dizeres, pelo olhar subjetivo, não se constrói de forma isolada, mas em resposta a práticas discursivas e institucionais, que os colocam em posição de menor importância. Como nos lembra Coracini (2007, p. 117), “[...] falar de si é de algum modo construir uma história, uma narrativa, uma ficção que se torna, pela discursividade, uma verdade, melhor dizendo, uma realidade”. Posto isso, a narrativa de Elói P descreve a ausência de capacitação e treinamentos, a (in)competência profissional, o modelo de atendimento ao sujeito Surdo, que assume o papel de verdade e/ou realidade, devido à insistência e prática da sociedade.

Trecho (20):

“então... de inúmeros atendimentos que já tivemos de pacientes Surdos... eh::: uma que me marcou muito... tem mais ou menos uns seis anos que isso aconteceu... e::::e ficou marcado para mim... eu acho que vai ficar para sempre... chegou um rapaz Surdo... e ele queria um atendimento... só que ele fazia os sinais... e eu leiga no assunto... não conseguia interpretar o que ele estava dizendo... eu tentei fazer alguns::: alguns gestos... tentando eh:::: ver se::e ele entendia também o que eu estava perguntando para ele... e::e ma::::s não deu certo... eh::: foi um atendimento bem frustrante mesmo... ele foi embora... mais tarde retornou com o pai... aí o pai nos explicou certinho que ele estava precisando... ma::::s foi bem complicado... bem complicado... hoje em dia não... porque tem as intérpretes né... geralmente quando eles chegam para o atendimento... eles já vêm com a intérprete... então... fica tudo mais fácil... ma::::s esse atendimento desse rapaz há quantos anos... e eu não consigo esquecer... então... quando temos agendamento pra Surdos é muito importante que:::e a intérprete esteja junto... pois Língua de Sinais não é mimica... então... é muito difícil o atendimento sem a presença da mesma” (Olívia PS).
<https://acesse.one/Olivia-PS-Trecho-20>

A narrativa de Olívia PS

“então... de inúmeros atendimentos que já tivemos de pacientes Surdos... eh::: uma que me marcou muito... tem mais ou menos uns seis anos que isso aconteceu... e::::e ficou marcado para mim... eu acho que vai ficar para sempre...”.

Aponta que ela tem uma larga experiência, mas também traz uma memória marcante de sua atuação profissional, através dos tempos verbais no passado e futuro “aconteceu e ficou marcado”, “vai ficar”, o atendimento frustrado a um paciente surdo, sem a mediação de um intérprete. A impossibilidade de comunicação mútua é relatada com forte carga emocional, revelando não apenas a limitação da profissional, mas sobretudo, o modo como o sistema de saúde se estrutura sem considerar a diferença linguística.

Olivia PS diz que “...chegou um rapaz Surdo... e ele queria um atendimento...”. O dizer apresenta uma desigualdade comunicacional entre ela e um sujeito Surdo. Quando menciona ser “leiga no assunto”, a profissional reconhece o desconhecimento, a não capacitação em relação a Libras. Olivia PS continua “...só que ele fazia os sinais... não conseguia interpretar o que ele estava dizendo...”. Essa cena exemplifica o que Coracini (2003) define como exclusão discursiva, o sujeito Surdo está presente, tenta se comunicar, mas sua linguagem não é reconhecida como válida no campo institucional. A tentativa de se relacionar por parte da profissional, a impotência, o limite do saber, são marcados por meio dos verbos “não conseguia interpretar”, “eu tentei fazer”, “não deu certo”, e mostra o desconhecimento da Libras e a suposição de que a Língua de Sinais se trata de mímica ou expressão corporal improvisada. Essa tentativa, como podemos perceber nas narrativas, é recorrente entre os profissionais expostos a algum atendimento direto ao surdo, os gestos improvisados, a escrita, a leitura labial, que não garantem compreensão.

Contudo, a não relação no atendimento deixou marcas no sujeito atendido e na profissional, como ela mesmo relata “foi um atendimento bem frustrante mesmo... ele foi embora... mais tarde retornou com o pai...”. O Surdo foi embora, pois não teve acesso a sua necessidade no momento e voltou com o pai, ou seja, a dependência de um terceiro para ser ouvido, e enquanto isso, a instituição precisa se apoiar na ajuda de um familiar para suprir a falta de conhecimento e a falta de um intérprete.

A cena remete ao que Foucault (2013) descreve como os efeitos do poder disciplinar nos corpos e na produção de subjetividades. A ausência da língua do sujeito impede sua escuta, silencia seu corpo e o submete ao poder da norma ouvinte. O atendimento se torna ineficaz, e o sujeito Surdo é forçado a recorrer a um mediador familiar, o pai, reduzindo sua autonomia. Essa forma de apagamento e adiamento do atendimento em função da ausência da acessibilidade linguística reforça o que Spivak (2010) aponta como a impossibilidade de fala do subalterno, o sujeito até fala, mas não é escutado, pois seu discurso não é reconhecido no regime dominante.

A profissional em tom emocionada diz “...ma:::s, foi bem complicado... bem complicado...”. O prolongamento da vogal e a repetição enfática, sinaliza a carga emocional e subjetiva, como se o sentimento de fracasso, não fosse somente pela falta de formação/capacitação, mas eticamente, pelo não cumprimento de seu dever como profissional da saúde. Olívia PS continua

“... hoje em dia não... porque tem as intérpretes né... geralmente quando eles chegam para o atendimento... eles já vêm com a intérprete... então... fica tudo mais fácil...”.

A profissional demonstra reconhecer que a presença do intérprete facilita e no momento é o único meio acessível de atendimento oferecido ao Surdo. Ela encerra sua fala com um reconhecimento político importante, “quando temos agendamento para Surdos é muito importante que a intérprete esteja junto...”. Essa frase, embora tardia, indica que a prática institucional pode se transformar a partir da escuta das próprias experiências de exclusão e da escuta do outro que foi silenciado.

Olívia PS mesma sinaliza que a “Língua de Sinais não é mímica... então... é muito difícil o atendimento sem a presença da mesma”, isto é, a profissional demonstra saber do estereótipo que a Língua de Sinais carrega, como sendo gestos e mímicas e a importância da acessibilidade no ambiente de trabalho. Esse reconhecimento posterior do erro, e a valorização atual do papel da CIL, revela também o processo de deslocamento subjetivo da profissional, que passa de uma posição de impotência para uma percepção crítica sobre as práticas anteriores e a importância da mediação linguística.

Trecho (21):

“que eu acho que falta então uma questão mais eh::h... empenho da gestão política né... em se preocupar mais com esse lado né... dos especiais na verdade... então eu acho que tem que ter mais divulgação... tem que ter mais empenho... tem que ter mais preocupação com quem realmente precisa e necessita... se tem um agravo na saúde... que é naquela hora que você se depara... entre a vida ou a morte... e nós que estamos nessa área... nós temos eh::h a sensibilidade e estamos ali... eh::h como se diz assim... ehh uma decisão entre nós e a decisão de Deus na verdade... que é ele que nos dá esse dom... então assim.... aí você se depara com uma pessoa desse nível... é difícil né... ehhh é difícil comunicar com ele justamente por essa falha... a gente fica preocupado... fica preocupado né” (Elói PS). <https://11nk.dev/Elói-PS-Trecho-21>

Elói PS explicita a tensão entre a sensibilidade dos profissionais e as limitações do sistema. Ao dizer que “.... eu acho que falta então uma questão mais... empenho da gestão política... em se preocupar mais com esse lado... dos especiais”, o profissional aponta para um regime de verdade político-institucional que define prioridades e, nesse movimento, produz

sujeitos menos urgentes, menos visíveis. O Surdo é incluído nesta categoria de sujeitos cuja necessidade é reconhecida, mas não suficientemente atendida. Essa lacuna entre o reconhecimento e a efetivação dos direitos, assimila com a ideia foucaultiana, é a denúncia como a forma moderna de exercício de poder, não pela proibição direta, mas pela negligência sistemática, que molda o que é possível ou não para determinados corpos. Ao usar o verbo “achar” e “tem que ter” repetidamente, Elói PS impõem um lugar de opinião, um lugar de sujeito avaliador moral e emocional, e não como participante da mudança.

O uso da expressão “nós temos a sensibilidade... entre nós e a decisão de Deus...”, revela a percepção do profissional sobre o limite da atuação técnica diante da urgência do cuidado e da falha comunicacional. A barreira imposta pela ausência de acessibilidade, neste caso, a falta de intérpretes ou de preparo em Libras, reforça a posição de vulnerabilidade discursiva do sujeito Surdo, que, em momentos críticos de saúde, pode ser excluído do processo decisório que envolve sua própria vida. Foucault (1995) sustenta que o poder opera pela constituição de sujeitos presos a uma identidade produzida externamente. O emprego de substantivos abstratos como “empenho”, “divulgação”, “preocupação”, “falha”, “decisão”, “sensibilidade”, e quando o profissional menciona “a decisão de Deus”, indica a tentativa de elevar o dizer a um plano moral ou espiritual, a uma ordem metafísica, diminuindo a responsabilidade da competência na profissão.

O Surdo, nesse contexto, é subjetivado como “especial”, mas essa marca discursiva não o empodera, ao contrário, o separa, o torna objeto de cuidado tutelado, e não de participação ativa. Trata-se de uma subjetivação que esvazia a agência do sujeito. A ausência de políticas públicas e o despreparo profissional revelam um controle indireto da vida, não se nega o direito à saúde, mas se cria uma rede de dificuldades que o torna inacessível, na prática.

No levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa, no estado da arte, o estudo de Fortes (2012) revelou uma mudança na expectativa dos sujeitos Surdos em relação ao atendimento em saúde. Se antes a presença de um intérprete de Libras era vista como essencial para viabilizar a relação social, atualmente há um desejo crescente de que os próprios profissionais da saúde dominem a Língua de Sinais. Esse movimento indica uma busca por um atendimento bilíngue, garantindo não apenas acessibilidade linguística, mas também maior autonomia e participação efetiva do sujeito Surdo nos processos de cuidado e decisão. Já Casali (2012) destaca a necessidade da criação de uma Central de Interpretação de Libras (CIL) no município de Itajaí-SC, ressaltando a importância de disponibilizar intérpretes para atuarem na área da saúde. A proposta visava garantir a mediação linguística durante as consultas médicas, possibilitando um entendimento mais eficiente entre profissionais da saúde e pacientes surdos.

A fala de Adelaide PS “...mas o jeito é ter os intérpretes” sugere uma dependência do intérprete como único meio de interagir possível, mostrando a demanda levantada por Casali (2012) sobre a necessidade de políticas públicas para suprir essa lacuna. Por outro lado, Fortes (2012) aponta uma mudança na percepção dos Surdos sobre o atendimento, antes, o foco estava na presença do intérprete, mas atualmente, os Surdos reivindicam que os próprios profissionais de saúde saibam Libras. Essa perspectiva traz um deslocamento da ideia de mediação para a possibilidade de um atendimento bilíngue, em que o Surdo possa se comunicar diretamente com o profissional de saúde. Esses dizeres indicam que o Surdo ainda não é reconhecido como sujeito autônomo nas práticas institucionais.

Coracini (2007) diz que a identidade não é fixa, mas é construída nas relações e atravessada por relações de poder, nesse contexto, se o Surdo inicialmente não se sente pertencente ao espaço da consulta, é porque há um histórico de discursos que o colocam em uma posição de marginalidade e exclusão no atendimento médico. Em minha experiência, ao atuar como intérprete em consultas médicas, infelizmente, era comum nos atendimentos, os profissionais de saúde, ao interagir com pacientes surdos, acabavam direcionando o olhar para mim, como se eu fosse o paciente. Por exemplo, era comum ouvir frases como “fala para ela/ele que precisa tomar este medicamento”, ou “pergunte a ela/ele onde está sentindo dor”, entre outras. Essa abordagem não só desrespeita o paciente, mas também impede que ele participe ativamente de sua própria consulta, desconsiderando o paciente surdo, mas também compromete a qualidade do atendimento.

Trecho (22):

“Quanto ao atendimento ao sujeito Surdo ehh::: nós não temos ainda nada voltado para ele... mas nós estamos numa fase de:::de inclusão não é? hoje a gente já tem a separação para os de cadeiras de rodas... para os pacientes autistas... nós temos as identificações... e:::e eu acho que PRECISA... é necessária a inclusão... né” (Judite PS). <https://11nk.dev/Judite-PS-Trecho-22>

A fala de Judite PS constrói a ideia de uma compreensão positiva, mas também ambígua, sobre a inclusão. Entende a representação da inclusão como algo em progresso “nós não temos ainda nada voltado para ele”, mas ainda incompleto, que pode ser interpretada como uma justificativa para a falta de medidas concretas, indicando haver reconhecimento da necessidade de adaptação e não como um direito já assegurado. O uso do pronome “nós”, da 3ª pessoa do plural, demonstra a tentativa de Judite PS de compartilhar as responsabilidades, fugindo da culpa como agente de transformação.

Ao dizer que “hoje a gente já tem a separação para os de cadeiras de rodas... para os pacientes autistas... nós temos as identificações”, Judite PS enumera outras categorias já

atendidas, deixando claro que a acessibilidade está sendo pensada principalmente em termos físicos, visuais, enquanto a barreira linguística da população surda é negligenciada. Para Strobel (2008), isso acontece porque a cultura surda não é compreendida a partir da perspectiva dos próprios surdos, mas sim do olhar ouvinte, como se a inclusão fosse feita por etapas, condicionada a um processo técnico e não a um direito universal.

Essa perspectiva faz com que a inclusão do Surdo seja sempre postergada, pois “ainda não temos nada voltado para ele”, como se a acessibilidade fosse um favor e não uma obrigação institucional, um direito do Surdo. O autor Skliar (1999) critica essa visão, quando diz que a surdez não pode ser reduzida a um aspecto biológico ou clínico. A barreira principal enfrentada pelo Surdo não é física, mas sim comunicacional. A acessibilidade para esse público exige o reconhecimento da Libras e da cultura surda nos serviços de saúde, enquanto esse reconhecimento não acontece, o Surdo continua a ser excluído. Foucault (2013), descreve que o poder disciplinar funciona por meio de algumas operações, dentre elas, a criação de campos de comparação.

Neste contexto, podemos visualizar a ausência de algo voltado para o Surdo, na qual demonstra que ele não está sendo adequadamente integrado em um campo de comparação que permita avaliar e atender às suas necessidades, revelando uma exclusão desse sujeito do padrão institucional que define como os serviços de saúde devem ser organizados e espaços de diferenciação, no qual o Surdo é percebido como diferente. Mas essa diferença não foi transformada em um elemento para repensar ou reestruturar as práticas institucionais. Portanto, na fala “nada voltado para ele”, indica que não há regras claras ou práticas estabelecidas para atender às necessidades do Surdo, apontando para uma desordem no exercício do poder disciplinar, que, em vez de normalizar o sujeito por meio de práticas inclusivas, perpetua sua exclusão.

O advérbio “ainda” localizado no trecho “...ainda nada voltado para ele...”, marca uma situação de espera e incompletude, posiciona a inclusão como algo que virá, mas que não foi concretizado. Dessa forma, pode ser visto como uma tentativa de justificar a ausência de ações práticas, colocando a responsabilidade em um futuro indefinido. Que o processo de inclusão está atrasado e que as ações não foram implementadas, apesar da necessidade. Quando Judite PS afirma que “precisa... é necessária a inclusão”, há um reconhecimento da necessidade de mudanças. Porém, Perlin (2003) analisa como o discurso da inclusão muitas vezes se traduz em um direito ao quase, ou seja, medidas superficiais que não garantem de fato a participação dos Surdos na sociedade.

Judite PS, tem uma percepção institucional limitada sobre o que se compreende como inclusão, reduzindo-a à criação de espaços físicos ou à identificação com outros grupos, “cadeiras de rodas”, “pacientes autistas”, sem reconhecer os direitos linguísticos e culturais do sujeito Surdo. Nesse contexto, Mussato (2022) analisa a (in)existência de políticas linguísticas voltadas a sujeitos Surdos indígenas, quando afirma que

[...] a minha intenção é refletir sobre a necessidade de políticas públicas que se fazem políticas linguísticas para ver garantida, aos sujeitos surdos-indígenas, uma possibilidade de existência para além do crivo comparatista e permissivo da/na sociedade branca (Mussato, 2022 p.14).

Assim como nos contextos investigados por Mussato, o discurso de Judite P apresenta um apagamento simbólico que também opera nos espaços de saúde, a invisibilidade do Surdo enquanto sujeito de linguagem.

Trecho (23):

“eu acho que os municípios precisam capacitar os profissionais... da recepção... os profissionais que atendem mês::mo... a enferma::gem... o mé::dico... pra poder ehh... estar atendendo da melhor maneira neh... esses pacientes... e conseguindo suprir a demanda deles neh.... o que mais.... o Surdo eh:: a gente entende... vê a dificuldade de toda a equipe neh... com relação à comunicação ehh com esse tipo de paciente... com esse tipo de deficiência... é deficiência que fala neh... mas a gente tenta da melhor maneira ehh conversar... os três pacientes que a gente tem aqui são alfabetizados... então a gente às vezes... quando a gente não consegue se comunicar... que a tradutora não vem... a gente faz por escrito... eles escrevem... digitam como se fosse fazer uma mensagem no *WhatsApp*... e a gente consegue ler... mas assim... com esses pacientes aqui no posto é bem tranquilo... porque a nossa equipe é bem colaborati::va... bem pacie::nte... acho que é isso” (Clara PS).
<https://acesse.one/Clara-PS-Trecho-23>

Clara PS inicia sua narrativa dizendo que:

“eu acho que os municípios precisam capacitar os profissionais... da recepção... os profissionais que atendem mês::mo... a enferma::gem... o mé::dico”.

Clara PS lança a responsabilidade e a obrigação de oferecer capacitação ao município, mas, se inscrevendo como parte dessa missão, pois ela se coloca consciente da falta de preparo, de conhecimento, de escuta e acolhimento da diferença, “pra poder ehh... estar atendendo da melhor maneira neh... esses pacientes... e conseguindo suprir a demanda”. Clara PS indica haver a necessidade da tentativa em atender o Surdo “da melhor maneira”, mas sem a garantia de seus direitos. Isso revela que ao invés dos profissionais, no caso, a instituição, reconhecer a Libras como língua, como direito linguístico do Surdo, acaba tratando a falta do processo discursivo como um problema, tentando “suprir a demanda”. Como expõe Gesser (2009), trata-se de um

discurso que reforça a ideia de que o Surdo precisa se adaptar ao sistema, e não o contrário. Quando Clara PS diz que

“ a gente entende... vê a dificuldade de toda a equipe neh... com relação à comunicação ehh com esse tipo de paciente... com esse tipo de deficiência... é deficiência que fala”.

Percebe-se nas pausas e repetições, a insegurança da profissional em relação ao Surdo. No pensamento foucaultiano, isso se chamaria de poder normativo que opera pela classificação e diferenciação. A pergunta “é deficiência que fala, né?” carrega uma hesitação que expõe como o imaginário institucional ainda enquadra a surdez sob a lógica biomédica da perda, ignorando seu pertencimento a uma cultura e língua própria. O dizer “tipo de paciente... tipo de deficiência” é aceitar a posição da surdez como uma condição que deve ser compensada, e não como diferença legítima a ser acolhida. Tal posicionamento mantém o sujeito Surdo numa relação desigual com os saberes e práticas médicas, que o classificam a partir de um padrão ouvinte de normalidade.

Na sequência, Clara PS diz: “mas a gente tenta da melhor maneira ehh conversar...”, apontando o esforço e tentativa, mesmo que bem-intencionada, vem carregada de improvisação, de falta de uma estrutura acessível e de direitos. A fala “os três pacientes que a gente tem aqui são alfabetizados...”, carrega uma condição do sujeito Surdo, uma possibilidade de comunicação porque o Surdo tem uma habilidade, ou melhor, é alfabetizado, se aproximando da norma majoritária, a Língua Portuguesa. A responsabilidade do fracasso no atendimento recai sobre o Surdo, que precisa se alfabetizar e se adaptar. Skliar (1998) propõe que essa relação de adaptação revele um dispositivo pedagógico e institucional que produz o Surdo não como sujeito de linguagem, mas como aquele que precisa ser normalizado para funcionar socialmente. Assim é colocada em funcionamento a acessibilidade sob a forma da exceção, ou seja, o Surdo só pode se comunicar se ultrapassar a própria condição de diferença. Clara PS dá continuidade dizendo que:

“a gente às vezes... quando a gente não consegue se comunicar... que a tradutora não vem... a gente faz por escrito... eles escrevem... digitam como se fosse fazer uma mensagem no *WhatsApp*... e a gente consegue ler....”,

Assim, mesmo com tentativas de acolhimento e adaptação, a dependência da escrita ou do improviso continua revelando a fragilidade das estruturas institucionais, conforme discutem Gesser (2009) e Perlin (2003). A ausência da tradutora, melhor dizendo, o papel da intérprete é tratado como algo eventual, mas revelando que o sistema institucional ainda não assegura o

direito à relação social/comunicação em Libras como política pública efetiva. Quando a profissional explica que “a gente faz por escrito... eles escrevem... digitam como se fosse fazer uma mensagem no *WhatsApp*... e a gente consegue ler....”, deixa claro que assumem o plano B, assim, submete o sujeito Surdo a Língua Portuguesa, a qual é a sua segunda língua, em um contexto frágil, sensível e importante como o da saúde.

Finalizando o trecho, Clara PS coloca que “aqui no posto é bem tranquilo... porque nossa equipe é bem colaborativa.... bem paciente”, chamando a atenção positiva para a equipe de trabalho, como que amenizando a falta de responsabilidade no atendimento adequado, justificando o não comprometimento com a formação. Sem a implementação de políticas, os Surdos seguem dependendo da presença de intérpretes ou da boa vontade de profissionais ouvintes, em vez de terem garantido o direito a um atendimento acessível e autônomo. Alves (2020), em sua tese, também discute que, embora diversas políticas de inclusão tenham sido implementadas no Brasil, a exclusão da pessoa surda ainda persiste. Nesse sentido, para que a sociedade se torne inclusiva, é fundamental uma transformação ampla de atitudes, baseada na compreensão de que a surdez não deve ser um fator limitante no acesso a oportunidades sociais, educacionais e comunicacionais.

Isso vem ao encontro com o dizer de Coracini (2007), que em um cenário frequentemente denominado pós-moderno, no qual se defende a inclusão na construção da sociedade, ocorre uma contradição em que se propaga a ideia de inclusão, mas mecanismos de exclusão continuam operando, tornando essa inclusão apenas aparente. A fala de Judite PS, vista anteriormente, é um exemplo disso, mesmo reconhecendo a necessidade de “algo voltado para ele”, é notória a ausência de ações. O discurso de inclusão e de acessibilidade torna-se, assim, um meio de ocultar a realidade excludente, o que mostra os mecanismos de poder que marginalizam certos sujeitos.

Trecho (24):

“a minha filha fez Libras... fez uma pós em Libras... e ela quer voltar... e eu acho que pelo menos um funcionário em cada plantão deveria ter éh::: essa preparação para acolher” [...] “um dia ela (uma amiga que tem uma filha Surda) me levou pra casa dela... colocou um filme bem bacana em uma tela bem grande... quando nós estávamos no meio do filme... ela tirou o som e ela disse... é assim que minha filha vive”... então... éhh::: a gente precisa de uma sociedade inclusiva” (Judite PS). <https://acesse.one/Judite-PS-Trecho-24>

O dizer de Judite PS reconhece a importância da Libras como um aspecto cultural essencial para a acessibilidade e a receptividade, especialmente no setor de saúde, destacando a relação entre língua e inclusão. Na afirmação “a minha filha fez Libras... fez uma pós em

Libras...” demonstra que Judite PS valoriza a aprendizagem de Libras, mas essa valorização parece ocorrer em uma lógica pessoal e individualizada. Esse aspecto pode ser analisado a partir do argumento de Perlin (1998), de que a Libras não deve ser vista apenas como uma ferramenta de relação, mas como parte fundamental da identidade surda e de sua cultura. A fala da profissional, no entanto, não discute a Libras nesse sentido mais amplo, mas sim como um conhecimento técnico que um profissional pode adquirir.

A sugestão de Judite PS “eu acho que pelo menos um funcionário em cada plantão deveria ter éh::::: essa preparação para acolher” aponta um avanço na percepção da necessidade de acessibilidade, mas também revela uma limitação importante: por que somente um funcionário por plantão? O Surdo deve depender da escala desse profissional para ser atendido? Essa perspectiva reduz a Libras a um recurso esporádico e não estruturante no sistema de saúde. Como aponta Foucault (2008), os saberes que circulam em uma prática discursiva determinam quais objetos são visíveis e legítimos. Se a Libras é tratada como uma habilidade extra de um funcionário específico, isso significa que o atendimento ao Surdo ainda não é visto como um direito consolidado na política pública de saúde. Além disso, essa abordagem reforça o que Skliar (1998) chama de “educação do surdo para o outro”, na qual as práticas institucionais não consideram a língua e a cultura surda como legítimas, mas sim como algo a ser tolerado e adaptado minimamente, sem uma transformação. Esse tipo de perspectiva pode reforçar uma visão assistencialista e parcial da inclusão, na qual a Libras é tratada como um diferencial e não como um direito linguístico e cultural do Surdo.

A fala da profissional sugere um olhar que reconhece a importância da acessibilidade linguística, mas ainda em um modelo assistencialista e insuficiente. Strobel (2008) traz essa visão ao destacar como o Surdo historicamente foi tratado como uma pessoa com deficiência, e não como pertencente a uma comunidade linguística e cultural própria. Ao sugerir que apenas um funcionário por plantão deve ser capacitado, Judite PS mantém essa lógica de mínima adaptação, em vez de promover uma transformação no atendimento. Para que a Libras seja reconhecida como língua e direito, e não somente como uma ferramenta de acessibilidade ocasional, seria necessário políticas institucionais mais robustas (Strobel, 2008). A experiência do filme relatada por Judite PS

“um dia ela (uma amiga que tem uma filha Surda) me levou pra casa dela... colocou um filme ... ela tirou o som e disse... é assim que minha filha vive”.

Apresenta o conceito de alteridade, ou seja, colocar-se no lugar do outro, e a dificuldade de realmente compreender o modo de vida do outro. Mesmo que por alguns instantes, a ausência

de som no filme simulou a experiência diária da filha Surda, permitindo que Judite PS sentisse a diferença e a barreira sensorial. Coracini (2003) fala como a identidade pode ser imposta por aqueles que acreditam saber a verdade sobre o outro. Nesse sentido, a experiência relatada pode ser vista como um momento de deslocamento da posição de saber absoluto, ao confrontar a vivência concreta da surdez.

A surdez, muitas vezes, é invisibilizada, e torna-se perceptível a Judite PS apenas quando o som é retirado, revelando como o discurso dominante, baseado na oralidade, molda a percepção do mundo. A cena descrita também destaca essa relação entre língua, cultura e identidade surda. Strobel (2008) enfatiza que a cultura surda não pode ser compreendida a partir de um olhar ouvinte, pois a experiência visual da população surda molda sua forma de perceber o mundo. O impacto do filme sem som demonstra essa diferença fundamental, simbolizando a experiência cotidiana do Surdo em um mundo dominado pela oralidade. A visão é o principal canal de acesso à informação para o sujeito Surdo.

Para Gesser (2009), os ouvintes tendem a perceber a surdez como uma falta de algo (som, fala), mas para os Surdos, a experiência visual é suficiente. O choque ao perceber a experiência do silêncio no filme revela o quanto a sociedade está estruturada em torno da audição e como essa normatividade invisibiliza a identidade/cultura surda. Para uma inclusão real, não basta compreender a surdez, é necessário reconhecer e respeitar a cultura e a língua (Libras) como formas de existência.

Trecho (25):

“eu acho que é o mais importante que a maioria das pessoas aprendam a Língua de Sinais porque facilita... mas eu percebo que a maioria das pessoas falam que não querem... parece que elas têm preguiça...” [...] “também pessoas enviam áudio... eu já aviso... desculpa... não tem como eu ficar usando aplicativo de tradução... outra vez eu preciso avisar só mensagem de texto... mês passado aconteceu eu mandei mensagem para a secretária do médico oculista... eu pedi para agendar um horário... ela mandou áudio... eu escrevi desculpa... mas eu sou Surdo... não consigo ouvir” (José SS). <https://11nk.dev/Jose-SS-Trecho-25>

José SS fala sobre o desinteresse ou falta de disposição em aprender Libras por parte da maioria das pessoas ouvintes “...mas eu percebo que a maioria das pessoas falam que não querem”, mostrando uma visão ouvintista que desconsidera a necessidade de adaptar-se à cultura surda. Essa resistência à aprendizagem da Libras pode estar ligada à falta de reconhecimento da surdez como uma identidade, e não como uma deficiência a ser corrigida. José S destaca a importância da Libras como ferramenta de inclusão “eu acho que é o mais importante que a maioria das pessoas aprendam a Língua de Sinais porque facilita”, e como elemento cultural da população surda. No entanto, ele percebe resistência da sociedade em

aprender Libras, apontando para a desvalorização da língua e da cultura surda em contextos diversos. A percepção dele de que “parece que elas têm preguiça”, também apresenta um importante aspecto social e cultural da questão. A ideia de “preguiça” pode ser analisada como uma falta de empatia ou de disposição para desafiar normas estabelecidas, que priorizam o uso da oralidade como modelo de processos discursivos.

Aprender Libras, para muitas pessoas, exige um esforço extra, tanto no nível pessoal quanto cultural, pois envolve romper com a ideia de uma comunicação exclusivamente oral. Foucault (2004), em sua análise do poder e da subjetividade, poderia explicar essa resistência por meio do mecanismo de normalização, os ouvintes, em um mundo predominantemente oralista, internalizam que a oralidade é a forma mais natural e eficiente de construção discursiva. Nesse sentido, a resistência ao aprendizado de Libras aponta para a dificuldade de romper com esse modelo normativo que organiza as relações de poder e comunicação, impedindo que a cultura surda e suas práticas sejam respeitadas.

O depoimento de José SS em relação a um dos atendimentos, “eu pedi para agendar um horário... ela mandou áudio... eu escrevi desculpa... mas eu sou Surdo... não consigo ouvir” aponta uma questão crucial sobre a necessidade de adaptação nas formas de relação. Ao enviar um áudio em vez de utilizar texto, a secretária, sem perceber, criou uma barreira para o sujeito Surdo. A preferência por áudios em contextos entre surdo e ouvinte é comum em muitas práticas cotidianas, mas é um exemplo de um relacionamento excludente para os Surdos. O envio de mensagens de texto deveria ser uma alternativa básica, no entanto, é desconsiderada nesse caso, reforçando a ideia de que o mundo social e institucional é desenhado para ouvintes.

Essa situação segue o que Gesser (2009) e Strobel (2008) mencionam sobre a resistência à adaptação e à criação de práticas de acessibilidade genuínas. Quando não há conscientização para utilizar meios de relação acessíveis, como o texto, ou intérpretes de Libras, essa exclusão se torna uma prática cotidiana, e os Surdos acabam sendo tratados como se sua condição fosse uma dificuldade ou um erro que precisa ser corrigido, ao invés de ser respeitado. A relação social em português escrito representa para José SS um espaço de interseção cultural entre o universo ouvinte e Surdo. Apesar de se adaptar ao uso de tecnologias, como aplicativos e mensagens de texto, sua narrativa revela a dificuldade cultural que as pessoas ouvintes têm em compreender a realidade do Surdo, apresentada pela insistência em enviar áudios, mesmo após ele explicar sua condição.

O fato de José SS precisar avisar que é Surdo a cada situação de diálogo “mas eu sou Surdo... não consigo ouvir”, é um processo repetido de revelação que reforça uma condição de invisibilidade social. Esse dizer de José SS mostra como a surdez é percebida pela sociedade

em termos de deficiência, e como os Surdos são forçados a lembrar aos outros sobre suas necessidades, e isso é algo que não deveria existir. Foucault (2004) explica isso por meio da subjetivação, o sujeito Surdo se vê constantemente posicionado como outro, um sujeito que necessita de adaptações para se adequar ao modelo normativo dos processos discursivos. Esse modelo é, no caso de José SS, a oralidade e o uso do áudio, ambos excludentes para quem possui surdez.

Ancorada na minha trajetória, lembro-me que um professor Surdo me convidou para fazer uma parceria e divulgar um curso básico de Libras para o pessoal dos postos de saúde, hospitais, e para o comércio da cidade. Fomos até o presidente da ACEN (Associação Comercial e Empresarial de Naviraí), que nos recebeu bem e considerou a iniciativa válida e importante. Divulgamos o curso e cada loja ou setor de trabalho poderia enviar uma pessoa para fazer o curso, sem custo algum, mas, não houve adesão da saúde, nem do comércio, apenas duas pessoas compareceram.

Essa experiência me fez refletir sobre a ausência de engajamento por parte de setores que poderiam se beneficiar diretamente da inclusão da Libras em seu cotidiano. Mesmo diante da oportunidade gratuita de aprender e atender adequadamente a população surda, tal silenciamento revelou o quanto ainda há resistência ou desconhecimento sobre a importância da acessibilidade linguística. E reforça a necessidade de políticas mais efetivas de sensibilização e formação, para que a Libras não seja vista como algo opcional, mas sim como um direito e uma ferramenta essencial para a inclusão.

Trecho (26):

“Antes eu fui com meu filho... o médico escreveu no papel o horário para tomar o remédio... mas eu não entendi...” [...] “Agora com a CIL, a intérprete sinaliza tudo... e eu entendo... tenho toda a informação em Libras” [...] “também o meu amigo ((sinal))... ele me explica a hora certa que eu preciso tomar o remédio... tudo claro” (Margarida SS). <https://acesse.one/Margarida-SS-Trecho-26>

O dizer de Margarida SS que “o médico escreveu no papel o horário para tomar o remédio... mas eu não entendi”, revisita a experiência do sujeito Surdo ao se deparar com barreiras, tanto no que se refere ao acesso à informação quanto ao entendimento das orientações médicas, questões centrais quando tratamos de acessibilidade linguística e cultural. A tentativa de substituir a Libras pela escrita, ignora novamente a especificidade linguística e cultural da população surda. O isolamento do sujeito Surdo pode resultar em impactos negativos, tornando essencial a promoção de sua participação ativa na sociedade. O preconceito, como aponta Quadros (2009), está profundamente arraigado nas práticas sociais, especialmente em um contexto no qual a surdez é vista como deficiência.

Ao afirmar que, anteriormente, ela não compreendia as instruções do médico porque “o médico escreveu no papel”, indica a vivência de isolamento e dificuldades comunicativas comuns para muitos Surdos, especialmente em contextos médicos, percebemos a ação do médico que, ao entregar um papel, não está proporcionando a acessibilidade linguística, apenas uma forma de contato superficial. Foucault (2004), nos lembra que o sujeito é moldado pela forma como a sociedade o percebe e como ele é inserido em processos discursivos. Margarida SS relata uma experiência de exclusão comunicativa nas relações com o médico, na qual ela não conseguia entender nada do que estava sendo dito, mesmo quando um papel foi entregue. No dizer da entrevistada, a falta de um intérprete é central, e a relação baseada somente no papel se mostra insuficiente.

O relato de Margarida SS “Agora com a CIL, a intérprete sinaliza tudo... e eu entendo”, também aponta o contraste entre as dificuldades enfrentadas anteriormente e a melhoria significativa em sua experiência comunicacional após a inclusão de um intérprete de Libras (CIL). Para ela, a Libras é valorizada quando mediada por um intérprete, assegurando que a informação seja compreendida, o que não ocorre só com a escrita. Esse processo de subjetivação, que se dá principalmente por meio de discursos que rotulam o Surdo como deficiente, compromete o empoderamento e a autonomia desse sujeito. Quando a sociedade ouvinte impõe a surdez como uma característica deficitária e invisibiliza as capacidades dos Surdos, ela limita a construção de uma identidade autônoma e positiva.

A sequência da fala de Margarida SS “a intérprete sinaliza tudo... e eu entendo... tenho toda a informação em Libras” [...] “também o meu amigo ((sinal))” demonstra a dependência de dispositivos externos trazidos por (Foucault, 2004), e aqui comparados com o profissional intérprete, o amigo, que possibilita o acesso a informações que, de outra forma, estariam inacessíveis a ela em um contexto em que a Língua de Sinais não fosse considerada uma ferramenta válida ou reconhecida pelos profissionais de saúde. Esse “amigo” atua como um mediador entre Margarida SS e os outros membros da sociedade ouvinte, desempenhando um papel crucial na sua subjetividade comunicativa. Nesse sentido, ele não apenas facilita a transmissão de informações, mas também garante o entendimento completo, algo que ela descreve como “tudo claro”, atuando como um elo no sistema comunicativo social.

Coracini (2007) aponta que a língua do outro vai além de um simples meio de construção discursiva compartilhada, pois carrega em si elementos de incomunicabilidade, tornando-se algo que pode tanto aproximar quanto afastar os sujeitos. A língua do outro, mesmo que seja compartilhada, não garante necessariamente uma relação social. A ideia de ação comum é interrompida pela falta de acessibilidade que emerge das diferenças linguísticas. Mesmo que

Margarida SS esteja em um ambiente em que, teoricamente, há uma ação comum, o processo discursivo entre sujeitos, a ausência de entendimento e o preconceito linguístico impedem a realização desse processo. A dificuldade de relação com o médico sugere que esse ambiente não está preparado para lidar com a surdez de forma eficiente e que a solução ainda depende de intervenções externas, como a presença de um intérprete ou um amigo. Isso exclui a autonomia do Surdo, que necessita de um mediador, seja intérprete ou amigo, para a simples compreensão de instruções médicas, colocando o Surdo em uma posição de vulnerabilidade, não sendo capaz de acessar a informação de forma autônoma.

A informação, em vez de ser transmitida de maneira clara e justa, é dada de uma forma que perpetua a exclusão. A experiência de Margarida SS destaca uma forma de inclusão excepcional, ou seja, a inclusão só acontece quando há um esforço extra por parte dela, com a presença do intérprete ou de um amigo. Sendo assim, revela uma dinâmica de exclusão, no qual a surdez é vista como um obstáculo e não uma condição que deve ser contemplada por padrão. A ausência de mecanismos acessíveis e a necessidade de mediadores externos pode ser vista como uma forma de exclusão do sujeito Surdo a uma posição de vida nua (Agamben, 2004), na qual ele é privado da capacidade de se comunicar e participar da sociedade.

Trecho (27):

“então... a gente não tem ninguém aqui que:::e se comunicam por Libras né::: que fez curso... então nós somos bem limitados mesmo... se chegar um Surdo sem intérprete aqui... porque às vezes a gente começa a fazer gestos... mas nem todo o gesto que ((riso)) a gente consegue dá para entender... às vezes sim às vezes não... então é bem complicado... eu acho que se surgir alguém... que a gente tem que solicitar um:::m intérprete mesmo” [...] “então você tem que ir lá e tenta::r e assim... o que que aquele dia parece que eu fiz... é:::é para ele escrever uma coisa... o que ele queria entendeu... então... escrevendo eu acho que dá certo mas aí... demora um pouco... então eu acho que nós da saúde... nós trabalhadores ainda somos muito... limitados para atender... uma pessoa Surda se ela estiver em intérprete ((riso)) né... principalmente se ele chega assim meio angustiado... querendo resolver o problema dele” (Aurora PS). <https://11nk.dev/Aurora-PS-Trecho-27>

A narrativa de Aurora PS exhibe a ausência de políticas institucionais e formações adequadas que promovam o atendimento acessível em Libras, um cenário institucional marcado pelo despreparo, pela limitação e pela ausência de políticas de inclusão. Ao admitir que

“a gente não tem ninguém aqui que:::e se comunique por Libras né::: que fez curso... então nós somos bem limitados mesmo... se chegar um Surdo sem intérprete aqui..”,

Aurora PS aponta a negligência institucional quanto à acessibilidade linguística, reiterando que é natural acontecer formas de exclusão dos Surdos nos serviços de saúde. O pronome indefinido “ninguém”, acentua a totalidade da falta, da inexistência de pessoas

preparadas para o atendimento ao Surdo. O enunciado não diz haver poucos profissionais capacitados, mas diz que não há nenhum.

Aurora PS diz que “às vezes a gente começa a fazer gestos... mas nem todo o gesto que ((riso)) a gente consegue dá para entender... às vezes sim... às vezes não...”, essa tentativa de comunicação por gestos improvisados e leitura labial reforça o pensamento foucaultiano de como o poder normativo agindo em contextos de suposta igualdade, embora todos tenham, formalmente, o direito ao atendimento, a falta de acessibilidade linguística opera como uma exclusão real. O ((riso)) diante dos gestos que “às vezes” funcionam, é um traço discursivo que revela uma tensão entre o desejo de acertar e a naturalização da incompetência linguística institucionalizada.

A profissional reconhece não apenas para uma lacuna de formação técnica, mas para um efeito mais profundo, a produção de subjetividades institucionalmente moldadas por um regime de saber que não reconhece a Libras como meio de comunicação do Surdo. Isso ecoa o que Coracini (2003) cita sobre os discursos que silenciam e desautorizam determinados sujeitos, nesse caso, o sujeito Surdo, que não é reconhecido em sua diferença linguística e cultural. A própria profissional se coloca como “limitada”, subjetivada por um discurso de incapacidade institucional e não de responsabilidade. O sujeito Surdo, por sua vez, só pode existir mediante a mediação de um intérprete, caso contrário, permanece à margem da escuta institucional.

Quando a profissional sinaliza que “...a gente tem que solicitar um:::m intérprete mesmo” diante da chegada de um Surdo, há um reconhecimento oculto da dependência da mediação, mas essa solução continua situada fora da estrutura permanente do serviço, reforçando a lógica de exceção e não de inclusão. Constrói a ideia de que a necessidade da presença do intérprete acontece somente se surgir uma pessoa surda, mostrando que o atendimento ao Surdo não é pensado como parte da norma institucional, mas como uma exceção a ser remediada. A profissional continua que

“você tem que ir lá e tenta::r e assim... o que que aquele dia parece que eu fiz... é:::é para ele escrever uma coisa... o que ele queria entendeu... então... escrevendo eu acho que dá certo mas aí... demora um pouco...”.

A escrita aparece como um recurso de última instância, que não resolve, pois “demora um pouco”. Isso aponta a ineficácia da estratégia paliativa e a urgência por um atendimento estruturado em direitos linguísticos reais. O verbo “tentar” aparece diversas vezes e marca a comunicação como um esforço contínuo, não garantido. A fala apresenta o quanto o sujeito

ouvinte se vê em um lugar de impotência que, por vezes, transforma a exclusão em uma coisa natural.

No trecho “então eu acho que nós da saúde... nós trabalhadores ainda somos muito... limitados para atender”, apresenta a falta de responsabilidade coletiva, mas que ainda se vincula à ideia de falta de formação e não à urgência de uma política institucional de acessibilidade. Aurora PS reconhece que a equipe tem uma limitação, isto é, a profissional se inclui como alguém limitado, consciente da limitação e impotente diante dela. Ao dizer que “uma pessoa surda se ela estiver sem intérprete ((riso)) né... principalmente se ele chega assim meio angustiado... querendo resolver o problema dele”, a profissional reconhece o sofrimento, mas sem garantir que haja escuta para esse sofrimento. O “((riso))”, mais uma vez, mostra o incômodo com a própria limitação, operando como um marcador de desconforto discursivo. Há consciência do problema, mas ele ainda não é encarado como uma falha de direito, apenas como uma dificuldade de comunicação.

O discurso de Aurora PS se move entre a intenção ética de acolhimento e a estrutura institucional de exclusão. A identidade surda continua sendo construída como uma diferença deficitária, que exige do ouvinte uma paciência ou jeitinho, e não como uma diferença legítima, reconhecida em seus próprios termos linguísticos e culturais. A substituição da Libras por formas improvisadas de comunicação, como leitura labial, gestos inventados e escrita, é indicativa de um processo de sujeição linguística, em que o sujeito Surdo é sujeito a se adequar às possibilidades da instituição ouvinte. Para Quadros (2004), o ensino de Libras ainda é um grande desafio no Brasil porque a formação de profissionais capacitados não se dá de maneira sistemática e obrigatória, mas sim como uma escolha individual. Significando que a acessibilidade ao Surdo continua sendo tratada como um diferencial profissional, e não como um direito.

No contexto da saúde, essa abordagem cria barreiras que limitam a autonomia do Surdo e reforçam sua dependência da boa vontade dos ouvintes. Para superar essa barreira, a autora defende que a Libras precisa ser integrada de maneira formal e permanente nos espaços institucionais, incluindo a saúde. Isso envolve a contratação de profissionais Surdos, a presença obrigatória de intérpretes e a capacitação contínua de toda a equipe, pois a área médica tem terminologias específicas que exigem adaptação na tradução para Libras. A criação de um serviço de intérpretes por videoconferência para locais com menor demanda, garantindo atendimento remoto imediato, desenvolvimento de materiais informativos em Libras, como vídeos explicativos sobre consultas, exames e procedimentos médicos, eventos e palestras sobre a cultura surda nos hospitais e unidades de saúde, e não apenas de um funcionário por plantão.

Trecho (28):

“vix ((expressão indignado))::: antes eu não tinha acessibilidade nenhuma....minha mãe sempre ia junto... minha irmã também ia fazia alguns gestos... mas agora nós temos a CIL ((sinal da central de interpretação)) ... agradeço a Deus... agora tem intérprete para acompanhar os atendimentos... no passado minha família ia ao médico.... eles conversavam entre eles... e eu pedia para eles me explicar... mas eles me ignoravam e continuavam falando.... agora tem intérprete... tem a CIL para acompanhar.... agora tudo ok” (João SS). <https://acesse.one/Joao-SS-Trecho-28>

A narrativa de João SS iniciada com uma expressão de indignação, “vix”, marca o tom emocional do relato, seguido da denúncia de ausência de acessibilidade. Uma memória de frustração em seu passado, “antes eu não tinha acessibilidade nenhumaminha mãe sempre ia junto... minha irmã também ia fazia alguns gestos...”. João SS apresenta uma lembrança pessoal, um fato que acontecia corriqueiramente nas instituições antes da CIL. A dependência da família para intermediar a comunicação já apresenta uma subjetivação mediada, na qual o sujeito Surdo é ignorado, isto é, não ocupa um lugar de fala, mas é falado por outros. Concomitante com o que Foucault (2013) chamaria de regulação institucional dos corpos e saberes, que define quem pode falar, quem deve escutar e quem é desautorizado.

A cena em que familiares conversam com o médico, enquanto para João SS é repassado “alguns gestos”, se relaciona ao que diz Coracini (2007, p. 61): o sujeito “[...] se constrói nos e pelos discursos imbricados que o vão constituindo”. João SS, revela exatamente esse processo, pois, ele não somente relata fatos isolados, mas expõe como anos de experiências marcadas pela ausência de acessibilidade e pela dependência de mediação foram moldando a maneira como ele se percebe e como percebe seu lugar nas relações sociais e institucionais.

João SS relata que “...mas agora nós temos a CIL... graças a Deus... agora tem intérprete para acompanhar os atendimentos...”, representado como mais um recurso, que ele descreve agradecido. A introdução da CIL funciona aqui como ruptura do regime de silêncio. A mediação por um intérprete possibilita o acesso ao discurso médico de forma mais autônoma, dando a João SS não só acesso ao que está sendo dito, mas o direito a ouvir e ser ouvido através da profissional. João SS continua:

“no passado minha família ia ao médico.... eles conversavam entre eles... e eu pedia para eles me explicar... mas eles me ignoravam e continuavam falando.... agora tem intérprete... tem a CIL para acompanhar.... agora tudo ok”.

Esse trecho demonstra o sentimento subjetivo de apagamento, mais explícito no uso do verbo “pedir”, uma ação de súplica tentando se inserir no diálogo, de exclusão, pois, embora esteja presente atuando na condição de sujeito que está sendo avaliado pelo profissional, mesmo

assim, se sente como que seu corpo, sua voz, seu conhecimento de si, não estão sendo vistos. Spivack (2010) chamaria de subalternidade, na qual o sujeito, além de silenciado, não é reconhecido como alguém que pode falar, lhe é negado o direito de expressar, de expor suas condições de saúde sobre seu próprio corpo.

O reconhecimento do papel da CIL como solução, “agora tem intérpretetem a CIL”, expressa um alívio após o silenciamento e, ao mesmo tempo, um sentimento de conformidade, pois, a presença do intérprete é o mínimo a ser oferecido para amenizar o desconforto sentido com a exclusão e a falta de acessibilidade nas instituições de saúde. Assim, quando João SS diz que “agora tudo ok”, ele pode estar ocultando uma crítica, o acesso contínuo condicionado a mediações externas, e não a uma transformação mais profunda das instituições. Esse cenário mostra que o processo de ser subjetivado, conforme pensamento foucaultiano, ocorre nas tramas do poder saber, o sujeito é posicionado como alguém que precisa de tradução, de mediação, de suporte. A presença do intérprete é uma solução pontual que depende de articulações locais e da disponibilidade do serviço, não está assegurada como política pública. O processo discursivo por meio da Libras permite ao Surdo deslocar-se do lugar de ausência para o lugar de enunciador, lhe permitindo existir como sujeito discursivo.

Portanto, a mediação da intérprete de Libras estabelece uma construção discursiva com o Surdo e o profissional da saúde, no entanto, por meio dos dizeres de João SS, fica claro que a dependência permanece. Uma mediação, antes com o apoio da família, mesmo que improvisada, insuficiente, e depois através da profissional intérprete, fortemente marcado pelos advérbios de tempo “antes”, “no passado”, “agora”. Isto é, João SS não tem uma construção discursiva direta com o profissional da saúde, ou seja, um diálogo. O atendimento direto entre o Surdo e o profissional, não acontece. A exclusão é apresentada como uma realidade do Surdo, vivida por anos, a ausência da Libras como direito nas instituições e da sociedade em geral. A inclusão, quando há, acontece, por meio de um terceiro, uma pessoa que, por acaso está no mesmo ambiente que o surdo e sabe Libras, um familiar, que não compreende e/ou não respeita as peculiaridades do Surdo e transmite mensagens curtas, resumidas, ou o intérprete de Libras, que está garante este processo discursivo entre o Surdo e o profissional da saúde.

Trecho (29):

“sim... algumas vezes..... quase não vou..... mas no passado eu já fui sim... mas chegava lá e não tinha intérprete.... eu tinha um pouco de medo.... então eu chamava minha mãe... mas se ela não podia ir.... então eu procurava uma intérprete.... porque o médico não sabe Libras e escreve em português.... muito diferente a letra..... eu não consigo entender... então... a intérprete faz a tradução... mas é muito difícil... porque as vezes a intérprete também não pode ir... já aconteceu no passado eu precisar ir sozinha... tentei me comunicar.... mas é muito:::::to difícil” (Rosilda SS).

<https://11nk.dev/Rosilda-SS-Trecho-29>

A experiência de Rosilda SS relatada em:

“... quase não vou..... mas no passado eu já fui sim... mas chegava lá e não tinha intérprete.... eu tinha um pouco de medo.... então eu chamava minha mãe... mas se ela não podia ir.... então eu procurava uma intérprete...”,

Aponta a crueldade diante do sentimento de solidão e medo, de enfrentar um sistema de saúde que não reconhece a Libras como direito, mas como exceção. O uso do advérbio de intensidade “um pouco”, apresenta que o sentimento de medo não é total, mas o suficiente para causar a dependência. Seu relato revela um percurso de constante deslocamento, não há atendimento em Libras, então ela busca a mãe, expresso no verbo “chamava”, suprimindo a falha da instituição, e se a mãe não pode, busca uma intérprete, mas nem sempre é possível.

Rosilda SS não é reconhecida como sujeito autônomo de linguagem, mas condicionada à presença de um intérprete ou da mãe. Skliar (1998), aponta que o Surdo não é uma pessoa com deficiência auditiva a ser normalizado, mas um sujeito com diferenças linguísticas, isto é, de outra língua, de outra cultura. O sistema de saúde, constantemente, age como se o processo discursivo do Surdo necessitasse de mediação, marginalizando o sujeito pela diferença e não como direito linguístico. A ausência de atendimento em Libras, dificulta o atendimento, a autonomia, e impõe a Rosilda SS a escolha de acessar o serviço da mãe ou de um intérprete. Reforça-se essa compreensão com Gesser (2009), ao afirmar que a barreira não é a surdez em si, mas a barreira linguística que impede o acesso a direitos básicos e à cidadania. Rosilda SS, destaca que:

“...porque o médico não sabe Libras e escreve em português.... muito diferente a letra..... eu não consigo entender... então... a intérprete faz a tradução... mas é muito difícil... porque às vezes a intérprete também não pode ir...”.

Rosilda SS se mostra vulnerável, pois o médico usa o português escrito, uma língua que não é a sua, além de a letra ser difícil de ser entendida, sendo inacessível, excluindo a forma de comunicação do Surdo e excluindo o próprio Surdo. Como nos alerta Foucault (2008), o poder dos saberes institucionais, no caso o saber médico, que determinam o que é legítimo e aceitável, ficando o Surdo sem acesso à sua língua e colocado à margem.

O dizer “já aconteceu no passado eu precisar ir sozinha... tentei me comunicar... mas é muito:::to difícil”, sintetiza a dor de um sujeito que é forçado a ocupar um lugar onde sua língua não circula e não tem legitimidade. Foucault (1995) nos alerta que o poder opera mais eficazmente não só por repressão, mas pela normalização silenciosa que define quais corpos e quais falas serão ouvidos. Quando Rosilda SS diz que o médico escreve em português e que “a

letra é muito diferente”, constrói a ideia de um regime de verdade que gira em torno da hegemonia da Língua Portuguesa, e que ignora completamente a realidade visual e gestual da pessoa surda. Como afirma Spivak (2010), esse é um caso clássico de subalternização, o sujeito não somente é excluído, mas tem sua forma de expressão considerada inferior, inválida, ilegível.

Rosilda SS permite compreender sua dificuldade enfrentada quando diz que “...mas é muito difícil... porque às vezes a intérprete também não pode ir...”, e apresenta uma sensação de incerteza e vulnerabilidade. Mesmo quando há uma tentativa de compensar a falta de conhecimento da Libras pelos profissionais, reivindicando a presença do intérprete, é claro a falha no uso desse recurso, pois, por exemplo, quando a intérprete em determinadas ocasiões não pode comparecer, intensifica ainda mais a barreira comunicacional, deixando o sujeito Surdo em posição de constante incerteza sobre a efetividade do seu atendimento. Rosilda SS faz o uso do advérbio de intensidade “muito” em várias falas, por exemplo, “muito diferente a letra”, aponta a barreira criada pelo médico por escrever em português e ilegível, “mas é muito difícil”, “é muito:::::to difícil”, usados por duas vezes, constrói a ideia de sofrimento, frustração, a carga emocional de Rosilda SS na tentativa por atendimento.

Além disso, a busca constante por mediação externa mostra que o sistema de saúde coloca sobre o sujeito Surdo o compromisso da acessibilidade, responsabilizando-o pela própria inclusão. Essa lógica reverte a responsabilidade institucional em responsabilidade individual, como denuncia Coracini (2003), que discute os modos como os discursos constroem sujeitos a partir de padrões de normalidade e obediência institucional. Assim, o dizer de Rosilda SS exemplifica o processo de subjetivação pelo apagamento e pela invisibilidade institucionalizada, percebendo o quanto a surdez ainda é tratada não como diferença linguística e cultural, mas como deficiência a ser contornada ou ignorada.

Trecho (30):

"Eu cheguei ao balcão [...] escrevi no papel... não vai me chamar?... a mulher escreveu... “já chamou você... desculpa”. [...] “Ahhhh:::: (expressão pensando) esperei mais ou menos 3h e meia... eu estava grávida... fiquei igual palhaço... estava com muita fome... mas agora ainda bem que tem a CIL... se a mulher me chama... ela ((apontamento)) me avisa... não preciso esperar muito” (Margarida SS).
<https://11nk.dev/Margarida-SS-Trecho-30>

A falta de fluência em Libras entre os profissionais perpetua falhas comunicacionais e ignora o direito à acessibilidade linguística. A valorização da Língua de Sinais, a presença do intérprete resgata a identidade linguística da pessoa surda e promove a comunicação. Novamente o relato de Margarida SS, apresenta situações que podem ser consideradas

frustrantes, como “esperei”, “fiquei” horas, “esperei mais ou menos 3h e meia”, sem entender o que estava acontecendo, “não vai me chamar?”, mostra a exclusão linguística e social enfrentada em relações sociais com o sistema de saúde, por não ser fluente na língua majoritária, denuncia a posição de quem aguarda o reconhecimento do outro para existir enquanto sujeito no espaço institucional.

Sua experiência ilustra como a falta de acessibilidade, como a ausência de um intérprete de Libras, resulta em problemas graves, como erros na prescrição de medicamentos e falta de atendimento adequado, especialmente durante momentos vulneráveis, como a gravidez “eu estava grávida...[...] “estava com muita fome”. A dificuldade de comunicação abala o sentimento de pertencimento de Margarida SS no sistema de saúde, pois ela é tratada de forma desigual, sendo ignorada ou mal atendida devido à barreira linguística. O uso da expressão “fiquei igual palhaça”, traduz o sentimento de humilhação e impotência, indicando uma condição de subalternidade (Spivack, 2010) discursiva e social. Apresenta um lugar de espera, de quem depende de outras pessoas como, um funcionário, um intérprete, um membro da família, o sistema, para ser atendido e reconhecido.

Posto isso, a noção de que ela ocupa um lugar desconfortável dentro da comunidade ou instituição que deveria apoiá-la, descreve como foi tratada com descaso, esperando horas sem que a equipe de saúde a chamasse corretamente. Trago a indicação de um vídeo [A surda no hospital...](#)¹⁶, para ilustrar de que forma as barreiras comunicacionais são enfrentadas pelos sujeitos Surdos nos atendimentos de saúde, como evidenciado no relato de Margarida SS, que esperou por mais de 3 horas sem saber que seu nome havia sido chamado.

Essa situação indica não apenas uma falha prática no processo discursivo, mas também mecanismos disciplinares mais profundos de normalização, exclusão e controle, conforme discutido por Foucault (2013). Para o autor, a disciplina funciona por meio de um sistema de vigilância que não só observa, mas impõe normas e regula os corpos, estabelecendo quem pode falar, ser ouvido e, sobretudo, ser atendido.

Quando Margarida SS diz que “agora, ainda bem que tem a CIL..., ela me avisa... não preciso esperar muito”, o uso do verbo agora muda de tonalidade, a presença de um intérprete restitui à Surda o direito de agir e de significar, permitindo que ela reaproprie da linguagem, saindo da posição de objeto do olhar institucional para o lugar de sujeito de fala. A introdução de serviços de interpretação elimina barreiras e promove acesso mais eficiente aos serviços. A exclusão comunicacional resultou em espera excessiva e sofrimento físico desnecessário,

¹⁶ EMIL, Rafael. A surda no hospital. Youtube. 12 de març. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XcUhfcAM6zU>. Acesso em 12 de ag. 2024.

destacando a urgência de acessibilidade efetiva. Com a inclusão de intérpretes, os processos tornam-se mais ágeis e inclusivos, evidenciando a importância da acessibilidade. Nesse sentido, a ausência de recursos acessíveis, como painéis visuais ou intérpretes de Libras, pode ser entendida como parte de um mecanismo disciplinar que silencia e invisibiliza os sujeitos Surdos, mantendo-os à margem do sistema.

Portanto, o vídeo não apenas complementa a análise dos relatos coletados, mas também permite uma reflexão mais ampla sobre as relações de saber/poder que estruturam as práticas discursivas na área da saúde. Esse tipo de situação mostra como a exclusão linguística pode ser vivida como um sentimento de ser invisível, dificultando seu acesso a direitos básicos. Embora Margarida SS esteja fisicamente presente no sistema de saúde, sua condição de Surda a torna invisível dentro do regime disciplinar que organiza os atendimentos. O olhar disciplinar, que deveria incluí-la, falha em fazê-lo, reforçando sua exclusão. Por não ser chamada ou reconhecida pelo sistema, ela é forçada a tomar a iniciativa de se comunicar e buscar explicações “escrevi no papel... não vai me chamar?”, enfrentando barreiras de linguagem e comportamento, ou seja, o sistema de saúde a torna visível apenas de maneira parcial, o que a impede de ser tratada de forma igualitária.

Esse não olhar institucional aponta como o poder disciplinar pode operar também pela omissão, colocando a responsabilidade da inclusão sobre o próprio sujeito marginalizado. A falta de acessibilidade na comunicação apresenta barreiras institucionais, resultando em exclusão e espera prolongada. Foucault (2005) traz aquilo pelo que se luta, do conhecimento contra a ignorância, das experiências contra os preconceitos, dos raciocínios contra o erro, o autor vê o conhecimento como algo ligado ao poder. Para ele, a luta pelo saber não é só contra a ignorância, mas uma disputa entre diferentes formas de conhecimento. Dessa forma, não há poder sem um conjunto de conhecimentos que o sustente, nem conhecimento que não esteja implicado em relações de poder (Foucault, 2013). O autor utiliza a genealogia para investigar a história não como uma sequência linear de progresso ou continuidade, mas como uma série de rupturas e contingências. Ele rejeita a ideia de uma origem pura ou essencial dos fenômenos sociais e culturais, preferindo focar nas lutas de poder e nas dinâmicas de exclusão que estruturam os saberes ao longo do tempo.

Aplicando isso ao atendimento da população surda, pode-se investigar como o conhecimento médico e social sobre a surdez foi construído progressivamente e como isso moldou as práticas de atendimento. Por exemplo, historicamente, a surdez foi frequentemente tratada de maneira patológica, o que pode ter levado a práticas de exclusão ou marginalização. Em algum momento da história, houve mecanismos de controle e normatização, categorias de

conhecimento que foram/são usadas para classificar, monitorar e governar indivíduos e populações. Foucault (2005) emprega a genealogia como um método de análise histórica crítica, ao contrário a uma história que busca uma narrativa linear e evolutiva, a genealogia desenterra as contingências, as rupturas e as descontinuidades na história das práticas discursivas e de poder. O autor sugere que o saber pode criar efeitos de poder. Para a população surda, a produção e disseminação de conhecimento acessível e inclusivo podem ter efeitos empoderadores, oferecendo às pessoas surdas um maior controle sobre seu próprio cuidado e sobre como suas necessidades são atendidas.

As análises aqui apresentadas, apontaram como os discursos que atravessam o campo da saúde e das instituições produzem efeitos de sentidos sobre o sujeito Surdo, definindo o que ele pode ser e dizer. Diferente do primeiro eixo, em que emergiram gestos de resistência e afirmação, o segundo eixo apontou os modos pelos quais o sujeito é capturado por práticas discursivas que o classificam, normatizam e o conduz a uma identidade deficiente. Os dizeres dos profissionais da saúde, especialmente, mostraram a permanência de enunciados que reforçam a hierarquia entre a língua oral e a Libras, sustentando a crença de que o Surdo depende da presença de um terceiro ou de recursos adaptados. Nesse sentido, o Ser Subjetivado aparece como efeito de discursos institucionais que operam no nível do cuidado, da normalização e da inclusão controlada.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa chega à sua fase conclusiva tendo como base as análises discursivas realizadas a partir das narrativas de sujeitos Surdos e ouvintes inseridos no contexto da saúde, evidenciando que as práticas institucionais ainda operam sob dispositivos de normalização e exclusão linguística. Os discursos analisados permitem observar um distanciamento significativo entre o que é garantido pela legislação e o que se efetiva nas interações cotidianas, especialmente no que se refere ao reconhecimento da Libras como língua legítima de enunciação. Ao longo da pesquisa, foi possível compreender, a partir das representações de sujeitos Surdos, sobre a inclusão e das representações de sujeitos ouvintes profissionais da saúde as formas pelas quais se produzem e se sustentam os processos discursivos que atravessam o atendimento à pessoa surda nos serviços de saúde, considerando as relações entre subjetividade, língua, cultura e acessibilidade.

Inserida no campo dos Estudos Surdos e ancorada em uma perspectiva discursiva foucaultiana, a investigação buscou problematizar práticas e discursos que atravessam o atendimento à saúde, especialmente no que diz respeito à centralidade da língua oral e à invisibilização da Libras. A fundamentação teórica permitiu compreender a surdez para além de uma perspectiva clínica, reconhecendo a Libras como língua e a subjetivação como um processo relacional, histórico e atravessado por relações de poder. Do ponto de vista metodológico, optou-se por uma abordagem qualitativa e discursiva, com a constituição de um *corpus* composto por narrativas de sujeitos Surdos e de ouvintes profissionais da saúde, analisadas a partir dos eixos “Subjetivar-se” e “Ser subjetivado”, o que possibilitou apreender tanto os movimentos de constituição de si quanto os efeitos dos discursos institucionais.

As análises nos permitiram perceber que tais processos não se restringem aos processos discursivos, mas constituem um campo de disputas em que a Língua Portuguesa permanece soberana, majoritária, e a Libras, embora reconhecida por lei, ainda é tratada como instrumento auxiliar, ou nem é contemplada nos atendimentos nas instituições. Os profissionais da saúde reproduzem práticas que reduzem o Surdo a uma condição de deficiência, formados por um paradigma patológico, invisibilizando-o como sujeito de linguagem. Os Surdos, por sua vez, trazem narrativas carregadas de experiências, marcadas por exclusão e dependência de terceiros e/ou uso limitado de estratégias como escrita, gestos, mímicas, para acessar seus direitos básicos, apontando também o quanto a autonomia ainda é mediada por esses dispositivos de poder.

A hipótese inicial, de que as práticas de saúde produzem modos específicos de subjetivação marcados por desigualdades linguísticas e pela exclusão da Libras, mostrou-se confirmada ao longo da análise. As narrativas evidenciaram que a ausência de acessibilidade linguística não se limita a falhas pontuais no processo das relações sociais, mas integra um conjunto de práticas normalizadoras que impactam diretamente a experiência dos sujeitos Surdos nos serviços de saúde. Além dos objetivos, procuramos responder alguns questionamentos norteadores sendo possível relatar sobre o processo de subjetivação da população surda e ouvinte, bem como as relações de saber-poder nos atendimentos de saúde, revelam um cenário marcado por assimetrias/desigualdades e desafios significativos. As narrativas apontaram que, embora existam avanços legais para garantir a acessibilidade, a compreensão limitada da surdez, da pessoa surda e da Libras por parte dos profissionais de saúde ainda compromete a efetividade desses direitos.

Os enunciados analisados dizem respeito de como é a compreensão dos profissionais da saúde em relação à surdez, a pessoa surda e a Libras, e se eles garantem ou não o direito acessível ao Surdo. Isso permitiu observar que, em muitos casos, a Libras ainda é vista de forma secundária, sendo subvalorizada como meio de comunicação e expressão cultural. Essa visão restritiva contribui para práticas de atendimento que negligenciam a necessidade de uma comunicação acessível, reforçando barreiras que dificultam a inclusão dos sujeitos Surdos nos serviços de saúde.

Quanto à acessibilidade garantida por lei, as narrativas mostraram que as práticas institucionais ainda não correspondem ao que está previsto nas legislações, tanto federal, como estadual e municipal. A ausência de profissionais capacitados, a falta de formação/capacitação em Libras, o predomínio da oralidade como norma, reforça o lugar de subalternidade linguística da população surda. A política de inclusão, embora o discurso esteja sempre presente, se apresenta fragmentada e insuficiente, mantendo o distanciamento entre o Surdo e os espaços de saúde. Dessa forma, os objetivos propostos foram atingidos, uma vez que a pesquisa evidenciou os modos de constituição subjetiva envolvidos na relação entre surdez e saúde, bem como os efeitos da língua e da acessibilidade nesse processo.

Assim, a inclusão no âmbito da saúde vai além da eliminação de barreiras linguísticas, pois, reforça-se a necessidade de repensar as práticas de inclusão nos serviços de saúde, promovendo uma abordagem que não apenas reconheça a Libras como meio de comunicação, mas que efetivamente garanta a acessibilidade linguística e o respeito à identidade cultural dos Surdos. Trata-se de um processo que requer mudanças, desde a formação continuada de profissionais a uma compreensão mais ampla das singularidades culturais e subjetivas dos

sujeitos Surdos, pois, foi possível observar como as barreiras linguísticas e as lacunas na formação de profissionais da saúde impactam diretamente a inclusão e o acesso equitativo aos serviços por parte da população surda.

As narrativas dos sujeitos Surdos revelaram não apenas os desafios enfrentados, mas também a resistência e a luta pela visibilidade de suas identidades culturais e linguísticas. Por outro lado, os relatos dos profissionais ouvintes expuseram tanto os esforços quanto as limitações e formativas que influenciam os atendimentos. Com base nas análises, este trabalho destaca a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a inclusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras nos serviços de saúde, tanto como meio de comunicação quanto como constituição de sentidos. Além disso, notamos a importância de compreender a inclusão não apenas como uma adequação técnica, mas como um processo transformador que considera a subjetividade e a singularidade dos sujeitos envolvidos. Reconhece-se, como limite da pesquisa, a impossibilidade de validação das traduções das narrativas em Libras pelos próprios sujeitos Surdos, em razão das condições práticas do estudo. Ainda assim, tal limitação não invalida os resultados apresentados, uma vez que a análise se concentrou nos efeitos de sentido produzidos nos discursos, e não na equivalência literal entre as línguas.

Ao final, este estudo espera contribuir para a ampliação das reflexões sobre a relação social entre diferentes culturas linguísticas na saúde e para a construção de práticas mais inclusivas, promovendo um ambiente que reconheça e respeite as diferenças, indo além da exclusão e da mera integração. As vozes ouvidas nas narrativas, muitas vezes invisibilizadas, ressoam como um chamado ético e político, de repensar as formas de atendimento, de reconhecimento do sujeito Surdo como produtor de saberes e significados. Ao revisitar minha trajetória junto à comunidade surda, compreendo que essas histórias não são apenas dados ou materialidades linguísticas de pesquisa, mas fragmentos de vidas que se cruzam com a minha, que me atravessam e me constitui. Reconhecer-me neste percurso é também reconhecer o quanto ainda precisamos avançar para que o direito à língua, à escuta e à presença do sujeito Surdo deixem de ser exceção e se tornem, de fato, prática cotidiana e política de inclusão.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. (Tradução Vinícius Nicastro Honesco). Chapecó, SC: Argos, 2009. ISBN-10: 8578970055.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I.** Tradução de Henrique Burigo. 1. reimpressão. Belo Horizonte: UFMG; Humanitas, 2004.

ALVES, Aline da Silva. **Construção do Framework ASAS para apoiar a interação e a comunicação entre usuários surdos pré-linguísticos e profissionais de saúde.** 2020. Tese (Doutorado em Informática) – Programa de Pós-Graduação em Informática, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/items/d63bba43-686f-4884-a3fd-61ed2deb1c4e> Acesso em: 20 maio 2023.

ALVES, Aline da Silva; SACRAMENTO, Carolina. Curso, acessibilidade e princípios dos SUS. Parte I. Módulo 3. **Acessibilidade: barreiras e soluções.** Coordenação de Valéria Machado da Costa. Rio de Janeiro: Fiocruz/Icict, 2019. Disponível em: https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/acessibilidade-sus/downloads/modulo_3/Apostila-acessivel_mod3-partel.pdf. Acesso em 10 jun. 2024.

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. **Introdução à Libras: língua, história e cultura.** Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.

ARMSTRONG, David F. William C. Stokoe Jr., **Fundador da Linguística de Sinais 1919-2000.** Universidade Gallaudet, Washington, DC, 4 de maio de 2000. Disponível em: <http://gupress.gallaudet.edu/stokoe.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BARBOSA, Romilda Meira de Souza. **PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DO PROFESSOR DE SURDOS NO ENSINO MÉDIO: narrativas de si.** Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021. 204f. (Tese de Doutorado). Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4084>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BARROSO, Hélida Cristine Santos Mendes. **A língua brasileira de sinais (Libras) no curso técnico de enfermagem do IFNMG: (re)significando a percepção dos alunos em relação à comunicação com os surdos na atenção à saúde.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Campus Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Montes Claros, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5880/000521539.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 12 abr. 2023.

BARROS, Kazue Saito Monteiro de. (Org.). **Produção textual: interação, processamento, variação.** Natal: EDUFRN, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República. 22 de dez. de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República. 6 de jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 24 de abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.319, de 1.º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Presidência da República, 1 de set. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização**: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília–DF: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. Portaria GM/MS n.º 1.526, de 11 de outubro de 2023. Altera as Portarias de Consolidação GM/MS n.º 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: Ano 196, seção 1. P. 99. 11 de out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/legislacao/portaria-gm-ms-no-1-526-de-11-de-outubro-de-2023/view>. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2021

BRITO, Rejane Cristina de Carvalho, 1977- B777d. **(D) o que falam essas mãos? - o lugar outro do intérprete de língua de sinais na aula de língua inglesa**. Campinas, SP : [s.n.], 2016

CAPOVILLA, F. C., & RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira**. São Paulo–SP: Edusp, 2001.

CARMAGNANI, A. M. G. A escrita como recusa da imobilidade: o autor e a política da criação de si. In: CORACINI, M. J. R. (Org.). **Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 67-78.

CASALI, Débora. **O atendimento psicológico ao surdo usuário da Libras no município de Itajaí-SC**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho, Itajaí, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.univali.br/pergamumweb/vinculos/pdf/Debora%20Casali2012.pdf>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de & PRETI, Dino. A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo, V. II – **Diálogo entre dois informantes**. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, p. 9-1. 1986

CHAVEIRO, Neuma. **Encontro do paciente surdo que usa a Língua de Sinais com os profissionais da saúde**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde - Medicina) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1721>. Acesso em: 12 maio 2023.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. A surdez, o surdo e seu discurso. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 6, n. 2, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v6i2.820>. Disponível em: A surdez, o surdo e seu discurso | Revista Eletrônica de Enfermagem. Acesso em: 05 maio 2024.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 39, n. 4, dez. 2005. DOI: 10.1590/S0080-62342005000400007. Disponível em: SciELO Brasil - Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. Acesso em: 23 jun. de 2023.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2007.

CORACINI, Maria José Rodrigues. **A análise do discurso na Linguística Aplicada**. In: Solange Teresinha de Castro Ricardo (Org.). Pesquisas em Linguística Aplicada: novas contribuições. Taubaté-São Paulo: Cabral Editora e Livraria, 2003.

CORACINI, M. J. R. F. (Org.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades**. 1ª. ed. Campinas e Chapecó: Editora da UNICAMP - Editora ARGOS, 2003.

CORACINI, Maria José. **Língua e efeito de estranhamento: modos de (vi)ver o outro**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, p. 475-498, 2009.

CORACINI, Maria José. Escrita de si, assinatura e criatividade. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (org.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009.

DAY, Kelly Cristina Nascimento. Fronteiras Linguísticas e Fronteiras Políticas: relações linguísticas e sócio-históricas na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. **Cadernos de Letras da UFF**, Brasil, v. 23, n. 47, 2013. DOI: 10.22409/cadlettrasuff.2013n47a320.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43664>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DELEUZE, Gilles, **1942 - 1995 Foucault** / Gilles Deleuze; (Tradução Claudia Sant' Anna Martins; revisão da tradução Renato Janine Ribeiro) - Brasiliense, 2013.- São Paulo: Título original: Foucault 8a reimpr. de 1988.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Tradução de Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras. Editores S.A., 2001.

DEZINHO, Mariana; SANTOS, Reinaldo dos. Direito de comunicação e participação social da pessoa surda: o processo de democratização das mídias. In: SANTOS, Reinaldo dos; NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do (Orgs.). **Libras & Educação de surdos: retratos do Mato Grosso do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. **O falar de si como (des)construção de identidades e subjetividades no processo de formação do sujeito-professor**. Tese de doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2004. Disponível em: Terminal RI - Sophia Biblioteca Web. Acesso em: 20 de out. 2024.

ECKERT-HOFF, B. M. Sujeitos entre-línguas em contextos de imigração: incidências na subjetividade. **Letras & Letras, Uberlândia**, v. 32, n. 3, p.135-147, 03 nov. 2016. DOI: 10.14393/LL65-v32n3a2016-8. Disponível em: [Sujeitos entre-línguas em contextos de imigracao i \(3\).pdf](#). Acesso em: 30 set. 2024.

EMIL, Rafael. **A surda no hospital**. Youtube. 12 de març. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XcUhfcAM6zU>. Acesso em 12 de ag. 2024.

ESCOLA VIRTUAL.GOV. Curso: **Introdução a Libras**. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/11>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71741>. Acesso em: ago. 2024.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: FOUCAULT E A ANÁLISE DO DISCURSO EM EDUCAÇÃO - ROSA MARIA BUENO FISCHER [PDF] | Online Book Share. Acesso em: 05 mai. 2025.

FORTES, Luciana de Oliveira. **Estratégias de comunicação no atendimento em saúde a sujeitos surdos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências da Saúde, RS, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6541/FORTES,%20LUCIANA%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. (Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio). 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Os anormais: curso no College de France (1974-1975)** / Michel Foucault; (Tradução, Eduardo Brandão). – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. – (Coleção Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta; (Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos & Escritos, v. 5).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. (Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque). 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. (Tradução de Vera Porto Carrero). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: O nascimento da prisão**. Lisboa: Edições 70, 2013.

FRANÇA, Eurípedes Gil de. **Atenção à saúde do surdo na perspectiva do profissional da saúde**. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2011. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/1688>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GARÉ, Ruth Maria Rodrigues; MASCIA, Márcia Aparecida Amador. Marcas da colonização da língua oral na educação dos surdos no Brasil: uma questão de preconceito? **Horizontes**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 69–78, 2017. DOI: 10.24933/horizontes.v35i2.477. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/477>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GESSER, Audrei. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. **Trab.Ling.Aplic.** Campinas, v. 47, n. 1, p. 223-239, jan./jun. 2008. Disponível em: v47n1a12.pmd. Acesso em: 14 nov. 2024.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GESSER, Audrei. **Um olho no professor e outro na caneta: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas

(Unicamp), 2006. Disponível em: https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/04/Tesis_Gesser_2006.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa Revista de Linguística**. São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>. Acesso em: 26 mai. 2024.

GRIGOLETTO, M. Representação, identidade e aprendizagem de língua estrangeira. In: CORACINI, M. J. **Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

HENRIQUE, Dyego Ramos. **Língua de Sinais Brasileira: análise de campanhas do Ministério da Saúde na perspectiva da pessoa surda**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde) – Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/31597>. Acesso em: 16 maio 2023.

HOAISS, Antônio (org.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: UOL, 2009. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php. Acesso em: 4 jan. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: Tabela 10127: Pessoas residentes de 2 anos ou mais de idade com deficiência por tipos de dificuldades funcionais. Acesso em: 18 set. de 2025.

JESUS, Ringo Bez de. **Ei, aquele é o intérprete de Libras?: atuação de intérpretes de Libras no contexto da saúde**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET), Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182062>. Acesso em: 08 maio 2023.

LANE, H. (2008). **Do deaf people have a disability?** Em H-Dirksen L. Bauman (Org.), *Open your eyes: Deaf studies talking* (pp. 277-292). Minneapolis: University of Minnesota.
KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, Ana Cláudia B.; HARRISON, Kathryn M. P.; CAMPOS, Sandra R. L.; TESKE, Ottmar (Org.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilhaça. A inter-ação pela linguagem - São Paulo: Contexto, 1992. – (Coleção repensando a língua portuguesa). In: CASTILHO & PRETI (1886). **A linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo**, vol. II – Diálogos entre dois informantes. São Paulo, T. A. Queiróz/ EDUSP.

KOCH, I. G. V. (1999). Segmentação: uma estratégia de construção do texto falado. In: Gramática do Português Falado. Vol.II: **Novos Estudos**. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP; Campinas: Unicamp, pp. 29-52.

KRISTEVA, Julia, 1941-K93e. **Estrangeiros para nós mesmos**. (Tradução Maria Carlota Carvalho Gomes). Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação; São Paulo: Fapesp, 2009.

MARTINS, Priscilla Ouverney. **A interpretação intermodal Libras – Português em contexto de saúde**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214330>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MASCIA, Márcia Aparecida Amador; MENDES, Jackeline Rodrigues; MONTEIRO, Alexandrina. Representações discursivas de professores da EJA... o não-lugar. **Intersecções** – Edição 13 – Ano 7 – Número 2 – maio/2014 – p.227. Disponível em: [1195-Texto do artigo-2191-1-10-20190612.pdf](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214330). Acesso em: 15 fev. 2025.

MATEUS, Márcia Aparecida Rodrigues. **ENTRE LÍNGUA, CULTURA E ACESSIBILIDADE: Modos de Subjetivação de Sujeitos Surdos e de Sujeitos Ouvintes/Profissionais da Saúde**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Claudete Cameschi de Souza

2025. 233 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas–MS. 2025.

MATEUS, Márcia Aparecida Rodrigues. **Vídeos em Libras – Recortes Discursivos que compõe Tese de Doutorado em Letras: ENTRE LÍNGUA, CULTURA E ACESSIBILIDADE: Modos de Subjetivação de Sujeitos Surdos e de Sujeitos Ouvintes/Profissionais da Saúde**

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Google Drive. 2025. Três Lagoas–MS. 2025. Disponível em: <https://11nk.dev/Videos-Narrativas>. Acesso em: 20 nov. de 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Plano Estadual de Saúde Mato Grosso do Sul 2018 – 2020. Campo Grande: SES, 2020. 301 p. Disponível em: [Plano-Estadual-2020-2023.pdf](#). Acesso em: jan. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.382, de 22 de agosto de 2019. Altera o art. 2º da Lei nº 1.693, de 12 de setembro de 1996, que reconhece, no Estado de Mato Grosso do Sul, a língua gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva de uso corrente, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, n. 9.971, 23 ago. 2019, p. 5. Disponível em: [LEI Nº 5.382 DE 22/08/2019](#). Acesso em: 14 jun. de 2024.

MATOSO, Sheyla Cristina Araujo. **A interação entre surdos: funções dos marcadores discursivos em Libras**. 2022. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4786>. Acesso em: 23 de mar. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de (Org.). **Pesquisa social**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUSSATO, Michelle Sousa. **Surdo terena: a (in)existência de sujeitos (s)em política linguística**. Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022, 296 f. (Tese de Doutorado).

NAVIRAÍ (MS). Lei nº 1.921, de 15 de abril de 2015. Dispõe sobre as diretrizes para a Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais – Libras, nas repartições públicas municipais, através de campanhas de orientação, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Naviraí, MS, 15 abr. 2015. Disponível em: lei1921.15libras.pdf. Acesso em: 18 mai. de 2024.

NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do português falado**. Volume IV: Estudos funcionais da sintaxe. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico**. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. Florianópolis: 2004. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/imprimir.php?cod=92>. Acesso em: 10 abr. 2024.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de. **Assistência à saúde: perspectiva dos surdos**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/tede/jspui/handle/tede/2116>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos** / Eni P. Orlandi. 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015. ISBN 978-85-7113-131-6.

Organização das Nações Unidas [ONU]. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://bit.ly/1mHodqM>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PERLIN, Gládis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Medição, 1998.

PERLIN, Gládis. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maria Corcini (org.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 73-82.

PERLIN, Gládis. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2003. Disponível em: Microsoft Word - 000521539.doc. Acesso em: 09 set. 2024.

QUADROS, Ronice Muller de. **Libras**. (Org.) Tommaso Raso, Celso Ferrarezi Jr). 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, maio/ago. 2006. Disponível em: a03v2669.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

QUADROS, Ronice Muller. M. **A educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. Libras / Ronice Muller de Quadros; **Linguística para o ensino Superior**. Editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrarezi Jr. – 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2019. ISBN 978-85-7934-166-3.

ROCHA, Décio; DAHER, Del Carmen; SANT'ANNA, Vera. A entrevista em situação de pesquisa: reflexões numa perspectiva discursiva. **Polifonia**, v. 8, n. 08. p. 161-180, 2004. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1132>. Acesso em: 04 set. 2022.

RODRIGUES, Carlos Henrique; SANTOS, Silvana Aguiar dos. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista**. DOI: 10.17771/PUCRio.TradRev.34535, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=34535&idi=1>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

SÁ, Nilda Regina Limeira de. Convite a uma revisão da pedagogia para minorias: questionando as práticas discursivas na educação de surdos. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, n. 18/19, p. 87-93, 2003. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/940>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SATHLER, Conrado Neves; MASCIA, Márcia Aparecida Amador. Uma análise discursiva de ementas de psicopatologia em cursos de psicologia. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 22, n. 1, p. 127–144, 2020. DOI: 10.20396/etd.v22i1.8651957. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8651957>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, Eliane Francisca Alves da. **A aprendizagem de Português por sujeitos surdos falantes da LIBRAS: entre discursos e identidades**. Três Lagoas: Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015. 116 f. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/2512/1/ELIANE%20FRANCISCA%20ALVES%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, Anne Patricia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O estado da arte ou o estado do conhecimento. **Educação**. Porto Alegre, v. 43, n. 3, e37452, set. 2020. Disponível em: 1981-2582-reeduc-43-03-e37452.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

SILVA, Paulo Sergio da; BASSO, Neusa Aparecida de Sousa; FERNANDES, Sônia Regina Chaves Martines. A enfermagem e a utilização da língua brasileira de sinais no atendimento ao deficiente auditivo. **Revista UNINGÁ Review**. Vol.17, n.1, pp.05-12 (Jan – Mar 2014). Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/download/1488/1102/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Medição, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C.B. (org.). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gládis (org.). **Estudos surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 18-37.

VERZOLLA, Beatriz Lopes Porto. **Políticas públicas e acessibilidade para surdos na rede de saúde do município de São Paulo: uma visão histórica a partir da criação do SUS (1988-2020)**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-02022024-170545/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

APÊNDICE



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a) _____

Este é um convite para participar da pesquisa intitulada “VOZES DE SURDOS E DA SOCIEDADE OUVINTE: GESTOS E POSSIBILIDADES DISCURSIVAS”¹⁷, desenvolvida pela pesquisadora Márcia Aparecida Rodrigues Mateus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Câmpus de Naviraí, sob orientação da pesquisadora Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, câmpus de Três Lagoas.

O objetivo geral da pesquisa é investigar e discutir as narrativas e seus efeitos de sentido entre os sujeitos ouvintes e os sujeitos surdos, no que se refere aos processos de comunicação e inclusão do sujeito surdo diante da sociedade ouvinte. Os específicos são: 1) Analisar narrativas dos sujeitos (surdos e ouvintes), discutindo de que forma a comunidade surda é representada, recepcionada e/ou está incluída na comunidade ouvinte; 2) Problematicar como o indivíduo surdo se sujeita ou se assujeita diante da sociedade ouvinte em relação às noções saber/poder e resistência do surdo e/ou do ouvinte; 3) Interpretar possíveis dificuldades enfrentadas pelos surdos, considerando suas características linguísticas, identitárias e culturais, e por trabalhadores ou responsáveis nos locais públicos e/ou privados; 4) Compreender e discutir como os setores públicos veem a Libras como constituição de sentidos e meio de comunicação dos sujeitos surdos.

Solicitamos sua colaboração para uma entrevista dialogada e sua autorização para apresentar os resultados em eventos e revistas científicas nacionais e internacionais. Por ocasião da publicação dos resultados, informamos que os dados serão usados de maneira agregada, sendo garantido seu anonimato. Informo ainda que os riscos da sua participação podem ser o constrangimento ao responder as questões ou envergonhado ao ter sua entrevista gravada. Por isso, gostaríamos de deixá-lo ciente de que está livre para participar ou não da entrevista e para

¹⁷ Os termos de autorização apresentados no apêndice foram assinados durante a fase de coleta de dados, quando a pesquisa ainda se encontrava sob o título provisório "VOZES DE SURDOS E DA SOCIEDADE OUVINTE: GESTOS E POSSIBILIDADES DISCURSIVAS". O título sofreu alguns ajustes realizados ao longo do desenvolvimento da tese, sem prejuízo aos objetivos e aos princípios éticos estabelecidos inicialmente.

fazer questionamentos a qualquer momento. Frisamos ainda que, caso sinta-se envergonhado em gravar a entrevista, que a mesma pode ser realizada sem a gravação.

Esclarecemos também que sua participação é voluntária e que, caso decida não participar do estudo ou ainda a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Em caso de dúvidas, entre em contato com Márcia Aparecida Rodrigues Mateus, (67) 98475-8750, marcia.mateus@ufms.br.

Para perguntas sobre seus direitos como participante no estudo pode ser contatado o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (067) 3345-7187. Endereço: Pró Reitoria e Pesquisa e Pós-Graduação/UFMS – Bairro: Caixa Postal 549 – CEP: 79.070-110 – Campo Grande – MS. E-mail: bioetica@propp.ufms.br

Por fim, informamos que será entregue uma via assinada deste termo de consentimento.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento, que sou maior de idade e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Portanto, decidi que sou voluntário a participar deste estudo.

Assinatura do participante: _____

Telefone: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Naviraí, ____ de _____ de 2024.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Termo de Autorização para Gravação e Uso de Voz

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “VOZES DE SURDOS E DA SOCIEDADE OUVINTE: GESTOS E POSSIBILIDADES DISCURSIVAS” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade de gravação da minha entrevista dialogada, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Márcia Aparecida Rodrigues Mateus a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. Poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações decorrentes, quais sejam: congressos e revistas científicas nacionais e internacionais;
3. Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora e coordenadora da pesquisa Márcia Aparecida Rodrigues Mateus, e após esse período, serão destruídos; e,
6. Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição da minha entrevista.

Naviraí/MS, _____ de _____ de 2024

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

MEMORIAL DESCRITIVO

VOZ DE UM PERCURSO PESSOAL: meu encanto pela primeira conversa com o “SURDO-MUDO”

Minha trajetória foi perpassada por um contexto vivido no decorrer da minha vida acadêmica e junto à comunidade surda do município de Naviraí/MS, o que me fez internalizar o quanto as experiências pessoais, percepções e relações influenciam a maneira como se aborda um tema de pesquisa. Acredito que escrever um texto como este é buscar algo no inconsciente, nas lembranças e refazer um percurso entre ambos. Coracini (2009) propõe que o que popularmente chamamos de “criatividade” ou “originalidade” é, na verdade, um processo que envolve o deslocamento de sintomas únicos e o subsequente trabalho com o significante (a letra), ou seja, aquilo que transcende o real. Esse processo passa pelo corpo, o transforma e se revela, através da interpretação, em uma obra de arte ou produção na qual o sujeito não apenas se comunica, mas se afirma e se inscreve de forma genuína.

Nasci no estado do Paraná, em uma cidadezinha chamada Tamboara, no dia 26 de abril de 1970, sou a caçula de cinco (5) filhos, uma irmã mais velha, três (3) irmãos e eu. Meus pais não concluíram os estudos, minha mãe comentava que estudou até a 3ª série. Quando iniciei minha trajetória na escola, morávamos no sítio, íamos a pé, era muito bom e divertido. Sempre fui uma menina que gostava de estudar, me lembro que quando meus cadernos terminavam eu repassava todo o conteúdo do caderno velho para um caderno novo, tentando melhorar a letra e revisando o conteúdo. Talvez por coincidência, ainda no Ensino Fundamental I, as carteiras eram organizadas em duplas, e havia uma menina surda na minha turma. Naquela época, eu não fazia ideia do que significava ser surdo, muito menos que existia a Língua de Sinais. Curiosamente, as professoras sempre me colocavam sentada ao lado dela, em todas as aulas, para ajudá-la nas atividades e nas provas. Foi ali que dei meus primeiros passos na direção da educação de surdos.

Lembro-me que eu lia as questões para ela e ela ficava olhando na minha boca para tentar entender. Ficamos amigas e até hoje a gente troca mensagens. Segui meus estudos até a 8ª série, e depois meu pai não permitiu que eu continuasse, pois, segundo ele, mulher não precisava estudar, somente aprender fazer o trabalho de casa. No período de matrículas, do magistério, o curso era no período diurno, pois noturno jamais eu poderia estudar, a diretora e a coordenadora da escola, dona Zélia e dona Nair, foram até a minha casa com minha matrícula pronta, somente para meu pai assinar. Ele ficou muito bravo, disse que não assinaria nada e se

minha mãe assinasse, ela se responsabilizaria pelo que acontecesse comigo. Realmente não sei o que de tão ruim poderia me acontecer, mas era a opinião dele e a gente respeitava.

Segui minha vida dentro de casa, ajudando minha mãe em tudo, me casei com 22 anos de idade, meu esposo sempre me incentivou a voltar a estudar, mas acredito que me acomodei e fui seguindo, tentei uma vez fazer um supletivo, mas não finalizei. Depois de casada continuei em casa trabalhando com crochês, bordados, costura. Depois de 3 anos de casada tive minha primeira filha e me mudei para Naviraí/MS, na qual resido até hoje. Depois de 4 anos, tive minha segunda filha e tornou-se ainda mais difícil a volta aos estudos. Minha caçula tinha uns 3 ou 4 anos de idade e eu tentei ingressar no ensino médio, e enquanto uma vizinha cuidada de ambas. Como a caçula chorava muito, algumas professoras permitiram que eu a levasse, mas não deu certo também, e acabei desistindo. Resolvi fazer aquelas provas que eliminam as matérias, e em pouquíssimo tempo terminei o ensino médio. Mas ainda não tinha tido nenhum contato com a Libras, ou com outro surdo além da minha amiga de infância.

Um belo dia, uma vizinha, professora de escola estadual, me disse que uma escola iria ofertar um curso para ensinar a conversar com “surdo-mudo” e que eu fosse ver, que talvez eu iria gostar e sairia um pouco da rotina de casa. Lembro-me que quando cheguei na escola e vi aquelas pessoas sinalizando, eu fiquei encantada, fiz a primeira aula e não parei até hoje. Então, minha vivência e contato com a língua e com os surdos teve início no ano de 2007 e foi o que me levou a retornar aos meus estudos, pois, a professora de Libras, dona Cida, como a chamamos, dizia que para ser intérprete, para trabalhar com os surdos na educação, precisaríamos de ter ou estar cursando uma graduação, e o meu interesse era me tornar intérprete de Libras. Fui procurar uma graduação, ingressei em uma faculdade particular no ensino superior no curso de Letras. Confesso que não foi fácil, senti dificuldades, pois todo o conteúdo do ensino médio me foi superficial, quase desisti, mas uma professora chamada Magda Dezotti, não me deixou abandonar, agradeço muito a ela por isso.

Ainda cursando Letras, passei no vestibular do curso Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina, polo na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cursei as duas faculdades. Em 2009 terminei o curso de Letras e segui com o Letras/Libras de 2008/2012, na qual me aprofundei nos conhecimentos sobre a Língua de Sinais e a surdez, sujeito surdo, convivendo com a comunidade referida. Com apenas 6 meses de curso de Libras, eu passei na prova do CAS (Centro de Atendimento a pessoa com Surdez) de Campo Grande/MS, e consegui uma vaga para atuar como intérprete de Libras no contexto educacional, e já atuando no contexto religioso. Em 2001 resolvi que queria trabalhar não só com adultos, mas também com criança surda, assim, também ingressei em um curso de Pedagogia pela

Universidade Anhanguera - Uniderp, concluindo em 2014. Fiz algumas especializações, realizei meu sonho de também trabalhar na APAE, no qual fiquei por 3 anos.

Mais tarde, prestei um concurso e assumi no dia 5 de fevereiro de 2014, ficando até 2017 atuando como intérprete de Libras na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, campus de Naviraí/CPNV. Participei de uma disciplina como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado, de Corumbá, com a professora Josiane Peres Gonçalves, que é docente do CPNV. A vontade de me aprofundar e conviver mais perto desse público sempre me acompanhava. Desse modo, prestei um concurso para docente do Curso de Letras/Libras na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), agora já implementado nessa instituição. Assumi no dia 23 de novembro de 2017 e trabalhei juntamente com docentes e acadêmicos surdos e ouvintes.

Nesse período, procurei frequentar disciplinas como aluna especial do mestrado. Nessa instituição, conheci alguns professores, algumas linhas de pesquisa, e em 2019 ingressei no programa de mestrado da Faculdade de Letras - FACALE da UFGD. Meu orientador, professor Andrébio, trabalha com descrição de línguas indígenas, e muito curioso quanto a língua de sinais. Em uma das disciplinas, havia uma intérprete de Libras na sala que compartilhou as dificuldades que estava enfrentando para se comunicar com uma aluna surda e indígena no curso de Artes. O relato deixou o professor bastante inquieto, o que o levou a me instigar a pesquisar sobre a comunicação dessa aluna. E assim iniciamos o projeto para o mestrado. Durante os estudos, recebi uma proposta de transferência para Naviraí e, por estar morando longe de casa e da família, aceitei. Desde 2019, estou atuando novamente na UFMS/CPNV, agora como docente.

Finalizei o mestrado em junho de 2021 e fiz disciplina como aluna especial no Programa de Letras de Três Lagoas, com a professora Celina e Claudete. Prestei seleção para o doutorado em novembro do mesmo ano, para dar início em março de 2022, no programa de Letras PPGLetras/CPTL. Minha primeira disciplina como aluna regular foi Teorias da Linguagem. Pelas circunstâncias que enfrentei para concluí-la, cheguei a pensar em desistir de tudo. No entanto, Deus, em sua bondade, colocou pessoas e amigos incríveis em meu caminho, que me incentivaram a continuar. Cumprí a disciplina de Linguística Aplicada, Tópicos Especiais: Linguística Cognitiva: Perspectiva de Pesquisa com Metáforas e Metonímias, Análise do Discurso, Seminários Avançados em Linguística Aplicada, entre outras.

Cumprí todos os créditos no programa, confesso que senti falta de algumas disciplinas mais específicas, pois minha trajetória e pesquisas sempre foram na área de Língua de Sinais-Libras. No doutorado, estou ampliando meus horizontes e me aventurando por caminhos nem

sempre fáceis, como a Análise do Discurso, área na qual estou me aprofundando. Mesmo tendo tido algum contato com as questões teóricas e com determinados autores, sinto a necessidade de uma disciplina focada em como realizar análises, além de grupos de estudo que possibilitem um debate mais aprofundado sobre essas questões.

Durante esses três anos, participei de diversos eventos, publiquei artigos e desenvolvi projetos relevantes. Em 2022, por exemplo, junto a uma aluna de graduação, desenvolvemos o projeto “O Ensino de Libras como L2 na Educação Infantil: uma proposta de inclusão, interação e experiência linguística”. Esse trabalho foi apresentado em formato de resumo expandido na XV Jornada Nacional de Educação de Naviraí: Educação Especial e Inclusiva – Questões Teóricas e Práticas, realizada em 2023.

No mesmo ano (2022), em parceria com colegas, publicamos o capítulo intitulado “Central de Interpretação (CIL): perspectivas e realidades das cidades de Naviraí/MS e Dourados/MS”, no livro Tech Libras - Pesquisas em tecnologias sociais e educacionais para inclusão da pessoa surda (1ª ed., Curitiba: CRV, 2022, v. 1, p. 01-147). Ainda em 2022, coautoramos o capítulo “Formação da Língua de Sinais e o processo de aquisição dentro da escola inclusiva” no livro Pesquisas atuais sobre a educação de surdos: Perspectiva e Inovação (2ª ed., Curitiba/PR: CRV, 2022, v. 02, p. 105-118).

Também em 2022, participei do 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial, onde, juntamente com uma amiga, apresentei o trabalho de conclusão da disciplina “Seminários Avançados em Linguística Aplicada”, intitulado “Acessibilidade para Surdos: reflexões quanto ao atendimento na área da saúde”, realizado em São Carlos – SP, de 15 a 18 de novembro.

Em 2023, apresentei, com uma colega, o trabalho “TILS no ensino superior: a expansão do léxico da Libras”, durante o COINES Educação de Surdos – 22º Congresso Internacional do INES / 28º Seminário Nacional do INES, realizado na UFRJ, nos dias 27, 28 e 29 de setembro. Ainda em 2023, participei do IX Seminário do DISSE (Grupo de Pesquisa em Discurso, Sujeito e Ensino), onde, juntamente com outra colega, apresentei o trabalho “Uma Análise Discursiva sobre a representação do sujeito surdo no discurso oficial”, desenvolvido na disciplina de Análise do Discurso, sob orientação da Professora Silvelena.

Ainda em 2023, junto com uma amiga, apresentamos o trabalho intitulado: “Curricularização na disciplina de Língua Portuguesa como segunda Língua para Surdos: relato de experiência”, no VI Congresso de Educação da Grande Dourados e II Encontro de Egressos do PPGEdu/FAED/UFGD – Desafios e perspectivas para a Educação a partir da pandemia COVID – 19, no período de 02 a 05/10/2023.

Em 2024, publiquei um artigo completo intitulado “Os desafios da Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em tempos de pandemia”, desenvolvido com uma orientanda de TCC e apresentado na XVI Jornada Nacional de Educação de Naviraí: A Educação é Diversa! O que Temos Feito?, realizada no Câmpus de Naviraí da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, de 08 a 31 de agosto. Além disso, concluí um curso de 180 horas vinculado à ação de extensão “Ensino Bilingue para Surdos em Espaço Escolar”, realizado pela Faculdade de Educação da UFMS, de 30/08/2023 a 01/03/2024. Por fim, atuei como parecerista de dois artigos científicos para a revista *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, editada pela UFMS – CPNV (ISSN: 2358-1840, 2024/2025).

Ao longo dos anos, pude vivenciar, na prática, as barreiras e os desafios enfrentados pelas pessoas surdas, seja na educação, nos serviços de saúde ou nos espaços de convivência social. Essas experiências despertaram em mim a vontade de investigar como as práticas inclusivas e a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) podem transformar a forma como a sociedade se relaciona com a cultura surda. Em um contexto em que o preconceito e o desconhecimento ainda são predominantes, acredito que é imprescindível desenvolver estudos que contribuam para a construção de ambientes mais inclusivos e respeitosos, onde surdos e ouvintes possam se comunicar de forma autêntica e equitativa.

Além disso, meu interesse pela pesquisa é alimentado pelo desejo de transformar minhas próprias vivências em conhecimento que possa inspirar mudanças práticas. Acredito que o trabalho acadêmico não só enriquece o debate, mas também tem o poder de impactar positivamente a vida dos envolvidos. Assim, ao investigar e refletir sobre as práticas inclusivas, busco contribuir para o avanço de políticas públicas e ações que promovam a equidade e o reconhecimento da identidade linguística e cultural dos surdos.

ENTREVISTAS – OUVINTES PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Aurora - Chefe de enfermagem dos Postos de Saúde

Pesquisadora: Qual é a sua formação... função? A quanto tempo trabalha na área.

Aurora: Enfermeira/ coordenadora unidade primaria de saúde... há 23 anos

Pesquisadora: Quanto ao atendimento ao sujeito surdo... como acontece? Você tem alguma formação... capacitação na área de Libras?

Aurora: Não tenho formação ((expressão de negação))

Pesquisadora: Você pode dizer como é a sua comunicação.... como atende a pessoa surda ao chegar aqui.... pode dar um exemplo de algo do dia a dia.... ou algo que aconteceu.... um fato... por exemplo.

Aurora: hoje a gente não tem mais dificuldade de atender a pessoa surda... porque normalmente eles estão vindo com o interprete né... aí a intérprete que se comunica com ele a gente explica né... ela vai passando para ele... porém... eh:: a gente teve uma experiência bem assim... ãh::hh meio angustiante né ... meio desconfortável ... porque foi um surdo que chegou... faz algum tempo ... e e eu não conhecia porque normalmente a gente conhece quase todos assim que vão na missa né... e aí eh:: esse eu não conhecia ele estava muito assim::m eufó::rico e ele falava assim alto né falava não... ele emitia sons altos né... e a gente tentando conversar... saber o que ELE queria... a gente não conseguia entender o que ele queria... e e e:: foi bem desconfortável... a gente se sentiu limitada porque ... a gente não conseguia conversar com ele porque ele estava bem assim agitado... ele falava... ele soltava aquele som alto assim... e a gente não conseguiu atender... aí:: eu imagino que:: ehh... para ele né... foi... foi... muito ruim porque ... ele não conseguiu talvez resolver o problema... para nós também foi porque a gente estava limitada a gente queria tentar achar alguém que::: mais na hora é difícil né... alguém que interpretasse... e e e:: a gente se sentiu assi:::m... be:::m limitado... né:: não conseguimos resolver o problema dele... porque normalmente a gente tem que acolher... ver o que a pessoa quer... e e e nesse dia... a gente não conseguiu saber o que ele quer

Pesquisadora: Como você se vê como trabalhador... atendente e ou responsável por esse local ao atender o surdo?

Aurora: então... a gente não tem ninguém aqui que:::e se comunique por libras né::: que fez curso... então nós somos bem limitados mesmo... se chegar um surdo sem intérprete aqui... porque às vezes a gente começa a fazer gestos... mas nem todo o gesto que ((riso)) a gente

consegue dá para entender... às vezes sim às vezes não... então é bem complicado... eu acho que se surgir alguém.... que a gente tem que solicitar um::m intérprete mesmo.

Pesquisadora: E sobre o surdo... como você vê o surdo... como você vê o sentimento do surdo?

Aurora: eu acho que ele se sente... mui::to mal né porque::e... por não se fazer entender né... por não resolver a angústia dele... o problema dele né... porque se você vem na unidade de saúde é para resolver o que::ee o que tá te fazendo mal né.... tentar resolver o seu problema de saúde

Pesquisadora: Pode falar qual sua opinião sobre o que as chefias...e ou a sociedade em geral recebe.... vê a comunidade surda...

Aurora: hoje a gente vê a comunidade surda... com outros o::lhos né... principalmente depois da libras né... só que a gente vê:: só que a gente continua limitado... porque para eles isso aí.... eles tentam se interagir mais com a sociedade... só que enquanto isso nós... são poucas pessoas da sociedade que tem essa facilidade de::eee de se comunicar né... por libras

Pesquisadora: Fale como vê a Libras... como meio de comunicação da comunidade surda

Aurora: eh::: eu vejo que eles se evoluíram muito' né... a partir dessa libras porque... eu desde criança né... eu tinha amigo surdo... só que eu me comunicava bem com ele com gestos... ele lia meus lábios... às vezes ele olhava para mim sabia que eu estava falando né... é importante você ter paciência né... eu acho... para tentar eh::: assi::m não ter barreiras para você se comunicar... tipo você tem que lá junto com ele n.... tipo se tiver um vidro você tem que sair dali... igual a gente tem agora aqui... então você tem que lá e tenta::r e assim... o que que aquele dia parece que eu fiz... é:::é para ele escrever uma coisa... o que ele queria entendeu... então... escrevendo eu acho que dá certo mas aí n::: demora um pouco... então eu acho que nós da saúde... nossos trabalhadores ainda somos muito... limitados para atender... uma pessoa surda se ela estiver em intérprete ((riso)) né... principalmente se ele chega assim meio angustiado... querendo resolver o problema dele.

Clara - Posto de saúde – enfermeira

Pesquisadora: Me diga sua idade, sua função, e a quantos anos trabalha;

Clara: eu tenho 37 anos... sou enfermeira na prefeitura municipal de (nome do município)... eh:: trabalho na unidade de saúde há 11 anos

Pesquisadora: Sobre o atendimento aos sujeitos surdos... Já atendeu alguma vez.... e como foi... Pode me dizer?

Clara: Ehhh.... já trabalhei anteriormente em hospitais... e sempre a gente tem algum tipo de atendimento com esse público neh... com deficiência auditiva... aqui na área nós temos três pacientes que a gente tem contato... que vem com certa frequência no posto eh:: não temos ninguém aqui no posto.... nenhum curso de libras::s ou pra nenhum outro ehhh.... não temos formação... éh::: não é formação que eu ia falar mas enfim.... a gente não tem nenhuma capacitação... nenhuma capacitação com relação a libras.... ou para poder fazer esse tipo de atendimento... e sempre quando vem... tem principalmente uma paciente quando vem... eh:: a ANPEDE disponibiliza::a... uma::a tradutora.... e ela acompanha... inclusive essa paciente está gestante agora... então ela está vindo com mais frequência... mas sempre a tradutora vem pra::a..... e a gente tem um bom relacionamento com ela... tem fácil acesso.... sabe.... então eh:: facilita bastante o atendimento neh... porque senão seria quase impossível... a gente conseguir suprir a demanda mesmo neh.... desses pacientes.

Pesquisadora: Diante do que você relatou.... como vê o atendimento feito aqui e como você vê o surdo diante da sociedade?

Clara: eu acho que os municípios precisam capacitar os profissionais... da recepção... os profissionais que atendem mês::mo... a enferma::gem... o mé::dico... pra poder ehh... estar atendendo da melhor maneira neh... esses pacientes... e conseguindo suprir a demanda deles neh.... o que mais.... o surdo eh:: a gente entende... vê a dificuldade de toda a equipe neh... com relação à comunicação ehh com esse tipo de paciente... com esse tipo de deficiência... é deficiência que fala neh... mas a gente tenta da melhor maneira ehh conversar... os três pacientes que a gente tem aqui são alfabetizados... então a gente às vezes... quando a gente não consegue se comunicar... que a tradutora não vem... a gente faz por escrito... eles escrevem... digitam como se fosse fazer uma mensagem no *WhatsApp*... e a gente consegue ler... mas assim... com esses pacientes aqui no posto é bem tranquilo... porque a nossa equipe é bem colaborati::va... bem pacie::nte... acho que é isso

Pesquisadora: Como você entende essa questão do atendimento às necessidades do sujeito surdo... questão de capacitação... inserção do surdo na sociedade... a questão da língua que é a Libras... Me fale um pouco sobre a Libras.... como você vê esse meio de comunicação dentro da sociedade?

Clara: as equipes precisam.... precisariam ter uma capacitação neh.... de libras.... o básico pelo menos.... pra gente conseguir neh.... se comunicar melhor e atender melhor às demandas desse tipo de paciente.

Pesquisadora: Então... você já fez atendimento sem a presença do intérprete... como foi?

Clara: sim::m... sempre a gente faz... ehh... mas a gente consegue se comunicar bem... igual eu estou falando... por conta ehh:: da leitura labial... eles conseguem muitas vezes fazer a leitura labial e por conta da digitação mesmo... ou escrever um bilhete... e a gente se comunica dessa maneira.

Adelaide – Médica Ginecologista

Pesquisadora: Me diga sua profissão e a quanto tempo atua

Adelaide: Então... eu sou a ((nome))... sou médica ginecologista obstetra... eu estou aqui em (nome do município) já faz 12 ANOS de consultório

Pesquisadora: Já realizou algum atendimento com surdas... me fala um pouco sobre como é isso

Adelaide: Nesses 12 anos... ah:: já tive umas... nem sei... que ganhou neném comigo... mas acho que uma::ss 10 surdas que fizeram acompanhamento aqui.

Pesquisadora: Como aconteceu esse acompanhamento....

Adelaide: olha... eh:: sempre é ótimo atendê-las porque elas são interessadas... elas demonstram bastante interesse na consulta... mas precisa do intérprete... eu não consigo... depois que elas me conhecem eu consigo entender algumas coisas que elas falam... as vezes elas escrevem porque já aconteceu de elas virem sozinhas... mas a maioria das vezes a ((nome da intérprete)) neh veio junto e algumas coisas que eu tinha que explicar para elas a ((nome da intérprete)) que que fazia a::::a linguagem dos sinais lá e elas conseguiam entender.... claro que examinar... ouvir o BCF... medir a pressão... ir para a balança... deitar... medir a barriga... isso elas entendem... eu explicando o que precisaria neh:: elas já vão entendendo... mais assim... sempre a gente se DEU BEM assim... no atendimento... eu acredito que às vezes na primeira vez que elas vêm... elas têm mais dificuldade aí depois já vão me conhecendo... tudo... e eu falo alto... gesticulo... tal... e eu acho que isso ajuda entendeu? elas entenderem

neh.

Pesquisadora: Pode me falar um pouco... pra você... quem é o sujeito surdo... como ele é representado na sociedade... como estas surdas estão sendo assistidas

Adelaide: eu acho que é:::é super importante o atendimento delas... tem que haver né... principalmente na parte obstétrica e na parte ginecológica também... eu tenho várias que vêm aqui só para rotina ginecológica neh... então para colher um preventivo... fazer uma outra ação endovaginal... eu acho que elas se sentem à vontade também aqui neh: porque eu sou mulher e:::e eu explico neh bem... então eu acho que elas se sentem à vontade... sempre foi muito bom o nosso relacionamento e muitas tinham muito medo lá no hospital na hora da cesárea neh... delas terem medo... ficarem com medo de não ter um atendimento assim... adequado... e a ((nome da intérprete)) também pode entrar neh lá no centro cirúrgico... a ((nome da intérprete)) entra e fica eh... do lado delas tudo... então assim... eu acho que elas ficam bem vontade assim comigo... e o que elas não entendem eu já vou falando para os outros médicos falarem para a ((nome da intérprete)) e a gente se dá bem.

Pesquisadora: Já surgiu algum atendimento que não tinha a presença da intérprete... e que você teve que atender?

Adelaide: Sim... porque às vezes é alguma de emergência... também às vezes uma grávida de emergência por exemplo... teve uma dor e não deu tempo de chamar a ((nome da intérprete))... e elas vinham aqui e dava certo... às vezes o marido ajuda... também elas vêm com acompanhante... o acompanhante ajuda neh... mas já teve algum atendimento principalmente das grávidas... que não estava marcado e tal... e elas conseguiram vir... mas claro... se eu soubesse era melhor neh... com certeza ((riso)) com certeza.

Pesquisadora: Diante da sociedade em geral... como você vê o surdo? E a questão da Língua de Sinais?

Adelaide: Eu acho que... eu acho que tem lugares que os surdos ainda têm uma barreira assim... bem grande... até por isso que talvez eles são meio retraídos... não é? e o primeiro atendimento sempre... até elas não me conhecerem elas são meio retraídas entendeu? depois que elas vêm que a gente já atende e tudo... daí elas se soltam mais... mas eu acho que essa retração delas inicialmente... é porque em outros lugares elas não se sentem tão bem acolhidas... eu acho que eles não têm um lugar assim... muito importante na sociedade não... que tem bastante preconceito ainda... eu não sei como seria isso... mas se todo mundo soubesse seria melhor neh ((riso)) mas é difícil né... é difícil ((riso)) mas claro... se a gente tivesse uma instrução talvez seria melhor... só que assim... não é uma coisa simples para você aprender

neh... que é TODA uma.... imagina neh... não é fácil para a gente aprender... mas o jeito é ter os intérpretes.

tem uma moça que eu atendo a ((nome da surda)) você sabe quem é a ((nome da surda))... ela teve um bebê comigo... então a mãe dela as primeiras vezes ela não precisa da ((nome da intérprete)) porque a mãe dela sabe neh a Língua de Sinais... e daí a mãe dela sempre vem aqui com ela a ((nome da surda)) já veio várias vezes sozinha... porque ela é bem esperta né... mas tem às vezes algumas outras que o marido ajuda... mas a maioria aqui é a ((nome da intérprete)) eh:::eh SE não tem ninguém que ajuda o atendimento é meio difícil... é... isso te ajudou?

Olívia – recepcionista (clínica particular)

Pesquisadora: Fale sobre você... qual a sua função aqui... e há quanto tempo trabalha

Olívia: tenho 46 anos... e estou nessa função já a 32 anos... sou casada há 24 anos... tenho duas filhas... trabalhei 13 anos na recepção de um hospital... hoje trabalho na recepção de uma clínica médica já há 19 anos

Pesquisadora: Já realizou algum atendimento com sujeito surdo.... e como acontece esse atendimento quando necessário...

Olívia: sim várias vezes... eu tenho 33 anos de recepcionista e na clínica que trabalho atualmente já tenho 19... então de inúmeros atendimentos que já tivemos de pacientes surdos... eh::: uma que me marcou muito... tem mais ou menos uns seis anos que isso aconteceu... e:::e ficou marcado para mim... eu acho que vai ficar para sempre... chegou um rapaz surdo... e ele queria um atendimento... só que ele fazia os sinais... e eu leiga no assunto... não conseguia interpretar o que ele estava dizendo... eu tentei fazer alguns::: alguns gestos... tentando eh::: ver se::e ele entendia também o que eu estava perguntando para ele... e::e ma:::s não deu certo... eh::: foi um atendimento bem frustrante mesmo... ele foi embora... mais tarde retornou com o pai... aí o pai nos explicou certinho que ele estava precisando... ma:::s foi bem complicado... bem complicado... hoje em dia não... porque tem as intérpretes né... geralmente quando eles chegam para o atendimento... eles já vêm com a intérprete... então... fica tudo mais fácil... ma:::s esse atendimento desse rapaz há quantos anos... e eu não consigo esquecer... então... quando temos agendamento pra surdos é muito importante que:::e a intérprete esteja junto... pois Língua de Sinais não é mimica... então... é muito difícil o atendimento sem a presença da mesma

Pesquisadora: Para você... o que o surdo representa na sociedade

Olívia: eh:: a pessoa surda tem sua importância na sociedade.... assim como qualquer pessoa... podem desenvolver toda e qualquer atividade... sabemos sim... que::e eles tem suas limitações correspondentes a surdez... ma::s eles conseguem sim o objetivo

Pesquisadora: E o sentimento do surdo diante da sociedade ouvinte, como você vê;

Olívia: na minha opinião... pra alguns o sentimento não deve ser eh:: dos melhores... pois infelizmente... ainda temos na sociedade ouvinte com preconceitos... algumas pessoas ainda fazem disso piadas... colocam apelidos de mudim... fala comigo mudim... não tendo respeito algum com o ser humano

Pesquisadora: Fale um pouco sobre a Libras como meio de comunicação da comunidade surda;

Olívia: eh:: eu acho um meio de comunicação de extrema i::mportância... seria de muita valia se a libras fosse obrigação na rede de ensino... e sei que foi aprovado na rede municipal uma lei... de que é obrigatório libras na carga horaria municipal... isso vai nos ajudar muito no convívio com a comunidade surda

ELÓI - PROFISSIONAL SAMU

Pesquisadora: Me fale seu nome, sua função aqui no SAMU, a quanto tempo atua.

Elói: bom... meu nome é... (Elói)... sou enfermeiro ehh:: coordenador da unidade básica do SAMU... né... eh:: estou já exercendo a função na área de saúde mais de trinta anos ((risos)) sou o mentor do projeto SAMU em (nome do município) né... que já está com dez anos em atividade em nosso município... e estou a disposição para as suas questões.

Pesquisadora: Durante a sua atuação no SAMU, você já atendeu algum surdo? Se sim, fale sobre como foi a experiência.

Elói: eu tenho uma equipe que faz os atendimentos em campo né... e::e a gente quando se depara com a situação com as pessoas com deficiência ehh:: a gente chama de acuidade auditiva ou diminuição ou total dessa acuidade auditiva... na verdade os profissionais da área de saúde elas tem uma certa deficiência ao atendimento a essas pessoas justamente... por falta realmente de::e treinamentos mesmo mais específicos na área... principalmente pessoas por comunicação através de libras né... então a gente sempre tem essa::a dificuldade... ehh a gente tem que se recorrer às pessoas ao lado deles né... é::e aos familiares... e a gente tentar tirar essa questão das informações que a gente necessita para o atendimento... que na verdade o nosso atendimento na área de saúde a gente é bem específico naquilo que a gente observa né... é através de::e da parte física... e até mesmo a gente também tem já uma certa experiência na

parte também ali... do controle psicológico... emocional... então a gente faz essa abordagem nesse sentido... mas quando a gente se depara com a situação de maiores gravidades que a gente tenta identificar... pelos sinais e sintomas que a pessoa está apresentando... mas... na verdade... a comunicação é realmente eh::h deficiente... diretamente com as pessoas que tem esses problemas de acuidade auditiva diminuída ou total né.

Pesquisadora: Então, se não tem um familiar perto, se não tem uma pessoa que sabe se comunicar, então, como fica um atendimento, vamos dizer assim, o que vocês fazem?

Elói: eh::h... o atendimento na verdade fica... um pouco a desejar... é dificultoso... vamos se dizer assim né... fica dificultoso tanto para a equipe na verdade com essas pessoas né... como com esses pacientes ou propriamente dito as vítimas que se envolvam em algum tipo de sinistro... fica realmente deficiente... justamente eh::h pela equipe realmente não ter os treinamentos específicos... isso vem desde das escolas... das universidades... que não têm esses... hoje ainda estão se vendo olhos para isso... mas não há um tempo tão longínquo aí... eh:: as próprias universidades mesmo... seus alunos nunca tiveram uma matéria específica nessa área... que eu até concordo que isso deveria estar vindo desde lá de trás... desde o fundamental ne... até o nível superior... então ((riso)) eu acho que a falha vem de longe ((riso))

Pesquisadora: Sim. Eu não sei se você tem conhecimento da Lei, desde 2002, que a Libras foi reconhecida como meio de comunicação. A luta é contante por isso, porque na lei diz que é um meio de comunicação, ela ainda não é reconhecida como língua oficial. As universidades estão ofertando a disciplina em cursos de licenciatura, fonoaudiologia entre outros

Elói: a carga horária é muito pouco

Pesquisadora: É. E o que você tem a dizer sobre isso, que poderia ser feito?

Elói: na verdade... hoje eu penso... é::: não só como os professores... como a sociedade no geral... deveria cobrar de uma forma mais ríspida... que infelizmente... o ser humano... eh::: ele só atua e toma atitudes quando alguma coisa se transforma realmente em punição.... e a partir do momento em que você deixa uma flexibilidade eh::: à... aquela história.... eh::: posso fazer ou não posso... não tem uma cobrança... não tem uma fiscalização... então... a coisa fica muito a desejar... então... é::: e quem perde com isso realmente é aqueles que precisam né... então assim eh::h eu vejo realmente... de extrema' necessidade... de extrema... necessidade... principalmente... não só na área da saúde... mas todas as áreas ne... todas as áreas de atendimento... no comércio... nas indústrias... no trabalho ne... e eu vejo realmente... eh essas pessoas sendo desassistidas... desamparadas né... então acho que tem que ser mais cobrado em

termos de fiscalização mesmo... através de leis... e cobrança... e punição se não... não avança... não avança... fica estagnado

Pesquisadora: E sobre o surdo. Você conhece, teve ou tem contato com algum surdo?

Elói: muito pouco... muito pouco eh::h... eu já até me deparei uma época... aquela história né... na vontade de querer aprender::er... mas aí... como não avança... é aquilo que a gente está comentando... como não tem aquela necessidade né... aí você fala assim ah:h:h:h... e acaba esfriando... e você não busca mais entendeu... então aí fica... fica a critério de cada um... como se diz ah::h eu quero... não quero né... não tem aquela cobrança... não tem aquela necessidade

Pesquisadora: Vocês têm conhecimento que aqui em Naviraí... tem uma central de interpretação com um profissional...

Elói: não... não sabia

Pesquisadora: A cidade tem uma central funcionando na ANPEDE....

Elói: Hummmm. Nossa ((risos))... ela fica 24hr lá.....((risos)).

Pesquisadora: Não, ela trabalha horário comercial, a gente tem lutado por isso também, por mais profissionais, inclusive tem uma profissional mulher, e estamos pedindo mais um homem

Elói: Sim

Pesquisadora: Para alguns atendimentos específicos....

Elói: Não tinha esse conhecimento... e isso se dá o meio de comunicação através de?

Pesquisadora: Através de celular ou presencial... Você pode ligar e dizer que está em uma ocorrência... e que precisa do trabalho da intérprete para auxiliar com um surdo e tal.....

Elói: Deve ser bem corrido para ela né... se for ter uma busca com mais frequência... uma profissional realmente não daria conta

Pesquisadora: Às vezes acontece de ter dois chamados ao mesmo tempo... e infelizmente tem que contar com o apoio de outra pessoa

Elói: Depois se você puder me passar o contato dessa central... eu gostaria... é isso que eu falo ah::h:h... as questões ehh não é... como se diz você exigir de uma sociedade que realmente se preocupe... são poucos cidadãos que estão empenhados em querer ajudar... que se desdobram as vezes com seus recursos próprios... que eu acho que falta então uma questão mais eh::h... empenho da gestão política né... em se preocupar mais com esse lado né... dos especiais na verdade... então eu acho que tem que ter mais divulgação... tem que ter mais empenho... tem que ter mais preocupação com quem realmente precisa e necessita... se tem um agravo na saúde... que é naquela hora que você se depara... entre a vida ou a morte... e nós que estamos

nessa área... nós temos eh::h a sensibilidade e estamos ali... eh::h como se diz assim... eh::h uma decisão entre nós e a decisão de Deus na verdade... que é ele que nos dá esse dom... então assim aí você se depara com uma pessoa desse nível... é difícil né... eh::h é difícil comunicar com ele justamente por essa falha... a gente fica preocupado... fica preocupado né...

Judite – Secretária da Saúde do município

Pesquisadora: Me diga sua idade.... função e a quanto tempo atua...pode dizer algo sobre você... se preferir

Judite: eu tenho 52 anos.... meu cargo é diretora executiva.... estou na função vai fazer um ano... mas já estive nela por 4 anos... ah::: eu penso que eu sou uma pessoa dinâmica... uma pessoa que busca melhorias no ambiente de trabalho

Pesquisadora: Quanto ao atendimento ao surdo aqui na Santa Casa... como é feito... como acontece

Judite: quanto ao atendimento ao sujeito surdo eh::: nós não temos ainda nada voltado para ele... mas nós estamos numa fase de:::de inclusão não é? hoje a gente já tem a separação para os para os de cadeiras de rodas... para os pacientes autistas... nós temos as identificações... e:::e eu acho que PRECISA... é necessária a inclusão... né

Pesquisadora: Como você vê o surdo diante da sociedade

Judite: eh::: eu acho que o surdo representa na sociedade.... um cidadão comum... com algumas::: com alguma debilidade... que PRA ELE é ruim né... e por isso... não é algo que ele escolheu.. é uma deficiência... mas que não impede de fazer nada... só que eu preciso... e que a GENTE precisa de adaptação nos lugares... a sociedade precisa entender... a sociedade precisa estar preparada pra que esse.... INDIVÍDUO tenha acesso a todas as coisas

Pesquisadora: E a sociedade diante do surdo.... Diante da Língua de Sinais... a Libras

Judite: Éh::: e eu penso que um ser né... um indivíduo SURDO... ele na verdade... se torna mudo diante da sociedade... porque às vezes ele se torna invisível néh::: diante das situações néh::: eu... particularmente... tenho uma amiga que tem uma filha que nasceu surda... um dia ela levou para casa dela e colocou um filme bem bacana em uma tela bem grande... quando nós estávamos no meio do filme... ela tirou o som... e ela disse é assim que minha filha vive... então éh::: a gente precisa de uma sociedade inclusiva

Pesquisadora: Como você vê o atendimento aqui no hospital diante do sujeito surdo

Judite: eh::: eu penso que temos que ter aqui no hospital uma pessoa que esteja preparada pra receber o surdo... para receber um indígena... que não fala nossa língua... pra receber todas as pessoas que de alguma FORMA diante da sociedade... tem uma limitação.... e a gente tem caminhado devagar pra isso né... e eu acho interessante... a minha filha fez libras... fez uma pós em libras e ela quer voltar néh:: tem muito tempo que não faz... está parada... e::::e eu acho que pelo menos um funcionário em cada plantão deveria ter éh::: essa preparação para acolher... vai MUITO MAIS que um atendimento... é um acolhimento é:::é incluir... não pra falar... olha aqui nesse lugar tem uma inclusão... não... é porque tira dessa pessoa a inibição... ah::::ah se relacionar com outras pessoas muitas vezes é muito difícil porque... ela se torna é:::é dentro do coração dela.... rejeitada... não olhada de uma forma especial... e eu acho que e:::é...a gente caminha para o mundo de INCLUSÃO... eu gostaria muito que neste lugar... neste local de trabalho estivesse todas que tem algum tipo de:::de dessa situação de qualquer debilidade... que fosse ESSE lugar.... fosse um lugar que acolhesse... que tivesse inclusão para todos e:::e é isso

ENTREVISTAS SUJEITOS SURDOS

Florinda

Pesquisadora: Olá tudo bem?... Qual o seu nome?

Florinda: Meu nome ((soletra)) meu sinal é ((sinal)).

Pesquisadora: Qual a sua idade?

Florinda: Tenho vinte e quatro anos

Pesquisadora: Você trabalha?... Onde?...

Florinda: Sim. Eu trabalho na empresa COPASUL

Pesquisadora: Faz muito tempo que você trabalha lá?

Florinda: Não, faz aproximadamente seis meses que eu estou trabalhando. Trabalho na área de RH.

Pesquisadora: você é surda profunda?

Florinda: sim eu nasci surda

Pesquisadora: você oraliza?

Florinda: sim... um pouco

Pesquisadora: você usa português escrito?

Florinda: sim... pouco eu consigo

Pesquisadora: bom... minha pesquisa tem como foco o atendimento na área da saúde.... então eu queria que você falasse um pouco da sua experiência.... como é o atendimento no hospital... no posto de saúde... como é?

Florinda: bom... no passado... quando eu era solteira e morava com meus pais...eu dependia deles para resolver tudo.... ir junto aos lugares.... mas depois que eu me casei... o ((sinal do marido)).... já quando eu estava noiva eu percebi que ele fazia tudo sozinho... então eu comecei ir ao médico sozinha.... resolver minhas coisas independente... às vezes meu marido ((sinal)) vai junto... eu vejo como ele consegue sozinho... eu o observo usando celular... e eu aprendo... nós usamos muito o celular.... por exemplo... para agendar uma consulta e graças a Deus agora tem tecnologia... porque antigamente nós não tínhamos e nem sei falar como era... mas agora eu uso bastante o *WhatsApp*... consigo resolver muita coisa.... às vezes eu também acabo utilizando o aplicativo *iCom*... no qual liga em chamada de vídeo para agendar um médico ou exames... depois eu chego e uso o celular para me comunicar... se eu não entender... eu uso também gestos... mas nunca aconteceu de eu ir internar... ou coisa muito grave.... só exame de rotina... é isso... um resumo.... eu uso muito o celular... depois se acontecer de eu precisar... às-

vezes eu chamo a intérprete da CIL... mas é muito difícil acontecer.... porque acho muito particular essa questão de saúde... então eu escolho usar meu celular do que a CIL

Pesquisadora: se futuro acontecer alguma coisa mais grave.... como?

Florinda: bom... eu vou continuar usando o celular... já é meu jeito... ou eu chamo a minha mãe.... se for uma coisa muito íntima.... muito particular.... eu chamar minha mãe.... se ela não puder... eu chamo a CIL

Pesquisadora: você me disse que trabalha em uma empresa COPASUL ((sinal))... você tem intérprete de Libras... tem comunicação em Libras?

Florinda: não... não tem...

Pesquisadora: as pessoas não sabem libras?

Florinda: não sabem Libras... quando eu cheguei na empresa... eles me acolheram muito bem... minha sorte é que minha chefe sabia alguns sinais... então nós conseguimos se comunicar.... ela sempre está junto comigo e muita coisa eu sinalizo... ela pega fácil... nós trocamos experiências.... eu sinalizo devagar.... mas isso acontece porque antes eles tiveram um treinamento junto com uma professora ((nome)) e ela explicou tudo sobre como é o surdo... como é o meu jeito.... então empresa também já se preparou para eu chegar.... desenvolveram muito ((sinal de positivo))... agora tenho autonomia ...agora nós comunicamos o básico com as pessoas de outros setores também... consegui uma melhor interação.

Pesquisadora: ah:::: legal.... agora.... dentro sociedade em geral.... como é o atendimento? S pessoas se comunicam em Libras?

Florinda: não:::: ((expressão triste)) quase nada... é muito difícil ter lugar com atendimento em Libras... nunca aconteceu comigo aqui na cidade...

Pesquisadora: a sua família sabe libras?

Florinda: minha mãe sabe um pouco de Libras... só minha mãe

Pesquisadora: qual sua opinião... o que precisa melhorar nos atendimentos?

Florinda: eu penso que os profissionais de diferentes áreas... precisam aprender... precisam adquirir conhecimento em Libras.... porque não sabem como atender o surdo... por exemplo... poucas pessoas têm acesso a uma faculdade... também tem uma carga horária mínima de aulas para praticar.... então eu penso que precisam ter por exemplo... dois ou três anos de curso para conseguir aprender a nossa língua... também as pessoas que não fazem faculdade... que não tem contato com a Libras... por exemplo nas lojas... elas precisam fazer curso... pode ser um curso técnico... com um instrutor surdo para ensinar como fazer esse atendimento né... então essas pessoas... elas precisam se preocupar também em como atender... por exemplo:: ah o número da roupa... número do calçado... o básico... mas que já ajudaria

muito... um remédio... diversas áreas precisariam ter um curso básico... eu acho muito legal combinar um ensino de Libras para cada área... para facilitar o atendimento na Língua de Sinais... não precisa ter fluência... mas só o básico mesmo... só para ajudar o surdo na comunicação.

Pesquisadora: Obrigada

Florinda: de nada

Margarida

Pesquisadora: oi tudo bem?

Margarida: oi tudo bem

Pesquisadora: seu nome

Margarida: meu nome ((soletrado)) meu-sinal ((sinal))

Pesquisadora: idade?

Margarida: idade trinta e nove..... não trinta e oito anos

Pesquisadora: você sempre morou ((sinal do município)).... você nasceu onde?

Margarida: sim::::: nasci... cresci aqui

Pesquisadora: você trabalha onde?

Margarida: empresa C-O-P-A-S-U-L ((sinal da empresa))

Pesquisadora: você trabalha na COPASUL já quantos anos?

Margarida: é um trabalho novo.... eu comecei dia 20 de junho do ano passado.... mais-ou-menos uns dez meses ou onze meses.... quase um ano

Pesquisadora: antes você trabalhou onde?

Margarida: frigorífico.... primeiro eu trabalhei usina ((sinal))... segundo frigorífico ((sinal))... terceiro C-R-E-F-I-S-A... sabe qual o sinal?

Pesquisadora: banco?

Margarida: banco..... quarto GAZIN ((sinal))... agora COPASUL ((sinal)).... já trabalhei em cinco local

Pesquisadora: legal.... então... você já trabalhou em lugares diferentes..... as pessoas se comunicavam em Libras com você? as palestras.... alguma orientação..... formação..... como era passado estas informações?

Margarida: não... não... eu sempre tenho problemas... falta comunicação... eu preciso ter muita paciência... não tinha... não tinha... eu surda e eles ficavam falando ((repetidamente))... conversando.... eu não tinha acessibilidade... também não colocavam intérprete... não tinha

Pesquisadora: a minha pesquisa de doutorado tem como foco a área da saúde.... você sempre vai... por exemplo... hospital... posto de saúde... como é?

Margarida: bom... no hospital eu fui no início da gravidez... porque eu tive vômito... a médica me perguntar... está grávida? eu respondi... não.... então.... fiz exames.... mas não tinha comunicação em Libras... só papel... escrita... uma semana depois eu cheguei com a resposta do exame... a médica me avisou que eu estava grávida.... mas era só gestos... nada de Libras... fazia gestos mostrando a minha barriga... eu não acreditei.... abri o exame e vi... positivo... aí eu vi que estava grávida de verdade

Pesquisadora: quantos filhos você tem?

Margarida: tenho três filhos... tudo homem

Pesquisadora: então... todas as vezes que você foi ao hospital... você foi sozinha? Não tinha ninguém pra ir com você?

Margarida: já precisei ir com meu filho ((sinal)) ele ficou doente... e não tinha comunicação... depois minha mãe foi junto comigo... mas não tinha comunicação

Pesquisadora: sua mãe sabe Libras?

Margarida: não::::: só gesto... difícil.... paciência

Pesquisadora: qual sua opinião sobre as pessoas saberem Libras... qual a importância?... por exemplo.... você vai ao banco.... a uma loja.... posto de saúde.... como é o atendimento?

Margarida: então.... agora tem a CIL ((sinal))... agora tem a ((sinal da intérprete)) aqui... muita sorte a nossa... muito bom porque ela vai nos lugares... posto de saúde.... médico... preciso levar meus filhos ao hospital as vezes

Pesquisadora: você nasceu surda? É surda profunda?

Margarida: minha mãe e meu pai tem um grau de parentesco... se casaram.... minha mãe engravidou e eu nasci surda... também meu irmão ((sinal)) é surdo

Pesquisadora: vocês dois são surdos profundo ou parcial?

Margarida: profundo... não ouço nada

Pesquisadora: você faz leitura labial?

Margarida: sim::: consigo... olha... exemplo... eu consigo falar macaco... mas tenho vergonha da minha voz

Pesquisadora: si a pessoa articular-boca devagar... você entende

Margarida: sim consigo... mas as vezes precisa unir expressão...gestos... aí eu entendo... precisa muita paciência... difícil

Pesquisadora: já aconteceu... por exemplo... você precisar de um atendimento médico... você grávida sozinha.... você entende claramente?

Margarida: não:::: é muito difícil.... muito ruim..... no passado não tinha intérprete... era impossível... eu ia sozinha... não tinha comunicação... agora eu consigo porque tem a CIL... tem a intérprete que vai junto... ela me explica tudo que o médico fala... antes eu fui com meu filho... o médico escreveu no papel o horário para tomar o remédio.... não entendi.... agora a intérprete ((sinal)) vai junto... eu conseguir entender... também o meu amigo ((sinal))... ele me explica a hora certa que eu preciso tomar o remédio... tudo claro... quando minha mãe ia junto comigo... elas ficavam conversando... mas eu não entendia... entendia alguns gestos... era resumido... faltava informação.... por isso agora com a CIL a intérprete sinaliza tudo... e eu entendo... agora é diferente... tenho toda informação em Libras... meu marido... por exemplo... quando eu fiz a laqueadura... ele e o médico conversavam e ele só me falava: depois eu te explico... sempre uma informação curta... pela metade... diferente do intérprete que explica tudo e eu entendo.

Pesquisadora: seu marido sabe Libras?

Margarida: um pouco.... sabe o básico... pouco.

Pesquisadora: ok entender... você deseja falar mais alguma coisa?

Margarida: sim... tempos atrás aconteceu de eu ir sozinha levar meu filho ao médico....e o médico deu o papel escrito e eu não entendi... eu sou surda... mas eu tentei me comunicar... mas aconteceu que ele deu remédio errado... meu filho tem alergia.... eu não consegui me comunicar.... por isso a importância da presença do intérprete junto... eu falo qual remédio não pode e o intérprete passa a informação para o médico e ele dá o remédio certo.... outra-vez eu também fui sozinha ao posto de saúde... eu estava grávida... cheguei até o balcão... a mulher fez minha ficha.... e eu fui sentar... depois eu percebi que as pessoas se levantavam e iam para outra sala depois iam embora... eu esperei ((sinal repetido)).... a moça nunca me chamava... e eu não entendi o que estava acontecendo... e eu pensava... ela não vai me chamar?.... eu me levantei e fui até a secretária... eu escrevi no papel:... não vai me chamar?... a mulher me olhou... e escreveu:... já chamou você.... desculpa... e eu fiquei com cara de palhaço ((sinal de palhaço no nariz)) ... esperando ((repetido intensificado))

Pesquisadora: nossa... quanto tempo você esperou?

Margarida: ahhhh:::(expressão pensando)) esperei mais ou menos 3h e meia... eu estava grávida... fiquei igual palhaço... estava com muita fome... mas agora ainda bem que tem a CIL... se a mulher me chama... ela ((apontamento)) me avisa... não preciso esperar muito

Rosilda

Pesquisadora: oi tudo bem?

Rosilda: oi tudo bem

Pesquisadora: você surda profunda

Rosilda: sim surda profunda.

Pesquisadora: você oraliza?

Rosilda: eu sei mais ou menos... um pouco

Pesquisadora: você usa o português escrito?

Rosilda: ah::: mais ou menos também.

Pesquisadora: então, minha pesquisa tem como foco a área da saúde.... me explica as suas experiências... como é o atendimento.... exemplo.... se você já precisou ir ao hospital.... posto de saúde ((sinal))....precisou algum atendimento por motivo de doença?

Rosilda: sim... algumas vezes..... quase não vou..... mas no passado eu já fui sim... mas chegava lá e não tinha intérprete.... eu tinha um pouco de medo.... então eu chamava minha mãe... mas se ela não podia ir.... então eu procurava uma intérprete.... porque o médico não sabe Libras e escreve em português.... muito diferente a letra..... eu não consigo entender... então... a intérprete faz a tradução... mas é muito difícil... porque as vezes a intérprete também não pode ir... já aconteceu no passado eu precisar ir sozinha... tentei me comunicar.... mas é muito::::: difícil.

Pesquisadora: E você já foi sozinha?

Rosilda: Já... já aconteceu.

Pesquisadora: E foi difícil a comunicação?

Rosilda: Sim... muito difícil.

Pesquisadora: você disse que já foi ao médico sozinha.... você entendeu certinho o horário para tomar os remédios... entendeu as orientações?

Rosilda: às vezes::: eu consigo.... se eu não entender eu pergunto para minha mãe... ela me explica e eu entendo claro

Pesquisadora: Você trabalha?

Rosilda: Sim, eu trabalho.

Pesquisadora: E no seu local de trabalho tem pessoas conseguem se comunicar através da Língua de Sinais?

Rosilda: Bom... eu ensino... mas na maioria das vezes as pessoas não querem fazer curso... elas só querem aprender se o curso for de graça... às vezes eu tento através da Libras... através da língua portuguesa escrita... gestos... mas... eu já avisei... vocês precisam participar de cursos porque é importante... mas sempre me respondem que não querem... e eu só respeito.

Pesquisadora: sua família ter mais surdos?

Rosilda: não tudo ouvinte

Pesquisadora: todos saber libras

Rosilda: sim::::: todos sabem..... já fizeram curso.... eu sou a única surda da minha família... os outros todos ouvintes

Pesquisadora: qual sua opinião sobre o que nós podemos fazer para conseguir melhorar o atendimento ao surdo?

Rosilda: pergunta muito boa ((risos))... eu queria que cada pessoa fizesse o curso.... dentro da empresa precisa... é muito importante que tivesse um intérprete de Libras.... porque falta no meu trabalho... eu sofro já a dois anos... eu falo por favor::::: eu preciso de um intérprete... porque tem reunião... tem as palestras... tem os dias especiais e tudo isso é divulgado... informado... mas eu não entendo e fico perguntando o que que é? e tudo é passado para mim de forma resumida... e eu percebo que para eles é tudo falado muito mais tempo... então fico ali sentada... pareço uma boba ((sinal))... em silêncio... eu queria que a empresa chamasse um intérprete de Libras... é muito importante... eles precisam lembrar que eu sou surda... falta as empresas entenderem que precisam também do intérprete de Libras.... então falta consciência da gestão da empresa... dos médicos no hospital.....

Pesquisadora: então na sua opinião a sociedade em geral.... área da saúde.... empresas... supermercado.... todos precisam saber Libras?

Rosilda: C-L ((claro))... é óbvio... porque é uma reclamação do surdo... precisamos de intérprete... imagina por exemplo se trocássemos de lugar com as pessoas ouvintes... que não sabem português... não sabem oralizar e a maioria das pessoas do mundo fossem surdos... então... precisamos dessa experiência de se colocar no lugar do outro... precisamos interagir para conseguir melhorar essa comunicação

Pesquisadora: Acho que é isso então... você quer me falar alguma coisa? explicar mais alguma coisa...

Rosilda: não... tá tudo bem

Pesquisadora: obrigada

Rosilda: de nada

João SS

Pesquisadora: oi tudo bem... qual sua idade?

João: eu tenho quarenta e três anos de idade

Pesquisadora: você é surdo profundo?

João: sim...eu sou surdo profundo.... lado-esquerdo já perdi 80%... lado-direito 100%... não ouço nada... eu oralizo bem... mas não ouço nada... eu uso Língua de Sinais

Pesquisadora: ok....você mora em (nome do município) há quantos anos?

João: eu moro desde que eu nasci ((risos))

Pesquisadora: legal.... você trabalha onde?

João: eu trabalho em uma escola municipal sou concursado na prefeitura a dezesseis anos... sou secretário administrativo da escola municipal.

Pesquisadora: legal... você usa Libras desde criança? como aprendeu?

João: eu nasci ouvinte... depois com três anos de idade fui perdendo audição.... hoje não ouço nada... eu cresci aprendendo a oralizar... aprendendo um pouco do português..... com dezoito anos de idade eu aprendi Libras... tive contato com surdos que vinham de fora... e eu me apaixonei pela Libras... depois em 2002 foi criada a lei de Libras... e comecei a frequentar cursos... fui me acostumando a sinalizar... e depois no ano de 2004 eu iniciei como professor e até hoje eu ministro cursos de Libras... então eu comecei com dezoito anos de idade.

Pesquisadora: você usa língua portuguesa.... como você se sente aqui em ((sinal do município))... a sua comunicação na sociedade em geral... como é o atendimento nos lugres.... sempre comunica em Libras? como é?

João: aqui ((sinal do município)) eu já ensinei muitos ouvintes... algumas pessoas aprenderam e conseguem se comunicar... alguns até conseguem fazer um atendimento em Libras... eu também ensinei muitos surdos... hoje não... mas no passado trabalhei muito ensinando o surdo usar Libras... é melhor para se comunicar... mas ainda muitos não sabem Libras e não se comunicam.... hoje tem a lei... precisa desenvolver.

Pesquisadora: na sua família... todos sabem Libras?

João: alguns::: alguns da minha família sabem... minha irmã... minha sobrinha... meu primo... alguns só sabem Libras.

Pesquisadora: sua mamãe... seu papai... não sabem Libras, como vocês se comunicam?

João: não...nada:::: não sabem.... só oralidade e também gestos... meu irmão mais velho... já morreu... ele também era surdo... eu sou último filho e nasci surdo... minha família combinava sinal próprio... sinal caseiro...eu aprendi muitos gestos com meu irmão... depois com dezoito anos eu aprendi Libras.... tentei ensinar pra ele... mas ele não aceitava Libras e continuou usando gestos

Pesquisadora: entendi... e no trabalho... você disse trabalhar na secretaria de uma escola... lá você usa Libras?

João: não... não ((expressão indignado)) comunico só oral ou escrito... é muito difícil... precisa paciência.... eu tento ensinar... mas eles não têm paciência para aprender... então eu me silencio

Pesquisadora: nas reuniões... palestras... tem intérprete de Libras?

João: não::::não ((expressão indignado)) muito difícil.... às vezes eu e outro amigo também surdo que trabalha na mesma escola.... também é concursado da prefeitura... já falamos sério com a direção.... às vezes nas reuniões eles chamam uma outra professora que trabalha na escola e sabe Libras... ela interpreta... mas tem muitos problemas... a escola precisar ter inclusão... precisa ter intérprete... já reclamei na prefeitura... agora é esperar

Pesquisadora: o foco da minha pesquisa é a área saúde... então... como é o atendimento na saúde aqui em ((sinal do município))? no hospital... posto saúde.... SAMU... tem atendimento.... comunicação em Libras.... como é

João: vix:::: ((expressão indignado)) antes eu não tinha acessibilidade nenhuma....minha mãe sempre ia junto... minha irmã também ia fazia alguns gestos... mas agora nós temos a CIL ((sinal da central de interpretação)) ... agradeço a Deus... agora tem intérprete para acompanhar os atendimentos... no passado minha família ia ao médico.... eles conversavam entre eles... e eu pedia para eles me explicar... mas eles me ignoravam e continuavam falando.... agora tem intérprete... tem a CIL para acompanhar.... agora tudo ok.

Pesquisadora: mas na central de libras tem quantos profissionais intérprete de libras?

João: só um profissional

Pesquisadora: e já aconteceu por exemplo de você precisar do intérprete, mas esse mesmo intérprete está ocupado em outro atendimento?

João: sim sim já aconteceu... é muito difícil.... nós precisamos de... pelo menos dois intérpretes.... agora nós estamos lutando para conseguir dois intérpretes na CIL.

Pesquisadora: já aconteceu de você precisar ir a um atendimento sozinho.... como foi?

João: sim:::: já aconteceu eu ir e usei a oralidade ou escrita... mas é muito difícil.

Pesquisadora: de modo geral... na sociedade aqui ((sinal do município))... você acessa lugares como lanchonete... supermercado... você sente que há inclusão?

João: não:::: nada:::: nós olhamos mostramos o que queremos... apontamos a nossa escolha o nosso pedido... a gente que precisa perguntar quanto deu e isso tudo através da escrita ou através de apontamento. “então assim... não ter inclusão porque pessoas não usar libras... só comunicação visual.... nós mostramos... algum restaurante... algum lugar ter sorte encontrar pessoa saber sinais... então conseguir sinalizar... eu quero bebida... eu quero isso... mostra...pessoa anota o pedido, mas são poucas as pessoas que conseguem sinalizar com clareza e facilidade, alguns:::: lugares..... mas não é fácil não.

Pesquisadora: e 2002 foi criada a Lei que reconhece a Libras como meio de comunicação do surdo....já tem vinte e três anos.... você percebeu algum avanço... está tudo perfeito.... ou ainda falta algo..... qual sua opinião?

João: não:::: eu penso que vai demorar um pouco.... anda em passos lentos.... eu acho até 3030 vai melhorar... 2023 é jovem ainda.

Pesquisadora: na sua opinião o que precisa melhorar.... o que fazer?

João: na minha opinião... precisa mais acessibilidade em todos os lugares.... porque o surdo chega nos lugares e precisa se comunicar.... dentro do ambiente de trabalho o surdo precisa se comunicar... então é preciso inserir Libras todo:::: lugar... exemplo hospital precisa de uma pessoa que saiba Libras... bombeiro... todo lugar precisa ter um profissional intérprete... eu quero muito que ((sinal do município)) melhore... desenvolva.... se o surdo precisar uma entrevista de trabalho em uma empresa mas não ter comunicação... como vai fazer?... precisa ter um profissional ou uma pessoa dentro da empresa para fazer a comunicação.... todas as empresas precisam...já tem a lei.... nós surdos temos direito à acessibilidade.... vamos continuar lutando.

José

Pesquisadora: oi tudo bem?

José: oi tudo bem

Pesquisadora: seu nome.... idade

José: meu-nome ((soletrado)) meu-sinal ((sinal)) eu tenho trinta e sete anos

Pesquisadora: você nasceu qual cidade

José: nasci aqui ((sinal do município))

Pesquisadora: você trabalha onde?

José: eu trabalho em uma escola particular... empresa S-E-S-I.... eu cuido do espaço da escola... limpeza... organização... consertos...

Pesquisadora: no teu trabalho... como as pessoas se comunicam com você... usam Libras?

José: não... não... a maioria das pessoas não sabem muito sinais... eu já pedi... já falei para fazer um curso... mas elas falam que é difícil... parece que elas não estão nem aí... despreza o que eu falo... ah::: bom... então eu não vou falar mais nada ((expressão indignação))... as vezes eu preciso orientar para falarem devagar... porque falam muito rápido ((sinal falando sem parar)) eu falo novamente... por favor fala devagar... mas parece ignorarem a gente... no meu trabalho só uma pessoa sabe um pouco de Libras... consegue comunicar comigo...

Pesquisadora: na tua família... vocês se comunicam em Libras?

José: não... não... eu sou único surdo da minha família... então eu me comunico na oralidade... fico de frente com a pessoa.... olho... e uso a leitura labial

Pesquisadora: o foco da minha pesquisa é o atendimento do surdo na área da saúde... você pode me explicar como é o atendimento na saúde.... qual a tua opinião?

José: sim... eu acho que o mais importante que a maioria das pessoas aprendam a Língua de Sinais porque facilita... mas eu percebo que a maioria das pessoas falam que não querem... não demonstram interesse... parece que elas têm preguiça... resume a dizer que a Língua de Sinais é difícil... mas tudo é muito difícil... por exemplo... estudar direito... inglês... então qual é o problema de aprender? falam que tem dificuldade com as mãos.... mas normal... tudo é difícil.

Pesquisadora: quando criança até hoje você vai ao hospital... posto de saúde... como é o atendimento?

José: no passado eu ia sempre junto com minha mãe... depois de adulto homem... já com maturidade... eu assumi responsabilidade... então eu ia sozinho... às vezes eu chamava uma intérprete para ir junto... porque explicam tudo... as vezes eu vou para C-G ((sinal da cidade)) fazer exame FUNCRAF ((sinal))... mas lá infelizmente não tem intérpretes de Libras... então só leitura labial.

Pesquisadora: você faz leitura labial... consegue?

José: às vezes a pessoa fala devagar... ou às vezes sabe... por exemplo.... um pouco de Libras.... ou tem convivência com surdos... então é mais fácil

Pesquisadora: você usa português escrito também?

José: sim... eu uso escrita às vezes... também uso *whatsapp* para enviar mensagens... conversar normal... também às vezes quando preciso falar com as pessoas... elas precisam

responder devagar... tranquilo.... também pessoas enviam áudio.... eu já aviso... desculpa... não tem como eu ficar usando aplicativo de tradução... outra vez eu preciso avisar só mensagem de texto... mês passado aconteceu eu mandei mensagem para a secretária do médico oculista... eu pedi para agendar um horário... ela mandou áudio... eu escrevi desculpa... mas eu sou surdo não consigo ouvir... aí ela pediu desculpas... depois na outra semana eu mandei mensagem que precisava com urgência de um exame... novamente me mandou áudio... eu escrevi ah:::: de novo? eu não consigo ouvir... eu sou surdo... ela me pediu desculpas.... eu escrevi mas duas vezes? precisa mais atenção.... a maioria das pessoas mandam áudio... eu sempre preciso usar *app* de tradução

Pesquisadora: você é surdo profundo... você nasceu surdo?

José: eu sou DA ((deficiente auditivo))... sim eu nasci surdo... minha mãe me explicou que ela estava grávida e se assustou com um sapo... e eu nasci com essa perda de audição.... porque foi sério... eu quase morri... também minha mãe precisou... na hora de eu nascer... usar ferro para me puxar... eu estava já com cor roxa... então eu nasci surdo e também tive problemas neurológicos... usei remédio controlado... por isso prejudicou meu olho... remédio forte para controlar ansiedade... então desde criança até hoje vou ao médico em C-G ((sinal da cidade))... antes eu fazia tratamento... eu ia junto com minha mamãe... precisava fazer tratamento com fonoaudióloga... eu fiz para desenvolver... melhorar a fala... mas também na escola foi sempre muito difícil... não conseguia entender... não tinha aparelho ((auditivo))... a escola era muita bagunça... eu sofri... tinha muita briga... e eu ficava parado... quieto... os alunos me provocava.... era impossível... depois uma professora falou com minha mãe... ah:::: teu filho precisa de um atendimento especial... minha mãe procurou e encontrou a escola JK... com a professora ((sinal))... ela foi me ensinando e eu consegui desenvolver... fui para C-G ((sinal da cidade)) fazer exames.... minha mãe descobriu que eu era surdo... então comecei a usar aparelho auditivo.... eu fiquei muito feliz porque capta os sons... até hoje eu uso... se eu tirar aparelho é ruim.... me incomoda.... a pessoa fala e eu preciso ficar perto para ouvir.... mas com o aparelho é melhor.

Pesquisadora: na tua opinião... o que precisa melhorar na sociedade geral... o que é importante para que as pessoas consigam se comunicar?

José: sim:::: c-l-a-r-o.... todos precisam aprender.... é importante por exemplo... farmácia.... polícia.... bombeiro... escola... hospital... restaurante... posto de saúde... banco.... também diversos outros lugares.... porque a pessoa surda acessa esses lugares.... mas as pessoas não sabem se comunicar.... é muito chato... a sociedade precisa aprender a se comunicar...

porque a pessoa surda se sente feliz... também porque parece que nós surdos enfrentamos preconceito diariamente.

Pesquisadora: obrigada